

Maria Carlota Rosa

**Uma viagem
com a linguística
um panorama para iniciantes**

2ª edição revista e ampliada

Apoio:



Uma **viagem**
com a **linguística**
um panorama para iniciantes

CONSELHO EDITORIAL:

Alexandre Cadilhe [UFJF]
Ana Cristina Ostermann [Unisinos/CNPq]
Ana Elisa Ribeiro [CEFET-MG]
Carlos Alberto Faraco [UFPR]
Cleber Ataíde [UFRPE]
Clécio Bunzen [UFPE]
Francisco Eduardo Vieira [UFPB]
Irandé Antunes [UFPE]
José Ribamar Lopes Batista Júnior [LPT-CTF/UFPI]
Luiz Gonzaga Godoi Trigo [EACH-USP]
Márcia Mendonça [IEL-UNICAMP]
Marcos Marcionilo [editor]
Vera Menezes [UFMG]

Maria Carlota Rosa

Uma **viagem**
com a **linguística**
um panorama para iniciantes

2ª edição revista e ampliada

Apoio:



CAPA E DIAGRAMAÇÃO: Telma Custódio

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

R695v

Rosa, Maria Carlota
Uma viagem com a linguística : um panorama para iniciantes
[recurso eletrônico] / Maria Carlota Rosa. - 2. ed. revista e ampliada -
São Paulo : Pá de Palavra, 2024.
recurso digital ; 5 MB

Formato: PDF
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7934-267-7 (recurso eletrônico)

1. Linguística - Estudo e ensino (Superior). 2. Língua portuguesa
- Gramática Estudo e ensino (Superior). 3. Livros eletrônicos. I. Título.

22-78516

CDD: 469.00711

CDU: 811.134.3'36(075.8)

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6493

Direitos reservados a

MARIA CARLOTA ROSA

Departamento de Linguística e Filologia -Faculdade de Letras
Universidade Federal do Rio de Janeiro

ISBN: 978-85-7934-272-1

978-85-7934-267-7 [ebook]

© da edição: Pá de Palavra, 2024.

SUMÁRIO

<u>Lista de figuras</u>	11
<u>Lista de quadros</u>	13
<u>Nota à segunda edição</u>	15
<u>Nota à primeira edição</u>	19
<u>Prefácio à primeira edição</u>	21
CAPÍTULO 1	
<u>Vamos estudar o quê?</u>	25
<u>1.1. Introdução</u>	25
<u>1.2. Um novo campo de conhecimento</u>	26
<u>1.3. O linguista e a comunidade científica</u>	31
<u>1.4. Duas linguistas da ficção</u>	31
<u>1.5. Novos horizontes</u>	33
<u>1.6. “TODAS as manifestações da linguagem humana”</u>	35
<u>1.7. Então, quais as tarefas da linguística?</u>	37
<u>Uma escala na viagem: O dicionário de português que primeiro registrou a palavra linguística</u>	39
<u>Uma escala na viagem: O dicionário de Mattoso</u>	39
<u>Uma escala na viagem: 1962: a linguística passava a fazer parte dos cursos de Letras no Brasil</u>	40
CAPÍTULO 2	
<u>E onde fica a gramática?</u>	43
<u>2.1. Introdução</u>	43
<u>2.2. Gramática na tradição greco-latina</u>	44
<u>2.2.1. A tradição na escola: a gramática normativa</u>	48

2.2.2. Quem determina o que é certo?.....	52
2.2.3. Norma culta em lugar de norma padrão.....	53
2.3. Gramática na terminologia da linguística.....	57
2.3.1. Existem línguas (ou variedades de uma língua) sem gramática?.....	59
2.3.2. E línguas sem vocabulário?	60
Uma escala na viagem: Explicando a observação de Lallot em 2.2: a perda de fontes	60
Uma escala na viagem: Nicóstrata e a gramática	61
Uma escala na viagem: Quando empregar o português não era chique	62
Uma escala na viagem: O prescritivismo na mídia	63
Galeria de linguistas neste capítulo	
Maria Denilda MOURA (1941-2020).....	44
Nelson ROSSI (1927-2014).....	54
Celso CUNHA (1917-1989).....	55
CAPÍTULO 3	
Um manifesto para uma nova ciência: o CLG	65
3.1. Introdução.....	65
3.2. Sobre a obra.....	65
3.3. A linguística do CLG.....	69
3.3.1. O sistema, a sincronia, a massa falante	70
3.3.2. Langage, langue e parole: o biológico e o social	75
3.3.3. Mas o que é um signo afinal?.....	77
3.3.4. O valor.....	78
3.3.5. Que entender por “arbitrário”?.....	79
3.3.6. As limitações do arbitrário	80
3.3.7. Os desvios do arbitrário.....	80
Uma escala na viagem: O século XIX na compreensão da linguagem	82
Galeria de linguistas neste capítulo	
Ferdinand de SAUSSURE (1857-1913).....	66
Charles BALLY (1865-1947).....	67
Albert SECHEHAYE (1870-1946).....	68
CAPÍTULO 4	
E a linguagem?	85
4.1. Introdução.....	85
4.2. O objeto da linguística.....	86
4.3. Linguagem: o fundamento para o que vamos entender por língua	93
4.3.1. Um caminho torto.....	93
4.3.2. Roman Jakobson: a neurolinguística em bases saussurianas	95
4.3.3. Noam Chomsky: o inatismo.....	96
4.3.4. Tomasello e Labov: sem gramática universal, sem língua-I	99
4.4. O impacto na concepção de aquisição da primeira língua	101
4.4.1. A aquisição de <i>hábitos de fala</i>	101
4.4.2. A hipótese do período crítico.....	103
4.4.3. Uma situação hipotética	106

Uma escala na viagem: A hipótese Sapir-Whorf	109
Uma escala na viagem: Um clássico da linguística brasileira: os Princípios de Linguística Geral	111
Galeria de linguistas neste capítulo	
Joaquim Mattoso CAMARA JR. (1904-1970).....	86
Edward SAPIR (1884-1939).....	88
Leonard BLOOMFIELD (1887-1949).....	88
Eric H. LENNEBERG (1921-1975).....	90
Roman JAKOBSON (1896-1982).....	95
Noam CHOMSKY (n. 1928).....	97
William LABOV (n. 1927).....	100
Miriam LEMLE (1937-2020).....	107
CAPÍTULO 5	
As línguas	113
5.1. <u>Introdução</u>	113
5.2. <u>As línguas naturais</u>	113
5.3. <u>Língua como meio de comunicação</u>	117
5.3.1. <u>A comunicação verbal</u>	118
5.3.2. <u>A comunicação não-verbal, embora vocal</u>	118
5.3.3. <u>Comunicação nem vocal nem verbal</u>	118
5.3.4. <u>As funções da linguagem</u>	119
5.3.5. <u>Linguístico, paralinguístico, extralinguístico</u>	120
5.4. <u>Língua como produto da mente</u>	121
5.5. <u>Idioma e língua</u>	123
5.6. <u>Nossa capacidade da linguagem nos permitiria adquirir línguas de alienígenas?</u>	123
5.7. <u>Por que os linguistas falam tanto em marcianos?</u>	124
5.7.1. <u>O marciano como o ideal da metodologia de análise linguística</u>	125
5.7.2. <u>O marciano como argumento em favor da gramática universal</u>	125
5.8. <u>A terra incognita: línguas sem palavras?</u>	126
Uma escala na viagem: Para falar com extraterrestres, nenhuma língua natural	128
CAPÍTULO 6	
As línguas de sinais são línguas?	131
6.1. <u>Introdução</u>	131
6.2. <u>A linguística se volta para as línguas de sinais</u>	134
6.2.1. <u>São línguas</u>	135
6.2.2. <u>Se é língua, tem variação</u>	136
6.2.3. <u>Um sinal tem estrutura</u>	136
6.2.4. <u>É tudo icônico?</u>	137
6.2.5. <u>Decorei um alfabeto manual: já sei LIBRAS?</u>	139
Galeria de linguistas neste capítulo	
Lucinda FERREIRA (n. ?).....	135

CAPÍTULO 7

Que língua se fala nesse lugar?	141
7.1. Introdução	141
7.2. Língua ou dialeto?	142
7.3. Os critérios para a tomada de decisão	144
7.3.1. A inteligibilidade	146
7.3.2. A inteligibilidade marginal	147
7.4. A variação social	148
7.5. A variação individual: o idioleto e o registro	149
7.6. A reação emocional a variedades ou a línguas	149
7.7. Língua nacional e língua oficial	155
7.8. As línguas cooficiais	156
Uma escala na viagem: <i>Sobre o conceito de DIALETO quando tratamos da Grécia antiga</i>	163
Uma escala na viagem: <i>As línguas de Portugal</i>	164
Galeria de linguistas neste capítulo	
Antenor NASCENTES (1886-1972)	165

CAPÍTULO 8

Então, quantas línguas há no mundo?	167
8.1. Introdução	168
8.2. As línguas extintas	169
8.3. As línguas em risco	170
8.4. Medindo o nível de risco	171
8.4.1. A gradação de vitalidade da UNESCO	172
8.4.2. A vitalidade na régua da EGIDS	173

CAPÍTULO 9

Que língua você fala?	177
9.1. Introdução	177
9.2. Língua materna e outras línguas	179
9.2.1. Língua materna, língua nativa, primeira língua, L1	179
9.2.2. Língua estrangeira, segunda língua, L2	180
9.2.3. A língua de herança	180
9.2.4. Bilíngue, bilinguismo	182
9.2.5. O atrito	183
Uma escala na viagem: “Língua” num mundo de migrações	184

CAPÍTULO 10

Um exemplo de multilinguismo: o Brasil	185
10.1. Introdução	185
10.2. As línguas nativas	186
10.2.1. Um lugar de muitas línguas	186
10.2.2. Quem falava essas línguas? A referência às populações nativas	187
10.2.3. Como se calculou o número de línguas aqui faladas no século XVI?	188
10.2.4. Um mapa em mudança: a morte de muitas línguas	189

10.3. As línguas brasileiras de imigração.....	194
10.3.1. Exemplo: o vestfaliano (Rio Fortuna, em Santa Catarina)	196
10.3.2. Exemplo: o koronia-go/‘língua da colônia’ ou nissei-go/‘língua do nissei’ (em comunidades rurais de São Paulo)	199
10.4. Quantas são as línguas brasileiras de imigração?.....	200
10.4.1. Exemplo: Hunsriqueano, ou Hunsrick, ou Hunsbucklisch, ou Deutsch	203
10.4.2. Exemplo: Pomerano	203
10.5. As línguas afro-brasileiras.....	204
10.5.1. Negros de Guiné, congos, angolas, moçambiques, minas... Qual a origem das vítimas desse comércio?	204
10.5.2. Os registros dessas línguas.....	207
10.6. As línguas de sinais	210
10.6.1. A LIBRAS	211
10.6.2. Outras línguas de sinais.....	213
10.7. O português	216
Uma escala na viagem: <i>E onde foram parar os antropônimos indígenas?</i>	218
Uma escala na viagem: <i>O nome das vítimas da economia escravista</i>	219
Uma escala na viagem: <i>“Negro” na documentação colonial</i>	220
<i>Galeria de linguistas neste capítulo</i>	
Aryon RODRIGUES (1925-2014).....	189
Lucy SEKI (1939-2017).....	193
 CAPÍTULO 11	
A linguística e os dados	223
11.1 Introdução.....	223
11.2. A obtenção dos dados	224
11.2.1. Informante, participante, sujeito, colaborador: tem diferença?.....	230
11.2.2. O falante nativo/ o sinalizante nativo	231
11.2.3. Por que transcrição fonética e não ortografia?.....	233
11.2.4. Da ortografia aos alfabetos fonéticos	234
11.2.4.1 O alfabeto latino em muitas línguas.....	235
11.2.4.2 Um problema: a comparação de dados oriundos de diferentes ortografias.....	235
11.2.5. O IPA	237
11.2.6. Dependendo do objetivo da pesquisa, a transcrição fonética sai de cena ..	240
Uma escala na viagem: <i>E se tivesse de ler em voz alta numa língua desconhecida que nunca se ouviu?</i>	242
<i>Galeria de linguistas neste capítulo</i>	
Charlotte EMMERICH (1938-2020)	228
 CAPÍTULO 12	
A comunidade linguística	245
12.1. Introdução.....	245
12.2. A comunidade linguística homogênea.....	246
12.3. Buscando padrões numa comunidade	247

12.3.1. A diglossia.....	248
12.3.2. Mudança de código/ <i>code switching</i> e mistura de códigos/ <i>code mixing</i>	249
Uma escala na viagem: <i>Não são empréstimos?</i>	250
CAPÍTULO 13	
O linguista e a ética	251
13.1. Introdução.....	251
13.2. Entra em cena o CEP/Comitê de Ética em Pesquisa.....	252
13.3. O TCLE e o RCLE.....	253
13.4. Os riscos potenciais para os participantes.....	254
13.4.1. Um risco evitado	255
13.4.2. Uma “delinquência ética”.....	255
13.4.3. O desapareço pela comunidade estudada.....	257
Uma escala na viagem: <i>Protocolos éticos</i>	257
Galeria de linguistas neste capítulo	
Giselle Machline OLIVEIRA E SILVA (1928-1995).....	252
CAPÍTULO 14	
O conhecimento produzido pela linguística indo aonde não se imaginava	259
Glossário	263
Atividades de revisão	267
Referências	271

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** O verbete linguística na 6ª edição do Moraes, de 1858
- Figura 2** Atlas linguístico de Sergipe – MEDALHA
- Figura 3** Typus gram(m)atic(a)e [‘imagem da gramática’]
- Figura 4** CLG: edições de 1916, de 1922, as duas edições brasileiras, de 1972 e de 2021
- Figura 5** Trecho da *Notícia de torto*
- Figura 6** A estrutura do signo
- Figura 7** “O signo é a contraparte dos outros signos da língua”
- Figura 8** As relações no signo são arbitrárias, haja ou não semelhança com o mundo externo
- Figura 9** Sistemas de escrita no mundo
- Figura 10** Índio botocudo
- Figura 11** O macaco verde africano
- Figura 12** Bluteau, v. 1, p. 79
- Figura 13** Sebastian Münster (1488-1552): monstros na *Cosmographia* (1544)
- Figura 14** A mensagem de Arcibo
- Figura 15** Gesto para ‘tudo certo’, ‘curtir’
- Figura 16** ÁRVORE em LIBRAS
- Figura 17** Mais de 50% das línguas do mundo estão localizadas em apenas oito países
- Figura 18** Pormenor do *Mapa Ebstorf*: O Paraíso Terreal
- Figura 19** Costa da Guiné no século XVII
- Figura 20** Mapa linguístico da África

- Figura 21** Esboço de mapa etnológico africano no Brasil
- Figura 22** Angola no século XVII
- Figura 23** Cartaz abolicionista britânico que ilustrava como o navio negreiro Brookes conseguia empilhar 454 indivíduos, usadas as medidas aprovadas pela Lei do Tráfico de Escravos de 1788
- Figura 24** Renata Bondim, 1976 in Emmerich (coord.) (2019:24)
- Figura 25** O Alfabeto Fonético Internacional
- Figura 26** Maā-kheru

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Italiano e “dialetos”

Quadro 2 Lei Municipal Nº 145, de 11 de dezembro de 2002 (S. Gabriel da Cachoeira)

Quadro 3 Línguas indígenas cooficiais - Fonte: IPOL

Quadro 4 Línguas de imigração cooficiais - Fonte: IPOL

Quadro 5 Línguas vivas no mundo - Linha do tempo no *Ethnologue*

Quadro 6 Graus de vitalidade - UNESCO 2003

Quadro 7 EGIDS e UNESCO

Quadro 8 Línguas brasileiras de imigração

Quadro 9 Línguas de sinais do Brasil

NOTA À SEGUNDA EDIÇÃO

Esta segunda edição tem a finalidade de rever e ampliar a edição anterior. Inclui o material que foi semanalmente inserido no blogue Linguística – M. Carlota Rosa depois de terminada a versão que se tornaria a primeira edição, ainda no final de 2021. Procura também facilitar a consulta dos alunos ao material das aulas de *Fundamentos da Linguística/ Linguística I*, muito dificultada depois que o endereço do blogue mudou. A partir de então, surgiram problemas variados e agora, para encontrar o material, somente digitando o endereço do *site* ou do blogue. As buscas não retornam nada ou retornam o endereço antigo, com o aviso de que foi desativado ou apagado.



Novo endereço do *site* **Linguística – M. Carlota Rosa**
<https://linguisticamcarlotarosa.wordpress.com/>
e do blogue:
<https://linguisticamcarlotarosa.wordpress.com/blog/>

Nesta nova edição a organização dos capítulos mudou, para ficar mais próxima da organização do programa da disciplina *Fundamentos da Linguística/ Linguística I* e para servir como um panorama geral na preparação para a seleção para o mestrado em Linguística.

Quando escrevi o texto da primeira edição, pensei num texto para leitura em telas unicamente – um *e-book*. Havia, por isso, muitos *links* embutidos. Essa informação se perdia caso se imprimisse o material, o que muitos alunos fizeram. Esta nova edição foi pensada de novo primariamente como *e-book*, para a leitura em telas portanto, mas procurei contemplar a possibilidade de o texto vir a ser impresso; sendo assim, os *links* são agora detectáveis facilmente pelo sublinhado característico. As definições que antes estavam em pequenos quadros estão agora no *Glossário*: eram difíceis de encontrar no texto impresso. Os termos no *Glossário* estão assinalados por um **G**, maiúsculo e vermelho – assim: **G** – em seguida ao termo a ser explicado, sublinhado porque é um *link* para a definição no *Glossário*.

Os blocos que na edição anterior traziam informações adicionais foram transformados na seção “Uma escala na viagem” e informadas no sumário.

A *Galeria de Fotos* da primeira edição tem agora destaque individualizado para cada um dos diferentes linguistas que a compunham. Cada foto foi acrescida de um pouco de informação sobre cada nome. Esses pequenos blocos foram inseridos em meio ao texto de modo a estarem próximos a alguma referência a cada um desses linguistas. Gostaria de adicionar mais nomes e fotos, mas me restringi àqueles mencionados no texto. Lembro que as fotos surgiram por sugestão de alunos, de que gostavam de ter uma imagem dos autores de que tanto se fala no Curso.

As ilustrações de ETs e de uma múmia fugitiva são minhas; a imagem nas seções “uma escala na viagem” foram produzidas com *Adobe Express/Texto para Imagem* em 8 de fevereiro de 2024.

Como, em princípio, um livro tem alcance potencialmente maior que apenas meus alunos, não cabia manter a prática que utilizo no blogue de ter citações em línguas que não o português. Ali são intencionais, porque levam em conta os cursos desses alunos. Nesta nova edição, quando presente, o texto original surge no rodapé e minha tradução, no corpo do texto.

Para tornar a leitura mais fluente, transportei todas as referências para as notas de rodapé, permanecendo no corpo do texto apenas aquelas que acompanham uma citação em destaque ou aquelas nas seções “Uma escala na viagem”.

Um trabalho sempre conta com a colaboração de muita gente. A todos que mencionei na primeira edição – meus (ex-)alunos, o Departamento de Linguística e Filologia, a Direção da AILP, Alina Villalva, Katia Abreu, Luiz Carlos Schwindt, Letícia Rebollo Couto, Rainer Guggenberger, Sonia Vasconcelos, Martha Sorenson, Heloíse Gripp, Adriana Leitão Martins, Alessandro Boechat de Medeiros, Lilian Ferrari, Sandra Madureira, Eduardo Rivail Ribeiro, Mateus de Oliveira, Marina Lemle, Marcos Marcionilo, José de Jesus Rosa e Marcos

Bagno — adiciono agora o Programa de Pós-Graduação em Linguística, que deu apoio a esta nova edição, Gilvan Müller de Oliveira, pela paciência em ajudar com um *link* quebrado, Valdir do Nascimento Flores e Roberto Freitas Jr. pelas sugestões e, novamente, José de Jesus Rosa, meu leitor crítico.

Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 2024

Maria Carlota Rosa

e-mail: carlota@acd.ufrj.br marcarlota.rosa@letras.ufrj.br

website (atualizado): <http://linguisticamcarlotarosa.wordpress.com>

NOTA À PRIMEIRA EDIÇÃO

Este livro tem como público-alvo primário um estudante em seu primeiro contato com a linguística. Esse primeiro contato se dá, em geral, no ensino superior para aqueles que buscaram o curso de Letras ou, mais recentemente, os cursos de Fonoaudiologia ou de Linguística. Este material visa a estar ao alcance, portanto, de um estudante recém-saído do Ensino Médio.

Por ter como leitor principal o aluno de primeiro período, que cursa disciplinas sem pré-requisitos, este texto não exige conhecimentos prévios de linguística e, por essa razão, está ao alcance também de um público mais amplo que os alunos de Letras, de Linguística ou de Fonoaudiologia. Aqui se reflete a visão de uma disciplina introdutória na conformação curricular na Faculdade de Letras da UFRJ nas duas últimas décadas. A ementa desse semestre inicial – *Fundamentos da Linguística (Ling I)* – contém os seguintes tópicos: *Conceito de Linguística; Linguagem e língua; Breve história da linguística; Principais correntes da Linguística; Relação entre a Linguística e outras áreas; Aquisição da linguagem e habilidades cognitivas gerais*. Esse conteúdo lançará as bases para as disciplinas de Linguística que se seguirão à medida que esse aluno progride no Curso. Nessa conformação curricular seguem-se semestres específicos para *Fonética e Fonologia (Ling II)*, *Morfologia e Sintaxe (Ling III)* e ainda *Linguística e Ensino (Ling IV)*, cada um deles com 60 horas. Como o foco deste material é a introdução aos fundamentos da disciplina, ele poderá ser usado com alunos que se preparam para uma vaga na pós-graduação.

Uma parte deste material reúne postagens publicadas como material complementar para minhas turmas de *Ling I* no blogue *Linguística-UFRJ* M.Carlotia Rosa

quando a pandemia de covid-19 obrigou ao ensino remoto, com o consequente fechamento da biblioteca. Com o material se acumulando semestre a semestre no blogue, com meus alunos tendo de buscar os textos que eu indicava por data ou pela nuvem de *tags*, procurei mais organização com o texto que ora se apresenta. Procurei também facilitar o acesso aos materiais mencionados, embutindo os respectivos links no corpo do texto ou nas notas, detectáveis pelo surgimento de uma mãozinha na passagem do cursor pelo trecho (como ilustrado com as duas últimas linhas desta página).

Rio de Janeiro, 30 de março de 2022

Maria Carlota Rosa

Departamento de Linguística e Filologia / Faculdade de Letras

Universidade Federal do Rio de Janeiro

e-mail: carlota@acd.ufrj.br mcarlota.rosa@letras.ufrj.br

website (atualizado): <http://linguisticamcarlotarosa.wordpress.com>

PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO

Marcos Bagno

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Tão logo surgiram as primeiras civilizações, que permitiram a sedentarização dos grupos humanos e, com ela, a possibilidade de algumas pessoas se dedicarem ao cultivo da abstração, da consideração atenta de fatos e fenômenos e de sua teorização, as línguas e a linguagem sem dúvida estiveram entre os primeiros objetos de curiosidade e especulação. Não é difícil supor que, antes mesmo do desenvolvimento da escrita, as pessoas já se admirassem com a capacidade única da espécie humana de simbolizar o mundo por meio da articulação vocal de processamentos cognitivos. A própria criação dos sistemas de escrita, um processo que durou muitos séculos e ocorreu em diferentes regiões do planeta, já implicava necessariamente uma reflexão sobre o funcionamento das línguas. Com o avanço da história, as línguas foram abordadas dos mais diversos pontos de vista: religioso, moral, filosófico, político, pedagógico, estético etc. Na Europa, sob impulso dos gregos e, posteriormente, de seus herdeiros culturais, as reflexões sobre a língua-linguagem se organizaram sobretudo em dois grandes campos: a filosofia e a filologia. Esta última vai fazer surgir a gramática — uma palavra que acumulou diversos e contrastantes sentidos ao longo de mais de dois milênios de história e que, neste livro, recebe com toda justiça um tratamento detalhado logo num dos primeiros capítulos. Filosofia da linguagem e filologia-gramática vão atravessar os séculos ao longo de percursos que ora se distanciam, ora se cruzam, como evidencia a produção em diversas fases históricas das chamadas gramáticas especulativas ou gramáticas filosóficas. Essas investigações de cunho filosófico

eram guiadas quase sempre pela tentativa de entender o funcionamento da língua como reflexo do funcionamento da mente, de modo que gramática e lógica sempre andaram juntas — e é precisamente por isso que, até os dias de hoje, muita gente queira justificar determinados usos gramaticais e condenar outros com base numa suposta “lógica” intrínseca da língua, a língua sendo vista como uma entidade dotada de vida, vontade e funcionamento independentes dos seres humanos que a falam.

Na virada do século 18 para o 19, no entanto, as investigações sobre as línguas ganharam nova direção e definiram novos objetos. Desde pelo menos o século 16, diversas pessoas — especialmente missionários religiosos e mercadores — vinham observando semelhanças entre o sânscrito, a língua da monumental literatura sagrada do hinduísmo, e línguas europeias como o grego, o latim, o francês, o alemão etc. Foi na última década do século 18 que essas hipóteses se confirmaram e abriram o caminho para a constituição de uma área de conhecimento específica que passou a se chamar linguística. A principal ruptura da linguística com relação aos estudos anteriores estava no fato de se debruçar sobre a língua em si e por si mesma, isto é, sem querer relacionar a língua com a lógica clássica e sem se preocupar com a definição do que é considerado certo ou errado nos usos da língua. Com isso, a linguística rompia os laços milenares que os estudos da linguagem tinham mantido até então com a filosofia-lógica e a filologia-gramática.

O primeiro objeto da disciplina nova foi a mudança linguística, os processos responsáveis pela transformação de uma língua hipotética original (denominada protoindo-europeu) em tantas línguas diferentes, espalhadas num território que ia desde a Islândia, nos confins do Oceano Ártico, até a Índia e (descobriu-se mais tarde) o noroeste da China. Desse modo, o século 19 foi praticamente todo dominado pela chamada linguística histórico-comparativa, cujos praticantes acabaram por reivindicar para sua disciplina o estatuto de “ciência”, porque dispunha de um objeto de estudo bem delimitado e de metodologias e instrumentos de análise próprios e exclusivos dela, aos moldes da definição de ciência pela escola positivista. A linguística, portanto, é um campo científico que existe há mais ou menos 230 anos.

Essa primeira corrente principal dos estudos linguísticos se ramificou em diversas outras a partir do início do século 20. A investigação das línguas deixou de ser exclusivamente diacrônica (isto é, histórica) para ser também sincrônica (isto é, uma investigação das línguas tais como faladas na atualidade). O objeto da linguística — a língua e, mais amplamente, a linguagem — passou a ser estudado desde perspectivas variadas e em interseção com outras áreas de conhecimento: uma vez que as línguas são constitutivas de tudo o que diz

respeito à espécie humana, seu estudo poderia e deveria ser feito em conexão com as outras ciências que se dedicam aos demais aspectos da existência da espécie. É quando surgem as subdisciplinas que promovem essa conexão e definem seus princípios, critérios e métodos particulares: sociolinguística, psicolinguística, linguística cognitiva, neurolinguística, biolinguística, geografia linguística, sociologia da linguagem, pragmática linguística, linguística evolutiva, antropologia linguística, análise do discurso etc. Ao lado da linguística teórica se desenvolveram as diferentes áreas da chamada linguística aplicada, um vasto campo interdisciplinar: ensino de língua(s), tradução, linguística forense, linguística computacional, linguística de corpus, linguística contrastiva, estilística, política e planejamento linguísticos etc. Tudo isso sem desconsiderar os estudos de longa tradição da fonética-fonologia, da morfossintaxe, da semântica e do léxico. Nesta terceira década do século 21, portanto, o rótulo linguística recobre uma notável quantidade de escolas teóricas, de metodologias e áreas de aplicação. Dar conta de tudo isso numa obra de síntese não é tarefa simples, mas este livro da Professora Maria Carlota Rosa cumpre bem o que promete no título: uma viagem pela linguística — um percurso com diversas paradas importantes, com visitas guiadas aos pontos de maior interesse e indicações seguras para quem deseja se aventurar mais longe.

Depois de apresentar algumas noções preliminares (linguística, linguistas, informantes, comunidade linguística), de contar a história do termo gramática e de delimitar os objetos de investigação da linguística, a obra se divide em duas grandes partes: a primeira aborda as relações entre linguagem e sociedade; a segunda, as interações entre linguagem e indivíduo, na perspectiva biológica. Essa divisão tem toda razão de ser. Não existe língua isolada do ser humano que a emprega, e não existe ser humano que não viva em sociedade, dado o caráter gregário mesmo da espécie. A investigação linguística, portanto, pode se fazer tendo como objeto o indivíduo, suas características biológicas — físicas e mentais —, ou a relação entre a(s) língua(s) e os fatos e fenômenos sociais. Isso permite qualificar a linguística como, de um lado, uma ciência cognitiva e, do outro, uma ciência social. Essas duas abordagens, que durante muito tempo foram tratadas como reciprocamente excludentes, encontram hoje diversas pessoas interessadas em interligá-las, dada a impossibilidade de estudar o indivíduo fora de sua comunidade e de estudar a comunidade sem considerar as propriedades biológicas de seus indivíduos — é o campo da linguística sociocognitiva, que vem se desenvolvendo desde o final do século 20.

A quantidade de temas abordados neste livro é impressionante, assim como as referências a linguistas que têm deixado sua marca na história da disciplina, tanto no plano internacional quanto no brasileiro. O caráter marcadamente

didático da obra se demonstra na riqueza de ilustrações, gráficos, mapas, diagramas, fotografias etc. que contribuem para a melhor apreensão das informações oferecidas no texto. Há também numerosas remissões, por meio de links, a sítios da Internet onde é possível encontrar fontes para que o leitor possa ir mais a fundo nos temas de seu interesse particular.

Pessoalmente, o que mais me sensibiliza neste projeto da Professora Maria Carlota é seu caráter político, no sentido mais amplo e positivo de político, seu manifesto engajamento social. A longa experiência docente da autora fortaleceu nela a consciência de que, numa sociedade tão desigual e injusta como a brasileira, o acesso à bibliografia especializada — como a tantos outros bens e direitos — é privilégio de poucos, enquanto muitos, de fato a maioria, e em especial os estudantes de Letras, mal dispõem dos recursos mínimos para ter uma vida digna, que dirá para levar adiante sua formação superior. Produzir uma obra desta envergadura, com tantas qualidades e, sobretudo, de acesso universal e gratuito é fruto de um compromisso humano e profissional com a construção de uma sociedade democrática, fruto de uma ética que se afirma a despeito de todos os obstáculos que se levantam diante dela. E quem conhece a Professora Maria Carlota Rosa pode dizer com muita tranquilidade que ética é aquilo de que ela mais entende.

CAPÍTULO 1

VAMOS ESTUDAR O QUÊ?

O que distinguiu a linguística das abordagens anteriores? Não um único critério, mas uma constelação deles.

Diferentemente da filologia, não estava vinculada à interpretação de textos clássicos ou medievais; diferentemente da etimologia, sua principal preocupação não era a origem de palavras específicas; diferentemente da tradição da *grammaire générale* da França dos séculos XVII e XVIII (mais tarde revivida por Noam Chomsky), não estava ligada a investigações sobre lógica; diferentemente da tradição da gramática pedagógica, não se destinava diretamente ao ensino da língua padrão ou de línguas estrangeiras clássicas ou modernas. Ao mesmo tempo, os proponentes da linguística moderna não cortaram os laços com estas empresas mais veneráveis; em vez disso, afirmaram o domínio sobre elas, com base numa reivindicação de autoridade científica.

(JOHN E. JOSEPH, 2017:1)

O estudo da linguagem é pertinente para muitos campos de investigação. É relevante para a psicologia, a antropologia, a filosofia e a medicina. Invade as humanidades, assim como as ciências sociais e as ciências naturais. Podemos conduzir pesquisas que se concentrem no que o homem fez em determinada língua ou para línguas específicas; ou podemos considerar a linguagem como um fenômeno natural — um aspecto da natureza biológica, a ser estudado do mesmo modo que a anatomia por exemplo. Qual dessas abordagens deve ser escolhida é uma questão de curiosidade pessoal.

(ERIC LENNEBERG, 1967: VII)

1.1. INTRODUÇÃO

Embora haja registro de estudos linguísticos desde a Antiguidade, a *linguística* é relativamente recente. Sua definição mais comum, repetida em

inúmeras obras, é *linguística é o estudo científico da linguagem*. Começamos aqui a nossa viagem com a linguística.

1.2. UM NOVO CAMPO DE CONHECIMENTO

A primeira vez que o substantivo **linguística** surgiu num dicionário de português — informa-nos o *Dicionário Houaiss* — foi em 1858, na sexta edição do *Diccionario da Lingua Portugueza*, do carioca Antônio de Moraes Silva (1757?-1824)¹, já então a cargo de Agostinho de Mendonça Falcão de Sampaio Coutinho e Póvoas (1753-1854). Surgia definido como uma ciência.

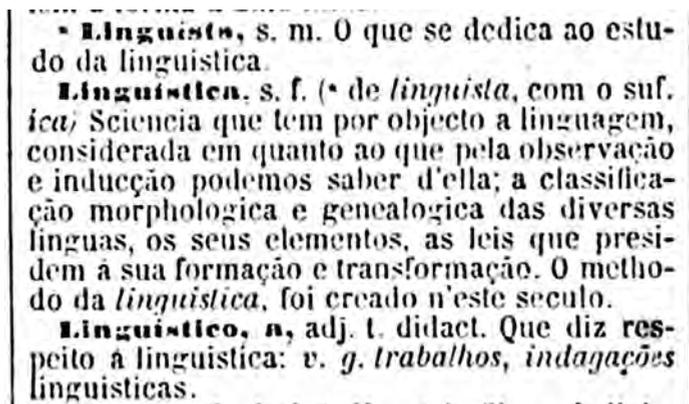


Fig. 1. O verbete linguística na 6ª. edição do Moraes, de 1858.

Fonte: Biblioteca São Clemente da Casa de Rui Barbosa²

Linguística entrava no português tomado do francês *linguistique* (atestado pela primeira vez em 1812), que, por seu turno, fora tomado do alemão *Linguistik*, em uso pelo menos desde 1808, quando fez parte do título de um periódico que teve vida curta, o *Allgemeines Archiv für Ethnographie und Linguistik* [‘Arquivo Geral de Etnografia e Linguística’]³.

Décadas depois de registrado no Moraes, dicionário editado em Portugal, *linguística* era termo conhecido no Brasil, mas concorria, como notou Silvana Gurgel, com *glotologia*, *glossologia*, *glótica*⁴ e até mesmo com *filologia*, esta

¹ Ricardo Cavaliere (2022:225), como fizera em obra anterior (Cavaliere, 2006), adota a data em Augusto Victorino Alves Sacramento Blake (1883-1902: 1, 268-270) e aponta o nascimento de Moraes em 1757. Diferentemente, porém, da obra de 2006, Cavaliere aponta a dúvida sobre essa informação, explicada em nota de rodapé.

² <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibobpub&id=23893003166014&pagfis=11065>

³ Koerner (1989: 87n 13). Também Joseph (2017: 182).

⁴ Na 5ª edição do *Dicionário de Filologia e Gramática*, de 1973, edição póstuma, portanto, Camara Jr. já observava que eram “pouco usuais” os termos *glótica* e *glotologia*.

tão ampla que encerrava “todos os estudos possíveis acerca de uma língua ou grupo de línguas”⁵.

Alfredo Gomes (1859-1924), por exemplo⁶, na *Grammatica portugueza* (1915), não empregou *linguística*, mas *glotologia*. Ao distinguir *glotologia* de *filologia*, Gomes⁷ chamou a atenção para o novo termo: *linguística* era “expressivo”, mas “mal formado”. A crítica talvez se devesse ao fato de o novo termo científico, diferentemente de *glotologia*, ter formação híbrida, isto é, reunia um radical latino (*ling-*) e um sufixo de origem grega (*-ico*). Gomes notava ainda que alemães e ingleses empregavam outra denominação: *ciência da linguagem*; quanto a ele, porém, a preferência recaía sobre *glotologia*.

A observação de Silvana Gurgel sobre as diferentes denominações que se apresentavam no cenário científico brasileiro levantava um ponto interessante: o processo de estabelecimento da nomenclatura que viria a identificar um tipo de estudo desenvolvido ao longo do século XIX ainda era sentido como novo no início do século XX. A discussão acerca da nomenclatura tinha o pressuposto de que surgira um novo campo científico. Esse campo, para aqueles que dele tomavam parte, não se confundia com a *filologia*, uma tradição de estudos tão antiga pelo menos quanto os gramáticos alexandrinos. Era diferente da filologia,

que se ocupa especialmente do estudo racional de uma lingua já constituída em suas fôrmas concretas; o estudo de sua literatura; a correccão e restituição artistica dos textos antigos de um idioma, adulterados ou corrompidos pela ignorancia de certas epochas, estudo feito á luz da historia e pelo confronto de documentos escriptos.

(Gomes, 1915: 6-7)

A nova ciência também não pretendia estudar as línguas como instrumental para a comunicação. Um dos nomes famosos da época, Max Müller (1823-1900) expressava assim o que esperava da *ciência da linguagem*:

Na Ciência da Linguagem, as línguas não são tratadas como um meio, a própria linguagem se torna o único objeto da pesquisa científica. [...] Não queremos conhecer línguas; queremos conhecer a linguagem, o que é, como forma um veículo ou órgão do pensamento; queremos conhecer sua origem, sua natureza, suas leis; e é apenas com a finalidade de alcançar esse conhecimento que coletamos, organizamos e classificamos todos os fatos de linguagem a nosso alcance. (Müller, [1861] 1862: 15-22)

⁵ Serafim da Siva Neto citado no estudo de Olga Coelho (1998: 114).

⁶ Gurgel (2008: 37-38; 57).

⁷ Gomes (1915: 6).

Ao se assumir como uma ciência, a linguística declarava também que estava fora de seu escopo a tradição de estudar gramática com o intuito de “formular regras para distinguir as formas corretas das incorretas”⁸. Como ciência, a linguística interessa-se pela linguagem e pelas línguas, sejam estas faladas em sociedades com avanços tecnológicos notáveis ou não, que tenham escrita ou não; interessa-se por todas as variedades de uma língua, tenham ou não prestígio social. Para ser estudada, uma língua não precisava de ser rotulada como **língua de civilização**^G, caracterização tão cara à filologia e que diferenciava as línguas que tinham escrita e literatura escrita.

A nova ciência demarcava seu campo com a defesa de sua autonomia em relação a outros campos de conhecimento. Era uma espécie de corolário da última frase da obra saussuriana: “**a Linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma**”⁹.

Em 1970, na introdução a *New Horizons in Linguistics* [‘novos horizontes na linguística’], seu editor, John Lyons (1932-2020), defendia que, tendo a linguística chegado a um estágio de maturidade como ciência, a insistência na autonomia não se fazia tão necessária. A definição de linguística no dicionário de Mattoso Camara Jr. antecipava o pleito de Lyons: “A linguística é uma ciência antropológica, referente ao homem e à sua cultura [...], como a sociologia, a antropologia cultural e a psicologia coletiva; mas também assenta em dados das ciências bio-físicas, ou da Natureza, como a biologia, a física acústica”¹⁰.

Ao longo do século XX a linguística conseguia ampliar o conhecimento sobre a linguagem, criando campos de pesquisa como a sociolinguística, a neurolinguística, a psicolinguística. Na interação com a biologia é onde a linguística parece se afastar mais das humanidades (por conseguinte, da área de letras) e se inserir entre as ciências naturais.

A nova ciência da linguagem envolvia **pesquisa**; daí começar a ganhar espaço nas universidades. Não se pode esquecer, porém, que o modelo de universidade que une o ensino e a pesquisa é também uma inovação do século XIX, na esteira do pensamento de Wilhelm von Humboldt (1767–1835) na Alemanha, criador da Universidade de Berlim.

Como qualquer ciência, a linguística tem seu próprio *jargão*, isto é, uma **terminologia**. A importância dessa nomenclatura para quem trabalha na área reflete-se na publicação de dicionários e glossários de linguística, quer gerais, quer específicos para uma subárea: dicionários de fonética, de fonologia, de morfologia. Cada termo recebe uma definição que pode ser discutida e revista no

⁸ Saussure, *Curso*, Introdução, 1.

⁹ Saussure, *Curso*, 5ª parte, 5.

¹⁰ Camara Jr. ([1965b] 1973: 250).

âmbito de uma teoria linguística. No caso da linguística, parte da terminologia teve origem há mais de dois mil anos: *vogal, consoante, verbo, língua, linguagem*.

Qual o problema? É que vêm à memória as palavras de Kuhn: novos paradigmas acabam por incorporar parte do vocabulário do paradigma tradicional (Kuhn, 1991 [1962]: 189) e, assim sendo, um termo que era compartilhado pela comunidade científica passa a responder a uma nova estrutura conceptual: rejeitam-se as antigas acepções, substituídas pelas do novo paradigma. O termo é o mesmo e não é, necessitando de definição a cada emprego cujo público ultrapasse os limites do grupo de pesquisa constituído no âmbito do novo paradigma. (Rosa, 2020b: 122)

A linguística nascia num período em que também acontecia a compartimentalização das ciências e sua profissionalização — é do mesmo período o nascimento da palavra *cientista* (do inglês *scientist*)¹¹ — e, em decorrência, começava a separação entre dois tipos de audiência: o especialista e o não especialista¹². A produção científica — artigos, livros, conferências, comunicações — agora a cargo de cientistas, passava a ter como público-alvo os pares acadêmicos, isto é, os membros da comunidade acadêmica daquela especialidade, no mesmo país ou não. As discussões sobre a linguagem ganhavam fundamentação teórica, às vezes mais social, às vezes mais biológica, ou mais antropológica. Avaliar a argumentação e os dados apresentados num artigo científico exigem, em princípio, um leitor especialista, que procurará analisar se os dados, a metodologia de análise e a discussão permitem concordar com a hipótese apresentada.

A situação é outra em muito do que circula nas redes sociais, por exemplo. Em lugar de argumentos sustentados por evidências, abertos à crítica, surgem discursos que apelam para a emoção, a fim de fazer com que o leitor/ouvinte reaja, sem sopesar as evidências que sustentam aquelas informações: por exemplo, afirmações que dão como certo que os usos linguísticos não cultos evidenciam falta de inteligência dos falantes; que as formas com prestígio social seguem a lógica, o que não aconteceria com as formas sem prestígio; que há línguas que tornam seus falantes mais atraentes sexualmente; que no Brasil apenas no Maranhão se fala bem o português.

As crenças sobre as línguas podem, por exemplo, tentar associar determinados usos linguísticos a marcas de atraso de um país, como num apelo veementemente endereçado ao *Jornal do Brasil* do Rio de Janeiro em meados da década

¹¹ Cunhada por William Whewell (1794-1866) em 1834 (Snyder, 2017).

¹² Raichvarg & Jacques (1991: 30).

de 1970: um leitor discordava dos nomes dos dias da semana em português e pedia para que fossem substituídos por nomenclatura que seguisse o modelo do espanhol (e podemos acrescentar também o francês e o italiano): *lunes, martes miércoles; lundí, mardi; lunedì, martedì...* A atual denominação seria motivo de troça fora do Brasil: não há feiras aos sábados e domingos?¹³

Este tipo de material constitui o que se convencionou chamar **linguística ingênua**¹⁴ ou **popular** (ing. *folk linguistics*): ideias sobre um tema linguístico que vão sendo disseminadas sem discussão. Se alguém questiona quem repete um desses lugares comuns pode contar com o mau humor de quem o defende, como constatara Leonard Bloomfield¹⁵,¹⁶.

Com o *status* de ciência, a linguística deveria ter um **método**, como apontava Moraes (Fig 1). O pequeno excerto de Max Müller anteriormente apresentado apontava um caminho: a observação, a coleta de dados, as generalizações

¹³ *Jornal do Brasil*, 29/07/1973, **Cartas dos Leitores**: “Apesar de muita coisa já haver evoluído no Brasil, ninguém contesta que ainda há muito para ser mudado por aqui: a alteração, por exemplo, dos nomes dos dias da semana é reforma que se impõe, necessária e urgente. // É preciso um brasileiro viajar a um país de língua espanhola para sentir as chacotas e troças com a nossa designação dos dias, esdrúxula e imbecil: “que fizeram da primeira-feira?”, “porque terça e não terceira-feira?”, “nos sábados e domingos não há feira?”, e por aí além.// Não sei a origem dos nomes adotados, mas são incontestavelmente ridículos e idiotas. Outros povos basearam-se nos nomes dos planetas do nosso sistema solar para batizar os dias: por que não adotamos também o mesmo princípio, ou usar mesmo os nomes inteiros desses planetas? // Poderíamos conservar o sábado e o domingo, escolhendo cinco planetas para os demais dias, ou então mudar tudo, para não ficar igual aos outros. Teríamos então: mercúrio (2a.), vênus (3a.), marte (4a), urano (5a),júpiter (6a), saturno (sab.) e netuno (dom.), obedecendo a escala das distâncias relativas ao Sol. Eduardo L. Marinho – Rio”. (https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=%22dias%20%c3%bates%22&pagfis=14950).

¹⁴ Tradução para *folk linguistics* proposta por Rodolfo Ilari na tradução do dicionário de R.L.Trask (2004).

¹⁵ Bloomfield (1944: 49): ‘*The tertiary response occurs almost inevitably when the conventional secondary response is subjected to question. The tertiary response is hostile; the speaker grows contemptuous or angry. He will impatiently reaffirm the secondary response, or, more often, he will resort to one of a few well-fixed formulas of confutation.*’ [‘A resposta terciária ocorre quase inevitavelmente quando a resposta secundária convencional é questionada. A resposta terciária é hostil; o falante fica com desprezo ou raiva. Reafirmará impacientemente a resposta secundária ou, mais frequentemente, recorrerá a uma das poucas fórmulas de refutação bem fixadas’].

¹⁶ Para alcançar os não especialistas, isto é, para fazer com que a ciência – qualquer ciência – possa chegar ao grande público e demonstrar sua importância para a humanidade, cresce em importância a **divulgação científica**, em especial num momento em que todos somos bombardeados diariamente com notícias falsamente científicas, por vezes cômicas de tão absurdas, por vezes criminosamente perigosas. Comentei em “**Mentir online é mais fácil ou mais difícil?**” no meu blogue, uma mensagem que recebi no meu e-mail: “Segundo a Dra. Jane Doe, que é ginecologista da Universidade de Ohio, Massachusetts, o uso diário todos os dias de uma camada grossa de Vicvaporube na sola dos pés impede a tosse, porque tira a umidade. A tia da prima da minha amiga mora em Brasília, que é muito úmido, usou nos netos agora em agosto e em menos de 5 minutos acabou a tosse deles. Essa notícia é verdadeira. Ninguém divulga por causa dos interesses dos lucros da indústria farmacêutica, mas a Dra. faz parte da Agência Internacional de Risco, lá de Miami, e é contra. Se você puder repassar esta mensagem eu autorizo”. O comentário está em <https://linguisticamcarlotarosa.wordpress.com/2021/04/01/mentir-online-e-mais-facil-ou-mais-dificil/>.

sobre os dados para, destas generalizações, chegar a leis que permitissem fazer previsões acerca da linguagem. Não é esse o único caminho e em meados do século XX muitos linguistas demonstraram que era possível propor uma hipótese e depois partir para a observação. Não qualquer hipótese, mas uma hipótese que fizesse previsões claras e testáveis.

1.3. O LINGUISTA E A COMUNIDADE CIENTÍFICA

Os resultados das pesquisas em linguística (como em qualquer outra ciência) são divulgados em congressos e em publicações, de modo que a comunidade científica possa verificar os resultados obtidos, aceitá-los, aprofundá-los ou mesmo contestá-los. Essa discussão levará em conta a teoria, as hipóteses, as evidências e os argumentos apresentados. Tudo isso para quê?

O conhecimento sobre a linguagem e as línguas aumenta a nossa compreensão do mundo. Há, porém, uma outra questão a considerar no tocante à divulgação dos resultados. As pesquisas constituem-se em documentação sobre línguas e muitas são as línguas em perigo de extinção: talvez 90% delas venha a desaparecer ao longo do século XXI¹⁷.

De um ponto de vista mais pragmático, diferentes atividades podem vir a se beneficiar desse conhecimento: do ensino de línguas ao trabalho de fonoaudiólogos; de roteiros de cinema a projetos militares; da configuração linguística de um celular ao trabalho missionário.



1.4. DUAS LINGUISTAS DA FICÇÃO

Linguista já consta da *CBO/Classificação Brasileira de Ocupações*, do Ministério do Trabalho e Emprego, mas quando se é perguntado sobre em que se trabalha e se responde “sou linguista”, “sou professor de Linguística” em geral se recebe de volta um “que é isso?”, “aula de quê?”.

Nas raras vezes em que linguistas surgem como personagens da ficção (o que poderia ajudar a divulgar o tipo de trabalho que fazem), essas personagens têm trabalhos um tanto diferentes dos linguistas com que temos contato na universidade. Vamos a dois exemplos.

¹⁷ Krauss (1992:7).

A personagem *Annie Walker*, vivida pela atriz Piper Perabo entre 2010 e 2014 no seriado de televisão *Covert Affairs/Assuntos Confidenciais*, tinha como requisitos de seu trabalho saber lutar, atirar, pilotar embarcações e motos, saltar do alto de prédios para telhados vizinhos, tudo isso sem se atrapalhar com os maravilhosos sapatos de solado vermelho e finos saltos altíssimos. Annie Walker falava muitas línguas e por isso, em inglês, podia ser caracterizada como *linguist*. O inglês *linguist* significa: (a) alguém que é poliglota; e (b) um especialista em linguística, significado mais comum para *linguista* em português, já presente no Moraes ainda no século XIX (*Figura 1*). A personagem Annie Walker era *poliglota*, falava seis línguas. Muitos linguistas são políglotas, mas nem todos. Não é uma exigência, e podemos lembrar as palavras de um respeitado linguista, R. H. Robins (1921-2000):

Como um ideal impraticável, [o/a linguista – MCR] deveria saber alguma coisa de cada língua; certamente isto é impossível, e na prática muitos linguistas concentram-se num número limitado de línguas, incluindo suas próprias línguas nativas, e variando o número de línguas estudadas e a profundidade dos conhecimentos adquiridos sobre cada uma, por fatores pessoais, de um linguista para outro. (Robins, [1964] 1977: 2).

A segunda personagem recente, *Louise Banks*, foi a linguista interpretada por Amy Adams em *Arrival/A Chegada*, longa metragem de 2016. Banks trabalhava numa universidade quando as forças armadas de seu país a convocaram para decifrar o sistema linguístico de heptápodes chegados à Terra e, assim, permitir o estabelecimento da comunicação com esses visitantes extraterrestres. Pensar como um extraterrestre para assim compreender sua língua não está entre as tarefas dos linguistas, uma vez que o foco do trabalho está nas línguas faladas ou sinalizadas pelos quase oito bilhões de habitantes da Terra.

Como entender, então, a publicação de uma obra como *Xenolinguistics*, editada por Douglas A. Vakoch e Jeffrey Punske¹⁸, com 18 capítulos de autores renomados sobre “a natureza potencial de uma inteligência não-terrestre com capacidades linguísticas”? A resposta demonstra que o livro é uma grande compilação do que se sabe sobre a comunicação de humanos:



em vez de ser um volume especulativo sobre a natureza potencial da inteligência não terrestre/ dos sistemas linguísticos não terrestres, este volume explora amplamente o que sabemos sobre os sistemas de comunicação, línguas e outros

¹⁸ Vakoch & Punske, eds. (2024).

sistemas cognitivos da Terra através das lentes do que poderíamos observar para além. Ao fazê-lo, esperamos ajudar a definir os limites do que sabemos no presente sobre tais sistemas e fornecer a base para futuras explorações de questões mais amplas sobre a natureza da linguagem e da comunicação.
(Punske, 2024: 1)

Os linguistas têm procurado demonstrar que, não obstante a grande variedade de línguas no mundo, o fato de todas serem línguas pressupõe que todas têm algo em comum, porque têm por base mente/cérebro de seres humanos. As hipóteses linguísticas fazem sentido em relação ao conhecimento acumulado sobre as línguas, sobre a biologia humana, a psicologia humana, as sociedades humanas. Mas o que se saberia sobre alienígenas erráticos, se temos apenas construtos ficcionais sobre esses seres?

1.5. NOVOS HORIZONTES

O interesse pela compreensão de como a capacidade da linguagem se realiza nas diferentes línguas do mundo organiza a pesquisa em diferentes áreas relativas à estrutura linguística ou subsistemas: a parte sonora (a *fonética* e a *fonologia*), a formação do vocabulário (a *morfologia*, o *léxico*), as construções (a *sintaxe*), o significado (a *semântica*), áreas que frequentemente são objeto de disputas teóricas. Todos esses aspectos de uma língua podem ser analisados focalizando-se o modo como se apresentam em dado momento ou traçando as mudanças que cada subsistema sofreu ao longo do tempo. O interesse pode alcançar aspectos mais gerais: determinada característica encontrada em dada língua está presente em todas as línguas ou apenas num dado grupo? Poderíamos classificar as línguas do mundo segundo características estruturais? Quais?

Questões ligadas a como a linguagem surgiu na espécie humana ganharam novo campo de pesquisa com o estudo de línguas que sabemos como começaram: os **pidgins** e os **crioulos**.

O desenvolvimento linguístico das crianças também ganhou interesse. Todas as crianças, em torno da mesma idade, começam a se expressar numa língua se e somente se pelo menos uma língua esteja sendo empregada em seu ambiente. Se faltar essa condição, haverá sequelas. Por quê? Mas e as crianças surdas com pais ouvintes que, sem acesso a uma língua oral, também não são expostas a uma língua de sinais?

A linguística também se interessa pela língua “em dissolução” em decorrência da saúde do falante/sinalizante: o que podemos entender sobre a linguagem pela análise de sequelas linguísticas que se seguem a episódios que afetam o cérebro de um ser humano?

Citando o linguista russo Roman Jakobson, a linguística “interessa-se pela linguagem em todos os seus aspectos – pela linguagem em ato, pela linguagem em evolução, pela linguagem em estado nascente, pela linguagem em dissolução”¹⁹. Jakobson mostrava que os interesses da linguística se haviam alargado ao longo do século XX. Temos agora múltiplas facetas, que a lista a seguir, não exaustiva, ilustra:

- biolinguística
- ecolinguística
- etnolinguística
- geolinguística
- linguística
- linguística antropológica
- linguística aplicada
- linguística computacional
- linguística evolucionária
- linguística forense
- neurolinguística
- psicolinguística
- sociolinguística

Tanta diversidade nos leva a lembrar o questionamento com que Gabriel Othero e Valdir Flores abrem o volume recentemente organizado por eles com o título *A linguística hoje: múltiplos domínios*:

Quantas teorias existem? Quantos métodos? Quantas escolas de pensamento? Quantos autores? Quantas interfaces disciplinares são possíveis? E a principal pergunta: há algo que permite unificar a linguística de forma que o uso do artigo definido “a” assinala tratar-se, efetivamente, de uma expressão referencial definida? [...] inspirados em Ferdinand de Saussure, em especial na noção de “ponto de vista” apresentada no *Curso de linguística geral* (CLG), defendemos a existência de *linguísticas*, no plural, com seus respectivos objetos, também no plural. (Othero & Flores, eds. 2023: 7)

Não obstante tantos domínios ainda está lá, no título, a forma consagrada: A LINGUÍSTICA, porque “[o] importante é ter-se clareza de que a designação singular não pode encobrir a multiplicidade constitutiva do campo”²⁰.

Por que tantas interações com áreas tão diversas? As línguas estão no cerne da vida humana. “Qual dessas abordagens deve ser escolhida é uma

¹⁹ Jakobson ([1956] 1971: 34).

²⁰ Othero & Flores, eds (2023: 8), citando *Conceitos básicos de linguística: noções gerais*, de Elisa Battisti, Gabriel Othero & Valdir do Nascimento Flores, de 2022.

questão de curiosidade pessoal”, como assinalou Lenneberg. Por essa razão, na dependência do tipo de pesquisa que desenvolve, o linguista pode coletar dados linguísticos numa comunidade linguística, numa biblioteca, num laboratório, num hospital, numa sala de aula, na internet...

1.6. “TODAS AS MANIFESTAÇÕES DA LINGUAGEM HUMANA”

A matéria da Linguística é constituída inicialmente por todas as manifestações da linguagem humana, quer se trate de povos selvagens ou de nações civilizadas, de épocas arcaicas, clássicas ou de decadência, considerando-se em cada período não só a linguagem correta e a “bela linguagem”, mas todas as formas de expressão.

(Saussure, *Curso*, Introdução, 2)

Ao longo do curso universitário de Letras, a linguística²¹ entrará no currículo através de disciplinas cujo objetivo é o de ampliar o conhecimento sobre a linguagem e sobre as línguas do mundo. O âmbito da linguística é vasto. E inclui entre tantas coisas o estudo de variedades linguísticas e de línguas sem prestígio. Por que esta observação?

O estudo de variedades linguísticas do português que não têm prestígio social e de línguas minoritárias do Brasil gerou muita incompreensão, que fez da linguística alvo de uma retórica de apelo a preconceitos e medos de ouvintes e leitores.

Um exemplo dessa atitude mal informada. Napoleão Mendes de Almeida (1911-1998), professor de Português e de Latim, autor de uma gramática de sucesso editorial, a “Metódica”, incluiu em seu *Dicionário de questões vernáculas*²² um longo verbete para **linguística**, de que extraímos as linhas iniciais:

Para fixar inúteis, pretensiosas e ridículas bizantices, perde o estudante o tempo que deveria dedicar ao conhecimento efetivo da língua. A vida moderna não pode dar guarida ao que a desvia do seu destino profissional e técnico. [...] Que proveito traz à nação brasileira ensinar à sua gente a formação, a emissão dos sons da voz humana, com desprezo de ensinamentos fundamentais, como o da conjugação de verbos?

(Almeida, [1998] 2001: 316)

O autor expressa sua aversão pela linguística, para ele nada mais que uma perda de tempo incompatível com “a vida moderna” e acrescentamos, com

²¹ Nomes de disciplinas e cursos são aqui grafados com inicial maiúscula. Daí, por exemplo, Português, Linguística quando disciplinas; mas português, francês quando se faz referência à língua, e linguística, a ciência.

²² Esse dicionário compilava os textos da famosa coluna “Questões Vernáculas”, que o jornal *Estado de S. Paulo* manteve de 1936 a 1944.

Bagno & Rangel: “como se o destino do estudante de Letras fosse tornar-se um mero repetidor da doutrina gramatical tradicional”²³.

A incompreensão sobre o que seja linguística manifestada nesses ataques propaga a ideia de que os linguistas são os “defensores da teoria de falar errado”²⁴, que não defendem o “uso correto” nem rechaçam “os usos errados”; tem-se até mesmo atribuído à linguística e aos linguistas a morte do português e a destruição da pátria. Tais afirmações são formuladas de modo a gerar temor e indignação, mas não resistem a questionamento. Vamos a um exemplo: a afirmação de que o emprego de construções como *os menino bonito* leva o falante à perda do raciocínio lógico.

Primeiramente, temos de ter algum entendimento acerca de o que vamos entender por *raciocínio*. Vamos entender *raciocínio* como *a avaliação das consequências de uma tomada de decisão*. Então podemos perguntar:

- Essa informação acerca da perda do raciocínio lógico tem por base uma amostra de casos representativos? Quantos casos compõem a amostra e como foram obtidos?
- Que características do raciocínio lógico são afetadas por esse uso?
- Como demonstrar uma relação causal entre o emprego de construções em que a marca de plural está apenas no determinante e a alegada perda de raciocínio lógico?
- O processo é reversível, caso o falante pare de empregar essa construção?
- Falantes de francês não têm raciocínio lógico? Afinal, em francês, o comum é o número não estar marcado nem no nome nem no adjetivo, mas sim no determinante: *le livre* [lə livr] / *les livres* [le livr]; *la maison blanche* [la mezõ blãf] / *les maisons blanches* [le mezõ blãf].
- Falantes de inglês – língua que não marca o plural nem no artigo nem no adjetivo (*the beautiful boys*) – teriam menos raciocínio lógico que os falantes de português que externam o plural no artigo, no nome e no adjetivo (*os meninos bonitos*)?

Os juízos de valor sobre as formas linguísticas, os falantes e os linguistas nos fazem lembrar de um comentário de Cristóvão Tezza, o romancista e ex-professor da Universidade Federal do Paraná:

a linguística – a primeira ciência humana moderna, que se constituiu no final do século 18 [...] – não entrou no senso comum. As pessoas, letradas ou não,

²³ Bagno & Rangel (2005: 66).

²⁴ Menção implícita aos linguistas na coluna assinada pelo acadêmico e ex-presidente José Sarney no jornal *Folha de S.Paulo* de 20 de maio de 2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz20052011106.htm>.

sabem mais sobre Astronomia do que sobre o funcionamento das línguas, mas imaginam o contrário.

(Tezza, 2011)

Então a linguística e os linguistas não querem que o mundo “fale errado”? Certamente não. Nem “errado” nem “certo”. Quanto à aplicação dos conhecimentos produzidos pela linguística no ensino de Língua Portuguesa, jamais se tratou de impedir o acesso à norma culta, questão que o linguista Marcos Bagno expõe com clareza ²⁵:

Em nenhum momento de nenhum livro ou artigo escrito por mim alego que não se deve permitir às pessoas provenientes das camadas menos letradas o acesso às formas padronizadas de falar e escrever. Quem tenta me acusar disso é movido ou pela ignorância – leu o que escrevo e não entendeu – ou pela má-fé – leu, entendeu, mas por ter posicionamentos ideológicos de matriz conservadora, prefere distorcer minhas ideias.

O que eu realmente tenho defendido é que diversas opções morfossintáticas, que já fazem parte das variedades de prestígio do português brasileiro, isto é, que não sofrem rejeição da parte das pessoas mais letradas, sejam consideradas igualmente legítimas na produção de discurso/texto mais monitorado. Por que insistir com “assistir ao filme”, se todos os brasileiros mais letrados já dizem “assistir o filme”, sem nenhum problema? A palavra mágica aqui é também: tanto faz “assistir ao filme” quanto “assisti o filme”. Mas também significa ampliar o círculo dos que detêm o poder cultural, poder que se baseia sempre no conhecimento de algumas regras que são inacessíveis à maioria da população.

No fundo, meu posicionamento pode até ser chamado de conservador, porque peço admissão e reconhecimento para aquilo que já é consenso nas camadas privilegiadas da população. Mas nossa sociedade é tão elitista, tão entranhadamente escravocrata, que os donos do poder não admitem sequer que suas próprias opções linguísticas sejam consideradas legítimas. Trata-se, pois, de um argumento falacioso, inspirado pura e simplesmente na ideologia reacionária de quem o emprega.

(Bagno, comunicação pessoal, dezembro de 2015)

1.7. ENTÃO, QUAIS AS TAREFAS DA LINGUÍSTICA?

Em conferência no *I Seminário Brasileiro de Orientação Linguística para Professores de Ensino Médio e Universitário*, proferida em 1965 e publicada no ano seguinte, Aryon Rodrigues propunha um programa de pesquisa para a

²⁵ O Prof. Bagno autorizou a publicação de seu e-mail.

área que acabava de ganhar espaço nos cursos de Letras brasileiros. Distinguiu inicialmente a **linguística pura** da **linguística aplicada**.

Para ele, a tarefa mais urgente da linguística pura no Brasil era o estudo das línguas indígenas brasileiras, em rápido processo de desaparecimento, porque as “populações indígenas estão se extinguindo: ou desaparecem biologicamente – os indivíduos se exterminam por fatores de várias naturezas – ou desaparecem como comunidades distintas da grande comunidade brasileira de cultura e língua basicamente europeias”. Quanto ao português, era necessário conhecer o que era o português escrito a ser ensinado nas escolas. Mas não só: não se poderia deixar de lado o português falado nem estudar apenas o português do Rio de Janeiro.

O estudo das línguas minoritárias da Europa e da Ásia também tinham lugar no programa, porque “aqui a língua está em contacto com o português, eventualmente com mais uma ou outra língua, o que não se dava no país de origem, onde poderia estar em contacto, sim, mas com outras línguas que não o português.” Lembrava que o contato linguístico também acontecia entre o português e as línguas indígenas, em condições em que o bilinguismo podia marcar o início do processo de desaparecimento da língua indígena:

há comunidades indígenas em que o português já é a única língua vigente, marcada mais ou menos profundamente pela interferência do idioma nativo já extinto; há outras em que o português é o meio de comunicação preferido das gerações jovens, ao passo que as gerações mais idosas ainda usam predominantemente a língua indígena, há aqueles em que o português é empregado pela generalidade dos indivíduos, mas só nas relações com estranhos à comunidade; e assim segue a gradação, até os casos em que apenas um ou dois indivíduos sabem um pouco de português.

(Rodrigues, [1965] 1966: 8)

Quanto às línguas africanas, reconhecia que a maioria delas já havia desaparecido, embora resistindo ainda em rituais religiosos, afirmando que os estudos linguísticos nessa área estavam “desalentadores”.

Todos esses estudos formariam uma base sólida para a linguística aplicada: o ensino de línguas, as propostas de reformas ortográficas e de ortografias para línguas indígenas, a alfabetização, a tradução:

convém lembrar que as tarefas de linguística aplicada são as que têm importância social maior, têm aplicação prática e contribuem para resolver problemas, muitos deles vitais para quem vive na sociedade. Entretanto, condição *sine qua non* para sua efetivação é a realização das tarefas de linguística pura.

(Rodrigues, [1965] 1966: 15)

Nestes quase 60 anos muito desse programa já foi posto em prática no tocante à linguística pura. No tocante à linguística aplicada o quadro não é tão animador e ainda não difere muito daquele apresentado por Bagno & Rangel (2005).

Em resumo:

- A linguística é uma ciência; procura aumentar o conhecimento que se tem sobre a linguagem e sobre as línguas.
- A linguística reconhece que uma língua varia no âmbito do indivíduo, do grupo e da região, isto é, que as pessoas não falam do mesmo modo em todas as situações; que questões sociais, como escolaridade, ou biológicas, como faixa etária, são perceptíveis na fala.
- A linguística reconhece que as línguas mudam ao longo do tempo, mas não vê na mudança um processo de deterioração de uma língua.
- A linguística não tem por tarefa emitir julgamentos de valor sobre os usos linguísticos nem sobre os usuários das línguas.

UMA ESCALA NA VIAGEM

O dicionário de português que primeiro registrou a palavra *linguística*



O dicionário que primeiro registrou a palavra *linguística* ficou conhecido como *Moraes*. O *Moraes*, publicado pela primeira vez em 1789 com o título *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*, foi o primeiro dicionário monolíngue de português (Nunes & Seligman, 2003: 37), por muito tempo o dicionário de português por excelência.

A primeira edição do *Moraes* pode ser consultada na *Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin* da Universidade de São Paulo (<https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/>).

A terceira edição, de 1823, a última aos cuidados de *Moraes*, que viria a falecer no ano seguinte, pode ser consultada na *Biblioteca do Senado Federal* (<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/562936>), como também o primeiro volume da edição de 1890 (<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242523>), a oitava, já acrescida da *Epitome da grammatica portugueza* e de *Abreviaturas das citações dos livros portuguezes com que se auctorisa o uso das palavras*.

UMA ESCALA NA VIAGEM

O dicionário de Mattoso

O dicionário de J. Mattoso Camara Jr. é uma obra que foi mudando de título conforme mudava de casa editora e por esta razão aqui me refiro a ele apenas como *dicionário*. Francisco Gomes de Matos, Professor Emérito da Universidade Federal de Pernambuco, registrou essas atualizações impostas ao título da obra:



*“Este importante legado mattosiano tem uma história singularíssima: foi lançado em 1956, pelo Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa (RJ), com o título de **Dicionário de Fatos Gramaticais (DFG)**; em 1965, J. Ozon-Editor (RJ) publicou a segunda edição, intitulada **Dicionário de Filologia e Gramática** e, em 1977, postumamente, a Editora Vozes (Petrópolis, RJ) publicou a sétima edição, sob o título*

*atualizado de **Dicionário de Linguística e Gramática (DLG)**.”*
(Matos, 2004).

UMA ESCALA NA VIAGEM

1962: a linguística passava a fazer parte dos cursos de Letras no Brasil



“A partir de 1948, [Mattoso Câmara – MCR] foi convidado para professor regente de linguística na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, tornando-se, então, o pioneiro do ensino sistemático e ininterrupto de linguística no Brasil, tendo já em 1942, sido responsável por um curso de extensão universitária, sobre linguística geral, nesta mesma Faculdade. Durante muitos anos, este ficou sendo o único curso de linguística ministrado no Brasil, pois, como se sabe, só em dezembro de 1962 é que o Conselho Federal de Educação estabeleceu que toda escola superior de letras deveria incluir obrigatoriamente o ensino de linguística nos seus currículos, embora já em 1960 a Universidade do Paraná tenha passado a oferecer curso de linguística em sua programação e, ainda no ano letivo de 1962, a então recém-criada Universidade de Brasília tenha igualmente colocado a linguística na sua organização curricular.”
(UCHÔA, 1972:VIII)

Em 19 de outubro de 1962 tinha início uma profunda mudança curricular nos cursos de Letras brasileiros, que, à época, estavam em funcionamento nas faculdades de Filosofia. Era aprovado o **Parecer 283/1962** do então Conselho Federal de Educação (disponível em <https://linguisticamcarlotarosa.files.wordpress.com/2018/02/par-cfe-0283-1962.pdf>), assinado pelos professores Valnir Chagas (1921-2006), seu relator, Celso Cunha (1917-1989) e Josué Montello (1917-2006).

O Parecer CFE 283/62 criticava a organização da área de Letras então vigente, resultante da aplicação do Decreto-Lei 1190, de abril de 1939, que determinara a organização da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da Universidade do Brasil — ordenamento extensível às demais instituições superiores (Art. 59). O Decreto-Lei fizera de Letras uma das quatro seções da FNFi; a ela se juntavam Filosofia, Ciências e Pedagogia. Letras dividia-se em três cursos: Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Letras Anglo-Germânicas.

Com o Parecer do CFE, a Linguística tornava-se uma das cinco matérias da parte comum do currículo mínimo de Letras, para que focalizasse os “conhecimentos básicos [...] necessários às línguas vernácula e estrangeira”. Lá estava o pressuposto de um país monolíngue. Com esse pressuposto alijava-se da linguística praticada nos cursos de Letras o estudo das línguas nativas do Brasil, das línguas de imigração e afro-brasileiras. À época não se falava em línguas de sinais.

A vinculação da linguística ao curso de Letras — e a uma determinada conformação que o curso tomava — fechava os olhos para o trabalho que havia começado oficialmente em 1957 com a criação do Setor de Linguística da Divisão de Antropologia no Museu Nacional (Faria & Camara Jr, 1959), já então incorporado à Universidade do Brasil, considerada modelo para as demais universidades do país desde a reforma de Francisco Campos em 1931.

Em decorrência do convênio do Summer Institute of Linguistics com o Museu Nacional, Aryon Rodrigues ressaltava a presença de 70 linguistas do Summer no Brasil e o trabalho de campo com 20 línguas indígenas:

Pela primeira vez, investigadores preparados com os métodos da moderna linguística descritiva passam a estudar sistematicamente línguas indígenas do Brasil. Isto significa que nós estamos testemunhando uma mudança radical, para melhor, neste campo de estudos.

(Rodrigues, 1963: 9)

O entusiasmo arrefeceria poucos meses depois, porque, em termos práticos, era um começo complicado para a linguística brasileira. Como notou Altman (1998: 115), formados em Linguística, no Brasil eram só três: Mattoso Camara Jr., Aryon Rodrigues e Francisco Gomes de Matos. Apenas três linguistas. E Rodrigues questionava: “Mas naquele tempo já havia umas noventa Faculdades de Filosofia com curso de Letras. E onde estavam os noventa professores?” (depoimento a Cristina Altman, citado em Altman, 1998: 115). Em princípio o CFE não parecia ver nisso um problema: “Celso Cunha, então membro do Conselho Federal de Educação, disse a Aryon que não se preocupasse. Não era para ensinar Linguística aos alunos, mas apenas umas tinturas...” (citado em Altman, 1998: 116).

Encontramos a resposta de Aryon Rodrigues em outro texto, de junho de 1961, mas que antevia o espírito que o Parecer traria:

O Brasil mesmo continua praticamente sem linguistas e sem linguística. [...] A introdução do ensino de linguística em duas ou três universidades começa a contribuir para a criação de ambiente propício à formação de pesquisadores brasileiros no setor linguístico. A estrutura de nosso ensino superior, entretanto, é tal, que dificulta enormemente essa formação. Enquanto as universidades brasileiras não se reformarem, adotando uma estrutura em que seja viável a formação de pesquisadores, o ensino da linguística, que agora aos poucos nelas se vai introduzindo, corre o risco de não conseguir passar de disciplina auxiliar na instrução de professores de línguas modernas e de condenar-se, assim, a ficar alheio à tarefa de maior relevância que tem a linguística no Brasil, que é a investigação das dezenas de línguas nativas faladas pelos índios.

(Rodrigues, 1963: 10).

E assim remanejavam-se professores para assumir a nova cadeira, e docentes e alunos iam estudar linguística na Europa e nos EUA (Batista, 2023: 39-40).

Chegando ao fim da década, em 1969, Ataliba Teixeira de Castilho convocava a reunião que marcaria o começo da Associação Brasileira de Linguística — então ABL; desde 1979, ABRA-LIN. Nas palavras de Batista (2023: 40), era “a institucionalização pelas associações”.

A década seguinte desenharia o novo ambiente para a linguística no Brasil:

Em 1972-1974, chegaram os primeiros brasileiros com doutorado nos EUA: o primeiro foi o Antonio Carlos Quicoli, que foi trabalhar na Unicamp. O segundo fui eu, que cheguei em fevereiro de 1974 para a UFMG. Logo depois tivemos Yonne Leite e Margarida Basílio (UFRJ). Nessa época apareceram mais alguns estrangeiros (principalmente americanos): Anthony Naro (UFRJ), Quentin Pizzini (Unicamp e PUC-Campinas).

(Depoimento pessoal do Prof. Carlos Franchi (1932-2001) a Ronaldo Batista, citado em Batista 2023: 113 e na palestra na disciplina de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFRJ, LEF857/Tópicos Avançados em Historiografia Linguística, ministrada por Maria Carlota Rosa. Teor semelhante em Kato & Ramos, 1999)

Tornava-se pouco a pouco possível a formação de novos linguistas no Brasil.

Atualmente LINGUISTA faz parte do grupo **2614 Filólogos, tradutores, intérpretes e afins** da **CBO/Classificação Brasileira de Ocupações**, do Ministério do Trabalho e Emprego. Tem o código **2614-15**.

O PROFESSOR DE LINGÜÍSTICA e o de LINGÜÍSTICA APLICADA estão em outro grupo: **2346 Professores nas áreas de língua e literatura do ensino superior**. Tem o código **2346-72**. https://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/04/CBO2002_Liv3.pdf.

CAPÍTULO 2

E ONDE FICA A GRAMÁTICA?

2.1. INTRODUÇÃO

O emprego mais comum e cotidiano da palavra *gramática* diz respeito a um tipo de livro, em geral volumoso, que consultamos quando temos dúvidas sobre usos formais da nossa língua ou de outra. Na biblioteca as gramáticas costumam ficar no acervo de referência, *i.e.*, fazem parte do conjunto de obras de consulta a que nós, leitores, temos acesso, localizadas perto das mesas de trabalho. Quando voltadas para o português, em geral nomeamos essas obras pelo autor, como fazemos com os grandes dicionários: a gramática de Celso Cunha, a gramática de (Evanildo) Bechara, a gramática de Rocha Lima, a gramática de (Domingos Paschoal) Cegalla.

O objetivo dessas obras, como das aulas de gramática do colégio, ficou expresso:

- a) na visão mais tradicional, na divisa *ensinar a falar e a escrever corretamente*: em qualquer situação, na fala ou na escrita, aquelas formas recomendadas na gramática deveriam ser as formas utilizadas; ou
- b) mais modernamente, na busca por “traçar um perfil da modalidade padrão escrita contemporânea do português do Brasil”¹.

Ao começarmos o curso de Letras, o termo *gramática* se torna bem mais frequente — mas aquele significado do tempo da escola não parece fazer sentido. É porque, na maioria das vezes, o significado é outro mesmo. Aquele

¹ Azeredo (2022).

entendimento mais antigo dizia respeito a uma atividade didática, fundada numa tradição que remonta à Grécia antiga. O reconhecimento da persistência dessa tradição surgida na Antiguidade clássica tem sido rotulada como **gramática tradicional**^G: qualquer obra gramatical que se pautar no modelo greco-latino recebe esse adjetivo.

No curso de Letras a busca sobre o que é a linguagem e sobre como se estruturam as línguas toma o lugar dessa tradição, emergindo daí um campo científico que começou a se formar no século XIX, que em 1962 passara a ser necessário à formação profissional em Letras no Brasil.

Parte da terminologia que empregamos em linguística na atualidade tem origem no mundo antigo. *Gramática* está nesse grupo. Pode ficar confuso às vezes. Então, uma ajuda para compreender o significado com que *gramática* foi empregado num texto ou numa aula na Faculdade é situar a época em que a fonte de que trata a aula ou o texto foi originalmente escrita. Assim, o uso no *Sofista* ou no *Crátilo*, de Platão, obras que remontam ao século IV a.C., não é o mesmo que encontramos, por exemplo, em Mattoso Camara Jr.

A partir do século XX, à detecção do período se soma a necessidade de situar também a corrente de pensamento em que o autor se insere. Nas obras de Joaquim Mattoso Camara Jr. (1904-1970), por exemplo, **gramática** não tem o mesmo significado que no panorama da gramática gerativa traçado no artigo encabeçado por Denilda Moura (1941-2020)². Cabe ressaltar que sempre podemos estar diante de um autor com uma visão peculiar. E que mesmo com as informações sobre época e linha teórica, elas não substituem o estudo do texto.

Então o que vamos entender por *gramática*?

MARIA DENILDA MOURA (1941-2020)



Fundadora da primeira pós-graduação *stricto sensu* da Universidade Federal de Alagoas/UFAL. Mestre pela Universidade de Besançon, Doutora pela Universidade Paris 8 Vincenne-Saint Denis, seu foco foi a sintaxe e o estudo da língua falada.

Para mais sobre ela: *Linguística no feminino/ Maria Denilda Moura e a linguística brasileira a partir de Alagoas*, de Faria & Farias (2022). <https://editora.abralin.org/publicacoes/linguistica-no-feminino/>

2.2. GRAMÁTICA NA TRADIÇÃO GRECO-LATINA

É da Grécia do século IV a.C. que nos chega a expressão *tékhnē grammatikē*, ‘arte das letras’ ou ‘arte de gramática’. Na base de *grammatiké* está *gramma*, a

² Moura *et alii* (2010).

palavra grega para ‘letra’. A expressão grega seria traduzida para o latim como *ars grammatica* e chegaria ao português inicialmente como *arte de gramática*³.

Para um leitor atual é fácil perceber que não se consegue atribuir a *arte* os sentidos mais comuns com que a palavra é atualmente empregada em português, em referência às artes plásticas ou à literatura. Na Antiguidade, *arte* era um dos termos com que se buscava classificar o conhecimento: numa cadeia hierárquica, *tékhne* estaria acima de *empeiria* — “a técnica”, que congregava “conhecimentos sistemáticos, passíveis de serem ensinados”⁴, em contraste com “a mera experiência”. Quem domina uma *arte* (*tékhne*), conhece o *lógos* e por isso pode ensinar essa arte para outrem; o mesmo não acontece com o conhecimento derivado apenas da experiência (a *empeiria*).

Se a linguística moderna não concedeu à **letra** qualquer importância, a situação era outra na Antiguidade. Ao fim e ao cabo, a letra foi o critério de base para distinguir homens de animais: se todos têm **voz**, somente os primeiros podem ter a voz capturada num alfabeto. A voz humana é *articulada* — ou *escrevível*.

A letra não era nem o que consideramos modernamente um fonema, tampouco o que consideramos um grafema⁵. Dependendo do texto, *gramma* (ou *littera* nos textos latinos), por exemplo, pôde ser interpretado como *som da fala*, *fonema*, *letra*, *grafema* ou tudo isso simultaneamente⁶. A letra não foi apenas um caractere da escrita nesse mundo antigo, como entendemos na atualidade, mas era também uma unidade da fala, o que se reflete na soma de três propriedades: (a) cada letra tem um *nome* (gr. *onoma*, lat. *nomen*), como *alfa*, *beta*; (b) tem uma forma escrita (gr. *kharaktēr*, lat. *figura*); (c) cada letra tem uma ‘força’ ou ‘poder’ (gr. *dynamis*, lat. *potestas*), o que se pronuncia. Muitas vezes os textos diferenciaram *letra* (gr. *gramma*; lat. *littera*) de *som da fala* (gr. *stoikheion*; lat. *elementum*), mas, de novo: nem sempre.

Os exemplos mais antigos do emprego da expressão *arte das letras/ arte de gramática* está relacionado ao conceito de *letra* e ao conhecimento das letras:

³ Com o tempo, e já em latim, a *ars grammatica* passa a designar um tipo de manual com fins escolares (Matthews, 2019: 26). O uso dessa expressão seria prolongado, como demonstram alguns exemplos já bem distantes da Antiguidade: em 1595 e em português, José de Anchieta (1534-1597) publicava sua *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*; em 1770, Antônio José dos Reis Lobato (?-ca. 1804) publicava a *Arte da grammatica da lingua portugueza*. Com o uso, a expressão se reduz a *arte*: em 1621, a *Arte da Lingua Brasilica*, de Luís Figueira (1573-1643); em 1697, a *Arte da língua de Angola*, de Pedro Dias (1621?-1700).

⁴ Sexto Empírico. *Contra os gramáticos*. Nota 90, assinada por Fábio Fortes.

⁵ Matthews (2019).

⁶ Law (2003: 61).

se definiu *gramática* como *o conhecimento de escrever a partir do ditado*, pois devia acrescentar que é também o conhecimento da leitura, pois ao descrevê-la como *um conhecimento do escrever* não deu mais uma definição do que aquele que a classificou como *um conhecimento do ler*, de modo que nem um nem outro deu uma definição, mas somente aquele que expressa ambas essas coisas, uma vez que não pode haver mais de uma definição da mesma coisa.

(Aristóteles, *Tópicos*, 142b – Trad. Edson Bini)

Jean Lallot⁷ nota que nada semelhante a uma *arte de gramática* desse período chegou até nós, a despeito da aparente familiaridade da expressão para todos os participantes dos diálogos com Sócrates na obra platônica, como em *Crátilo* (431e), por exemplo. Assume-se que esses textos devem ter sido semelhantes a outros trabalhos um pouco mais tardios conhecidos na atualidade, e conteriam, portanto, “um inventário metódico do alfabeto, rudimentos de fonética, exercícios de leitura em voz alta, especialmente de textos metrificados”⁸.

Por volta do século I a.C. o entendimento de *tékhnē grammatikē* já é outro. O trabalho mais antigo conhecido dessa fase é a pequenina *Tékhnē Grammatiké*, de Dionísio da Trácia (170 a.C.-90 a. C.). Assim ela define *gramática*, texto aqui apresentado na tradução de Marcus Martinho para o português:

GRAMÁTICA é a perícia [gr. *empeiría*] no que o mais das vezes se diz nos poetas e também nos prosadores. As partes dela, por sua vez, são seis: a primeira, a versada leitura com relação à acentuação; a segunda, a explicação com relação aos tropos poéticos presentes [no que se diz]; a terceira, a exposição corrente de palavras estranhas e também de histórias; a quarta, a descoberta da etimologia; a quinta, a demonstração da analogia; a sexta, o julgamento dos poemas, a qual de fato é a mais bela das que há na arte [gr. *tékhnē*] (gramatical).

(Dionísio da Trácia, 1 – Trad. Marcus Martinho)

Os primeiros 10 dos 20 capítulos⁹ da obra focalizam os conteúdos que estariam nas primeiras obras assim denominadas, mas outros conteúdos já seriam *gramaticais* para um leitor atual:

- **capítulos de 1 a 5** - tratam da leitura em voz alta, levando em conta o gênero do texto, a modulação da voz, a interpretação da pontuação;
- **capítulos de 6 a 10** - a leitura e a escrita, levando em conta o alfabeto e as quantidades de vogais e sílabas;
- **capítulo 11** - a palavra, a oração e suas oito partes;

⁷ Lallot (2006: 598).

⁸ Lallot (2006: 598).

⁹ O número de capítulos da obra depende da edição de referência tomada por base: se a de Immanuel Bekker (1816), são 25; se a de Gustav Uhlig (1883) ou a de Jean Lallot (2003), são 20.

- **capítulo 12** — nome;
- **capítulo 13** — verbo;
- **capítulo 14** — conjugação;
- **capítulo 15** — particípio;
- **capítulo 16** — artigo;
- **capítulo 17** — pronome;
- **capítulo 18** — preposição;
- **capítulo 19** — advérbio;
- **capítulo 20** — conjunção.

Como referir a língua que os helenos falavam? Fala-se em helenos, não em gregos, bem antes do período clássico grego (séculos V-IV a.C.)¹⁰. Em textos dos séculos V e IV a.C. *hellenizein* significava *falar e compreender um dos dialetos que compunham a língua grega*, diz-nos Vassilaki¹¹, que relembra que as palavras trocadas entre Sócrates e Menon no diálogo platônico *Menon*¹² indicavam que quem era grego, criado numa casa grega, falava grego.

Com o domínio macedônio no século IV a.C. houve o estabelecimento da *koiné*¹³. *Hellenizein* passa a ser *falar o grego comum*¹⁴. Ao falante grego se contrapunha o falante não grego ou *bárbaro*, aquele cuja fala era incompreensível¹⁵. Para este o verbo era *barbarizein*, *falar ao modo bárbaro*. Não havia o conceito *falante nativo*, mas era a clareza do natural da Hélade que era elogiada, mesmo que empregasse palavras de origem estrangeira então no uso comum¹⁶. Essa clareza se opunha à dificuldade do estrangeiro com as palavras.

¹⁰ Cartledge afirma que os gregos não se autodenominaram gregos; que essa denominação de origem latina (*Graeci*) lhes foi imposta pelos conquistadores romanos como forma de diminuí-los; que pelo menos desde o século VII a.C. eles se autodenominavam helenos (Cartledge, 2007: 307). Discordava, assim de Apolodoro que, na *Biblioteca* (1.7.3), atribui a Heleno (*Hellen*), filho de Deucalião (ou talvez de Zeus) e Pirra, a troca da autodenominação Gregos (*Graikoi*) para Helenos (*Hellenes*). Numa nota a essa obra que remete à *Crônica Pariana*, data-se o acontecimento: 1521 a.C.

¹¹ Vassilaki (2007: 1118).

¹² *Menon*, 82b.

¹³ Assim a Prof. Guida Nedda Barata Parreiras Horta explicava o que era a *koiné*: “a partir do período helenístico alexandrino, a língua geral de comunicação entre todos os povos de raça helênica e os que foram helenizados pelo avanço das conquistas do imperialismo macedônico, tendo à frente Alexandre Magno e seus diádocos (fins do IVº a inícios do IIº séc. a.C.). A esse ático, mesclado de formas jônicas e enriquecido cada vez mais de numerosas expressões da linguagem corrente, os vulgarismos, foi que se chamou “*koiné diálektos*” (língua comum), que veio a ser a língua internacional dos centros urbanos do Oriente e do norte da África helenizados (grego vulgar). E todos os prosadores, mesmo os não áticos e até os não helenos, mas de cultura helenística, passaram a escrever em “*koiné*”, a partir do período que chamamos “alexandrino” (ou helenístico) na literatura grega (IIIº – Iº a.C.), porque essa unificação linguística não foi mero fenômeno literário, mas uma realidade viva” (Horta, 1970: 59).

¹⁴ Vassilaki (2007: 1118).

¹⁵ Vassilaki (2007: 1119-1120).

¹⁶ Vassilaki (2007: 1119).

Vassilaki¹⁷ indica ainda uma distinção mais fundamental entre *hellenizein* e *barbarizein*, porque radicada no princípio que distinguia a voz humana da voz animal: a *articulação*. Falar ao modo bárbaro (*barbarizein*) tirava o indivíduo de uma escala humana. Estrangeiros eram bárbaros e, como tal, sua fala não se aproximava da fala humana. Podiam falar como as aves, tal como as egípcias de que trata Heródoto (485 a.C.-425 a.C.) – que passam a falar como seres humanos ao aprenderem grego:

Me parece que (ess)as mulheres foram chamadas “pombas”, aí, pelos Dodônios, porque eram estrangeiras e lhes parecia que articulavam semelhantes a aves. Após um tempo, quando uma das mulheres falou com eles palavras inteligíveis, eles diziam que a pomba havia falado com voz humana. Mas, enquanto ela tinha falado em língua estrangeira, lhes parecia que articulava à maneira de uma ave. Aliás, de qual maneira uma pomba poderia articular com voz humana? Quando diziam que era uma pomba negra, eles indicavam que a mulher era egípcia. (Heródoto, II 57 1-2. Trad. Rainer Guggenberger)

Já era a noção de certo e errado que conhecemos? Parece que não. Na *Arte* de Dionísio a noção de **correção** não estava presente. Por volta do século I a.C., no entanto, ela começa a ganhar espaço como uma das virtudes discursivas que ficariam conhecidas como *hellenismós*, termo traduzido como *grego correto*, *pureza* ou ainda *helenismo puro*. *Falar grego (bom / puro / corretamente)* tem sido a tradução para o grego *hellenizein*.

No século I na *Instituição Oratória*, 1,4,2 Quintiliano (35-95 d. C.) considera a gramática composta de duas partes: “o conhecimento do falar correto e a explicação dos poetas” [“recte loquendi scientiam et poetarum enarrationem”]. A gramática já era então uma disciplina e uma das suas preocupações era a correção.

2.2.1. A tradição na escola: a gramática normativa

A escola tem sido o lugar em que não há espaço para a variação nem mesmo nos primeiros anos:

[a]s únicas pronúncias que não são aceitáveis são aquelas que não são correntes entre as pessoas educadas na localidade dos alunos. Em Chicago, por exemplo, *git* por *get*, *ketch* for *catch*, *wrastle* por *wrestle* são generalizados, e, faz algum tempo, assim era *bile* por *boil*, mas essas formas não são empregadas por falantes adultos educados. Seria um erro fazer barulho quando um aluno usa essas formas, mas o professor, é claro, deve usar as formas do inglês padrão e deve considerar apenas estas formas no ensino da leitura. [...] Uma vez que o inglês

¹⁷ Vassilaki (2007: 1120).

padrão é, para todos os fins práticos, o único tipo de inglês que está representado nos impressos e na escrita em geral, nosso ensino ignorará, naturalmente, todos os demais dialetos e considerará apenas as formas padrão (Bloomfield,[1961] 2010: 41).

Ali, na escola, formou-se a tradição de um ideal de língua correta, contido nas gramáticas escolares.

Gramática é uma disciplina, didática por excelência, que tem por finalidade codificar o uso idiomático, dele induzindo, por classificação e sistematização, as NORMAS que, em determinada época, representam o ideal de expressão correta. “Son formas correctas de decir aquellas aceptadas y usadas por los grupos más cultos de la sociedad. Corrección quiere decir aquí prestigio social de cultura”. (Rocha Lima, 1965: 9 – ênfase no original)

Em português [...] vêm se multiplicando as gramáticas, pautadas pelo modelo greco-latino [...]. Ora, mais propriamente normativas, se limitam a apresentar uma norma de comportamento linguístico, de acordo com a sempre repetida definição – “arte de falar e escrever corretamente”. Ora, mais ambiciosas e melhor orientadas, procuram ascender a um plano que bem se pode chamar científico em seus propósitos, pois procuram explicar a organização e o funcionamento das formas linguísticas com objetividade e espírito de análise. (Camara Jr., 1970: 1)

Uma **gramática é normativa** quando recomenda como uma língua deveria ser, colocando-se a serviço de uma determinada variedade linguística, a **língua padrão** ou **norma padrão**¹⁸. Não importa a situação, nem se é um texto escrito formal ou uma conversa informal: tudo aquilo que se afasta do que é recomendado deve ser evitado e se constitui em erro, caso das formas que marcam uma variedade sem prestígio (por exemplo, *eles ganha demais da conta, as porta aberta*¹⁹) mas não só, porque entram ainda na conta de erros²⁰ os regionalismos (como *anguzô, média* ‘café com leite’) e os vulgarismos (*amá, companhia, ter por haver*).

Por vezes, o gramático reconhece que a forma recomendada já caiu em desuso, mas para ele toda a comunidade fala errado e, por isso, mantém a recomendação:

¹⁸ Há gramáticas normativas mais recentes cujos autores, reconhecendo que toda língua tem variação, delimitam o foco de seu trabalho como a modalidade padrão escrita contemporânea do português do Brasil. A estes trabalhos podemos aplicar as palavras de Camara Jr., quando distingue um tipo de obra gramatical tradicional classificável como *científica*. Nosso foco é o primeiro tipo apontado por Camara Jr. na citação que abre esta seção, a fórmula mais comum.

¹⁹ Vide Scherre & Naro (1998).

²⁰ Camara Jr. ([1965b]1973: 281).

Entupir. — Este verbo é inteiramente regular, mas o povo conjuga-o, por analogia, mudando-lhe o u em o nas formas em que esta mudança ocorre nos verbos *bulir*, *engolir*, etc. São, pois, errôneas as formas *entopes*, *entope*, *entopem*, devendo-se dizer: *Entupo*, *entupes*, *entupe*, etc. O erro acha-se, no entanto, tão fundamente radicado, que se nos afigura impossível extirpá-lo.
(Reis, 1965: 141).

A nível de — Se os aracnídeos têm épocas e lugares de reprodução, as pragas linguísticas estão libertas das estações do ano e das limitações geográficas. “A nível de” é a importunação do momento, só não desagradável aos levianos novidadeiros, que consideram manifestação de progresso a introdução de pragas léxicas e fraseológicas [...]
(Almeida, 2001: 5)

Quando uma obra é classificada como **prescritiva** isto significa que ela recomenda (isto é, prescreve) formas linguísticas avaliadas como melhores que outras. Segundo essa visão, há usos linguísticos bons, classificados como *o certo*, e usos ruins, *o errado*. Nem a variação linguística, nem a mudança linguística têm lugar nessa visão.

Imaginemos uma pergunta como “*posso usar a gente em lugar de nós?*”. A pergunta só faz sentido porque os falantes reconhecem que esse é um aspecto do português em que percebem haver mais de uma possibilidade de dizer — isto é, em que há variação. E porque percebem que julgamentos de valor incidem sobre as formas que empregam e, em última análise, sobre eles próprios.

NÓS E A GENTE

Dois enfoques

Uma visão normativa

“Não há inconveniente algum em usar-se a expressão *a gente* para designar quem está falando (*eu* ou *nós*), desde que se deixe o verbo no singular.

A gente deve chegar à tarde. A gente conhece bem nossos inimigos.”

(Nicola & Terra, 2001:11)

Uma visão descritiva

“Para o sujeito plural, se verifica no PB [português brasileiro — MCR] contemporâneo uma concorrência entre *nós* e *a gente*, com ampla preferência pelo segundo IP [índice de peso — MCR]. Pesquisas sociolinguísticas nos informam que nas faixas etárias mais jovens a forma *nós* é francamente minoritária. Na escola e nos livros didáticos, tenta-se fazer uma distinção entre *nós* e *a gente* com base na variação estilística: *nós* ocorreria em contextos mais monitorados, enquanto *a gente* ocorreria em contextos menos monitorados. [...] A conjugação de *a gente* com as formas verbais correspondentes a *nós* (*a gente falamos*, *a gente vamos*) é muito menos frequente do que supõem aqueles que usam essas formas como estereótipo

para estigmatizar falantes com pouca instrução formal. No entanto, faz parte das variedades urbanas de prestígio a conjugação com as formas verbais de *nós* com referência ao sujeito a *gente* no prosseguimento do enunciado:

“*nós crescemos* em termos absolutos todo o Brasil cresce a *gente tem* que crescer também... mas em termos relativos *estamos indo para trás* [...]”

(Bagno, 2011: 743)

Numa obra prescritiva há a percepção de que, se existe mais de uma construção linguística possível para expressar algo, devem ser eliminadas todas aquelas que não são cultas, embora: a) considerem culto apenas o grau mais formal da escrita e alguma literatura; b) os usos recomendados resultem muitas vezes de arrazoados bastante subjetivos.

Os modelos recomendados podem banir até mesmo escritores afamados. Rocha Lima, por exemplo, deixou claro que estava voltado para as “qualidades literárias”, qualidades que Aluísio Azevedo (1857-1913) e Émile Zola (1840-1902), dois romancistas famosos da escola naturalista, não tinham. Segundo ele, somente “escritores plebeístas” aviltariam “seus escritos com termos soezes” (i.e. ‘baratos’), e deveriam ser objeto do “desapreço público”. Para Rocha Lima, ambos os escritores produziram obras cuja “nota predominante é a linguagem desbragadamente baixa”. Rocha Lima não estava isolado na crítica a romancistas renomados: Serafim da Silva Neto, na *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*, recuou no tempo o mau português, afirmando que a influência do “falar plebeu” começara com os românticos²¹.

Falar bem e *escrever bem* pautam-se sempre pela escrita mais formal e podem incluir orientações sobre o que seria de bom-tom, como no exemplo a seguir.

Precedência dos pronomes sujeitos

1. Quando no sujeito composto há um da 1ª pessoa do singular (eu), é boa norma de civilidade colocá-lo em último lugar: *Clara, Antônio e eu fomos a Petrópolis*.
2. Se, porém, o que se declara contém algo de desagradável ou importa responsabilidade, por ele devemos iniciar a série: *Eu, Antônio e Clara fomos os autores do erro*.

Observação

Convém usar com extrema parcimônia as formas pronominais da 1ª pessoa do singular, especialmente a forma reta *eu*. O seu emprego imoderado deixa-nos sempre uma penosa impressão de imodéstia de quem o pratica. [...] não nos devemos esquecer de que as palavras que designam sentimentos exagerados da própria personalidade começam sempre por *ego*, que era a forma latina do pronome eu: *egoísmo, egocêntrico, ególatra, egotismo*.

(Celso Cunha, 1972: 288-289)

²¹ Silva Neto ([1950] 1986: 99).

2.2.2. Quem determina o que é certo?

A autoridade sobre o que se constitui em bom ou em mau uso linguístico pode emanar de uma instituição, como a **Academia Brasileira de Letras**^G, que assume a responsabilidade sobre o processo de **padronização**^G. A autoridade pode também vir de um gramático cujo nome se tornou respeitado.

As recomendações podem ser justificadas pela etimologia. Foi a etimologia que levou Rocha Lima a criticar o uso de *esposa* como equivalente a ‘mulher casada’, embora reconhecendo sua prevalência no uso cotidiano: originado do verbo latino *spondere*, ‘prometer em casamento’, *esposa* seria mais propriamente *nubente*. Para Rocha Lima, porém, aceita a acepção mais comum, “este tratamento se há de ter por intolerável, matizando-se, até, em razão do seu artificialismo, de um destoante ar provinciano”²². Apesar de, à época, *senhora* ser “a forma preferida pela classe média”, para ele, *mulher*, como está no Código Civil, deveria ser a expressão empregada.

Foi também o étimo a principal razão que levou Mattoso Camara Jr., na coluna *Pequenas lições de português*, que assinava no jornal carioca *Correio da Manhã* como “C.”, a considerar inadmissível o “erro grosseiro de acentuação”, a saber, *espírita* em lugar de *espirita*:

a fôrma esdruxula [i.e., **proparoxítone** — **MCR**] é inaceitável, pois não se trata de um feminino do substantivo *espírito*. A prosódia “es-pi-**ri**-ta” [...] evidentemente se impõe: primeiro pela razão fundamental e histórica, de que o etymo francês *spirite* é assim pronunciado; segundo, por uma razão de analogia [...] dada a vantagem, para maior expressividade do termo, de associar-o *a posteriori*, dentro dos moldes portugueses, aos derivados do suffixo *ita*, que têm no *i* do suffixo a intensidade: *moabita*, *amalecita*, *jesuíta*...
(Camara Jr., 1934)²³

As recomendações podem apoiar-se num dos mitos decorrentes da formação de impérios coloniais: a de que a forma “pura” existe apenas na metrópole. Em outras palavras, quem é dono da língua fala melhor essa língua, repercutindo a opinião do Pe. Antônio Vieira (1608-1697) de que a língua portuguesa tem avesso e direito: “o direito é como nós a falamos, e o avesso como a falam os naturais [...] meias línguas, porque eram meio políticas e meio bárbaras; meias

²² JORNAL DO BRASIL/ Departamento de Pesquisa. Senhora? Esposa? Mulher? A palavra é... *Jornal do Brasil*, Caderno B, p. 1. sábado, 17 de janeiro de 1970. http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=%22dias%20c3%bates%22&pagfis=178942

²³ *Correio da Manhã*, quinta-feira, 22 de março de 1934. https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22PEQUENAS%20LI%20c3%87%20c3%95ES%22&pagfis=21159

línguas, porque eram meio portuguesas, e meio de todas as outras nações que as pronunciavam ou mastigavam a seu modo”²⁴.

Mas quem é dono da língua? Na verdade, todos os que a falam, embora o imaginário tenha uma construção diferente:

Esse pressuposto de que qualquer diferença entre o português europeu e brasileiro teriam necessariamente uma origem em mudança no Brasil carrega em si, ainda que tacitamente, a noção de que o idioma pertenceria a Portugal e se nos teria sido outorgado, mas sem se perder a posse real. Em relação a isso, Celso Cunha dizia: “*Aplicando um raciocínio de Amado Alonso e Angel Rosenblat, podemos dizer que dos portugueses dos séculos XVI e XVII uma parte ficou em Portugal e outra se foi para longes terras, entre elas as receptivas terras da América. Logo, os portugueses que nos cederam o idioma foram os que para cá se transportaram. Teriam os colonizadores perdido a propriedade da língua por se haverem expatriado?*”.

(Barbosa, Garcia & Zarro, 2015)

Assumido esse pressuposto, a forma recomendada, no caso do português acabaria por ser a mais comum em Portugal. O que estaria errado, por exemplo, em *Excesso de chuva inflaciona a saca de café?* Na verdade nada, mas, numa aula de Português foi corrigida porque, para o professor, *inflação*, base de *inflacionar*, vem de *inflar*, que tem registro no português pelo menos desde o século XVI, ao passo que *inflacionar* é um *brasileirismo*, surgido no século XX e, por isso, não existe (???!!!); assim, a frase foi corrigida para *Excesso de chuva infla a saca de café*.

2.2.3. Norma culta em lugar de norma padrão

O que seria, porém, o português usado de fato por uma pessoa culta que essas gramáticas dizem recomendar?

A **norma padrão** refere o ideal de língua da tradição escolar, “as formas contidas e prescritas pelas gramáticas normativas”, enquanto a **norma culta** refere o uso que os falantes cultos fazem efetivamente no cotidiano, “as formas efetivamente depreendidas da fala dos segmentos plenamente escolarizados, ou seja, dos falantes com curso superior completo, de acordo com a já clássica definição do Projeto de Estudo da Norma Culta”²⁵. A norma padrão, portanto, não se confunde com as variedades cultas, assim mesmo, no plural,

porque já se sabe que não existe um comportamento linguístico homogêneo por parte dos falantes cultos, sobretudo (mas não somente) no tocante à língua

²⁴ Citado em Silva Neto ([1957] 1979: 524).

²⁵ Lucchesi (2002: 65); ver também Bagno (2002: 179).

falada, que apresenta variação de toda a ordem segundo a faixa etária, a origem geográfica, a ocupação profissional, etc. dos informantes.
(Bagno, 2002: 179)

A certeza de que as pessoas cultas nas grandes cidades brasileiras não falavam como um texto literário do século XVI levou vários linguistas brasileiros, ainda na década de 1960, a dar início a um grande projeto nacional de pesquisa, que ficou conhecido pela sigla NURC²⁶. Afinal, era então um consenso a opinião de Aryon Rodrigues de que “uma atitude normativa e muito subjetiva” procurava “impor à sociedade um padrão, em lugar de procurar descobrir o padrão ou os padrões naturalmente constituídos na sociedade”²⁷. Afinal, como falar dos usos das pessoas cultas se ninguém sabia ao certo: (a) em que consistiam os requisitos para ser membro desse grupo; e (b) como falavam. Surgia o Projeto NURC, coordenado por Nelson Rossi²⁸.

NELSON ROSSI (1927-2014)



Em 1957 criava na Universidade Federal da Bahia o primeiro laboratório de Fonetica Experimental do Brasil. Coordenou o primeiro atlas linguístico brasileiro, o *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, elaborado entre 1960 e 1962 e publicado pelo Instituto Nacional do Livro em 1963, inaugurando, assim, a Geografia Linguística no Brasil. Integrou o Comitê de Linguística e Dialectologia Iberoamericana do Programa Interamericano de Linguística e Ensino de Idiomas/PILEI.

Coordenou o Projeto Norma Urbana Oral Culta/ NURC. Foi um dos fundadores da ABRALIN e da Universidade de Brasília.

Para mais sobre ele: https://alib.ufba.br/sites/alib.ufba.br/files/biografia_n_rossi.pdf

O NURC foi assim apresentado por Celso Cunha, seu primeiro coordenador regional para o Rio de Janeiro:

professores de cinco universidades brasileiras decidiram levar avante o ambicioso Projeto de Estudo Conjunto e Coordenado da Norma Linguística Oral Culta de Cinco das Principais Capitais Brasileiras, mais conhecido como Projeto NURC.

[...]

O Projeto NURC, que se realiza nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife e Porto Alegre, vinculou-se ao Proyecto de Estudio Coordinado de la Norma Linguística Oral Culta de las Principales Ciudades de Iberoamérica

²⁶ Há variações na recuperação do intitutivo abreviado na sigla NURC. Pode ser: *Norma Linguística Urbana Culta*, *Norma Urbana Linguística Culta*, *Norma Urbana Culta*, *Norma Urbana Oral Culta*, *Norma Linguística Oral Culta de Cinco das Principais Capitais Brasileiras*.

²⁷ Rodrigues ([1968] 2002: 15 n3).

²⁸ O Projeto NURC teve Nelson Rossi como seu primeiro Coordenador Geral. As coordenações regionais foram inicialmente ocupadas por Celso Cunha (Rio de Janeiro), Isaac Salum e Ataliba Castilho (São Paulo), Nelson Rossi (Salvador), José Brasileiro Vilanova (Recife) e Albino de Bem Veiga (Porto Alegre).

y de la Península Ibérica em janeiro de 1968, quando na cidade do México, especialmente convidado pelo Programa Internacional de Linguística e Ensino de Idiomas (PILEI), o Professor Nelson Rossi, da Universidade Federal da Bahia, apresentou relatório sobre a situação brasileira com vista à inclusão de nosso País no Projeto Internacional.

Escolheram-se estas cinco cidades, porque apenas elas preenchem, em 1969, os requisitos exigidos: possuir um milhão de habitantes e ter cem anos de vida, com a consolidação de quatro gerações completas. Belo Horizonte, já ao tempo a terceira cidade em população, não satisfazia o segundo requisito, razão por que não foi incluída no Projeto.

[...]

Com o objetivo de caracterizar a modalidade culta da língua falada nesses cinco centros urbanos adotaram-se, dentro de critérios rigorosos que assegurassem o controle de variáveis e permitissem o confronto dos dados, as orientações metodológicas já estabelecidas para o espanhol.

[...] Previu-se um total de 400 horas de gravação, com a recolha da voz de, no mínimo, 600 informantes.

[...] Os informantes do Projeto são homens e mulheres, numa distribuição de 50% aproximadamente para cada sexo, repartidos por três faixas etárias, na seguinte proporção:

a) de 25 a 35 anos — 30%; b) de 36 a 55 anos — 45%; c) de mais de 55 anos — 25%. Levam-se em conta os fatores socioculturais (ambiente familiar, educação, ocupação, leituras habituais, viagens e outras experiências) dos informantes, dos quais se exigem ainda os seguintes requisitos:

- a) ser nascido ou residente na cidade objeto do estudo desde os cinco anos;
- b) ter residido na cidade pelo menos durante $\frac{3}{4}$ partes da sua vida;
- c) ser filho de brasileiros, preferentemente nascidos na cidade;
- d) haver recebido sua instrução primária, secundária e universitária na própria cidade.

Finalmente, a investigação baseia-se em particular na fala culta média (habitual) mas considera também as atitudes formal (fala esmerada) e informal (fala familiar). E, quanto à temática, um minucioso questionário de cerca de 8.000 perguntas abarca os seguintes aspectos: a) Fonética e fonologia (vogais, consoantes, supra-segmentos); Morfo-sintaxe (classes de palavras, frases, oração e período, estruturas coloquiais); c) Léxico.

(Cunha, [1983] 1985:23-27)

CELSO CUNHA (1917-1989)



Conhecido fora do mundo acadêmico por suas gramáticas escolares da língua portuguesa, Celso Cunha ganhou reconhecimento internacional por seus trabalhos sobre o português medieval e o português de Quinhentos. Parte de sua obra voltou-se para questões de política linguística. Foi professor do Colégio Pedro II e da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenou o Projeto Norma Urbana Oral Culta/ NURC, o Projeto de Estudo da Fala dos Pescadores na Região dos Lagos/ APERJ e o *Atlas Etnolinguístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro*.

Para mais sobre ele: o texto de Maria Helena de Moura Neves (2021) - <https://www.scielo.br/j/alfa/a/LjXKgPLKcnnxDWj83qvHm9F/?lang=pt>

O NURC tinha por objetivos²⁹:

1. Coletar material que possibilite o estudo da modalidade oral culta da língua portuguesa, em seus aspectos fonético, fonológico, morfossintático, sintático, lexical e estilístico.
 2. Ajustar o ensino da língua portuguesa a uma realidade linguística concreta, evitando a imposição indiscriminada de uma só norma histórico-literária, por meio de um tratamento menos prescritivo e mais ajustado às diferenças linguísticas e culturais do país.
 3. Superar o empirismo na aprendizagem da língua-padrão pelo estabelecimento da norma culta real.
 4. Basear o ensino em princípios metodológicos apoiados em dados linguísticos cientificamente estabelecidos.
 5. Conhecer as normas tradicionais que estão vivas e quais as superadas, a fim de não sobrecarregar o ensino com fatos linguísticos inoperantes.
 6. Corrigir distorções do esquema tradicional da educação brasileira, entravado por uma orientação acadêmica e beletrista.
- (Silva, 1996: 85-86)

A amostra do NURC foi composta em acordo com critérios bem definidos e chegou aos seguintes números:

RECIFE:

363 entrevistas • 461 informantes • 307 horas e 20 minutos de gravação;

SALVADOR:

357 entrevistas • 456 informantes • 304 horas de gravação;

RIO DE JANEIRO:

394 entrevistas • 493 informantes • 328 horas e 40 minutos de gravação;

SÃO PAULO:

381 entrevistas • 474 informantes • 316 horas de gravação;

PORTO ALEGRE:

375 entrevistas • 472 informantes • 413 horas e 40 minutos de gravação

(Silva, 1996: 86)

Depois do NURC muitos outros projetos surgiram para conhecer a realidade linguística do Brasil. Estudaram-se falantes de português com outros níveis de escolaridade. Ampliou-se o interesse para o estudo das muitas outras línguas do Brasil: as nativas, as de imigração, as afro-brasileiras, as de sinais.

²⁹ Esses objetivos levaram Raquel Freitag (2019: 129) a considerar o NURC não um projeto sociolinguístico, mas um projeto de ensino: “Em seus objetivos iniciais, apenas um, o primeiro, apresenta direcionamento empírico e descritivo, os demais são voltados para o ensino de língua”. Embora a preocupação com o ensino esteja presente, a questão que preocupou esses pioneiros foi a falta de conhecimento sobre o português brasileiro e sua forma culta.

Um exemplo de resultado de um projeto sobre o português falado no Brasil é o *Atlas linguístico de Sergipe*³⁰, de onde se extraiu o mapa linguístico a seguir, que focaliza o uso de MEDALHA naquele estado brasileiro. As formas de cada localidade são representadas num mapa. É o que se diz naquela região. Algumas das formas afastam-se dos usos com prestígio: “veronca”, “medaia”, “medária”.

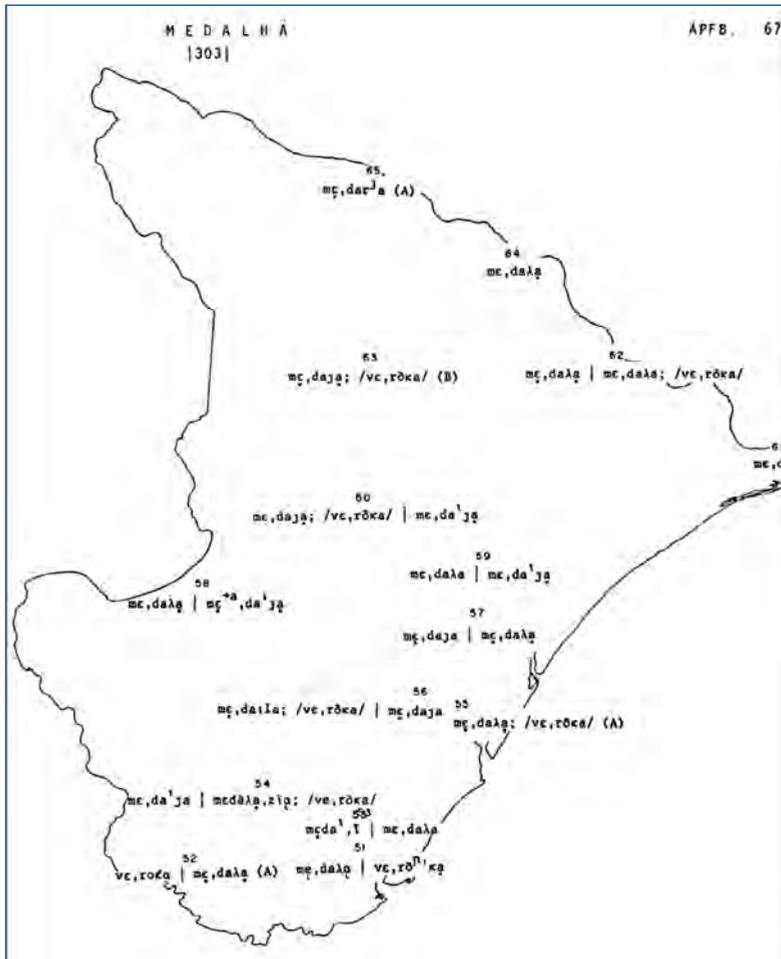


Fig. 2. Atlas linguístico de Sergipe — MEDALHA

2.3. GRAMÁTICA NA TERMINOLOGIA DA LINGUÍSTICA

No campo da linguística, *gramática* deixou de dizer respeito ao ensino do latim e de outras línguas. Em termos bem amplos, por **gramática** se tem

³⁰ Ferreira *et alii* (1987).

em mente os mecanismos que regem a combinação das unidades de uma língua – em outras palavras, é a gramática que nos permite a fluência numa língua. Propostas teóricas específicas adicionarão perspectivas específicas a esse entendimento.

Começamos com a definição no clássico *Curso de linguística geral*, de Ferdinand de Saussure³¹:

A Linguística estática ou descrição de um estado de língua pode ser chamada de *Gramática*, no sentido muito preciso e ademais usual que se encontra em expressões como “gramática do jogo de xadrez”, “gramática da Bolsa” etc., em que se trata de um objeto complexo e sistemático, que põe em jogo valores coexistentes. **A Gramática estuda a língua como um sistema de meios de expressão; quem diz gramatical diz sincrônico e significativo.**

[...]

Nossa definição não concorda com aquela mais restrita, que dela se dá geralmente. É, com efeito, à *morfologia* e à *sintaxe* reunidas que se convencionou chamar Gramática, ao passo que a *lexicologia* ou ciência das palavras foi dela excluída. (Saussure, *Curso*, 2ª parte, 7 §1).

A gramática é um sistema mental:

um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo (Saussure, *Curso*, Introdução, 3 §2).

Um outro grande nome da linguística, Noam Chomsky, também propôs o cérebro/mente como o local da gramática. Diferentemente de Saussure, Chomsky propôs que a *prática da fala* – isto é, os enunciados com que uma criança tem contato – não é absorvida como se fôssemos uma grande esponja. Guiada por uma capacidade inata, a criança terá nos enunciados no seu entorno o gatilho para o desenvolvimento de uma língua específica nos primeiros anos de vida. Temos nesta perspectiva:

- antes do conhecimento de qualquer língua particular, o estágio inicial da aquisição da linguagem, ou **gramática universal**;

³¹ Um exemplo do uso mais restrito do termo *gramática* apontado por Saussure, entendida como a *morfologia* e a *sintaxe*, cujas unidades têm significado, diferentemente da fonologia, estava no manual de Gleason Jr., da década de 1960: “Podemos dividir a gramática de modo conveniente em morfologia e sintaxe. A sintaxe pode definir-se, grosso modo, como o conjunto de princípios de organização das construções formadas pelo processo de derivação e flexão (palavras) em construções mais vastas, de espécies diversas” (Gleason Jr. [1961] 1978: 137).

- o conhecimento que se desenvolve na mente do falante/sinalizante, a gramática de uma língua particular;
- a descrição desse conhecimento.

Neste sentido do termo *gramática*, todos os falantes sabem a gramática de sua língua, mesmo que sejam falantes de variedades sem prestígio, que nunca tenham frequentado uma escola. Sabem a gramática porque, caso contrário, não poderiam fazer uso dessa língua. Por outro lado, se alguém decorasse um dicionário de alemão, por mais fantástico que isso fosse, não seria um falante de alemão: sem os mecanismos que permitem a combinação das unidades dos diferentes níveis não conseguiria dizer uma única frase em alemão.

2.3.1. Existem línguas (ou variedades de uma língua) sem gramática?

A resposta à pergunta é “não”. Todas as línguas e variedades de uma língua têm gramática. Vamos imaginar como seria uma língua sem gramática como fez Bauer (1998) com o hipotético “spelitziano”.

Posso dizer uma frase agramatical nessa língua hipotética sem gramática? Não. É impossível quebrar regras se dissemos que elas não existem. Mesmo que a língua hipotética tivesse algum vocabulário, sem gramática essa língua nos daria, quando muito, algo como os exemplos apresentados em (1) a seguir, do chimpanzé Nim Chimpsky da pesquisa de Terrace *et alii* (1979): palavras soltas, sem a percepção de qualquer complexidade interna, e sem sintaxe.

(1)

- play me Nim
- eat me Nim
- eat Nim eat
- banana Nim eat
- banana eat Nim
- banana me eat
- me more eat
- more eat Nim
- nut Nim nut
- hug me hug
- Give orange me give eat orange me eat orange give me eat orange give me you

Em português *-eza* é um sufixo que se liga a um adjetivo formando um nome abstrato (*triste* > *tristeza*). Se não há regras na língua hipotética, posso colocar um sufixo em qualquer lugar, e algo como **ezatriste* seria possível. Aliás, para falarmos dessa língua hipotética sem gramática poderíamos lançar mão de conceitos gramaticais como *sufixos*, *prefixos* e *classes de palavras*?

Todas as línguas humanas têm classes de palavras em que se podem criar novas palavras e têm mecanismos para criá-las. Todas as línguas têm partículas que são como uma espécie de cimento que une elementos na formação das estruturas da sintaxe. A preposição *de* em *livro de Pedro* marca a relação entre *livro* e *Pedro*; se não há gramática, *Pedro livro de* serve. Ou *de livro Pedro*. Ou sem *de*, porque esses elementos funcionais também não teriam razão de ser. O chimpanzé Nim também não precisava de preposições nem de conjunções.

2.3.2. E línguas sem vocabulário?

“É impossível falar de nanotecnologia na língua indígena X ou na língua Y!”.

A frase parece ser a contraparte da ideia de que há línguas sem gramática: a de que haveria línguas com vocabulário tão pobre que impediriam falar sobre muitas coisas. Uma língua indígena, por exemplo, serviria para falar de plantas ou de animais, mas nunca de temas mais abstratos. Isso é falso.

Concordamos com Nicholas Evans ao tratar de línguas aborígenes: “as línguas tendem a ter vocabulário mais rico nas áreas pelas quais os falantes se têm interessado por tempo suficiente para desenvolver vocabulário especializado”³². Isso é diferente de ser impossível vir a ter esse vocabulário.

Quando o português, por exemplo, começou a ser largamente usado na escrita em lugar do latim na produção de livros de teologia, de astronomia, enfim, de áreas de conhecimento especializado e a ser empregado em textos que circulavam entre especialistas, o vocabulário ampliou-se nessas áreas, fosse por empréstimos, especialmente do latim, fosse por formação vernácula. Palavras como *meridiano*, *astrolábio*, *astrônomo*, *mapa*, *mapa-múndi* começam a encontrar lugar em textos em português em torno dos séculos XIV-XVI. Entraram junto com o interesse pela tecnologia das grandes navegações.

UMA ESCALA NA VIAGEM

Explicando a observação de Lallot em 2.2: a perda de fontes



Conhecemos apenas uma pequena parcela do que foi escrito no passado. As razões são várias:

- exemplares podem não resistir a seus leitores;
- ou não resistir a ataques de insetos, de ratos;

³² Evans (1998: 165).

- ou desaparecer em desastres naturais e incêndios;
- a tinta da escrita pode corroer o suporte do texto, ou mesmo se apagar com tempo;
- no caso de pergaminhos, o texto podia ser raspado para o pergaminho receber um novo texto;
- textos em papel podiam servir de enchimento de encadernações antigas;
- quanto a quem estava aprendendo a escrever, tabuinhas de cera ou caixas de areia tornavam tudo pouco duradouro.

Mas provavelmente a maior causa dessas lacunas é a constante e deliberada destruição de livros e de documentos por guerras e censura. A antiga biblioteca de Alexandria, destruída e reconstruída por cerca de 10 séculos — do séc. IV a.C. ao VII (Canfora, 1986) — talvez seja o exemplo mais lembrado. E talvez por isso se tenha a sensação de que perdemos bibliotecas apenas no passado. Mas não é assim. Para uma ideia do tamanho da destruição, veja-se o levantamento na *Wikipedia* (*List of destroyed libraries* - https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_destroyed_libraries) e o livro *História universal da destruição dos livros: das tábuas sumérias à guerra do Iraque*, de Fernando Báez.

Se uma obra desapareceu fisicamente, como sabemos que existiu? Sabemos porque outros escritos que sobreviveram fazem referência a ela. Por exemplo: documentos jesuíticos referem uma gramática da língua dos Maromomi ou Guarulhos pelos padres José de Anchieta (1534-1597) e Manuel Viegas (1533-1608); o Pe. Antônio Vieira (1608-1697) teria composto catecismos em sete línguas do norte do Brasil (Rodrigues, 1997: 371-372). Nada chegou aos dias atuais, mas são mencionados em diferentes documentos.

UMA ESCALA NA VIAGEM

Nicóstrata e a gramática



Fig. 3. *Typus gram(m)atic(a)e* [‘imagem da gramática’].

In Gregor Reisch, *Margarita philosophica*, 1504. Extraído de https://en.m.wikipedia.org/wiki/File:Margarita_philosophica_de_Gregor_Reisch_%281504%29.png

A imagem na *Figura 3* tem Nicóstrata em primeiro plano. Essa figura mítica, filha de Palas, rei da Arcádia, teria fugido da Grécia e chegado à Itália, onde ergueria uma fortaleza num monte que, em homenagem ao pai, chamaria Palatino. Mais tarde teria inventado o alfabeto latino. Com o alfabeto, ela teria criado a tecnologia que permitiu que o conhecimento se desenvolvesse.

Na imagem, Nicóstrata segura numa das mãos o alfabeto latino e tem consigo a chave que abre a torre do conhecimento (ou, como escrito na legenda, “triclinium philosophiae”, a ‘sala de jantar da filosofia’) para a qual guia uma criança. Junto à chave ou dando nome a ela está a palavra *congruitas*, isto é, a *concordância*. Não há como entrar na torre sem esses requisitos. O saber linguístico da criança não vem ao caso, ficará do lado de fora da torre. Serão necessários anos de escolaridade para que ela chegue a galgar todos os andares da torre.

A gramática (entenda-se: a gramática latina) é, nessa imagem, não apenas a porta de entrada mas a base de todo o conhecimento ao ocupar dois andares: no primeiro, Élio Donato (séc. IV) — o famoso professor de São Jerônimo, tradutor da Bíblia para o latim — cuja *Arte menor*, voltada para crianças, influenciaria os estudos gramaticais por cerca de um milênio; dominado esse conteúdo, o aluno estava pronto para subir as escadas que levavam a Prisciano (séc. VI), autor da *Institutiones Grammaticae*. Seguem-se, no andar acima, a Lógica (com Aristóteles), a Retórica e Poesia (com Cícero, identificado como ‘Tullius’) e a Aritmética (com Boécio); no andar seguinte, a Música (com Pitágoras), a Geometria (Euclides), a Astronomia (Ptolomeu); por fim, no topo, a Filosofia, tripartida em Física (Aristóteles, designado apenas por “philosophus”), Moral (Sêneca) e, no ponto mais alto, Teologia ou Metafísica (com Pedro Lombardo).

Nicóstrata é uma figura mítica que se confunde com a própria gramática, recuperando, assim, o significado mais antigo com que esse termo foi empregado. Por vezes ela tem na mão uma vara, para castigar os erros dos maus alunos. De certo modo, a visão de gramática que Nicóstrata representa ainda ecoa na sociedade.

UMA ESCALA NA VIAGEM

Quando empregar o português não era chique

Quando falamos em *prestígio*, falamos da valorização conferida por grupos sociais a uma ou mais variedades linguísticas ou línguas. Não significa que haja línguas ou variedades incompletas, inferiores, ou, ao contrário, melhores que as demais.

Já houve época em que não fazia diferença a variedade do português empregada: o português, como qualquer **vernáculo** então, não tinha prestígio. Antes do século XVI a elite letrada rejeitava os vernáculos europeus (português, por exemplo). Num texto antigo a expressão “o *linguagem português*” significava que o português não era considerado uma língua (diferentemente do latim, do grego ou do hebraico), mas que se destinava apenas a ser empregado³³ pelos “simprizes e nō letrados”³⁴. Os letrados eram letrados em latim.

Na medida em que se compreendeu que o latim ia perdendo o papel de língua de contato no mundo europeu, porque eram “muyto mais os vulgares que os que a lingua latina conhecem”³⁵, e que, ao mesmo tempo, se ampliava o público leitor com a imprensa de tipos móveis, começava-se a traduzir do latim para os diversos vernáculos da Europa. Mas a escrita em vernáculo era inicialmente uma concessão aos incultos. Os letrados preferiam o latim — “se

³³ Verdelho (1995: 47 n2).

³⁴ Valentim Fernandes. *Prohemial Epistola* (1495: fol 2v).

³⁵ Valentim Fernandes. *Prohemial Epistola* (1495: fol 2v).

mais deleitam no fallar do latim que do lingoagem”³⁶. O latim conferia prestígio social, não o vernáculo. O português nem língua era; não precisava ser estudado.

UMA ESCALA NA VIAGEM

*O prescritivismo **G** na mídia*

Um dos momentos mais marcantes no Brasil da incompreensão do papel do linguista e do que estuda se deu em 2011, quando o Ministério da Educação aprovou um livro didático escrito para turmas da Educação de Jovens e Adultos/EJA.

Durante dias a imprensa divulgou os comentários de quem parecia não ter sequer folheado a obra. Foi um mar de bobagens contra o livro e, na sequência, contra os linguistas: foi possível ouvir numa entrevista de rádio a defesa da concordância de grau entre o artigo e o nome em português — sabe-se lá o que seria isso — e, na TV, que a concordância nominal não culta (como em *os menino*) levaria os brasileiros à perda do raciocínio lógico.

Em junho de 2011, a Associação Brasileira de Linguística/Abralin reuniu num grande arquivo, a que deu o título *Dossiê “Por uma vida melhor”*, os comentários desse episódio publicados na imprensa, material ainda disponível na internet em <https://pt.slideshare.net/slideshow/dossie-por-uma-vida-melhor-8273727/8273727>.

³⁶ Veja-se o comentário do tradutor sobre a tradução para o latim do *Marco Polo*: “SOm constrangido eu frey Pipino de Bolonha da ordem dos frades pregadores de muytos jrmaãos padres & senhores meus. ho liuro do prudente honrrado & fiel dom Marco paulo de Veneza das condições & costumes das terras do oriente por elle fielmente composto & ytalico escrito. a reduzir per verdadeira tralladaçam de lingoagem a latim por tal que aquelles que se mais deleitam no fallar do latim que do lingoagem. & ainda por aquelles que por desuario das lingoas. ou pella differença dos lingoagens nom podem de todo ou ligeiramente a propriedade da lingoa entender” (In Rosa, 1994: II, Apêndice B).

CAPÍTULO 3

UM MANIFESTO PARA UMA NOVA CIÊNCIA: O *CLG*

Apesar de todas as críticas, senão precisamente por causa delas, ler o *Curso de linguística geral* nesta terceira década do século XXI continua a ser [...] uma tarefa incontornável para toda pessoa que deseja ingressar no estudo teórico rigoroso da linguagem humana em geral e das línguas particulares. Só é possível compreender os diferentes rumos que a linguística tomou nos últimos cem anos quando se leva em consideração o que esses rumos significaram de ruptura radical, de adoção e desenvolvimento ou de relativização das ideias compiladas no *CLG*.

(MARCOS BAGNO, 2021: 376)

3.1. INTRODUÇÃO

O *Curso de linguística geral* – o *CLG* – é um livro ímpar por várias perspectivas. Não foi escrito por aquele a quem é atribuído, isto é, não foi escrito por Ferdinand de Saussure (1857-1913). Seus editores – Charles Bally (1865-1947) e Albert Sechehaye (1870-1946) – responsáveis pela materialização desse livro – levantam a hipótese, no prefácio à primeira edição, de que o próprio Saussure, se então vivo fosse, “não teria talvez autorizado a publicação”. O *CLG* é ímpar também na importância para o desenvolvimento da linguística ao longo do século XX.

3.2. SOBRE A OBRA

A obra atribuída ao linguista suíço **Ferdinand de Saussure (1857-1913)**, o *Cours de linguistique générale* (nas edições em português, *Curso de linguística*

geral), tem sido frequentemente tratada como “o texto fundador” da linguística moderna¹, “o ponto de partida da maioria das ideias motrizes que caracterizam a linguística moderna”²; em razão disso, Ferdinand de Saussure pôde ser considerado “o linguista mais influente do século XX”³.

FERDINAND DE SAUSSURE (1857-1913)

[Pronúncia em francês: [sɔsyʁ]]



Famoso postumamente pelo *Curso de linguística geral* (1916), livro que não escreveu, Saussure ganhou reconhecimento em vida ainda muito jovem — aos 21 anos, em 1879 — pela *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes* [‘memória sobre o sistema primitivo das vogais nas línguas indo-europeias’].

O *Curso* impactou a linguística porque deixou em segundo plano a visão histórico-comparativa então predominante e assumiu a noção de *sistema linguístico*, que deveria ser descrito. Para muitos, Saussure é o fundador da linguística moderna e da corrente que ficaria conhecida como *Estruturalismo*.

Na introdução à nova tradução brasileira⁴ e nas notas que acrescentou à tradução, Marcos Bagno defende que o *Curso* refletiu tendências que já estavam presentes na Europa em meados do século XIX⁵. Não obstante essa constatação, Konrad Koerner⁶ observaria que o *CLG* seria classificável como uma *revolução científica* nos termos de Thomas Kuhn (1962, 1970), porque atendia aos dois critérios para um paradigma científico kuhniano: “suficientemente sem precedentes para atrair um grupo duradouro de adeptos das visões concorrentes” e, ao mesmo tempo, “suficientemente aberto para deixar todos os tipos de problemas para os novos praticantes resolverem”⁷. O *CLG* acabaria por se tornar um divisor de épocas para os estudos linguísticos, que passavam a ser identificados temporalmente como anteriores a Saussure ou não. Em geral, as obras anteriores à publicação do *CLG* não são focalizadas nos cursos de graduação em Letras.

Saussure era o responsável pela cadeira de Linguística Geral na Universidade de Genebra, Suíça. O *CLG* teve por base os três cursos que ministrou entre

¹ Paveau & Sarfati ([2003] 2006: 63); Fiorin, Flores & Barbisan (2013: 8).

² Malmberg ([1962]1974: 59).

³ Labov ([1972] 2008: 308).

⁴ Em português, o *Curso* ganhou nova edição em 2021, com tradução e comentários de Marcos Bagno (Universidade de Brasília).

⁵ In Saussure ([1922] 2021: 14).

⁶ Koerner (1971: 10).

⁷ Kuhn (1970: 10): “Their achievement was sufficiently unprecedented to attract an enduring group of adherents away from competing modes of scientific activity. Simultaneously, it was sufficiently open-ended to leave all sorts of problems for the redefined group of practitioners to resolve”.

1907 e 1911. Morreria pouco tempo depois, em 1913, e dois de seus colegas de universidade, Charles Bally (1865-1947) e Albert Sechehaye (1870-1946), publicariam em livro os três cursos que Saussure ministrara.

A versão clássica do *CLG* não é a primeira edição, de 1916, mas a edição de 1922. É esta que serve de base também às traduções para o português.

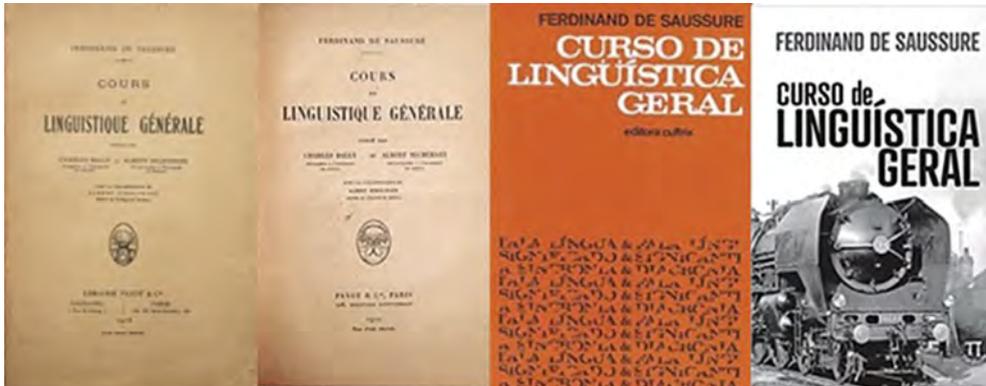


Fig. 4. O *CLG*: da esquerda para a direita, a edição de 1916, a edição de 1922, base das duas edições brasileiras, de 1972 e de 2021

Como notou Camara Jr⁸, quanto às ideias centrais do linguista suíço “é preciso levar em conta que o seu livro clássico (Saussure 1922), é póstumo” e, citando Robert Godel (1957 - *Les sources manuscrites du Cours de linguistique générale de F. de Saussure*), lembra que “há às vezes discordância entre a redação do livro e o pensamento exato de Saussure”.

CHARLES BALLY (1865-1947)

[Pronúncia francesa: [baji]]



Após a morte de Ferdinand de Saussure, Charles Bally sucedeu o colega nas cadeiras de Linguística Geral, de Gramática Comparada e de Sânscrito na Universidade de Genebra.

Com Albert Sechehaye publicou as aulas dos três cursos do colega falecido, o *Curso de Linguística Geral*.

Com Léopold Gautier (1884-1973) editou os trabalhos que Saussure publicou em vida, que reuniram sob o título *Recueil des publications scientifiques de Ferdinand de Saussure* (1921).

O legado de Bally não foi apenas o de editar um dos marcos da linguística no século XX. Bally dedicou boa parte de sua vida à filologia grega e à estilística, termo introduzido por ele em 1909 (Wales, 2006: 213).

⁸ Camara Jr. ([1964] 1973: 25n1).

ALBERT SECHEHAYE (1870-1946)

[Pronúncia em francês: [se.ʃə.ɛ]]



Sechehaye é sempre lembrado como um dos editores do *Curso de linguística geral*, de Ferdinand de Saussure. Junto com Charles Bally fez parte da primeira geração da Escola de Genebra.

Bally e Sechehaye registrariam no prefácio a surpresa com a quase ausência de materiais das aulas nos papéis deixados pelo colega, situação que os levou a recorrer às anotações dos alunos:

Grande foi a nossa decepção; não encontramos nada ou quase nada que correspondesse aos cadernos de seus discípulos; F. de Saussure ia destruindo os borradores provisórios em que traçava, a cada dia, o esboço de sua exposição! As gavetas de sua secretária não nos proporcionaram mais que esboços assaz antigos, certamente não destituídos de valor, mas que era impossível utilizar e combinar com a matéria dos três cursos.

(Charles Bally & Albert Sechehaye. In Saussure, *Curso*, Prefácio à primeira edição)

Havia pouco material de aulas do próprio Saussure, mas o comentário de Bally e de Sechehaye nos deixa supor que esses materiais tinham existido, ainda que por pouco tempo, antes de serem destruídos. É uma visão diferente daquela divulgada por Antoine Meillet (1866-1936), também ex-aluno de Saussure, mas na *École Pratique des Hautes Études*, entre 1885 e 1889⁹:

Saussure não preparava suas aulas com antecedência. Como outro de seus famosos discípulos, Antoine Meillet, enfatizou, nunca parecia trazer às aulas uma verdade definitiva e sua plateia era mantida em suspense diante de um pensamento em atividade, pensamento esse que era, definitivamente, elaborado e formulado no exato momento em que era emitido.

(Camara Jr., [1962] 1975: 105)

Antoine Meillet criticaria a empreitada de Bally e Sechehaye: o *Curso* era “o livro que o mestre não fez, que ele indubitavelmente jamais teria feito”¹⁰, o que demonstra que a recepção inicial do *Curso* não foi unanimemente favorável. Autores como Hugo Schuchardt (1842-1927), Antoine Meillet (1866-1936) e Otto Jespersen (1860-1943) deixaram seus senões nas resenhas que fizeram da primeira edição do *Curso*¹¹; por outro lado, a visão saussuriana ganharia

⁹ Koerner (1988).

¹⁰ Meillet (1916: 32): “le livre que le maître n’avait pas fait, qu’il n’aurait sans doute jamais fait”.

¹¹ Koerner (1971: 11).

seguidores entre os linguistas de dois grandes centros de estudos que despontavam na segunda década do século XX: o *Círculo Linguístico de Praga* e o *Círculo Linguístico de Copenhague*. Nomes como Roman Jakobson (1896-1982), Nikolai Trubetzkoy (1890-1938), Louis Hjelmslev (1899-1965), Viggo Brøndal (1887-1942) e ainda outros, como Iorgu Iordan (1888-1986), marcariam o século XX e disseminariam as propostas saussurianas¹².

A língua (ou *langue*) se constitui no foco do interesse de sua proposta de uma ciência linguística. Para Saussure a língua é “uma instituição social”, “um sistema de signos que exprimem ideias”. A linguística seria parte da semiologia, “uma ciência que estude a vida dos signos no seio da vida social”¹³.

E o que viria a ser a **Linguística Geral**, cujos problemas fundamentais, para Saussure, aguardavam uma solução?¹⁴ A expressão foi empregada com diferentes significados¹⁵. Para Émile Benveniste (1902-1976), “a linguística geral é a linguística que se interroga sobre si mesma, sobre sua definição, sobre seu objeto, sobre seu estatuto e sobre seus métodos”¹⁶. Esta parece ser uma visão compatível com aquela no *CLG*.

3.3. A LINGUÍSTICA DO CLG

O *CLG* distinguia a linguística do estudo “desprovido de qualquer visão científica” que tinha por objetivo “formular regras para distinguir as formas corretas das incorretas”¹⁷, como ainda distinguia a linguística da filologia¹⁸.

Com Saussure mudava também a importância da escrita para os estudos linguísticos. Estabelecia-se o primado da língua falada, sendo a escrita a representação da fala. Saussure reconhecia, porém, que a sociedade acaba “por dar maior importância à representação do signo vocal do que ao próprio signo”. E completava: “É como se acreditássemos que, para conhecer uma pessoa, melhor fosse contemplar-lhe a fotografia do que o rosto”¹⁹. Para Saussure, “a escrita obscurece a visão da língua; não é um traje, mas um disfarce”²⁰.

¹² Koerner (1971: 11).

¹³ Saussure, *Curso*, Introdução, 3, §3.

¹⁴ Saussure, *Curso*, Introdução, 1, última linha.

¹⁵ Veja-se por exemplo, a expressão *linguística geral* no dicionário de Camara Jr, verbete “Linguística”, e em *Linguística Geral*, o famoso manual de R. H. Robins.

¹⁶ Citado em Othero & Flores (2023: 16).

¹⁷ Saussure, *Curso*, Introdução, 1.

¹⁸ Saussure, *Curso*, Introdução, 1.

¹⁹ Saussure, *Curso*, Introdução, 6 §2.

²⁰ Saussure, *Curso*, Introdução, 6 §5.

Durante parte do século XX muitos linguistas compartilharam a visão de que a escrita era objeto de pouco ou nenhum interesse, um sistema que reproduz imperfeitamente a fala de uma comunidade, esta sim o real objeto da linguística. “A escrita não é língua, mas apenas um modo de registrar a língua por meio de marcas visíveis”²¹. Como Saussure, Bloomfield considerava que “[p]ara o linguista, a escrita é, exceto por algumas questões de detalhe, meramente um dispositivo externo, como o uso do fonógrafo, que preserva para nossa observação alguns traços da fala de tempos passados”²². Um registro, mas imperfeito.

Raramente se reconhecia, como fez Camara Jr. (1957:10), por exemplo, que os séculos de prática de escrita nas chamadas **línguas de civilização** acabaram por favorecer o surgimento de um *medium* com suas próprias regras, autônomo em relação à comunicação oral. Ou como Mary Kato (1987): em razão das diferenças formais e funcionais entre ambas as modalidades, a leitura de textos orais transcritos com fidelidade soa estranha. Para quem é letrado, o texto já começa a ser elaborado como escrita, não como uma reprodução da fala²³. Ilustram mais dramaticamente a complexidade da relação entre escrita e fala as situações em que a escrita pressupõe a escolha de um outro código, formal e funcionalmente diferente daquele utilizado pela comunidade em situações do dia a dia, como é, por exemplo, o caso do árabe clássico face às variedades vernáculas do árabe, ou do crioulo cabo-verdiano face ao português.

3.3.1. O sistema, a sincronia, a massa falante

A primeira coisa que surpreende quando se estudam os fatos da língua é que, para o indivíduo falante, a sucessão deles no tempo não existe: ele se acha diante de um estado. Também o linguista que queira compreender esse estado deve fazer *tabula rasa* de tudo quanto produziu e ignorar a diacronia. (Saussure, *Curso*, 1ª parte, 3 §2)

O *Curso* enfatizava que a língua é um **sistema** “em que todos os termos são solidários e o **valor** de um resulta tão-somente da presença de outros”²⁴ e assim cada elemento no sistema vale pelo que não é.

²¹ Bloomfield (1933: 21).

²² Bloomfield (1933:284).

²³ Dado que a escrita não funciona como transcrição da fala, estudantes iniciantes na escrita têm dificuldade, por exemplo, em delimitar unidades como a sentença ortográfica, como demonstram os exemplos a seguir, extraídos de redações de escolares do sexto ano: “Minhas férias foi muito boa, eu viajei e paciei bastante [...] Eu e meus primos que moram lá. Fomos nadar na lagoa”; “O machismo não existe mais, atualmente para mim existe, talvez não como antigamente quando era rigorosamente cumprido pelos pais de família e pais dos homens”; “Será que a senhora poderia dar um recado a tia aparecida que não vou poder levar sua encomenda Tia Elena quando receber está carta-me escreva dizendo se eu posso comparecer a sua casa semana que vem”.

²⁴ Saussure, *Curso*, 2ª parte, 4 § 2.

A língua é um sistema que funciona para os membros de uma **comunidade**, um grupo de pessoas que vive numa dada área num dado momento — isto é, numa **sincronia** — que não tem ideia de como a língua foi no passado. Esse é um **paradoxo saussuriano**: como os falantes podem utilizar-se, de forma eficaz, de uma língua em mudança constante?²⁵

Para o falante a mudança é imperceptível. A não ser quando se depara com formas já em desuso: *patranha*, *biltre*, *tinha escritas as cartas* causam estranheza na atualidade. Não nos damos conta de que formas de que fizemos uso no passado podem ser desconhecidas de novas gerações. Um exemplo? *Tringuilim*, denominação para um vendedor ambulante de pirulitos de caramelo e de um tipo de biscoito fino, comprido e cilíndrico que o tringuilim anunciava pela rua com o som de uma matraca. Ou *garrafeiro*, que, em meados do século XX, comprava vidro pelas ruas do Rio de Janeiro para a reciclagem (que também não tinha esse nome), chamando a atenção dos interessados com um pregão característico. Não nos damos conta até ouvirmos algo que ainda não tínhamos ouvido (*pega na visão*, *trolar*, *vlog*, *shippar...*). Outras palavras ganharam novas acepções: uma busca no Google para *garrafeiro* inunda a tela com imagens de um tipo de móvel para o armazenamento de bebidas; *mineração* tem sentido diferente do trabalho em minas quando indica parte de transações com criptomoedas, outra palavra que aprendemos nos últimos tempos. Construções com clíticos que encontramos nos textos de Mattoso Camara Jr., como *no-lo*, *vo-lo*, desapareceram até mesmo da escrita formal.

Uma afirmação como “falo português” é pouco precisa: podemos reconhecer em poucos segundos se estamos diante de alguém da nossa comunidade ou de outra. Diante de mineiros, gaúchos, baianos, ou mesmo falantes de português vindos de outros países em que se fala português, reconhecemos que sua expressão não reflete o sistema que compartilhamos no “nosso grupo”. Daí as noções entrelaçadas: *sistema* e *comunidade linguística*, mas também *sincronia*, porque essa comunidade é marcada também no tempo.

A noção de um sistema que vale para uma comunidade numa dada época ou sincronia é uma proposta bem diferente da imagem do viajante no tempo que conhecemos na ficção, como o antigo seriado de tv *O túnel do tempo*²⁶. Esse seriado narrava as aventuras de dois cientistas que, envolvidos num projeto de pesquisa ultra-secreto que produzira uma máquina

²⁵ R. L. Trask (2004: 222).

²⁶ *The Time Tunnel/ O Túnel do Tempo*. 1966-1967. Criador: Irwin Allen.

do tempo troncha, se veem arrastados para viagens no tempo sem poderem controlar em que época cairiam, mas caindo invariavelmente numa situação de conflito, passada ou futura em relação ao ponto de partida inicial do experimento. Não importa que se materializassem em meio a uma das Guerras Púnicas: sua língua nativa (inglês) era suficiente para a comunicação tanto com o lado romano da guerra quanto com os cartagineses que, provavelmente, à época falavam púnico.

O túnel do tempo era uma obra de ficção, não um trabalho científico. Na ficção os personagens podem ser marcianos, não importa: os animais falam, as múmias falam, os monstros Há aqui um aspecto a considerar: especialmente na dramaturgia, por razões práticas, o autor pode dissipar qualquer diferença linguística entre as personagens e fazê-las todas falarem a língua da plateia a que se dirigem. Assim, na ficção é como se sempre estivesse à mão uma língua comum a todos — humanos ou não.

Vamos brincar um pouco com esse *leitmotiv* da ficção: e se tivéssemos um viajante no tempo que falasse português, por exemplo, que aportasse numa época futura para ele, num lugar em que também se falasse português? Vamos colocar nessa situação um homem da Idade Média: **Lourenço Fernandes da Cunha**²⁷, cujas queixas ficaram registradas em mais de um documento, discutidos sempre quando o tema são os mais antigos textos em prosa em português²⁸. São textos difíceis para um leitor atual, matéria de muitos trabalhos acadêmicos.

Imaginemos então que, em plena Idade Média, esse tal Lourenço Fernandes da Cunha, cansado dos vizinhos/familiares também criminosos e deixando para trás a fortuna que parece ter levado aquele círculo de conhecidos a tantos crimes, fugisse deles numa máquina do tempo e viesse parar aqui (Rio de Janeiro) e agora (século XXI).

Já começamos a duvidar que “seu Cunha” falaria igual a um carioca. Mas falaria como falam aqueles que vivem agora no território em que ele viveu? Aquela língua que ele fala é português?

Mesmo que esse viajante se tentasse fazer entender pela escrita, nem a construção da frase, nem o vocabulário nos seriam familiares. Nem conseguiríamos entender a letra de qualquer documento que nos apresentasse (*Figura 5*)²⁹.

²⁷ Há uma biografia de Lourenço Fernandes da Cunha na *Wikipedia*: https://pt.wikipedia.org/wiki/Louren%C3%A7o_Fernandes_da_Cunha

²⁸ Há quem sustente que nem era português: ver a respeito Martins (2007).

²⁹ Duas leituras famosas desse texto na internet: a) a de Avelino de Jesus Costa (1908-2000): https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/46611/1/Os_mais_antigos_documentos_escritos_em_portugues.pdf; e b) a de Luís Felipe Lindley Cintra (1925-1991): https://issuu.com/museulp/docs/noticia_de_torto.

vítimas compartilhavam um sistema entre si, não conosco: “[a] coletividade é necessária para estabelecer os valores cuja única razão de ser está no uso e no consenso geral”³³.

Nossa estranheza em relação àquele estado de língua (ou **sincronia**) poderia se dever ao fato de a comunidade linguística em que viveu Lourenço Fernandes da Cunha e aquela em que vivemos estarem em espaços geográficos distintos? É o próprio *Curso* que nos responde:

o que se passaria se uma língua falada num ponto claramente delimitado — uma pequena ilha, por exemplo — fosse transportada por colonos para outra ilha. Ao cabo de certo tempo, veremos surgir entre a língua do primeiro lar (L) e a do segundo (L') diferenças variadas, no tocante ao vocabulário, à gramática, à pronúncia etc.

Não se deve imaginar que o idioma transplantado se modifique sozinho, enquanto o idioma originário permanece imóvel

[...]

Que é que cria essas diferenças? Quando se acredita que seja unicamente o espaço, é-se vítima de uma ilusão. Por si só, o espaço não pode exercer nenhuma ação sobre a língua. No dia seguinte ao do desembarque em L', os colonos saídos de L falavam exatamente a mesma língua da véspera. Esquece-se o fator tempo, porque é menos concreto que o espaço; na realidade, porém, é dele que releva a diferenciação linguística. A diversidade geográfica deve traduzir-se em diversidade temporal.

(Saussure, *Curso*, 4a. parte, 3 §1)

A língua é um sistema que funciona para os membros de uma comunidade linguística: o convívio num dado momento — isto é, numa sincronia — faz deles a massa falante. As mudanças mais recentes não são percebidas, a não ser que se chame a atenção para elas. Com o tempo, porém, as mudanças se avolumam e nosso hipotético viajante no tempo teria problemas de comunicação, mesmo que voltasse agora ao território em que vivia no século XIII.

Com Saussure, a prioridade dos estudos linguísticos passava a ser o estudo de um **estado da língua** ou **sincronia**:

está claro que o aspecto sincrônico prevalece sobre o outro [**o diacrônico** — **MCR**], pois, para a massa falante, ele constitui a verdadeira e única realidade [...]. Também a constitui para o linguista: se este se coloca na perspectiva diacrônica, não é mais a língua o que percebe, mas uma série de acontecimentos que a modificam.

(Saussure, *Curso*, 1ª parte, 3 §5)

³³ Saussure, *Curso*, 2ª parte, 4 §1.

É na sincronia que os elementos linguísticos constituem um sistema de relações, classificáveis em dois tipos:

- a) as relações que fazem parte do “tesouro interior que constitui a língua de cada indivíduo”, cuja sede é o cérebro, que lhe permitem perceber que elementos podem substituir outros elementos; e
- b) as relações entre elementos em sequência, baseadas no caráter linear da linguagem³⁴.

Às primeiras, Saussure denominou **relações associativas**; a estas últimas, **relações sintagmáticas**. O valor dos elementos linguísticos deriva desses dois tipos de relações.

A linguística moderna começava enfatizando os sistemas de linguagem que permitem a comunicação entre os membros de uma comunidade.

3.3.2. Langage, langue e parole: o biológico e o social

Saussure introduzia um esquema de produção e compreensão linguísticas que envolvia processos que caracterizou como psíquicos e fisiológicos, vindo a distinguir três conceitos: *linguagem*, *língua* e *parole*³⁵. Para Saussure, “a linguagem é heterogênea, a língua [...] é de natureza homogênea”³⁶; por não ser homogênea, a linguagem é “incognoscível”³⁷, mas não a língua.

Mas o que é a língua? Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. Tomada em seu todo a linguagem é multiforme, heteróclita; a cavaleiro de diferentes domínios ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade. A língua, ao contrário, é um todo por si e um princípio de classificação. Desde que lhe demos o primeiro lugar entre os fatos da linguagem, introduzimos uma ordem natural num conjunto que não se presta a nenhuma outra classificação. (Saussure, *Curso*, Introdução, 3 §1).

³⁴ Saussure, *Curso*, 2ª parte, 5 §1.

³⁵ Mantemos *parole* em francês. As dificuldades para tradução desse termo ficaram registradas numa longa nota de rodapé que Camara Jr. fez nos *Princípios de Linguística Geral* para justificar a tradução de *parole* como *discurso*. Mattoso rejeita a tradução por *palavra*, adotada em trabalho de outro autor. Não traduz por *fala* porque ficaria excluída a escrita. Sugere como alternativa de tradução para *langue* e *parole*, respectivamente *estrutura linguística* e *atividade linguística*. Mas propõe *discurso*, “nome verbal de discorrer” (Camara Jr, [1964] 1973: 24n1) para *parole*.

³⁶ Saussure, *Curso*, Introdução, 3 § 2.

³⁷ Saussure, *Curso*, Introdução, 4.

A **linguagem** compreende dois fatores: a língua/*langue* e a *parole*. A **língua** é a manifestação da linguagem, é a linguagem menos a *parole* e tem “o primeiro lugar no estudo da linguagem”, porque a língua tem a homogeneidade. A **parole** “é a fala real, os atos de fala tornados possíveis pela língua”³⁸.

Para achar, no conjunto da linguagem, a esfera que corresponde à língua, necessário se faz colocarmo-nos diante do ato individual que permite reconstituir o circuito da fala. Este ato supõe pelo menos dois indivíduos [...] Suponhamos, então, duas pessoas, A e B, que conversam.

O ponto de partida se situa no cérebro de uma delas, por exemplo A, onde os fatos de consciência, a que chamaremos conceitos, se acham associados às representações dos signos linguísticos ou imagens acústicas que servem para exprimi-los. Suponhamos que um dado conceito suscite no cérebro uma imagem acústica correspondente: é um fenômeno inteiramente psíquico, seguido, por sua vez, de um processo fisiológico: o cérebro transmite aos órgãos da fonação um impulso correlativo da imagem; depois as ondas sonoras se propagam da boca de A até o ouvido de B: processo puramente físico. Em seguida, o circuito se prolonga em B numa ordem inversa: do ouvido ao cérebro, transmissão fisiológica da imagem acústica; no cérebro, associação psíquica dessa imagem com o conceito correspondente. (Saussure, *Curso*, Introdução, 3 §2)

A *parole*, por sua vez, é “um ato individual de vontade e inteligência” em que se conjugam o modo como o falante usa a língua — afinal, a língua está contida na *parole* — para a expressão de seu pensamento, e mais “o mecanismo psico-físico que lhe permite exteriorizar essas combinações”³⁹. Na *Introdução às línguas indígenas brasileiras*, Mattoso Camara Jr. resume de modo didático a distinção entre *langue* e *parole*: *La donna è mobile*, a famosa ária da ópera *Rigoletto*, de Verdi, cantada por Beniamino Gigli, o grande tenor da época⁴⁰, ou por ele, Mattoso, seriam muito diferentes, mas pelo que está na *parole*, não na *langue*⁴¹.

Uma língua “constitui-se num sistema de signos”⁴², “elementos decisivos para a função significante da língua”⁴³, e é

um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada

³⁸ Culler ([1976] 1979: 23).

³⁹ Saussure, *Curso*, Introdução, 3 § 2.

⁴⁰ É possível ouvir *La donna è mobile* cantada por Gigli numa apresentação em Buenos Aires em 1950: <https://www.youtube.com/watch?v=Sav3xEfAtxk>.

⁴¹ Camara Jr. ([1965a] 1977: 14).

⁴² Saussure, *Curso*, Introdução, 3 § 2.

⁴³ Culler ([1976] 1979: 24).

cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo (Saussure, *Curso*, Introdução, 3 §2).

3.3.3. Mas o que é um signo afinal?

O signo linguístico é “uma entidade psíquica de duas faces”, que “não une uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica”, ambos “unidos, em nosso cérebro, por um vínculo de associação”⁴⁴ (Figura 6).



Fig. 6. A estrutura do signo
Fonte: CLG

A imagem acústica não é um conjunto de sons ou fonemas, mas “a impressão psíquica desse som”; afinal, “sem movermos os lábios nem a língua, podemos falar conosco ou recitar mentalmente um poema”⁴⁵. Mais adiante, o CLG propõe substituir *conceito* por *significado*; *imagem acústica* por *significante*. O signo é a união indissociável e arbitrária entre um significante e um significado. As flechas nas famosas imagens no CLG enfatizam que a relação entre esses dois termos forma “um domínio fechado existente por si próprio”⁴⁶ e não entre o signo e a realidade. A relação entre esses dois termos *não é universal*, porque se estabelece num dado sistema, e também *não é natural*, na medida em que não há um laço entre significante e significado que seja exigido por alguma razão na realidade circundante. Daí decorre que **uma língua não é uma nomenclatura** para um conjunto de conceitos universais e imutáveis. Uma língua não é uma nomenclatura, não é um conjunto de ideias preexistentes ligadas a uma expressão sonora: se assim fosse, bastaria trocar o significante para uma ideia na língua X pelo significante na língua Y e teríamos outra língua. Vida fácil para os tradutores. A relação não se dá entre um significante e uma realidade, mas sim entre um significante e um significado, ambos internos ao sistema.

⁴⁴ Saussure, *Curso*, 1ª parte, 1 §1.

⁴⁵ Saussure, *Curso*, 1ª parte, 1 §1.

⁴⁶ Saussure, *Curso*, 2ª parte, 4 §2.

3.3.4. O valor

A relação entre o significado e o significante forma “um domínio fechado existente por si próprio”, mas a arbitrariedade se insere numa questão mais ampla, representada em mais um dos famosos diagramas do CLG, reproduzido na *Figura 7* a seguir. É a noção de sistema.



Fig. 7. “O signo é a contraparte dos outros signos da língua”.

Fonte: CLG

“O que haja de ideia ou de matéria fônica num signo importa menos que o que existe ao redor dele nos outros signos”⁴⁷. O conceito e a imagem acústica unidos em *judgar* é “um valor determinado por suas relações com outros valores semelhantes”. E exemplifica com as relações estabelecidas em dois sistemas distintos:

O francês *mouton* (“carneiro”) pode ter a mesma significação que o inglês *sheep*, mas não o mesmo valor [...] porque ao falar de um pedaço de carne preparada e servida à mesa, o inglês diz *mutton* e não *sheep*. A diferença entre *sheep* e *mutton* se deve a que o primeiro tem a seu lado um segundo termo, o que não é o caso para a palavra francesa.

(Saussure, *Curso*, 2ª Parte, 4 §2).

Num sistema os termos são solidários, “o valor de um resulta tão-somente da presença simultânea de outros”⁴⁸. Pedir *café* no Rio de Janeiro, ou *bica*, se na região de Lisboa, significa pedir um café. E trazemos para este exemplo uma pergunta de Saussure ao questionar a diferença entre *valor* e *significação*: “Essas palavras serão sinônimas?”⁴⁹

Bica e *café* não têm o mesmo valor porque as relações associativas desses termos em cada um desses sistemas difere: numa cafeteria lisboeta a par com *bica* existem outros termos que limitam seu significado: *bica cheia*, *carioca de café* (que se distingue do *carioca de limão*), *italiana*, *café de saco* e, se gelado (e com limão), *mazagran*. Se não sei a diferença entre uma *bica* e uma *bica cheia* não me adianta tentar correlacionar esses signos com algo no vocabulário

⁴⁷ Saussure, *Curso*, 2ª parte, 4 §4.

⁴⁸ Saussure, *Curso*, 2ª parte, 4 §2.

⁴⁹ Saussure, *Curso*, 2ª parte, 4 §2.

sobre cafés em outro sistema. No Rio de Janeiro, não temos esses termos e, se pedimos *café* numa lanchonete ou num restaurante, virá um café expresso, não o café de coador, comum nos estabelecimentos brasileiros até meados da década de 1980⁵⁰, quando pedíamos este como *cafezinho* e quando dificilmente se encontrava o expresso. Nem *carioca*, nem *bica* se aplicam a cafés por aqui: *carioca* designa quem é natural do Rio de Janeiro; o uso mais frequente para *bica* é como sinônimo de ‘torneira’.

No interior de uma mesma língua, todas as palavras que exprimem ideias próximas se limitam reciprocamente: sinônimos como *recear*, *temer*, *ter medo* só têm valor próprio por sua oposição; se *recear* não existisse, todo o seu conteúdo iria para seus concorrentes.

[...]

O que se diz das palavras se aplica a qualquer termo da língua: por exemplo, às entidades gramaticais. Assim, o valor de um plural francês não recobre o de um plural sânscrito, embora a significação seja quase sempre idêntica: é que o sânscrito tem três números em vez de dois (*meus olhos*, *meus ouvidos*, *meus braços*, *minhas pernas* etc. estariam no dual). Seria inexato atribuir o mesmo valor ao plural em sânscrito e em francês, já que o sânscrito não pode empregar o plural em todos os casos em que é de regra em francês; seu valor depende, portanto, daquilo que está fora e à volta dele. (Saussure, *Curso*, 2a Parte, 4 §2).

Uma língua não é uma nomenclatura, não é um conjunto de ideias pre-existentes ligadas a uma expressão sonora. Como bem resumiu a expressão tantas vezes atribuída a Saussure, uma língua é um “*systeme où tout se tient*” (‘um sistema onde tudo se sustenta’)⁵¹.

3.3.5. Que entender por “arbitrário”?

Como notou Valdir Flores⁵², **arbitrário** significa que não há uma causa para que um significante esteja unido a um significado.

Assim, a ideia de irmã não está ligada por nenhuma relação interna à sequência de sons [i]-[r]-[m]-[ã] que lhe serve de significante; este poderia ser igualmente bem representado por qualquer outra sequência: prova disso são as diferenças entre as línguas e a existência mesma de línguas diferentes. O significado de boi tem como significante em francês [b]-[œ]-[f], enquanto em alemão é [ɔ]-[k]-[s] (Ochs). (Saussure, *Curso*, 1a Parte, 1, §2).

⁵⁰ Sampaio & Spinola (2000).

⁵¹ Peeters (1990).

⁵² Flores (2023: 96).

Essa relação no interior do signo não se estabelece a cada uso, a bel-prazer do falante, fugindo ao que os demais membros da comunidade linguística conhecem e compartilham (ou quem poderia entender seus enunciados?): “[a] palavra **arbitrário** requer também uma observação. Não deve dar a ideia de que o significado dependa da livre escolha do que fala”⁵³. Cabe enfatizar: a língua é coletiva e esse conhecimento partilhado serve de base ao uso de cada indivíduo, ou *parole*.

3.3.6. As limitações do arbitrário

A relação significante-significado é sempre arbitrária considerado o signo em isolado, *i.e.*, fora de um sistema. O CLG frisa, porém, que “o signo pode ser relativamente motivado”⁵⁴. E exemplifica:

Assim, *vinte* é imotivado, mas *dezenove* não o é no mesmo grau, porque evoca os termos dos quais se compõe e outros que lhe estão associados, por exemplo, *dez*, *nove*, *vinte* e *nove*, *dezoito*, *setenta* etc.; tomados separadamente, *dez* e *nove* estão nas mesmas condições que *vinte*, mas *dezenove* apresenta um caso de motivação relativa. O mesmo acontece com *pereira*, que lembra a palavra simples *pera* e cujo sufixo *-eira* faz pensar em *cerejeira*, *macieira* etc.; nada de semelhante acontece com *freixo*, *eucalipto* etc.
(Saussure, *Curso*, 2a. Parte, 6, §3).

A motivação relativa está na base da noção de morfema como desenvolvida pelo Estruturalismo ao longo do século XX: as palavras estruturalmente complexas de uma língua, como *pereira* (mas não palavras primitivas, como *pera*), podem ser decompostas em unidades de forma e de conteúdo, reconhecíveis em outras palavras da mesma língua.

3.3.7. Os desvios do arbitrário

O CLG discute se as **onomatopeias** (isto é, palavras cujos sons evocam sons do mundo biossocial porque se assemelhariam a eles) fugiriam ao princípio da arbitrariedade.

Primeiramente, as onomatopeias não são imitações fiéis (*naturais* ou *icônicas* nesse sentido). São expressões fonemizadas⁵⁵, que dependem da fonologia de cada língua. De cada língua, de cada sistema.

⁵³ Saussure, *Curso*, 2ª parte, 6, §3.

⁵⁴ Saussure, *Curso*, 2ª parte, 6, §3.

⁵⁵ Lenneberg ([1964] 1971: 64).

A semelhança do significante com o mundo externo à língua tem de ser percebida. Podemos não reconhecer uma sequência sonora que, em princípio, evocaria algo se não conhecemos a língua em que essa evocação se apresenta. Se não sei latim, os exemplos *coax* e *cra*⁵⁶ não evocam coisa alguma. Tais palavras procuram imitar as vozes de que animais? Pode haver quem associe o som que os pernilongos fazem nos ouvidos de quem tenta dormir a *ciciar*. Mas há quem não perceba essa relação e há quem sequer saiba que significado atribuir a *ciciar*, mesmo tendo sido perturbado por muitos mosquitos. Por outro lado, um sino faz *ding-dong* em inglês; em alemão, *bim-bam*⁵⁷. Podemos achar que se assemelham bastante ao som de sinos. Mas como seria a onomatopeia para o som de sinos em português?

Para Saussure, a relação entre significante e significado se dá no signo, que continua apresentando uma relação arbitrária. Joseph (2015) esquematiza essa relação com a *Figura 8* a seguir.

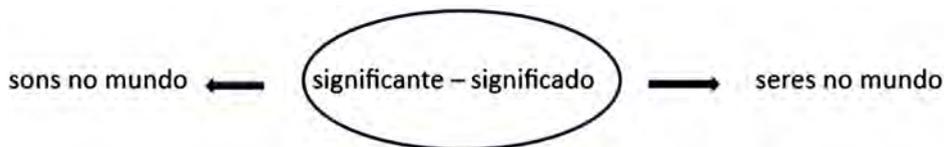


Fig. 8 – As relações no signo são arbitrárias, haja ou não semelhança com o mundo externo
Fonte Joseph (2015:12)

Na proposta saussuriana, a arbitrariedade diz respeito à relação entre significante e significado⁵⁸, não entre o signo e a realidade; é interna ao signo.

* * *

O *Curso de linguística geral* deixa claro o objeto da linguística na sua última frase: “**a Linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma**”⁵⁹. A linguística estuda a **langue**; pode haver uma **linguística da parole**, mas esta não deverá ser confundida com a linguística “propriamente dita, aquela cujo único objeto é a língua”⁶⁰. Mas como estudar a *langue*? Se cada indivíduo tem a língua depositada em seu cérebro, o próprio pesquisador poderia examinar seu conhecimento linguístico ou o de qualquer outro indivíduo. Isto nos leva a outro **paradoxo saussuriano**, desta feita assinalado por William Labov: “o aspecto social da língua é estudado pela

⁵⁶ Prisciano (*Institutiones grammaticae*, I, De voce – KEIL,II.5-6)

⁵⁷ Hockett (1958: 298).

⁵⁸ Joseph (2015: 10).

⁵⁹ Saussure, *Curso*, 5ª parte, 5.

⁶⁰ Saussure, *Curso*, Introdução, 4.

observação de qualquer indivíduo, mas o aspecto individual somente pela observação da língua em seu contexto social⁶¹. Labov refere a distinção entre a *langue*, coletiva, e a *parole*, individual: o estudo daquilo que só existe na massa falante podia ser analisado sem a massa falante, mas o que é caracterizado como individual teria de ser visto no contexto social.

* * *

A linguística do século XX, na sequência da obra saussuriana, colocaria a ênfase na noção de sistema de uma comunidade. Saussure e Bloomfield, por exemplo, demonstram que haviam lido Pierre Paul Broca (1824-1880), mas fazia tanto sentido procurar localizar no cérebro funções relativas à linguagem quanto “procurar, igualmente, o centro cerebral específico da função telegráfica, automobilística, ou seja que outro exercício de uma invenção moderna”.

Até que em meados desse mesmo século, Roman Jakobson, Noam Chomsky e Eric Lenneberg retornam às bases biológicas da linguagem, já então podendo contar com o desenvolvimento tecnológico a que Broca, por exemplo, não tivera acesso.

UMA ESCALA NA VIAGEM

O século XIX na compreensão da linguagem

As tentativas de localização de emoções e comportamentos dos seres humanos já estava presente em trabalhos da Antiguidade. O fígado, por exemplo, seria a origem da ira; o baço nos faria rir, a sabedoria provinha do coração.

Um nome começaria a mudar de fato essa visão: **Franz Joseph Gall (1758 -1828)**. Gall proporia que o cérebro era a fonte de faculdades mentais e morais: funções cognitivas, como a linguagem, perceptuais, como a percepção da cor, e por afeições, como a esperança, a firmeza. Cada uma seria resultante de um “órgão”.



Gall relacionou reentrâncias e elevações no crânio a faculdades morais, sustentando que características psicológicas dominantes num indivíduo expandiam regiões do cérebro que, por sua vez, forçavam as paredes do crânio para fora (Abraham, 2002: 35).

Por determinação de Napoleão Bonaparte, **Jean Pierre Flourens (1794 -1867)** investigou, com pombos vivos, se era possível localizar no cérebro os diferentes “órgãos” propostos por Gall. “O córtex, ele concluiu, era equipotencial, tão homogêneo e indiferenciado quanto o fígado. O cérebro secreta pensamentos como o fígado secreta bile” (Sacks, 2010: 89).

Essa visão não se manteria. **Pierre-Paul Broca (1824-1880)** concluiu que uma lesão numa área do lobo frontal no hemisfério esquerdo, aquela que atualmente leva seu nome, a *área de Broca*, fazia surgir afasia, isto é, a “perda parcial ou completa da capacidade de empregar linguagem após uma lesão encefálica” (Bear, Connors, & Paradiso, 2001: 809); e que lesão semelhante na área correspondente no hemisfério direito não afetava a linguagem. Sua experiência com pacientes no hospital Bicêtre levou-o a defender que o hemisfério esquerdo

⁶¹ Labov ([1972]: 2008: 218ss).

do cérebro era responsável pela articulação da linguagem — daí sua famosa frase “Falamos com o hemisfério esquerdo” (Geschwind, 1979: 110).

Ainda no tocante à linguagem, desta feita com **Karl Wernicke (1848-1905)**, estabelecia-se a relação entre problemas linguísticos de compreensão e a área no lobo temporal no hemisfério esquerdo que viria a receber seu nome, a *área de Wernicke*, e a proposta de que as áreas de Broca e Wernicke estariam conectadas por um feixe de fibras nervosas.

No tocante à linguagem, o século XIX chegava ao final propondo:

- um centro motor para as palavras, com Broca;
- um centro auditivo para as palavras, com Wernicke.

Haveria ainda uma terceira questão, levantada por **Joseph Jules Déjerine (1849-1917)**: um centro visual para as palavras. Para explicar como um homem letrado, que não era cego, tornara-se incapaz de ler, embora pudesse ver as letras, e continuasse capaz de escrever, Déjerine propôs a existência de um “centro visual das letras”, que localizou no giro angular.

O conhecimento sobre a capacidade da linguagem crescia com base na análise *post-mortem* de pacientes com dano cerebral. Essas questões estavam, então, fora do radar da linguística.

CAPÍTULO 4

E A LINGUAGEM?

4.1. INTRODUÇÃO

Empregaremos aqui o termo **linguagem** para fazer referência a uma capacidade humana que permite o domínio de uma ou mais línguas. Este termo é importante porque, embora possa ser encontrado com diferentes acepções, define o campo da linguística.

Para Camara Jr. e para outros linguistas que lhe foram contemporâneos — como Leonard Bloomfield ou Edward Sapir —, a compreensão de linguagem ficou mais próxima da *langue* saussuriana, social e exterior ao indivíduo¹, porque foi delimitada em *sistemas de linguagem* ou *línguas*, entendidos como fenômeno de cultura (“a massa tradicional dos usos sociais”²). A linguagem resultava do “esforço criador da humanidade”, uma aplicação secundária e “excrecente” do corpo humano, uma função adquirida, cultural, não instintiva.

Encarado o objeto da linguística não como a linguagem, mas como os sistemas de linguagem ou línguas, os termos *linguagem* e *língua* praticamente se fundiram, e o único aspecto biológico ou orgânico reconhecido na linguagem foi a vocalização, que ainda não era linguagem: esta se realizaria apenas na comunicação. Nessa perspectiva, que via a linguagem como uma atividade secundária de órgãos primariamente voltados para a respiração e a ingestão de alimentos, o cérebro não tinha papel a desempenhar.

¹ Saussure, *Curso*, Introdução, 3 §2.

² Sapir ([1921] 1971: 17).

O olhar sobre a linguagem ganharia outra perspectiva na segunda metade do século XX. Assim, quando Steven Pinker escolheu nomear um de seus livros com o título *O instinto da linguagem*, não obstante as objeções quanto à aplicação do termo instinto a seres humanos³, o que ressaltava é que a linguagem: a) está presente em todos os seres humanos; b) é biologicamente determinada; c) não pode ser ensinada (e por isso os linguistas falam em **aquisição**, não em **aprendizado**).

4.2. O OBJETO DA LINGUÍSTICA

Os *Princípios de Linguística Geral* começam com um desafio ao leitor: “Linguística é a ciência da linguagem. Mas a definição é inaproveitável, enquanto não se delimita o alcance do seu segundo termo”. Para vencer esse desafio inicial, Mattoso Camara Jr. deixava de fora da linguística os usos que *linguagem* tem no cotidiano, amplos o suficiente para serem aplicados a fenômenos da natureza.

Não é linguagem — termo da linguística — um céu com nuvens escuras, embora nele percebamos o sinal de chuva próxima. No campo da linguística, *linguagem* pressupõe **a intenção de manifestação** (o que as nuvens, por exemplo, não têm), o que a coloca no reino animal. Dentre este conjunto de seres, porém, apenas os humanos se comunicam com cadeias sonoras que têm **articulação**, isto é, que podem ser divididas em elementos que são reconhecíveis em enunciados diferentes, e significação permanente — podem repetir-se iguais a si mesmas. Com essas duas propriedades, os sistemas de linguagem podem representar o mundo que nos cerca.

Camara Jr. expressava seu acordo com a visão que Edward Sapir expusera em *A linguagem*, de 1921 — obra traduzida para o português pelo próprio Camara Jr. De modo explícito ou não, esse livro de Sapir tem sido muitas vezes referido por diferentes autores. A linguagem não decorreria da biologia humana nessa perspectiva, porque se constitui numa atividade secundária de órgãos do corpo humano.



JOAQUIM MATTOSO CAMARA JR. (1904-1970)

Mattoso, como é em geral referido, é o grande nome da linguística brasileira, o introdutor do Estruturalismo nos estudos linguísticos no Brasil.

Em 1927 formou-se em Arquitetura; em 1932, em Direito. Seria desenhista de 2ª. classe, concursado, da Inspetoria de Águas e Esgotos, profissão que deixou

³ Tsimpli (2013: 50).

em 1928 para dedicar-se ao magistério secundário de Português e de Latim. Foi professor da Escola Amaro Cavalcanti e do Colégio Pedro II.

Em 1937 estudou na UDF com Georges Millardet (1876-1953), professor visitante na Universidade do Distrito Federal, a quem atribuiu a influência francesa nos estudos linguísticos iniciais (Camara Jr., [1968] 1976: 50).

No ensino universitário, de Linguística e Latim, começaria em 1938, na UDF, mesmo ano em que traduzia o clássico de Sapir *A linguagem: introdução ao estudo da fala*.

Em meados da década de 1940 ganharia uma bolsa para estudar nos EUA por cerca de meio ano com Roman Jakobson. Jakobson havia sido um dos fundadores do Círculo Linguístico de Praga, cuja influência na obra de Camara Jr. estaria presente na tese para obtenção do título de Doutor em Letras Clássicas na Faculdade Nacional de Filosofia em 1949, publicada mais tarde, em 1953, com o título *Para um estudo da fonêmica portuguesa*, e o levaria a publicar, em 1946, uma resenha dos *Grundzüge der Phonologie* ['Princípios de Fonologia'] de Nikolai Trubetzkoy, um dos participantes do Círculo Linguístico de Praga (vide D'Angelis, 2004).

Em 1948 assumiria a Linguística na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ), local que Carlos Eduardo Falcão Uchôa descreve como "o verdadeiro templo do discurso filológico" (Uchôa, 2004:5). A consequência de contrapor-se à tradição filológica foi seu isolamento e, em termos profissionais, não ter chegado a Catedrático, nem a linguística se tornar uma cadeira, mas apenas uma disciplina (Uchôa, 2004:5). Numa época em que não havia o regime de dedicação exclusiva, trabalhou também na Universidade Católica de Petrópolis, na Santa Úrsula e na PUC-RJ.

Foi um dos fundadores da Associação Brasileira de Linguística/ABRALIN, em 1969, e presidiu a Associação de Linguística e Filologia da América Latina/ALFAL.

Para mais sobre ele: "Os estudos e a carreira de Joaquim Mattoso Camara Jr.", introdução de Carlos Eduardo Falcão Uchôa ao livro *Dispersos de J. Mattoso Camara Jr.*, de onde extraí parte das informações acima.

Mattoso concordou com o linguista norte-americano Edward Sapir⁴ ao afirmar que a linguagem não é "uma atividade simples, executada por meio de órgãos biologicamente a ela destinados", mas "uma aplicação secundária" e "excrecente", de órgãos do corpo humano. Nas palavras de Sapir,

Não há, a rigor, órgãos da fala; há apenas órgãos que são incidentalmente utilizados para a produção da fala. Os pulmões, a laringe, a abóbada palatina, o nariz, a língua, os dentes e os lábios servem todos para esse fim; mas não podem ser considerados órgãos primordiais da fala, da mesma sorte que os dedos não são órgãos de tocar piano nem os joelhos os órgãos da genuflexão religiosa.

(Sapir, [1921] 1971: 24)

Essa atividade cultural era aprendida no seio da sociedade. No famoso trecho de Sapir:

Andar é, portanto, uma atividade humana geral, que só varia num limite muito preciso à medida que passamos de um indivíduo a outro. É uma variabilidade

⁴ Sapir (1921).

involuntária e sem significação. Falar é uma atividade humana que varia, sem limites previstos, à medida que passamos de um grupo social a outro, porque é uma herança puramente histórica do grupo, produto de um uso social prolongado. Varia como variam todos os esforços criativos — não tão conscientemente talvez, mas pelo menos tão evidentemente quanto as religiões, as crenças, os costumes, e as artes dos diferentes povos.

Andar é uma função orgânica instintiva (embora não seja a bem dizer um instinto); falar é uma função não instintiva, uma função adquirida, “cultural”.

(Sapir, [1921] 1971: 18).

E o cérebro? Mattoso, Sapir e Bloomfield não lhe dão maior importância em relação à linguagem. Para Sapir,

[s]ó podemos dizer que a linguagem está localizada no cérebro no sentido geral, e praticamente inútil, com que dizemos que todos os aspectos da nossa consciência, todos os interesses e toda a atividade do homem “residem no cérebro”. (Sapir ([1921] 1971: 24)

Para Bloomfield⁵, “[n]ão é também exato supor, com alguns teóricos, que haja, no cérebro humano, uma ou mais secções biologicamente destinadas à função da linguagem”.

EDWARD SAPIR (1884-1939)



Nasceu em Lauenburg, atualmente na Polônia, mas emigrou ainda criança para os EUA. Obteve seu doutorado em Antropologia e se voltou para as línguas indígenas norte-americanas, procurando correlacionar língua e cultura. Foi uma das influências de Mattoso Camara Jr., que traduziu para o português *A Linguagem: Introdução aos Estudos da Fala* e e ainda uma coletânea de artigos que receberia o título *Linguística como ciência*.

LEONARD BLOOMFIELD (1887-1949)



Enquanto professor da Universidade de Illinois começou a trabalhar com as línguas algonquinas, nativas da América do Norte. Em 1921, já na Universidade de Chicago, seria um dos fundadores da Linguistic Society of America. Seu livro *Language*, de 1933, uma belíssima introdução à linguística, é desse período. Em 1940 passou a trabalhar na Universidade de Yale, onde, em razão da Segunda Guerra Mundial, voltou-se para a produção de materiais para a aprendizagem de línguas (Fought, 2006: 2, 74).

⁵ Bloomfield (1933: 37) — tradução de Camara Jr em *Princípios de Linguística Geral*, p. 19.

Para Camara Jr., a linguagem não se constitui num fenômeno biológico, tampouco num fenômeno físico:

A linguagem, utilizando sons, que são fenômenos físicos, assenta num substrato inorgânico, a que se superpõe o fenômeno biológico, ou orgânico, da sua produção pelos nossos órgãos vocais: trata-se de sons (fenômeno inorgânico) plus vocais (fenômeno orgânico). Mas os dois níveis conjugados ainda não constituem linguagem. Esta só se realiza, quando os sons vocais criam a comunicação no nível superorgânico. Então o produto vocal adquire um valor humano e é a linguagem. Estamos, assim, diante de um fenômeno de cultura [...]: a linguagem é uma criação do homem na base das suas faculdades humanas, tanto como outros produtos, quer materiais (habitação, indumentária, instrumentos de pesca etc.), quer mentais (religião, direito, organização familiar etc). (Camara Jr., [1964] 1973: 20).

Nos *Princípios de Linguística Geral*, a língua é parte da cultura. A linguística moderna no Brasil começava aliada à antropologia. No final das contas, Mattoso concluía que nem interessava à linguística “a linguagem em si mesma, considerada como uma faculdade abstrata do homem. O seu objeto [...] é o estudo dos sistemas de linguagem, ou línguas”⁶.

Uma nova perspectiva sobre a linguagem ganharia espaço em meados do século XX. O linguista, neurologista, psicólogo Eric H. Lenneberg seria um marco na visão da linguagem como parte natureza biológica do homem, específica da espécie, inata. Seus trabalhos seriam inspiradores na integração entre biologia e linguística.

Para Lenneberg⁷, “podemos considerar a linguagem um fenômeno natural um aspecto da natureza biológica, a ser estudado da mesma maneira como, por exemplo, a anatomia”. No artigo de 1964, “A capacidade de aquisição da linguagem”, aqui citado na tradução de Miriam Lemle para o português, Eric Lenneberg se opunha à visão, então comum, de linguagem como uma criação cultural:

Há entre os cientistas sociais uma tendência a considerar a linguagem como um fenômeno puramente aprendido e cultural, um instrumento engenhosamente concebido, introduzido de forma proposital para desempenhar funções de natureza social, a veste artificial de uma capacidade geral e amorfa denominada inteligência. Não nos ocorre encarar a possibilidade de que o homem possa estar equipado com propensões biológicas altamente especializadas que favorecem e até mesmo dão forma ao desenvolvimento da fala na criança e que as raízes da

⁶ Camara Jr. ([1964] 1973: 24).

⁷ Lenneberg (1967: vii).

língua possam estar tão profundamente fundadas na nossa constituição natural quanto, por exemplo, a nossa predisposição para usar as mãos. (Lenneberg,[1964] 1970: 55).

Usando de quatro critérios, Lenneberg comparou uma atividade biologicamente programada (*o andar*), tal como fizera Sapir, e um fenômeno cultural (*a escrita*), para estabelecer características de cada um, antes de defender que a linguagem estava mais próxima à primeira que à segunda.

ERIC H. LENNEBERG (1921-1975)



Nasceu em Dusseldorf, na Alemanha. Lenneberg viveria dos 12 aos 24 anos no Brasil, para onde sua família se mudaria em 1933, ao ser expulsa da Alemanha, pouco antes do início da Segunda Grande Guerra, portanto. Em 1945 Lenneberg se fixaria nos EUA. Seu trabalho no Children's Hospital Medical Center de Boston, nos Estados Unidos, o levaria a propor a **Hipótese do Período Crítico** na aquisição da linguagem: a linguagem é uma capacidade biológica da espécie, mas, para se desenvolver, precisa de um mínimo de exposição antes que a janela temporal (o período crítico) se feche.

A informação sobre a passagem pelo Brasil me chegou por Miguel Angel Mahecha Bermudez (Universidade Surcolombiana, Colômbia). Não se sabe praticamente nada sobre a passagem do jovem Lenneberg pelo Brasil, além de que viveu aqui de 1933 a 1945. O exemplo em seu artigo de 1964 (Lenneberg [1964] 1970: 79) sobre a importância da maturação no tocante ao sotaque parece ser um resumo do que se conhece de sua própria vida, não obstante o texto reporte aquele resumo como referente a um indivíduo cujas iniciais seriam R.W.

Onde Lenneberg viveu no Brasil? Aparentemente no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, se podemos inferir um pouco de seus passos das informações esparsas sobre a vida de seu pai, o médico Robert Lenneberg. O nome de Robert Lenneberg consta de uma lista de médicos refugiados de guerra no Brasil numa notícia do jornal carioca *A Noite* de setembro de 1942 ("O Brasil na guerra — Médicos estrangeiros oferecem os seus serviços ao Brasil"). Na *Ernst Feder Collection 1851-1972*, que reúne materiais do jornalista Ernst Feder, antigo redator do *Berliner Tageblatt* e então também refugiado, estão uma carta em papel timbrado de agosto de 1961, que coloca o Lenneberg pai no Rio de Janeiro (p.5) e uma outra, de 1964 (p.52), para o mesmo amigo, desta vez de Gertrud Lenneberg, que dava conta da saúde enfraquecida do marido. Nela lê-se o endereço de então, na rua das Laranjeiras, no Rio de Janeiro. Obler (1984: 204) reporta um comentário que ouvira sobre Eric Lenneberg ter voltado ao Brasil com 42 anos (portanto, em 1963) em razão da morte do pai e quase não conseguir compreender nem falar português (mas conseguiria uma semana mais tarde); uma nota da família no *Jornal do Brasil* leva a colocar a morte de Robert Lenneberg dois anos mais tarde, em 1965 (*Jornal do Brasil*, 8 de julho de 1965, 1º caderno, p. 14).

O primeiro critério selecionado por Lenneberg para caracterizar cada tipo de atividade humana foi a **variação na espécie**. Há muita variação entre os sistemas de escrita (*Figura 9*), mas o andar bípede é único na espécie. Andamos sobre dois pés por conta da estrutura do nosso pé, da nossa coluna e do funcionamento neurológico.

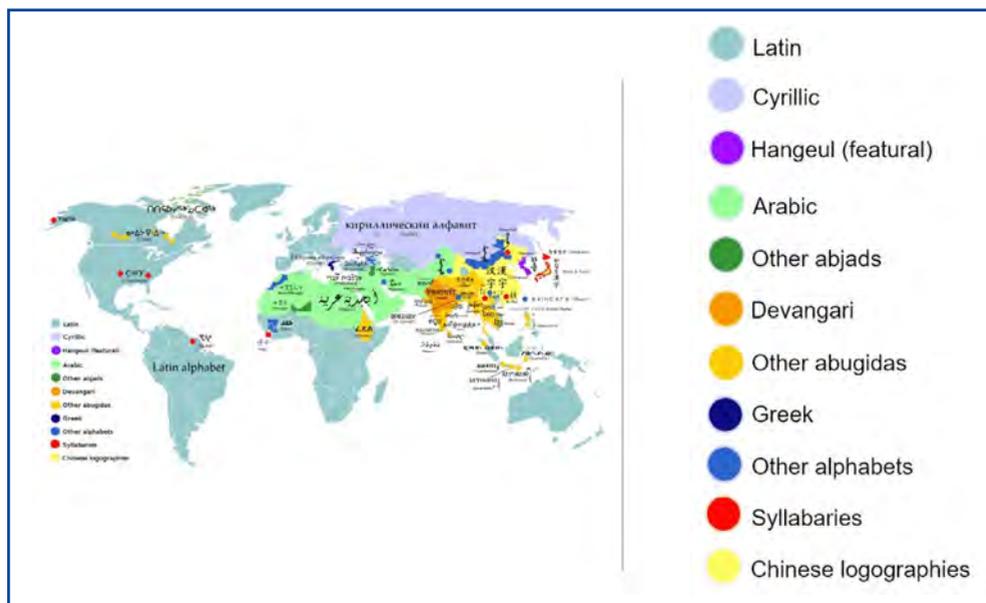


Fig. 9. Sistemas de escrita no mundo
 Fonte: *Wikipedia*. World alphabets & writing systems.svg

O andar bípede não poderia ser considerado uma opção na locomoção da espécie humana? Em julho de 2014 os jornais retomavam a matéria levada ao ar na BBC TWO em 2006 – *The Family that Walks on All Fours*⁸ [‘a família que anda de quatro’] – e voltavam a noticiar a existência de uma família na Turquia em que cinco de 19 irmãos se locomoviam regularmente sobre mãos e pés⁹. Os casos haviam sido levantados em 2005 pelo neurocientista Uner Tan (1937-2022), que, com sua equipe, documentaria vários outros casos de quadrupedalismo em seres humanos na mesma região¹⁰.

Esses indivíduos serviriam de evidência para que se considerasse o andar como uma aquisição cultural? Em outras palavras: no caso da Turquia, um grupo de pessoas teria optado por outro modelo de locomoção?

A resposta é não. Para esses indivíduos não se trata de uma escolha, mas de um problema de saúde que impede o andar ereto sobre os pés por conta de uma disfunção cerebelar. Essas pessoas foram diagnosticadas com uma síndrome rara, que ganhou a denominação *síndrome de Uner Tan*, caracterizada, “nos

⁸ Harrison, Jemima/ BBC TWO (2006).

⁹ <http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2014/07/cientistas-estudam-caso-de-irmaos-turcos-que-andam-como-quadrupedes.html>; <https://noticias.r7.com/saude/fotos/com-doenca-desconhecida-irmaos-turcos-so-conseguem-andar-de-quatros-24072014>.

¹⁰ Shapiro *et alii*, 2014.

casos mais extremos por hipoplasia cerebelar, perda de equilíbrio e coordenação, prejuízo de habilidades cognitivas” e quadrupedalismo¹¹.

Além dos casos de quadrupedalismo da Turquia, há informação de que as meninas-lobos Amala e Kamala (Midnapore, Índia, 1920) se locomoviam como quadrúpedes, mas todo o caso tem sido contestado, em especial pelo cirurgião Serge Aroles em *L'enigme des enfants-lobes* [‘o enigma das crianças-lobos’], publicado em 2007. Aroles conclui que a história era falsa, tanto as fotos (com figurantes, porque feitas quando as meninas já não estavam vivas), como o local de onde ambas vieram, uma aldeia que nunca pôde ser encontrada: “foi uma fraude elaborada em torno de uma menina que sofria de uma afecção denominada síndrome de Rett”¹².

O segundo critério de Lenneberg foi a **história dentro da espécie**. Não há modos de andar mais primitivos que tivessem evoluído; também não se acha a difusão do andar bípede pela humanidade a partir de um foco irradiador. Por outro lado, podemos traçar uma história da escrita: onde surgiu e como se deu a difusão de diferentes sistemas de escrita.

Lenneberg usou como terceiro critério a **predisposição hereditária**: o andar bípede “permanente e costumeiro” não pode ser aprendido se não houver conformação biológica para tal. Quanto à escrita, pode ser aprendida em qualquer momento da vida.

O último critério é o **pressuposto de correlações orgânicas específicas**. Nascemos com um preparo para o andar bípede que pode ser tratado como inato: o enrijecimento dos joelhos permite que, com 40 semanas, um lactente possa erguer-se sobre os joelhos; algumas oito semanas mais tarde e já pode erguer um pé enquanto suporta o peso sobre o outro, ou pode andar usando de apoio¹³. Não há um desenvolvimento semelhante para aspectos culturais adquiridos.

Com relação à linguagem, os quatro critérios a colocam mais próxima do andar que da escrita, contrariamente ao que Sapir (1921) defendeu. Quanto ao primeiro critério, a variedade é superficial: não obstante a grande variedade de línguas do mundo, há aspectos em que todas se assemelham. Todas as línguas têm sistemas de fonemas. “Jamais se encontrou uma comunidade linguística em que a comunicação se limitasse a discursos de uma só palavra”, como não há línguas em que “qualquer palavra possa ser seguida de qualquer outra”¹⁴. Quanto ao segundo critério, as línguas têm história, mas nada atesta um modo mais

¹¹ Shapiro *et alii* (2014).

¹² Aroles (2007: 10).

¹³ Lenneberg ([1964] 1970: 73-74).

¹⁴ Lenneberg ([1964] 1970: 65).

primitivo de linguagem em que, por exemplo, não houvesse sintaxe. Quanto à predisposição hereditária, é com Lenneberg que surge a **hipótese do período crítico** em relação à linguagem, definida em Purves *et alii* como

o tempo durante o qual um dado comportamento é especialmente suscetível a – e de fato requer – influências ambientais específicas para se desenvolver normalmente. Uma vez que esse período esteja concluído, o comportamento dificilmente é afetado por experiências subsequentes (ou mesmo pela completa ausência de experiência relevante no caso).

(Purves *et alii*, [2001] 2005: 521).

Quanto ao quarto critério, há fases semelhantes na aquisição da linguagem pelas crianças de todo o mundo.

Mais recentemente, o psicolinguista Steven Pinker, com o texto clássico de Sapir como referência implícita, também refutou a compreensão de linguagem como uma criação cultural: a linguagem não é uma criação cultural como a postura ereta também não é¹⁵.

4.3. LINGUAGEM: O FUNDAMENTO PARA O QUE VAMOS ENTENDER POR LÍNGUA

4.3.1. Um caminho torto

A cor da pele não determina a língua que falamos. Embora um consenso nos estudos linguísticos da atualidade, nem sempre essa foi a visão dominante. Tanto que Joaquim Mattoso Camara Jr. sentiu necessidade de focalizar esse aspecto nos *Princípios de Linguística Geral*.

Mattoso Camara Jr. defendeu não haver “relação necessária entre a raça dos homens e a língua que eles falam”¹⁶, rejeitando a ideia de que a variabilidade de línguas tem estreita relação com a raça. *Raça*, termo que os defensores dessa ideia nunca definiram, parece reduzir a complexa variabilidade biológica humana basicamente a três cores de pele prototípicas, podendo somar à cor da pele aspectos relativos à estrutura do cabelo e à conformação dos lábios. E esse pré-conceito “biológico” foi empregado para a explicação da variabilidade linguística¹⁷. Em nota de rodapé, Camara Jr. apontava o porquê da necessidade

¹⁵ Pinker (1994: 18).

¹⁶ Camara Jr. ([1964] 1973: 205)

¹⁷ Para uma pequena mostra – bem didática – da complexidade das combinações que geram a cor da pele e cabelos, ver o vídeo postado em 22Maio2021 por Átila Iamarino, “O que a cor da sua pele e cabelo diz sobre você”, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=oAzaoSt0MDA>.

de sua afirmação: ele se opunha à visão do linguista holandês J. van Ginneken (1877-1945), que propunha que cada raça tem **trato vocal** diferente, o que faria com que cada raça tivesse predileção por certos sons. Mattoso Camara Jr. contra-argumentou:

Os traços anatômicos e os traços fônicos não constituem uma relação insubstituível, como prova a experiência comum de uma ave, como o papagaio, com um aparelho vocal muito diverso do humano, poder reproduzir com exatidão os fonemas de uma língua humana. As próprias deformações acidentais ou intencionais, nos órgãos fonadores, são compensados por movimentos articulatórios novos, que resultam na manutenção dos fonemas.

(Camara Jr.,[1964] 1973: 205)

Dentre as “deformações intencionais” Camara Jr. parecia ter em mente um tipo de adorno do corpo em uso entre os membros de vários grupos indígenas no Brasil e também entre diversas etnias africanas conhecido por botoque (*Figura 10*).

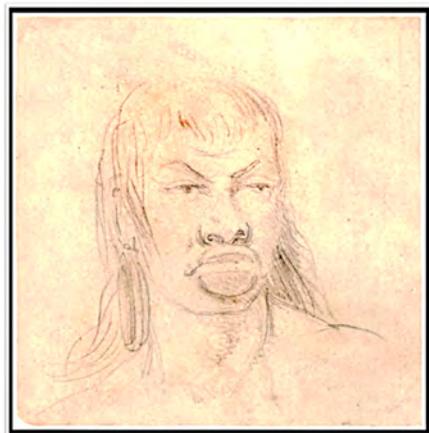


Fig. 10. Índio botocado, por Charles Lindseer (1825-26), grafite sobre papel.

A denominação *botocado* para os Krenak ou Borun chamava a atenção para o uso de botoques: na imagem um botoque labial e botoques auriculares.

Fonte: Acervo de Iconografia / Instituto Moreira Salles/Brasília Iconográfica

A proposta racial de Ginneken também seria criticada por Nikolai Trubetzkoy (1890-1938), na obra publicada postumamente que Mattoso resenharia. Trubetzkoy¹⁸ criticou a fundamentação da metodologia do autor holandês e classificou a proposta de Ginneken como um *petitio principii*, isto é, um tipo de argumento mal construído porque é circular: para Ginneken, se um fonema

¹⁸ Trubetzkoy ([1939]1971: 261).

é muito frequente (ou pouco frequente) numa dada língua é porque características raciais favorecem (ou dificultam) sua ocorrência. E o que evidenciaria a dependência de dado fonema a determinada raça? A frequência.

Trubetzkoy ressaltou que as frequências diferentes levantadas por Ginneken não diziam grande coisa: afinal, os inventários de fonemas das línguas eram diferentes, bem como a estrutura gramatical de cada língua. Em resumo: as estatísticas apresentadas por Ginneken comparavam o que não era possível comparar.

Todo ser humano nasce com a capacidade para desenvolver uma ou mais línguas; a interação com as pessoas no entorno moldará a gramática que emergirá desse contato. Poderá vir a falar português, inglês, kuikuro, suaíle; poderá falar português numa variedade sem prestígio ou com prestígio. Isso não depende da biologia. A língua não será impedimento para que venha a se tornar um professor, um biólogo, um poeta, ou o que mais quiser. Isolada, no entanto, do uso de qualquer língua, uma criança não desenvolverá língua alguma.

4.3.2. Roman Jakobson: a neurolinguística em bases saussurianas

A língua é uma coisa de tal modo distinta [da fala — MCR] que um homem privado o uso da fala conserva a língua, contanto que compreenda os signos vocais que ouve.

(Saussure, *Curso*, Introdução, 3, §2)

Timidamente o texto saussuriano introduzia uma questão relacionada à afasia, isto é, a algum tipo de incapacidade, parcial ou completa, no uso linguístico decorrente de uma condição física resultante de uma lesão encefálica¹⁹, como um traumatismo, um AVC. E a teoria saussuriana abria caminho para a neurolinguística.

ROMAN JAKOBSON (1896-1982)



Filólogo russo, um dos criadores do Círculo Linguístico de Moscou e do Círculo Linguístico de Praga. Com a eclosão da Segunda Grande Guerra fugiria para os EUA. Lá trabalharia nas universidades de Colúmbia, de Harvard e, por fim, no Massachusetts Institute of Technology. Seu interesse por aspectos universais na linguagem parece ser o fio condutor: a) no desenvolvimento da teoria dos traços distintivos para os fonemas com Trubetzkoy e com Morris Halle; b) na proposta de uma ordem na aquisição dos sons da fala.

A *langue* saussuriana era um contrato social, mas também um tesouro no cérebro de cada indivíduo. Foi nesse quadro teórico que Roman Jakobson explicou a afasia, tomando por base os dois tipos de relações existentes na

¹⁹ Bear, Connors, & Paradiso ([2001] 2002: 809).

langue saussuriana: as relações associativas e as relações sintagmáticas. As **relações associativas** levam em conta a escolha de unidades e unem “termos *in absentia* numa série mnemônica virtual”²⁰; por sua vez, as **relações sintagmáticas** baseiam-se no caráter linear da língua, são relações *in praesentia*, que combinam unidades linguísticas.

Dessa dicotomia saussuriana Jakobson derivou dois tipos possíveis de afasia, o distúrbio da similaridade e o distúrbio da contiguidade, “conforme a deficiência principal resida na seleção e substituição, enquanto a combinação e a contextura ficam relativamente estáveis; ou, ao contrário, resida na combinação e contextura, com a retenção relativa das operações de seleção e substituição normais”²¹. Em resumo, os problemas de seleção gerariam as parafasias e a anomia; os problemas com a combinação de unidades gerariam o agramatismo.

Para Jakobson, “a dissolução [**do sistema fônico- MCR**] apresenta uma ordem temporal de grande regularidade. A regressão afásica se revelou um espelho da aquisição de sons da fala pela criança; ela nos mostra o desenvolvimento da criança ao inverso”²². Essa hipótese seria falsificada pouco tempo mais tarde, mas com ela Jakobson contribuiria, como ele próprio reconheceu, para “criar um novo campo interdisciplinar, conhecido atualmente como Neurolinguística”²³.

Jakobson proporia um programa metodológico para aqueles linguistas que enveredassem por esse caminho na pesquisa:

A aplicação de critérios puramente linguísticos à interpretação e classificação dos fatos da afasia pode contribuir, de modo substancial, para a ciência da linguagem e das perturbações da linguagem, desde que os linguistas procedam com o mesmo cuidado e precaução ao examinar os dados psicológicos e neurológicos como quando tratam de seu domínio habitual. Primeiramente, devem familiarizar-se com os termos e procedimentos técnicos das disciplinas médicas que tratam da afasia; em seguida, devem submeter os relatórios de casos clínicos a uma análise linguística completa; ademais, eles próprios deveriam trabalhar com os pacientes afásicos a fim de abordar os casos diretamente e não somente através de uma reinterpretação das observações já feitas, concebidas e elaboradas dentro de um espírito totalmente diferente.

(Jakobson, [1956] 1971: 36).

4.3.3. Noam Chomsky: o inatismo

No final da década de 1950 Noam Chomsky lançava a teoria que se tornaria conhecida como **gramática gerativa**. A linguística atual pode ou não

²⁰ Saussure, *Curso*, 2ª parte, 5, §1.

²¹ Jakobson ([1956] 1971: 42).

²² Jakobson ([1956] 1971: 35-36).

²³ Jakobson & Pomorska (1980: 130).

assumir o inatismo e outras hipóteses da gramática gerativa, mas a referência a Chomsky – concordando com ele ou discordando dele – é usual na linguística.

NOAM CHOMSKY (N. 1928)



Chomsky se associa ao enfoque teórico que ficou conhecido como *gramática gerativa*. A importância de seus trabalhos fez com que sua contribuição à ciência fosse rotulada como a *Revolução Chomskiana*.

Chomsky foi levado para o Massachusetts Institute of Technology em 1955 pelas mãos de Roman Jakobson e permaneceria nessa instituição até a aposentadoria.

Em 2017 passou a trabalhar na Universidade do Arizona.

A proposta chomskiana do inatismo da linguagem surgiu como contraponto a uma visão bastante difundida em meados do século XX. O psicólogo norte-americano B. F. Skinner (1904- 1990) em seu *Comportamento Verbal*, livro inicialmente publicado em 1957, propunha que o domínio de uma língua estava ligado à história de reforços, prêmios e punições e aos estímulos no ambiente: um quadro com tons de vermelho, por exemplo, serviria de estímulo para que disséssemos “vermelho”.

As crianças de uma dada comunidade desenvolveriam gramáticas comparáveis por conta de estímulos e reforços aleatórios? A gramática gerativa considerou o descompasso entre o que sabemos da nossa língua e a experiência linguística esparsa, assistemática, como um argumento em favor da postulação do inatismo, questão referida como **o argumento da pobreza do estímulo** ou o **problema de Platão**. A questão foi assim colocada por Noam Chomsky: “Como chegamos a ter um conhecimento tão rico e específico, ou sistemas tão intrincados de crença e compreensão, quando as evidências disponíveis são tão escassas?”²⁴. Como podemos, então, saber tanto da nossa língua com base em dados tão caóticos? Uma criança ouve frases incompletas em conversas interrompidas (“*Só queria dizer.. que*”; “*Olha, amanhã...*”), frases malformadas, enunciados corrigidos caso se chame a atenção para eles (“*O teste do bafômetro indica o nível de sangue no álcool*”) e essa criança não transforma esses dados em modelos de construção de frases em português. Como pode dizer e entender frases que nunca ouviu antes, isto é, que não fazem parte da experiência linguística prévia?

Os dados linguísticos que estarão no entorno da criança são um tipo de informação positiva, mas não importa o quanto ela ouvirá: esses enunciados não permitem afirmar que algo que não ocorre nesse conjunto de dados é

²⁴ Chomsky (1987: 33): “How do we come to have such rich and specific knowledge, or such intricate systems of belief and understanding, when the evidence available to us is so meagre?”.

impossível naquela língua. Como chegamos a saber que não se pode dizer algo como **João se barbeou Pedro*²⁵? O fato de essa construção não constar dos dados linguísticos não implica necessariamente que não pode ser gerada pela gramática do português que cada um de nós internalizou: não haveria como decidir se **João se barbeou Pedro* é uma frase gramatical em português, um tipo de construção rara, ou é simplesmente uma construção agramatical. Mas sabemos que não pode ser gerada. O conhecimento linguístico a ser alcançado não pode ser explicado apenas pela exposição aos dados linguísticos.

Chomsky defende que todos os seres humanos nascem com uma capacidade para a linguagem. Por nascerem com uma **gramática universal** (abreviadamente, **GU**), as crianças podem vir a desenvolver qualquer **língua natural**. Mais ainda: a gramática universal restringe os tipos de gramáticas possíveis que uma criança poderá construir com base nos dados linguísticos a que estará exposta, o que implica que embora as línguas sejam diferentes, as diferenças seriam superficiais porque todas as línguas teriam como ponto de partida a gramática universal.

Somente a biologia não basta para esse desenvolvimento, portanto. Uma língua se desenvolve na criança na interação entre a dotação genética — o estágio inicial ou GU, comum à espécie —, o ambiente linguístico e princípios não específicos da faculdade da linguagem.

Com a exposição a dados linguísticos começará a emergir na mente da criança a língua interna, ou **língua-I**, ou gramática. A língua-I é uma construção individual, o que permite entender porque dois falantes criados num mesmo grupo na mesma época apresentam diferenças linguísticas. Permite explicar porque, com o passar do tempo, as línguas que conhecemos nos parecem diferentes. A língua-I, portanto, não equivale à *langue* saussuriana: esta era coletiva, existia na medida em que havia uma massa falante, era externa ao indivíduo. A língua-I refere um “fenômeno individual, um sistema representado na mente/cérebro de um indivíduo particular”²⁶.

Os enunciados que a criança tem no seu entorno são um conjunto de dados esparsos, assistemáticos (a **língua-E**). A língua-E “é amorfa, não um sistema. É a língua que está lá fora, no mundo e inclui os tipos de coisas que uma criança pode ouvir”²⁷. É um somatório dos usos das línguas internas dos diferentes indivíduos de uma comunidade; é externa porque independe das propriedades da

²⁵ O asterisco indica que essa frase não está em conformidade com a gramática do português. É agramatical.

²⁶ Chomsky (1988: 36).

²⁷ Lightfoot (2006: 12).

mente/cérebro²⁸. A intuição linguística de falante nativo, que permite julgamentos de **gramaticalidade**, deriva do conhecimento linguístico internalizado.

A língua-I e a língua-E interagem: se muda o que uma criança ouve, muda a gramática internalizada; se muda a gramática, o que se diz ficará diferente²⁹. Na teoria gerativa, o foco se volta para a língua-I, para o conhecimento linguístico, não para a interação social, representada na língua-E.

Considerar a linguagem como uma faculdade humana e não um fenômeno social significa focalizá-la como um fenômeno psicológico/biológico. A faculdade da linguagem deriva de estruturas especializadas para as funções relativas à linguagem.

4.3.4. Tomasello e Labov: sem gramática universal, sem língua-I

Não obstante a importância de Noam Chomsky para a linguística, a visão chomskiana não é aceita por todos.

A aceitação da hipótese de uma gramática universal para explicar como uma criança domina tão rapidamente uma língua natural não é consensual entre os linguistas. Michael Tomasello faz parte de um grupo de linguistas ligados a teorias conhecidas como **linguística cognitivo-funcional** ou **linguística baseada no uso**. Tomasello não aceita a hipótese de uma GU e, por conseguinte, não precisa do argumento da pobreza de estímulo.

Não há pobreza do estímulo quando um inventário estruturado de construções é o ponto de chegada do adulto. Além disso, levantar a hipótese da existência de uma gramática universal inata traz consigo dois grandes problemas de aquisição, ainda não resolvidos — e que não existem na visão baseada no uso. O primeiro é o problema da diversidade interlinguística: como a criança pode vincular sua gramática universal abstrata às particularidades da língua particular que está aprendendo (**o problema da ligação**)? O segundo é o problema da mudança desenvolvimental: como podemos entender a natureza mutável da linguagem das crianças ao longo do desenvolvimento se a gramática universal é sempre a mesma (**o problema da continuidade**)? Por essas razões também, então, parece valer a pena tentar descrever e explicar a aquisição da linguagem infantil sem adicionar os problemas extras de aquisição criados por uma gramática universal hipotética³⁰.

Mas e se um pesquisador procura explicação para a variação linguística, para a difusão de uma construção gramatical numa comunidade? Seu interesse

²⁸ Chomsky (1986: 20).

²⁹ Lightfoot, 2006:13).

³⁰ Tomasello (2003: 7).

será o grupo, não o indivíduo. Vamos a um exemplo em que não se olha para etapas de desenvolvimento do indivíduo, mas para a força que a comunidade linguística tem sobre o resultado do processo de aquisição. Seleccionamos como representante dessa visão o linguista William Labov, talvez o nome mais influente da sociolinguística.

WILLIAM LABOV (N. 1927)



Antes de se voltar para a linguística, Labov foi professor de Química na Universidade de Colúmbia, EUA. Na linguística, na Universidade da Pennsylvania, introduziria um tipo de estudo inovador, a *sociolinguística variacionista*, que procura correlacionar aspectos sociais como sexo, idade, escolaridade (as *variáveis independentes*) com a frequência de alternativas para se dizer a mesma coisa (as *variantes* de uma *variável dependente*), demonstrando que a variação linguística tem sistematicidade.

Para Labov, uma língua é um fato social, um “padrão abstrato localizado na comunidade de fala e externa ao indivíduo”. Por que uma criança que está no processo de aquisição de sua língua materna terá a pronúncia tão semelhante à pronúncia da comunidade em que está crescendo? Para Labov a resposta é que nossa capacidade de aprender línguas nos leva a adquirir o padrão mais geral da comunidade. Não se deixa de lado a faculdade da linguagem, mas ela é compreendida como “a capacidade para perceber, reproduzir e empregar esses padrões generalizados”³¹.

“A comunidade é anterior ao indivíduo conceptual e analiticamente”. Esse é para Labov o dogma central da sociolinguística. A língua, um padrão abstrato que se localiza na comunidade, é exterior ao indivíduo, e o indivíduo não existe enquanto uma unidade de análise linguística³².

Numa das seções do artigo de 2014, Labov retoma um estudo que fez em 1966 sobre o Lower East Side, um bairro de Nova Iorque que no início do século XX recebia imigrantes de vários lugares da Europa. Labov demonstra que o sotaque estrangeiro dos pais não teve influência sobre o inglês da geração seguinte: não havia diferença entre a pronúncia do inglês de adultos cujos pais eram falantes de iídiche e o daqueles cujos pais eram nativos do dialeto de Nova Iorque, nem entre aqueles e seus filhos.

Do mesmo modo, podemos dizer que uma criança nascida no Rio de Janeiro, que vive no Rio de Janeiro, mas que tivesse pais portugueses de Lisboa ouviria o português de Portugal em casa, mas esse pequeno carioca não

³¹ Labov (2014: 18).

³² Labov (2014: 18).

falaria como os pais e de modo diferente, portanto, dos demais cariocas que contactaria quando fora casa. Ele não pronunciaria norte, por exemplo, como [ˈnɔrt], como alguém de Lisboa, mas como [ˈnɔxtʃi]. A melodia da frase dessa criança carioca também não seria a mesma de um lisboeta.

A conclusão de Labov é que as crianças rejeitam os traços fonéticos da fala dos pais que não condizem com o padrão mais geral da comunidade.

4.4. O IMPACTO NA CONCEPÇÃO DE AQUISIÇÃO DA PRIMEIRA LÍNGUA

As questões programáticas de Noam Chomsky (1986) ampliaram o interesse pela aquisição da linguagem, que começara com Roman Jakobson. A par com a necessidade de se entender a natureza do conhecimento linguístico, tornava-se parte do programa de investigação entender como esse conhecimento se desenvolve na mente do falante.

4.4.1. A aquisição de hábitos de fala

A pesquisa sobre o desenvolvimento de uma língua no indivíduo não atraiu o interesse dos linguistas das primeiras décadas do século XX. Leonard Bloomfield, por exemplo, demonstrou a ausência de interesse no tema ao trazer não mais que uma suposição acerca de como uma criança começaria a falar sua L1: “Exatamente como as crianças aprendem a falar não se sabe; o processo parece ser algo como o que se segue”³³. A explicação bloomfieldiana para a aquisição, assim como a de outro famoso linguista desse período, Charles Hockett (1916-2000)³⁴, pressupunha a formação de **hábitos de fala**; afinal, uma língua era então compreendida como “um complexo sistema de hábitos”³⁵. Nessa perspectiva, para tornar-se um hábito, um comportamento linguístico precisava de estímulo ambiental e de ser reforçado³⁶. A questão da idade no processo de aquisição não está óbvia.

Reproduzimos a seguir o texto de Bloomfield que descreve o que seria a formação de um hábito de fala: afirma que uma criança é condicionada pelo estímulo repetido continuamente pela mãe ao mostrar objetos (uma boneca, no caso) até que a visão do objeto fizesse a criança dizer o nome do objeto.

³³ Bloomfield ([1933] 1984: 29)

³⁴ Hockett (1958: 141-142): “Os hábitos não são diretamente observáveis; devem ser inferidos dos eventos observados seja o agente que faz a inferência a criança aprendendo uma língua ou um analista procurando descrever uma língua”.

³⁵ Hockett (1958: 137).

³⁶ Rosa (2018: 184).

Cada criança que nasce num grupo adquire [...] hábitos de fala e de resposta nos primeiros anos de sua vida. Este é, indubitavelmente, o maior feito que é requerido a qualquer um de nós. Exatamente como as crianças aprendem a falar não se sabe; o processo parece ser algo como o que se segue:

- (1) Sob estimulação variada, a criança produz e repete sons vocais. Isto parece ser um traço hereditário. Suponha-se que ela faça um ruído que possa ser representado como *da*, embora, por certo, os movimentos e os sons resultantes difiram de quaisquer dos que são usados na fala convencional em inglês. As vibrações sonoras atingem os tímpanos da criança enquanto ela repete os movimentos. O resultado é um hábito: onde quer que um som semelhante atinja seu ouvido, é provável que ela faça esses mesmos movimentos bucais, repetindo o som *da*. Tal balbucio treina-a na reprodução de sons vocais que cheguem a seus ouvidos.
- (2) Alguém, por exemplo, a mãe, enuncia, na presença da criança, um som que se assemelha a uma das sílabas do seu balbucio. Por exemplo, ela diz *doll* ['boneca']. Quando esses sons chegam aos ouvidos da criança, seu hábito (1) entra em jogo e ela produz a sílaba de balbucio mais próxima, *da*. Dizemos que a criança começa a 'imitar'. [...].
- (3) A mãe, é lógico, usa suas palavras quando o estímulo apropriado está presente. Ela diz *doll* quando está realmente mostrando para a criança a boneca ou dando-lha. A visão e o manuseio da boneca e a audição e produção da palavra *doll* (isto é, *da*) ocorrem repetidas vezes em conjunto, até que a criança forma um novo hábito: a visão e a sensibilidade em relação à boneca bastam para fazê-la dizer *da*. Ela tem agora o uso de uma palavra. Para os adultos essa palavra pode não soar como as deles, mas isso se deve meramente à imperfeição. Não parece que as crianças possam alguma vez criar palavras novas.
- (4) O hábito de dizer *da* ao ver a boneca enseja a formação de outros hábitos. Suponha, por exemplo, que dia após dia se dá a boneca à criança (e ela diz *da, da, da*) imediatamente após o banho. Ela tem agora o hábito de dizer *da, da, da* após o banho. "Ela está pedindo a boneca", diz a mãe, e ela está correta, uma vez que o "pedir" ou o "querer" coisas dos adultos é sem dúvida apenas um tipo mais complicado da mesma situação. A criança entrou agora no discurso abstrato ou deslocado [ingl. *displaced*]: ela nomeia uma coisa mesmo quando esta não está presente (Bloomfield, [1933] 1984: 29-30).

Para Bloomfield até mesmo o aprendizado da leitura alfabética deveria decorrer da formação de hábitos, neste caso em resposta à visão das letras: "Para ler a escrita alfabética é preciso ter o hábito arraigado de produzir os sons da própria língua quando se vê as marcas escritas que convencionalmente representam os fonemas"³⁷.

³⁷ (Bloomfield, [1961] 2010: 28): "In order to read alphabetic writing one must have an ingrained habit of producing the phonemes of one's language when one sees the written marks which conventionally represent these phonemes."

Ou ainda:

Em todos os casos normais, a criança aprendeu a falar antes de sermos chamados a ensiná-la a ler, e nossa tarefa é apenas dar-lhe o hábito de emitir os sons da fala familiares ao ver as letras impressas ou escritas. Ignorar essa distinção, como fazem os métodos fônicos, é confundir todo o processo.

(Bloomfield, [1961] 2010: 31)

4.4.2. A hipótese do período crítico

As propriedades centrais da linguagem são determinadas por princípios e estruturas mentais de conteúdo especificamente linguístico, as quais funcionam como uma espécie de “planta” arquitetônica no processo de aquisição, dirigindo o desenvolvimento linguístico num sentido predeterminado. Estas estruturas mentais pertencem exclusivamente à espécie humana e são geneticamente determinadas, ou seja, radicam na organização biológica da espécie. Segundo esta concepção, adquirir uma língua é mais uma questão de maturação e de desenvolvimento de um “órgão” mental biológico do que uma questão de aprendizagem.

(Raposo, 1992: 35).

O pequeno excerto de Eduardo Paiva Raposo acima já reflete uma visão de língua bem diferente de um sistema de hábitos. Com a gramática gerativa, ganhava corpo um programa de pesquisa para a linguística que incluía procurar entender o domínio rápido e eficaz de sistemas complexos como os das línguas humanas, mas também a base física desse conhecimento.

Em *Biological Foundations of Language* [‘Fundamentos biológicos da linguagem’] Eric Lenneberg reconhecia a existência de restrições maturacionais impostas ao desenvolvimento de determinados comportamentos. A janela temporal em que um determinado comportamento poderia desenvolver-se ganhou a denominação **período crítico**. A **experiência linguística**, isto é, a exposição ao uso linguístico no entorno da criança, será necessária não para que ela imite enunciados ou forme hábitos, mas para desencadear o desenvolvimento normal da linguagem.

E se não houver experiência linguística no período? Essa criança não desenvolverá uma língua. Não surgirá uma língua original, que floresceria na ausência de qualquer língua (e que levou personagens históricos como o faraó Psamético I a experimentos atrozés com seres humanos).

Para Lenneberg, o período crítico teria início por volta dos dois anos (e não logo ao nascer) e se encerraria com a chegada da puberdade, período em que, para Lenneberg, se completaria a lateralização das funções da linguagem e o cérebro se tornaria menos plástico:

A linguagem não pode começar a se desenvolver até que um certo nível de maturação física e crescimento seja alcançado. Entre as idades de dois e três anos a linguagem emerge por uma interação de maturação e aprendizagem autoprogramada. Entre os três anos de idade e o início da adolescência, a possibilidade de aquisição da primeira língua continua sendo boa; o indivíduo parece ser mais sensível aos estímulos neste momento [...]. Após a puberdade, a capacidade de auto-organização e ajuste às demandas fisiológicas do comportamento verbal declina rapidamente.

(Lenneberg, 1967: 158)

O estágio inicial do cérebro permitiria, potencialmente, que ambos os hemisférios assumissem a linguagem, mas gradualmente ela se especializaria no hemisfério esquerdo. Um argumento em favor de que a lateralização (isto é, a especialização no lado esquerdo do cérebro) ainda não estaria completa por volta de 10 anos vinha da recuperação linguística de crianças com lesão cerebral com idade inferior a 10 anos, mas não com idade superior.

O período de fechamento dessa janela temporal não é exatamente um consenso: por volta dos seis anos de idade para Pinker (1994); dos sete anos para Bloom (1993); da puberdade para Lenneberg (1967).

A dificuldade com a hipótese é que, mesmo fechada essa janela temporal, ainda é possível desenvolver alguns aspectos da linguagem, mesmo que não com tanta eficiência. Daí a preferência atual por considerar a existência de um **período sensível**.

Janelas temporais: período sensível e período crítico

"A experiência exerce uma influência profunda no cérebro e, portanto, no comportamento. Quando o efeito da experiência no cérebro é particularmente forte durante um período limitado no desenvolvimento, esse período é referido como um **período sensível**. Tais períodos permitem que a experiência instrua circuitos neurais para processar ou representar a informação num modo que é adaptativo para o indivíduo.

Quando a experiência fornece informação que é essencial para o desenvolvimento normal e altera permanentemente o desempenho tais períodos sensíveis são referidos como **períodos críticos**. [...]

Os **períodos críticos** são uma classe especial de períodos sensíveis, que resultam em mudanças irreversíveis na função cerebral"

(Knudsen, 2004: 1412)

A hipótese de Lenneberg previu corretamente o que acontece nos casos em que não há exposição a uma língua nessa fase. Todos os casos de isolamento linguístico durante a infância têm em comum que as crianças não falam.

Estão nesse caso as chamadas *crianças selvagens* ou *crianças-lobos*, casos de isolamento social severo, e os *surdos profundos pré-linguísticos* não expostos a qualquer língua.

No tocante às crianças selvagens, talvez o exemplo mais conhecido seja o de “Genie”³⁸. Quando foi encontrada, a menina não falava e não tinha controle muscular nem mesmo para mastigar ou engolir³⁹.

No caso das crianças que nasceram surdas ou ficaram surdas antes dos três anos de idade há a crença de que naturalmente conseguem fazer leitura labial — note-se: de línguas orais com que nunca tiveram contato; línguas que não dominam, por conseguinte. Se nunca ouviram, a leitura labial “é uma experiência inteiramente visual”, como notou Oliver Sacks⁴⁰. A leitura labial é difícil mesmo para ouvintes que dominam a língua, porque, apenas com o auxílio da visão, não é possível distinguir, por exemplo:

- duas consoantes como /p/e /b/, em tudo idênticas a não ser pela vibração das cordas vocais; ou
- duas consoantes como /m/e /b/, que se distinguem pelo movimento do véu palatino; ou
- perceber onde está o acento; ou
- perceber as curvas melódicas que diferenciam uma pergunta de uma afirmação.

Como falantes de português, por exemplo, temos estratégias para compreender o que foi dito apesar das dificuldades com a percepção dos movimentos labiais (por exemplo, nos tempos da pandemia de covid-19, com máscaras que impediam a visão da boca) e mesmo quando há muito ruído de fundo. Uma vez que se conhecem a língua e o contexto, há expectativas quanto ao que está sendo dito e é possível preencher lacunas, “ouvindo” o que o ruído à nossa volta impediu de ouvir de fato. Foi o que Richard M. Warren (1925-2019) e Roslyn Warren (1923-2018) demonstraram com um experimento que ficou conhecido como o **Efeito da Restauração Fonêmica**. O experimento introduziu um ruído na apresentação de um conjunto de frases, que se distinguiam pela consoante que precedia a sequência *eel*. Essa consoante inicial não podia ser ouvida, porque em seu lugar havia uma tossida. Os falantes, conhecendo

³⁸ Vários casos são apresentados em Rosa (2010). O jornal britânico *The Guardian* publicou em 2016 uma atualização sobre o caso “Genie” num artigo de Roy Carroll, “Starved, tortured, forgotten: Genie, the feral child who left a mark on researchers”, disponível em <https://www.theguardian.com/society/2016/jul/14/genie-feral-child-los-angeles-researchers>.

³⁹ Curtiss, Fromkim, Krashen, Rigler & Rigler (1974).

⁴⁰ Sacks ([1989] 2005: 20 n10).

o vocabulário e tendo o contexto da frase completa, recompunham a frase e afirmavam ter ouvido uma das seguintes frases:

- the wheel was on the axle ('a roda estava no eixo')
- the heel was on the shoe ('o salto estava no sapato')
- the meal was on the table ('a refeição estava na mesa')
- the peel was on the orange ('a casca estava na laranja')

E a tosse? Era colocada em outro lugar.

Há um período crítico também para a L2? Mesmo depois da puberdade o aprendiz poderá alcançar, na sintaxe, o nível que não permite diferenciá-lo de um nativo⁴¹. No tocante à pronúncia há divergências quanto a aceitar para ela um período crítico. Steinberg, Nagata & Aline remetem à afirmação de Thomas Scovel de que nenhum adulto poderá aprender uma L2 e se passar por um nativo. Todos os estudos parecem concordar com o fato de que quanto mais jovem se é à época da imigração, maior a probabilidade de não ter sotaque estrangeiro. Mas há adultos que também conseguem isso⁴².

4.4.3. Uma situação hipotética

Se um naufrágio fizesse com que muitos bebês fossem dar a uma ilha deserta (e assumindo que todas as condições de sobrevivência, como comida, água, abrigo estivessem presentes), eles desenvolveriam uma língua? E se eles desenvolvessem, quantos indivíduos seriam necessários para que isso pudesse acontecer? Como seria essa língua?

Como ela seria com o passar das gerações?

(Adaptado de Kenneally, 2007: 292)⁴³

Christine Kenneally apresentou a nomes famosos nos estudos linguísticos um conjunto de perguntas sobre uma situação hipotética. Os alunos de minhas turmas de Linguística I do primeiro semestre de 2011 apresentaram esse contexto hipotético a professores de Linguística. As respostas têm por base dois quadros teóricos distintos⁴⁴.

⁴¹ Steinberg, Nagata & Aline (2001: 188).

⁴² Steinberg, Nagata & Aline (2001: 189).

⁴³ No original: "If we shipwrecked a boatload of babies on the Galapagos Islands --- assuming they had all the food, water, and shelter they needed to thrive --would they produce language in any form when they grew up? And if they did, how many individuals would you need for it to take off, what form might it take, and how would it change over generations?"

[“Se naufragássemos um barco cheio de bebês nas Ilhas Galápagos — assumindo que eles tinham toda a comida, água e abrigo de que precisavam para se desenvolver — será que produziriam alguma forma de linguagem quando crescessem? E se o fizessem, quantos indivíduos seriam necessários, que forma ela poderia assumir e como mudaria ao longo das gerações?”].

⁴⁴ Os professores autorizaram a publicação de suas respostas. No caso da Prof. Miriam Lemle, falecida em 2020, a autorização veio de Marina Lemle, sua filha.

LILIAN FERRARI

De acordo os Modelos Baseados no Uso (Tomasello, 2003), há um conjunto de processos básicos para a aquisição de linguagem, entre os quais se inclui a aprendizagem cultural. Embora esses modelos não descartem a possibilidade de que habilidades inatas facilitem a aquisição da linguagem, também argumentam que o contato com as estruturas convencionais da língua, presentes na fala dos adultos, é fundamental.

Assim, para adquirir uma língua as crianças devem ser capazes de realizar duas operações cognitivas básicas:

- a) “leitura de intenções”: entender a intenção comunicativa dos adultos quando uma nova sequência linguística é usada;
- b) “busca de padrões”: capacidade de criar construções sintáticas abstratas a partir de estruturas concretas e convencionais da língua falada na comunidade em que se inserem.

Sendo assim, provavelmente os bebês não desenvolveriam uma língua se convivessem apenas com outros bebês, já que esses não poderiam, a exemplo dos adultos, fornecer as pré-condições necessárias para a emergência das operações cognitivas mencionadas acima.

Texto mencionado: TOMASELLO, M. Constructing a language: a usage-based theory of language acquisition. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

MIRIAM LEMLE (1937-2020)



Nascida em Roma, na Itália, Miriam Lemle faria sua vida no Rio de Janeiro, para onde sua família fugira durante a Segunda Guerra Mundial. Fez parte do grupo que se formou em torno de Mattoso Camara Jr. no início da década de 1960 no nascente Setor de Linguística do Departamento de Antropologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Anos mais tarde, em 1982, se transferiria do Museu Nacional para a Faculdade de Letras. Seu nome está ligado à teoria chomskiana.

Para mais sobre ela: *Linguística no feminino/Miriam Lemle — A voz feminina no Gerativismo do Brasil:* <https://editora.abralin.org/publicacoes/linguistica-no-feminino/>

MIRIAM LEMLE

Condição essencial de sobrevivência para bebês é cuidado materno. Bebês órfãos em ilha deserta, imagine! Decerto morreriam todos por falta de afeto e cuidados, coitadinhos.

A ideia do inatismo da capacidade de linguagem humana nunca previu a possibilidade de emergir linguagem em condições tão ferozes como a orfandade em ilha deserta. Nem precisa ir tão longe: bebês surdos não falam, não. Tentam sinalizar, isso sim. Aliás tem uma história impressionante de crianças surdas que foram reunidas numa escola na Nicarágua e acabaram criando espontaneamente uma língua de sinais.

O que a ideia do inatismo diz é que a mente humana é pré-formatada naturalmente com uma propensão para adquirir gramática, se a criança for exposta normalmente à fala de pai, mãe e toda a gente.

O importante nesse tema é compreender o que é o ‘argumento da insuficiência dos dados’. É que os dados de língua que a criança recebe a partir das falas a que é exposto são de-

sordenados e por si sós não justificariam a emergência de uma gramática com a facilidade com que emerge nas criancinhas saudáveis expostas à fala em circunstâncias humanamente normais. A gramática costuma estar completinha antes dos três anos de idade, uma idade em que elas não entendem o que é um jogo da velha, ou de dominó, ou cara ou coroa, nem mesmo futebol. Mas falam muuuito.

Vídeo indicado:

https://www.youtube.com/watch?v=_JmA2CIUvUY&feature=player_embedded

Livro indicado: *O instinto da Linguagem*, de Steven Pinker.

ADRIANA LEITÃO MARTINS

Sabe-se que o desenvolvimento da linguagem é possibilitado pela existência nos seres humanos de uma Gramática Universal, biologicamente determinada, ou seja, disponível no pacote genético de todos os humanos.

É sabido ainda que, para que haja o desenvolvimento de uma língua particular, é preciso que haja exposição do indivíduo aos dados linguísticos do meio, haja vista o caso de “Genie”, que, apesar de possuir uma saúde perfeita, não diferindo de outras crianças, não desenvolveu linguagem como qualquer outra criança saudável por ter sido mantida em isolamento durante o que seria considerado o período crítico de aquisição de linguagem (CURTISS, 1981).

No entanto, sabe-se que “Genie” foi mantida em isolamento, durante cerca de 12 anos, e não em contato com outras crianças. É possível imaginar que o desenrolar dos fatos teria sido diferente no caso de crianças — duas ou mais — que chegassem juntas a uma ilha e tivessem todas as condições de sobrevivência. O fato de se ter um aparato genético nos humanos que permita o desenvolvimento da linguagem talvez contribua para o desenvolvimento de uma forma de comunicação linguística — seja gestual ou falada — entre essas primeiras crianças habitantes da ilha.

A necessidade de se comunicar, provavelmente, levaria as crianças a fazerem associações entre um som produzido por seu aparelho fonador ou um gesto — o significante — e um referente no mundo — o significado. Tal associação, a princípio, não caracterizaria uma língua natural, que é definida pela presença de um léxico e uma gramática e, nesse estágio, apenas um léxico estaria sendo estabelecido. Porém, em gerações futuras, com crianças criadas ainda nesse ambiente, possivelmente uma língua natural começasse a ser desenvolvida, em que regras de concatenação entre os signos fossem estabelecidas e em que houvesse a recursividade linguística. Nesse estágio, portanto, teríamos o estabelecimento de uma verdadeira língua, já que haveria não só o léxico, mas também a consolidação de uma gramática da língua.

Tal interpretação parece plausível quando se considera a criação de uma língua crioula por crianças que crescem em um ambiente linguístico no qual só era utilizado um pidgin (sistema de comunicação rudimentar que não caracteriza uma língua natural). Possivelmente, o pacote genético dos humanos, com suas especificações para o desenvolvimento da linguagem, leve as crianças criadas em um ambiente em que se utiliza apenas o pidgin, assim como as crianças criadas em uma geração futura na ilha relatada aqui, a desenvolverem espontaneamente uma língua natural.

Texto mencionado: CURTISS, S. (1981) Dissociations between language and cognition: cases and implications. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 11, 15-30.

ALESSANDRO BOECHAT DE MEDEIROS

G[rupo]: A questão é: pessoas conseguiriam desenvolver uma língua, mesmo se não tivessem um contato, elas teriam uma língua?

A[lessandro]: Acho que não teriam.

G: Por que não?

A: Porque não haveria dados para disparar um processo de aquisição. Uma criança precisa de dados linguísticos para adquirir uma língua. Se assumirmos, por exemplo, a **teoria de princípios e parâmetros**, são necessários os dados para a fixação dos parâmetros. E se ninguém fala, isso não vai acontecer com nenhum dos indivíduos. E certamente não haveria o desenvolvimento de qualquer língua a partir do nada, de uma vez, só porque há um conjunto de indivíduos que seriam capazes de falar. O mais provável é que nenhum deles desenvolvesse uma gramática, pois os períodos críticos para a aquisição de qualquer língua seriam superados sem que os requisitos mínimos para a ativação do processo estivessem disponíveis. De todo modo, a situação é um pouco absurda. Crianças abandonadas à própria sorte numa ilha sequer sobreviveriam. Para que sobrevivessem, seriam necessárias pessoas que cuidassem das crianças. E, para que sobrevivessem e tivessem a chance (chance!) de criar uma língua por si mesmas, os cuidadores não poderiam falar com elas nem entre si na presença delas. É difícil até imaginar que tipo de interação poderiam ter com elas para que pudéssemos afirmar que uma linguagem emergiu completamente das crianças.

G: Então as outras perguntas se tornariam desnecessárias.

A: Sim. Acho que não estão dadas, com o cenário descrito, as mínimas condições para que uma língua surja ou seja adquirida.

UMA ESCALA NA VIAGEM

A hipótese Sapir-Whorf

Um conjunto de propostas de Edward Sapir e de seu aluno Benjamin Lee Whorf (1897-1941) formam uma hipótese acerca da relação entre língua e pensamento que ficou conhecida como a **hipótese Sapir-Whorf**. Podemos resumi-la como “**Dissecamos a natureza segundo linhas estabelecidas por nossas línguas nativas**” (Whorf, [1940] 1956: 213). A hipótese conheceu uma forma forte — o **determinismo linguístico** — e uma forma fraca — o **relativismo linguístico** (Robins, 1976:101).

Determinismo linguístico: “A segmentação da natureza é um aspecto da gramática” (Whorf, [1941] 1956: 240).

Nossa língua nativa determina a organização do nosso pensamento.

- Se assim é, como podemos conhecer esses limites?
- A tradução entre línguas seria impossível (mas qualquer coisa pode ser dita em qualquer língua).

Relativismo linguístico: “Espaço, tempo e matéria newtonianos não são intuições. São receptáculos da cultura e da língua. Foi onde Newton as pegou” (Whorf, [1939] 1956: 153).

- As estruturas das línguas exercem alguma influência sobre o pensamento.

Uma implicação da hipótese Sapir-Whorf: as línguas fariam alguns homens irremediavelmente mais primitivos que outros. Para Benjamin Lee Whorf no esquimó haveria muitas palavras para denominar aquilo que em inglês (e também em português) é denominado apenas por uma palavra, *snow*, *neve*. Isso afetaria o modo como esses indivíduos pensam sobre a neve e refletiria sua impossibilidade de pensar abstratamente sobre a neve.

A informação sobre o vocabulário para ‘neve’ em esquimó tem sido repetida *ad nauseam*, mas Geoffrey Pullum (1991: 159-171) demonstrou como a falta de rigor científico levou a tantas repetições de um erro. O exemplo de Whorf derivou de uma incompreensão de sua fonte, a obra clássica de Franz Boas *The Handbook of North American Indian Languages*, de 1911.

Do mesmo modo que o inglês emprega raízes diferentes para diferentes formas que a água toma (*líquido, lago, rio, córrego, chuva, orvalho, onda, espuma*) ao invés de contar com palavras derivadas da raiz de *água*, assim o esquimó emprega raízes distintas para a 'neve no chão', a 'neve caindo', a 'neve acumulada pelo vento', a 'neve flutuando no vento' ao invés de termos morfologicamente relacionados. A conclusão de Whorf faz tanto sentido como dizer que não se pode pensar abstratamente sobre a água em português porque, nesta língua, há palavras independentes morfologicamente para 'água em estado gasoso', 'água em estado sólido', 'água que cai das nuvens', 'água que cai do teto', 'água que sai da parede', e assim por diante.



Pinker (1995: I, 136) observa que a hipótese Sapir-Whorf implica que as crianças, ao aprenderem com os pais sua língua materna, aprenderiam mais do que a falar: aprenderiam a pensar. Isso levanta uma outra questão: falantes bilíngues pensariam de duas formas diferentes, na dependência da língua que estivessem falando?

Uma análise linguística com esse pano de fundo foi invocada recentemente pelo linguista norte-americano Daniel Everett (2005) para a língua pirahã. Falada no Amazonas, em área às margens do rio Maici e também do rio Marmelos por uma tribo com cerca de 400 indivíduos, o pirahã demonstra, nas palavras de Everett, a interdependência entre uma cultura pobre e uma língua pobre. Segundo Everett, os Pirahã:

- falam uma língua que não apresenta recursividade, números, quantificação, nomes para cores;
- têm uma cultura sem mitos de criação e não têm ficção;
- são monolíngues: não conseguem aprender português, apesar do contacto de cerca 200 anos com brasileiros falantes de português;
- não têm memória, quer coletiva, quer individual, que recue no passado mais que duas gerações;
- têm um sistema de parentesco simplíssimo.

A caracterização do pirahã por Everett traz à memória a caracterização de um selvagem inferior que Darwin (1871) fez, um ser que “não tem palavras para expressar qualquer número maior que quatro, e que usa dificilmente quaisquer termos abstratos para objetos comuns ou para as afeições”.

Cada um dos traços apontado por Everett foi refutado por Nevins, Pesetsky & Rodrigues (2007): as características levantadas por Everett contradiziam os dados apresentados pelo próprio Everett em trabalhos anteriores; e características do pirahã apontadas como surpreendentes estão presentes em outras línguas, como o alemão ou o hebraico, por exemplo.

O argumento de Lenneberg: o tambor de gasolina vazio (ing. empty)

Whorf ([1939] 1956: 135-6) defendeu que um homem que jogasse uma guimba de cigarro acesa num tambor de gasolina vazio teria sido enganado pela língua inglesa. Em inglês (como em português) *empty/vazio* pode indicar não apenas a ausência absoluta, mas também que algo contém quase nada ou ar ou algum gás. Então, para Whorf, o inglês forçou esse homem a pensar no tambor segundo essa palavra.

Eric H. Lenneberg (1953) comentou esse exemplo. Para Lenneberg, o problema (certamente uma explosão) não se devia à língua, mas à ignorância sobre a formação de vapores explosivos nesses recipientes. A língua não influenciou um comportamento não linguístico. E podemos

acrescentar: se um botijão não contiver gás suficiente para cozinhar, quem se arriscaria a jogar fogo no orifício por onde ele se conecta à mangueira que vai até o fogão? Milhares de brasileiros falantes de português precisam rotineiramente de trocar o botijão vazio por um cheio, mas sabem o quanto essa operação precisa de cuidado, de ser realizada por um adulto e não fazem uma fogueirinha no botijão velho. É conhecimento de mundo que independe da língua.

UMA ESCALA NA VIAGEM

Um clássico da linguística brasileira: os *Princípios de Linguística Geral*

Quatro edições dos *Princípios de Linguística Geral* estiveram sob a responsabilidade do autor, Joaquim Mattoso Camara Jr.: 1942, 1954, 1959 e 1964. Quatro anos após sua última revisão por Mattoso Camara, a obra era elogiada por Eugenio Coseriu (1921-2002) no artigo em que fazia um apanhado geral do estado-da-arte dos estudos linguísticos na América Latina: “desde sua segunda edição (Rio, 1954) tornou-se o melhor manual para a introdução da linguística até então publicado em país latino” (Coseriu, [1968] 1976: 25).

Esse livro “[d]urante um quarto de século foi o único texto introdutório à linguística produzido em língua portuguesa”, e ainda em 1984, duas décadas após sua última revisão autoral, continuava sendo “o mais abrangente, mais sólido e melhor escrito” na opinião de outro grande linguista brasileiro, Aryon Rodrigues (1984: 85).

Roman Jakobson considerou a obra “uma das poucas exposições críticas realmente modernas dos problemas centrais da linguística geral” (citado em Rodrigues, 1984: 85) e em carta ao próprio Mattoso de fevereiro de 1958 (Altman, 2015), qualificou o trabalho como “esplêndido”.

A crítica que a obra recebeu de Rebecca Posner (1968: 141) quando da publicação da quarta edição destoava da apreciação manifesta por linguistas já então renomados. Numa das *Shorter Notices* do *Journal of Linguistics*, Posner considerou a obra rasa, adequada às universidades da América Latina:

“Indeed, superficiality, with a skating over difficult problems, is the general impression left by the book, perhaps because its lay-out is that of a sort of crib for getting through Latin-American university examinations”

[“Na verdade, a superficialidade, com um patinar sobre problemas difíceis, é a impressão geral que o livro deixa, talvez porque seu *layout* seja o de uma espécie de cola para passar nos exames das universidades latino-americanas’].

Os *Princípios* foram leitura obrigatória na formação das primeiras gerações de linguistas brasileiros.

CAPÍTULO 5

AS LÍNGUAS

5.1. INTRODUÇÃO

Uma língua – e aqui nos restringimos às **línguas naturais** – é um sistema de símbolos e de mecanismos que regem a combinação desses símbolos – a **gramática**. Podemos focalizá-la privilegiando os aspectos relativos a seu emprego na sociedade ou os aspectos relativos a seu desenvolvimento na mente/ cérebro de um indivíduo.

5.2. AS LÍNGUAS NATURAIS

Uma língua natural tem como requisito um cérebro humano, que determina as propriedades que são possíveis numa língua. Que traços estariam presentes em todas as línguas naturais e as distinguiriam de sistemas de comunicação não humanos? Faremos referência aqui a algumas das características apontadas por dois autores que tentaram distinguir as características que seriam próprias apenas das línguas humanas: Charles F. Hockett e Noam Chomsky¹.

Começamos pela **dualidade de estrutura**. Todas as línguas naturais podem ser descritas apontando um nível em que os elementos têm significado (morfemas, palavras, constituintes) e um nível de elementos sem significado que formam os elementos do outro nível (os fonemas). Numa obra como a *Estrutura de língua portuguesa*, de Joaquim Mattoso Camara Jr., por exemplo,

¹ Ver em especial Hockett (1958; 1960) e Houser, Chomsky & Fitch (2002).

esses dois níveis estruturam a obra e são denominados, respectivamente, *a primeira articulação* (primeira porque mais importante, a *gramática*) e *a segunda articulação* (o sistema fonológico). Esta arquitetura linguística repousa na **discretude**: os elementos linguísticos são discretos, isto é, individualmente distintos; qualquer enunciado pode ser segmentado até suas unidades mínimas.

Se temos duas unidades linguísticas discretas — duas palavras, por exemplo — elas podem ser combinadas, formando uma nova unidade, que, por sua vez, pode ser combinada novamente com outra. É a **recursividade**. A estrutura forma-se numa rede hierárquica e, assim, pode transmitir um número ilimitado de frases. É a recursividade da sintaxe que está na base da **criatividade linguística**. Todas as línguas naturais têm produtividade ou criatividade linguística, a capacidade humana de produzir e compreender frases nunca ouvidas anteriormente. O aspecto criador do uso linguístico significa que o uso normal de uma língua: (a) é inovador “no sentido de que muito daquilo que dizemos no curso do uso normal da linguagem é inteiramente novo, não é a repetição de nada que tenhamos ouvido antes”; (b) é livre do controle de estímulos (“[p]or causa desta ausência de controle pelos estímulos é que a linguagem pode servir como instrumento do pensamento e da autoexpressão”); e (c) é adequado à situação².

É uma propriedade de todas as línguas naturais, por exemplo, que os processos gramaticais tenham por base uma estrutura sintática e não palavras soltas ou sequências de palavras, ou ainda características fonológicas. Em outras palavras: são **dependentes de estrutura**. Isso nos ajuda a perceber a diferença entre construções como [a caixa de [sabão em pó]] e [a caixa de sabão [em promoção]]: *sabão em pó* é um tipo de sabão, mas essa relação não está presente em *sabão em promoção*. Por essa razão quando aprendemos línguas nunca nos deparamos com regras como *em perguntas de resposta sim-não coloque o verbo depois da terceira palavra*. Ou *essa língua não tem regras; apenas decore o vocabulário*.

A **arbitrariedade** é outra característica: uma sequência de fonemas não imita a forma ou características daquilo que é denotado.

Uma língua natural **surge espontaneamente numa comunidade**, onde faz parte da comunicação cotidiana; é falada (ou foi), portanto, em algum lugar do mundo. Na comunidade que a usa, uma língua natural é transmitida de uma geração a outra e por essa razão tem **falantes nativos** — ou teve, no caso das línguas já extintas. E se houvesse uma ruptura nesse processo de transmissão intergeracional?

² Ver Chomsky ([1968] 1977: 25-26).

De algum modo essa situação acontece para muito indivíduos que, filhos de pais ouvintes, nascem surdos ou se tornam surdos ainda antes dos três anos — o que é referido como **surdez pré-linguística**³. Cerca de 90 a 96% das crianças com surdez pré-linguística têm pais ouvintes^{4,5} que, em geral, não são usuários de uma língua de sinais. Tais crianças estão inseridas numa comunidade que tem uma língua materna que é oral, a que elas não têm acesso. Em lugar da língua materna do restante dos membros ouvintes da família, surgem soluções caseiras de comunicação. Os membros ouvintes se comunicam com a criança com sua língua oral, acompanhada de gestos. Nesse ambiente, um movimento da mão em direção à boca feito pelo membro ouvinte da família pode ter muitas leituras⁶: ‘*comida*’, ‘*já comi*’, ‘*quer comer?*’, sem distinção do papel como nome ou como verbo, gesto mais icônico que linguístico. Para as crianças não há a parte oralizada, só a parte gestual, que com elas vai ganhando sistematicidade e estabilidade: são os **sinais caseiros** (ing. *homesigns*) que a criança surda desenvolverá. Os gestos de co-fala dos membros ouvintes da família não são **sinais caseiros**. De onde vem, então, a estrutura e sistematicidade dos sinais caseiros da criança se o modelo de que dispõe é tão pobre? Os sinais caseiros teriam parte das propriedades das línguas naturais, que seriam

fundamentais para a comunicação humana e não precisam de ser transmitidas de geração em geração na forma de um sistema codificado. Em vez disso, podem ser inventados de novo por uma criança que vive numa comunidade, mas não partilha o seu sistema de comunicação com essa comunidade.
(Goldin-Meadow, 2012: 620)

Sendo assim, o caso mencionado em Kate Kumada (2012) ganha uma outra perspectiva: uma criança surda filha de pais ouvintes

que, sem contato com outros surdos, desenvolveu “sinais caseiros” com sua mãe para estabelecer a comunicação e também para mediar o aprendizado do português escrito. Para tanto, a mãe criou um alfabeto manual próprio que contemplava as

³ A referência que aqui se faz à surdez é sempre a casos de perda auditiva profunda bilateral. As perdas auditivas são classificadas quanto ao grau, levando em conta o melhor ouvido. Partindo da audição normal, tem-se diferentes níveis de perda. No adulto (Goldfeld, 2000-97): leve (de 26 a 40 dB), moderada (41 a 70 dB), severa (71 a 90 dB) e profunda (a partir de 91dB); na criança (Northern & Downs, 2002: 19 -21): leve (15-30 dB NA), moderada (31-50 dB NA), severa (50-70 dB NA) e profunda (a partir de 71dB NA). O decibel não é uma medida absoluta. Nas medidas audiométricas, o nível de referência para o decibel mostrado nos audiogramas é o nível basal da audição normal biológica, ou o 0 dB NA (nível de audição) (Northern & Downs, 2002: 8-9). A intensidade média de uma conversa fica em torno de 20 a 60 dB.

⁴ Mogford (1997: 114); Pinker (1994: 39).

⁵ Toffolo, Bernardino, Vieira & Pinheiro (2017).

⁶ Kegl (2008: 503-504).

letras do alfabeto da língua portuguesa, segundo os autores “[...] a datilologia evidencia a presença de idioletos, de sinais caseiros, criados em situações de não contato de surdos com a comunidade surda” [...]. Na sequência, os autores narram que a criança surda mudou de escola e entrou em contato com outros surdos, no novo espaço escolar aprendeu a LIBRAS, deixando os “sinais caseiros” e a datilologia “caseira” reservados somente para as interlocuções com a família. Em outras palavras, a criança surda se comunica, por meio da LIBRAS com a comunidade surda e, dos “sinais caseiros” com sua família, além de estar em contato com o português escrito no ambiente escolar. Nota-se, portanto, que os “sinais caseiros” continuaram presentes nas interações familiares, mesmo após o aprendizado da LIBRAS, o que pode remeter a habilidade de todo sujeito bilíngue, inclusive dos surdos, em cambiar de uma língua (seja a LIBRAS ou a “língua de sinais caseira”) para outra conforme o contexto. (Kumada, 2012: 21)

Se a criança surda no contexto ouvinte vier a aprender uma língua de sinais, isso acontecerá mais tarde. Parte significativa das crianças surdas chega à escola com pouco ou nenhum conhecimento da LIBRAS ou da língua portuguesa, ficando a escola responsável por criar condições para que adquiram ambas as línguas⁷. Essas crianças têm sido caracterizadas como “sem língua” porque sem LIBRAS e sem português. “Ao surdo que foge do domínio dessa língua de sinais “oficial” é reservada a representação de *sem língua, sem nada*”⁸.

Uma língua natural **não tem um autor/criador** que moralmente possa vir a reivindicar sua invenção àqueles que a empregam.

Diferentemente das línguas naturais, uma **língua artificial** foi inventada por alguém para servir como língua auxiliar na comunicação entre os povos, ou como parte de uma obra de ficção. Alguns exemplos dos dois tipos:

- o oftalmologista Ludwik Zamenhof (1859-1917) criou o *esperanto*, a mais conhecida das línguas artificiais;
- o padre Johann Martin Schleyer (1831-1912) criou o *volapuke*;
- o linguista Marc Okrand desenvolveu o *klíngon* para a Paramount Pictures a partir de seis frases criadas pelo ator James Doohan (1920-2005) e pelo roteirista Jon Povill para a saga *Star Trek/Jornada nas Estrelas*;
- David J. Peterson desenvolveu o *dothraki* para o seriado de tv da HBO *Game of Thrones* (2011-2019);
- J. R. R. Tolkien (1892-1973) criou uma quantidade de línguas para seus romances, um deles, *O senhor dos anéis*.

⁷ Toffolo, Bernardino, Vieira & Pinheiro (2017: 4).

⁸ Kumada (2012: 62).

Uma língua artificial pode ter *copyright*: a CBS/Columbia Broadcasting System, grupo de televisão e rádio, por exemplo, tem os direitos sobre o klingon. Veja-se porém, o estranho caso do Penobscot em 13.4.3.

Uma língua artificial não tem falantes nativos. Há aqui uma exceção: o esperanto. O esperanto, criação de Zamenhof, tornou-se um caso à parte porque conta atualmente com falantes nativos em diferentes partes do mundo, incluído o Brasil. Por essa razão é a única língua artificial listada no *Ethnologue*⁹, um grande catálogo de línguas do mundo. O esperanto não é ligado à história de um povo específico. A informação no *Ethnologue* de que é uma língua da Polónia tem como explicação o modo como está construída essa base de dados. É uma situação distinta do klingon, que conta com falantes fluentes, alfabeto, teclado, Klingon Translator no Google, um dicionário, livros, uma ópera e algumas traduções. Mas não há notícia de comunidades com falantes nativos, apenas o relato de uma experiência malsucedida em tornar uma criança um falante nativo de klingon e de inglês: o pai falava klingon com a criança e a mãe, inglês. Depois de três anos a criança deixou de responder ao pai quando ele se dirigia a ela em klingon e o pai passou a falar apenas inglês com ela¹⁰.

5.3. LÍNGUA COMO MEIO DE COMUNICAÇÃO

Mas o que é uma língua? Para nós ela não se confunde com a linguagem [...] É ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos.

(Saussure, *Curso*, Introdução, 3 §2)

No início do século XX, a definição de Ferdinand de Saussure que abre esta seção chamava a atenção para a complexidade do estudo linguístico, porque, ao definir língua, simultaneamente apontava sua base cognitiva, resultante da faculdade da linguagem, e seu uso social, que faz dela “um meio de comunicação”. Podemos dizer que a faculdade da linguagem permite o conhecimento linguístico (nos termos saussurianos, “a faculdade de constituir uma língua”¹¹), a base do uso linguístico numa comunidade de fala.

Uma língua é um meio de comunicação, mas nem tudo num ato comunicativo pode ser compreendido como “transmissão intencional de informação”¹² por meio de uma língua.

⁹ <http://www.ethnologue.com>.

¹⁰ Linguist reveals: I only spoke in Klingon to my son for three years. *Daily Mail*, 21Nov2009. <https://www.dailymail.co.uk/news/article-1229808/Linguist-reveals-I-spoke-Klingon-son-years.html>.

¹¹ Saussure, *Curso*, Introdução, 3 §2.

¹² Lyons (1977: 35).

5.3.1. A comunicação verbal

Em linguística, **comunicação verbal** refere a comunicação transmitida em palavras e frases. Embora, em geral, isso não nos venha à cabeça, a informação na mensagem elaborada em palavras e frases leva o interlocutor a perceber outros detalhes:

- se é a variedade linguística da sua região, de outra região, ou se é alguém com sotaque estrangeiro;
- se quem fala é escolarizado;
- por vezes, a área ocupacional do emissor (daí denominações como *mediquês, juridiquês, economês, policiês*);
- se temos algo em desuso: no português carioca coloquial, por exemplo, “oi, bicho”, “é do balacobaco”, “gorou” faz tempo que não mais estão em uso.

5.3.2. A comunicação não-verbal, embora vocal

Associada às palavras e frases, uma grande gama de informações é transmitida por quem fala como comunicação não-verbal. Quem ouve pode perceber, pelo tom de voz, se quem fala está nervoso, ou inseguro sobre o que diz, ou irritado. Percebemos isso pelo ritmo da fala, pela altura da voz, pela entonação.

O idadismo, o preconceito em relação a idosos, pode levar um adulto a mudar a voz na interação com um adulto idoso, no que se convencionou chamar ***elderspeak***¹³: entre outras marcas, usar a voz com que se dirigiria a um neném¹³. Ou a um animalzinho de estimação.

Pela qualidade da voz sabemos se ouvimos uma criança ou alguém com muita idade, ou com a saúde extremamente debilitada. Podemos identificar nossos conhecidos numa conversa sem vê-los, apenas pela voz. Há, portanto, na comunicação falada, uma parte de informação vocal mas não-verbal.

5.3.3. Comunicação nem vocal nem verbal

Há ainda uma parte nem verbal nem vocal, que acompanha o que dizemos: a expressão facial, a postura, a gesticulação. Quem assistiu, por exemplo, ao seriado de TV *Lie to me/Engana-me se Puder*¹⁴ — inspirado no trabalho do psicólogo Paul Ekman — pôde perceber que o fio condutor do enredo era a percepção das emoções expressas no rosto de forma não intencional

¹³ Kemper (1994).

¹⁴ Criado por Samuel Baum e exibido originalmente entre 2009 e 2011.

(como a dilatação da pupila, por exemplo), informativas do que nem sempre se quer revelar.

* * *

Os componentes da comunicação verbal constituíram tradicionalmente o interesse linguístico: o inventário de sons de uma língua, observando quais permitem distinguir significados, a estrutura da sílaba, o contorno melódico de perguntas, de afirmações, a formação de vocabulário, as categorias gramaticais expressas na língua, a ordem na frase, o significado foram criando os contornos de áreas gramaticais que conhecemos como **fonética, fonologia, morfologia, sintaxe, semântica**. Como estamos no campo das construções teóricas, as subáreas podem variar em número. Num texto famoso de 1950, Martin Joos (1907-1978) defendia que nem a semântica, nem a fonética fariam parte da linguística: a primeira deveria ficar com os sociólogos; a segunda, com os físicos.

5.3.4. As funções da linguagem

Quando se tem em mente a comunicação verbal que fatores têm de ser levados em conta?

Em 1934 o psicólogo Karl Bühler (1879-1963) propunha um modelo de linguagem centrado no ato comunicativo, onde, segundo ele, se revelaria a multiplicidade das relações fundamentais¹⁵: temos acesso ao mundo exterior e ao mundo interior por meio da linguagem, sendo o pensamento apenas a “fala inaudível”¹⁶.

Para Bühler a função dominante da linguagem é a **função representativa**: os sons da língua permitem que se fale do mundo à nossa volta, das coisas e estados de coisas. Mas a linguagem não apenas representa o mundo. Tomam parte no ato comunicativo o emissor, que imprime sua visão (**exteriorização psíquica**) e o destinatário, que reage (**apelo**). Nesse modelo estavam representadas as três pessoas do discurso: a primeira, o remetente; a segunda, o destinatário; e a terceira, aquilo ou de quem se fala¹⁷.

Em 1960, Roman Jakobson olhava para o ato de comunicação verbal como constituído de seis fatores, cada um responsável por uma função da linguagem, ficando a estrutura verbal de uma mensagem na dependência da função predominante¹⁸. Às funções da linguagem propostas por Bühler,

¹⁵ Bühler ([1934] 2011: 27-28).

¹⁶ Bühler ([1934] 2011:30).

¹⁷ Vide Jakobson ([1960] 1971: 126).

¹⁸ Jakobson ([1960] 1971: 123).

Jakobson acrescentou outras três: a aferição do canal de comunicação (“alô!”, “Ouviu?”) recebeu a denominação de **função fática**; a aferição do código (“o que significa essa palavra?”), a **função metalinguística**; e a própria mensagem, a **função poética**.

Com a função poética Jakobson reivindicava “para a Linguística o direito e o dever de empreender a investigação da arte verbal em toda a sua amplitude e em todos os seus aspectos. [...] o linguista, cujo campo abrange qualquer espécie de linguagem pode e deve incluir a poesia no âmbito de seus estudos”¹⁹.

5.3.5. Linguístico, paralinguístico, extralinguístico

Linguístico é compreendido tradicionalmente como *que tem relação com a gramática, com a estrutura de uma língua*. Ao descrever a declinação de nomes ou a conjugação de verbos fazemos uma descrição linguística. Estamos no campo da comunicação verbal.

Essa estrutura linguística é, porém, posta em uso, e não importa só o que se diz, mas como se diz. Quando me dirijo a alguém, posso demonstrar minha atitude não apenas por palavras: posso, por exemplo, fazer da minha voz um meio de demonstrar desrespeito, ao parodiar a fala do meu interlocutor usando voz de falsete. Certamente isso seria entendido como sarcasmo entre brasileiros; no entanto falantes de outras culturas que nos ouvissem poderiam não entender a situação. Cumprimentar alguém em voz de falsete em tzeltal, uma língua maia do México, confere respeito honorífico ao cumprimento²⁰. É vocal, mas não é verbal.

Nos primeiros anos do século XX fenômenos como esse eram só “adições” ao que era propriamente linguístico, com “status e interesse marginal” (ver a avaliação do estado-da-arte na época em Crystal, 1966). Surgiram, então, os termos *paralinguístico* e *paralinguagem*, “os aspectos não linguísticos do falar”²¹.

Embora os termos *paralinguístico* e *paralinguagem* tenham surgido com o linguista George L. Trager (1906-1992) no final da década de 1950, bem antes, na década de 1930, Leonard Bloomfield (1887-1949) já chamava a atenção para fenômenos que lhe pareciam, então, estar na periferia do que era linguístico, mas que tinham importância, porque “não distintivos mas socialmente eficientes”²². Em meados da década de 1960, David Crystal já discutia se tais fenômenos eram ou não linguísticos.

¹⁹ Jakobson ([1960] 1971: 161-162).

²⁰ Laver (1994: 22).

²¹ Trask (2004).

²² Bloomfield (1933: 114).

Alguns linguistas empregam *paralinguístico* em sentido mais amplo, a fim de incluir não apenas o tom de voz, mas também a transmissão de significados por meio de expressões faciais e de gestos. Por exemplo: entre nós, um movimento de ombros informa nossa falta de interesse; a proximidade física numa conversa presencial tem de seguir um padrão cultural, para não causar constrangimento. A estes casos, em que adicionamos significado por meio de gestos e expressões corporais, qualificaremos aqui com o adjetivo *extralinguístico*.

5.4. LÍNGUA COMO PRODUTO DA MENTE

A definição de língua como meio de comunicação recebeu críticas, porque é mais ampla do que o necessário: acaba por incluir todas as formas de comunicação animal, não se restringindo às línguas naturais apenas. Em *O instinto da linguagem: como a mente cria a linguagem*, Steven Pinker²³ classificou os sistemas de comunicação não humanos em três tipos. No primeiro deles, Pinker colocou as abelhas. Uma abelha (*Apis mellifera*) pode informar às companheiras por meio de movimentos que há néctar em dada direção, tomado o sol por referência, e a que distância. Quanto mais agitada a dança, maior a fonte de néctar. Num outro grupo estão animais que têm um pequeno repertório de vocalizações, por exemplo, sobre a aproximação de predadores. O macaco verde africano (*Chlorocebus aethiops*), por exemplo (*Figura 11*), produz alarmes diferentes para leopardos, águias e cobras — afinal é para subir numa árvore, olhar para cima ou avaliar movimentos no mato à volta²⁴? Por fim, num terceiro grupo estariam as aves canoras, que produzem variações vocais sobre o mesmo tema.



Fig. 11 – O macaco verde africano

Quando falamos de línguas naturais, certamente temos em mente um sistema bem mais poderoso que os desses animais: combinamos e recombina- mos unidades discretas. Nossa sintaxe é recursiva, e a recursividade é a propriedade da sintaxe que fundamenta a criatividade linguística. Podemos falar sobre qualquer coisa, até sobre o que não tem sequer a possibilidade de existir, e não

²³ Pinker (1994: 334).

²⁴ Seyfarth & Cheney (2010: 93).

apenas sobre o entorno imediato. A diferença é qualitativa em relação aos três tipos de comunicação animal apontados por Pinker.

Por outro lado, a definição de língua como meio de comunicação é menos ampla do que o necessário, porque uma língua não serve apenas para a comunicação. Lembrando Chomsky, “[s]e ninguém falasse a não ser quando tivesse algo a dizer, [...] a raça humana perderia o uso da fala muito rapidamente”²⁵. E a linguística retomava²⁶ o problema com a definição de língua: língua não é uma noção linguística²⁷ se entendida como um sistema de comunicação de um grupo cultural. E por quê? Porque, nesse sentido, o conceito depende de critérios não linguísticos. “Então o que é uma língua? Dizem por brincadeira que uma língua é aquilo que tem um exército e uma marinha. Não é um conceito linguístico, nem uma definição linguística” — ironizava Chomsky²⁸. O que nos leva a dizer, por exemplo, que o chinês é uma língua só? E quanto ao hindi e ao urdu?

Para David Lightfoot, a gramática gerativa, escola linguística ligada ao nome de Noam Chomsky, revitalizou uma visão de língua que estava esquecida nas primeiras décadas do século XX. Para ele, a visão mais antiga está presente, por exemplo, no clássico de Wilhelm von Humboldt (1767-1835) *Über die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaues und ihren Einfluss auf die geistige Entwicklung des Menschengeschlechts* [‘Sobre a diversidade da estrutura da linguagem humana e sua influência no desenvolvimento espiritual da raça humana’], publicado postumamente, em 1836. Lightfoot²⁹ destaca alguns trechos desse texto do linguista, filósofo e fundador da Universidade de Berlim, e trazemos um deles a seguir:

Portanto, [uma língua - MCR] não pode realmente ser ensinada, mas deve ser despertada na mente. Só o fio pelo qual se desenvolve automaticamente pode ser oferecido. Embora as línguas sejam no sentido inequívoco da palavra [...] criações de nações, elas ainda permanecem como criações pessoais e independentes dos indivíduos.
(Humboldt, [1836] 1971: 22).

É na dicotomia nação-indivíduo — isto é, na divisão entre uma perspectiva em que uma língua é um produto social e outra, em que é um estado da mente do indivíduo — que Lightfoot vai buscar a origem da distinção chomskiana entre língua-E(xterna) e língua-I(ndividual, interna), distinção assim nomeada em Chomsky (1986).

²⁵ Chomsky ([2002] 2006: 93).

²⁶ Outros autores, com outras visões sobre a linguagem e as línguas, também criticaram o conceito de língua. Para Chambers & Trudgill (1980:5), por exemplo, língua não era de modo algum uma noção linguística, termo que consideravam relativamente não técnico.

²⁷ Chomsky (1977: 175).

²⁸ Chomsky (1977: 175).

²⁹ Lightfoot (2006: 7).

5.5. IDIOMA E LÍNGUA

Em linguística, *idioma* e *língua* não são sinônimos. **Idioma** implica a imposição de uma língua única a todo o território de um Estado, que assim se distingue de outros Estados.

No Brasil, *idioma* somente poderia ser aplicado ao português, a língua oficial, mas não se poderia dizer, por exemplo, *o idioma tupi*, porque “o idioma só se refere à língua nacional, propriamente dita, e pressupõe a existência de um estado político, do qual seja a expressão linguística”³⁰.

5.6. NOSSA CAPACIDADE DA LINGUAGEM NOS PERMITIRIA ADQUIRIR LÍNGUAS DE ALIENÍGENAS?

Embora a comunicação com seres extraterrestres venha povoando há tempos a imaginação de muita gente, o que se tem sobre essas línguas não são dados, mas construções mais ou menos trabalhadas para fazerem parte de obras de ficção.

Veja-se a **língua lunar**, por exemplo, parte do enredo de um romance de 1638, *The Man in the Moone* [‘O homem na Lua’], de Francis Godwin (1562-1633) sob o pseudônimo de Domingo Gonsales. A língua lunar não se assemelharia a qualquer língua conhecida, porque não tinha palavras, tinha tons e sons rudes que as letras não conseguiam expressar.

How to learn Martian [‘Como aprender marciano’], do linguista Charles Hockett é uma obra ficção também. Seria possível para um humano aprender marciano? O texto de Hockett nos responde que sim — desde que não tivessem anatomia muito diferente da humana, como terem duas línguas, ou serem anorrincos, ou que falassem produzindo frequências sonoras impossíveis de serem captadas por um ouvido humano, por exemplo. Se nossa capacidade da linguagem depende de uma mente humana gerada por um cérebro humano, o marciano cuja língua poderíamos aprender seria igual a nós?

Todo o conto de Hockett nos põe em contato com uma língua que funciona como uma língua humana, mas que independe da nossa biologia. *Marciano* seria apenas um código para comunicação; o inglês também. Podemos aprender inglês, português... por que não marciano?

Há alguns anos o linguista Noam Chomsky — em resposta a John Gliedman³¹ que lhe perguntara se poderíamos aprender uma língua alienígena, caso entrássemos em contacto com seres extraterrestres — disse que

³⁰ Camara Jr. ([1965b] 1973: 222).

³¹ *Things No Amount of Learning Can Teach*. 11, November 1983. <https://chomsky.info/198311/>.

[a]s mesmas estruturas que tornam possível aprender uma língua humana fazem com que nos seja impossível aprender uma língua que viole os princípios da gramática universal. Se um marciano viesse do espaço e falasse uma língua que violasse a gramática universal nós simplesmente seríamos incapazes de aprender essa língua do modo como aprendemos uma língua humana como o inglês ou o suaíle.

Nesta última situação poderíamos aprender marciano, lunar ou o que fosse, mas pelo uso de outras capacidades: por exemplo, as que usamos ao estudar física.

Em 2024 esta resposta foi atualizada em Roberts, Watumull & Chomsky, num capítulo do livro *Xenolinguistics* sob o título “Universal Grammar”. Nela o entendimento de *universal* é ampliado para um conceito unificado de GU para humanos e inteligência extraterrestre (ETI), partindo da seguinte conjectura:

Aqui iremos expor a conjectura de que as respostas a estas questões são afirmativas: a gramática — particularmente a gramática humana — não é específica da nossa espécie, mas universal no sentido mais profundo. As implicações para a xenolinguística são obviamente profundas: deveríamos prever que qualquer inteligência extraterrestre (ETI) — na verdade, qualquer sistema suficientemente inteligente (por exemplo, inteligência artificial) — que encontrarmos provavelmente seria dotada de um sistema computacional cognitivo que executa “software” linguístico de estilo humano, eliminando assim qualquer limite de princípio para uma comunicação eficaz. No entanto, poderia haver diferenças materiais no “hardware” utilizado para externalizar fisicamente a informação linguística, mas estas representariam meros desafios de engenharia em vez de problemas conceptuais insolúveis. Não é irracional supor que a inteligência combinada de humanos e ETIs poderia construir a(s) interface(s) necessária(s). Nesse caso, a comunicação eficaz entre estas “mentes universais” estaria garantida. (Roberts, Watumull & Chomsky, 2024: 165)

O artigo termina com uma esperança: “Em última análise, esta teoria de GU para humanos e ETI (IA) pode acender uma teoria mais geral, mais grandiosa e unificada de Vida, Informação, Linguagem e Inteligência”³².

5.7. POR QUE OS LINGUISTAS FALAM TANTO EM MARCIANOS?

Em muitos textos de linguística há menção a marcianos. Há quase um século pelo menos esse ser hipotético aparece na literatura linguística, mas seu papel não é sempre o mesmo.

³² Roberts, Watumull & Chomsky (2024: 178).

5.7.1. O marciano como o ideal da metodologia de análise linguística

A menção mais antiga que conheço está estampada na primeira página de *Morphology*, de Eugene Nida (1914-2011), publicado em 1949. O marciano representava um ideal metodológico:

O analista descritivo deve ser guiado por certos princípios muito consistentes se quiser ser objetivo ao descrever com precisão qualquer língua ou parte de qualquer língua. Seria excelente se ele pudesse adotar em relação a qualquer língua que ele analise e descreva uma atitude completamente marciana.

(Nida, 1949: 1)

Nida prescrevia para o trabalho do linguista a dissociação de categorias conhecidas de outras gramáticas: o linguista não deveria descrever uma língua tendo em mente as categorias de outras línguas — as do latim, por exemplo; deveria despir-se dessa influência — daí a metáfora do marciano. Para leitores de um período que via desenvolver-se a passos largos a tecnologia que levaria à corrida espacial, Nida atualizava a recomendação de que a metodologia não poderia equivaler à *cama de Procusto*³³.

5.7.2. O marciano como argumento em favor da gramática universal

De longe, contudo, parece ter sido Noam Chomsky o linguista que mais recorreu à figura de marcianos. A menção já aparecia em 1971 no famoso debate entre ele e Michel Foucault (1926-1984). A imagem do extraterrestre servia de argumento em favor da proposição de uma gramática universal. Para Chomsky: (a) se um marciano observasse o desenvolvimento da linguagem nas crianças da Terra, que fazem isso do mesmo modo e sem dificuldade com base numa “quantidade de dados ridiculamente pequena”; e (b) se esse marciano fosse um ser racional; ele “concluiria que a estrutura do conhecimento que é adquirida no caso da linguagem é basicamente interna à mente humana”³⁴. Vários outros trechos chomskianos com a suposição de que um extraterrestre

³³ **Procusto** é um assassino mítico que matava suas vítimas ou pela amputação das partes do corpo que excedessem o comprimento de sua cama, ou, se fossem indivíduos pequenos, pelo estiramento longitudinal até que ficassem do comprimento da cama. Essa imagem foi utilizada na linguística, por exemplo, por Desmond T. Cole (1971: 4), ao tratar de descrições antigas de línguas africanas que tinham por modelo a gramática latina. Em outras palavras: a crítica afirmava que a gramática latina havia funcionado no passado como a cama mitológica, fazendo com que todas as línguas descritas acabassem parecidas com o latim.

³⁴ *Human Nature: Justice vs. Power*, [1971] 2006: 24): “then this Martian would, if he were rational, conclude that the structure of the knowledge that is acquired in the case of language is basically internal to the human mind”.

perceberia a existência de uma única língua humana com variações superficiais foram arrolados por Paul Postal³⁵ numa crítica acerba ao que classificou como artifício retórico na obra chomskiana.

O marciano de Chomsky pôde também surgir em resposta a perguntas inusitadas, como no caso da entrevista a John Gliedman em 1983 acerca da possibilidade de humanos aprenderem marciano. Nem todos os linguistas concordaram com Chomsky e não apenas Hockett. Para a linguista e autora de vários livros de ficção científica Suzette Haden Elgin (1936-2015), por exemplo, poderíamos aprender línguas de extraterrestres com corpos classificáveis como humanoides, mas não de outros que fossem fisicamente muito diferentes de nós.

5.8. A TERRA INCOGNITA: LÍNGUAS SEM PALAVRAS?

Se recuamos no tempo, saem de cena os marcianos e entram os monstros. Num mundo não cartografado, o desconhecido recebia a denominação latina *terra incognita*. Que línguas falavam os habitantes de locais de que apenas se ouviam histórias extraordinárias?

Os seres assombrosos estavam em Heródoto (484-425 a.C.), estavam na *História Natural* de Plínio o Velho (23-79 d.C.)³⁶. Muitos séculos mais tarde, em 1492, ciclopes e cinocéfalos surgiam no diário de bordo de Cristóvão Colombo: “Entendi también que lexos de allí avía hombres de un ojo y otros con hoçicos de perros que comían los hombres, y que en tomando uno lo degollavan y le bevia la sangre y le cortavan su natura”³⁷. Estavam também no que viria a ser o Brasil: eram os *salvagens*, seres “quasi da feyção de homem”, que até podiam andar sobre dois pés³⁸. E quem poderia duvidar do testemunho de Santo Agostinho, trazido por Raphael Bluteau no seu *Vocabulario portuguez, e latino* (Figura 12)?

ACEPHALÔ, Acêphalo, ou Accfalo. Derivado do A privativo, & de *Cephalos*, que em Grego he cabeça; & affim *Acephalo*, val o mesmo, que *Sem cabeça*. No Sermão 37. testifica S. Agostinho, que hindo para o seo Bispaço de Hiponna, vira em Ethiopia huns homens *Acephalos*, ou sem cabeça. Plinio os colloca num monte da Asia da banda do Occidente. Na Historia da sua navegação escreve Hulderico, que na America no Reino de Guiana, entre as Lagoas de Califé, & Parime, há naçoens inteiras, que não tendo cabeça tem os olhos no peito. Na sua Hister. dos Monstros cap. 3. pag. 402. não quer Aldovrando dar credito a estas relações, & só admittre alguns monstros *Acephalos*, em que por ficar dispersa, confusa com a substancia do peito a materia, destinada para a formação da cabeça, ficou o corpo humano com esta tão horrivel deformidade.

Fig. 12. Bluteau, v. 1, p. 79.

³⁵ Postal (2019).

³⁶ Disponível em *Perseus Digital Library* <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.02.0137%3Abook%3D5%3Achapter%3D8>

³⁷ Cristóvão Colombo, diário de bordo, 4 de novembro de 1492 (In Varela, 1997: 51).

³⁸ Bluteau (1712-1728: VII, 457).

Heródoto, por exemplo, relatou na sua *História* que os líbios afirmavam haver na parte oeste da Líbia seres cinocéfalos e acéfalos (Figura 13). Estrangeiros com morfologia humana eram bárbaros e, como tal, sua fala não se aproximava da fala humana. Ao falar de um povo da Etiópia, os trogloditas, Heródoto asseverou que esses moradores de cavernas “desenvolveram o costume de usar uma língua semelhante a nenhuma outra, mas eles cham tal como os morcegos”³⁹.



Fig. 13. Sebastian Münster (1488-1552): monstros na *Cosmographia* (1544). Da esquerda para a direita tem-se um *monópode* com seu enorme pé, um *ciclope* com seu único olho em meio à testa, um *bicéfalo*, com suas duas cabeças ao lado um ser sem cabeça (um *blêmio* ou *acéfalo*) e um ser com cabeça de cachorro, ou *cinocéfalo*.

Fonte da imagem: Wikimedia Commons

Não apenas Heródoto, também Eliano (175-235) mencionaria línguas estridentes⁴⁰. Em *De Natura Animalium* [‘Sobre a natureza dos animais’], Eliano registra um estranho povo, também do norte da África, com aparência de cães (“*Adspetus eis niger, caput et dentes canis*” — ‘de aparência negra com cabeça e dentes de cão’) que não faziam uso da palavra, mas do assovio (“*Nam et sermonis usu carent, et acuto quodam stridore sonant*” — ‘pois que carecem do uso da palavra e produzem som agudo e estridente’⁴¹).

Mais recentemente, em 1402, relato semelhante vinha da pena dos franciscanos Pierre Bontier e Jean Le Verrier, que narraram a conquista das ilhas Canárias para a Espanha. Segundo eles, na ilha La Gomera os habitantes falavam “com os lábios, como se não tivessem língua”⁴².

³⁹ Heródoto IV 183 — trad. Prof. Rainer Guggenberger, UFRJ, a quem agradeço.

⁴⁰ Meyer (2015).

⁴¹ Eliano X 25.

⁴² Bontier & Le Verrier ([1402] 1872:127-128): “et est le país habité de grand peuple qui parle le plus estrange langaige de tous les autres païs de pardeça; et parlent de beau lièvres ainsi que fussent sans langue”.

Julien Meyer⁴³ reinterpretou essas fontes. Deixando de lado o aspecto monstruoso dos humanos de alguns desses relatos, a intrigante referência à comunicação verbal daqueles povos refletia a percepção pelo estrangeiro de uma **língua assoviada**. As línguas assoviadas são uma tradição que se vai perdendo no mundo atual, mas que resiste em áreas em que o isolamento é a norma, porque o som do assovio pode alcançar 130dB, e a mensagem pode ser recebida a 10km de distância.

O vernáculo (ou vernáculos) falado nas ilhas La Gomera, El Hierro, Tenerife e Gran Canaria no século XV desapareceu, mas a forma assoviada está adaptada agora ao espanhol — é conhecida como *El Silbo*, ou *El Silbo Gomero*: “as pessoas articulam as palavras enquanto assoviam e assim transformam os enunciados falados [...] sílaba a sílaba em melodias assoviadas”⁴⁴. As estratégias variam na dependência de a língua transformada acusticamente ser uma língua tonal, como o gavião — língua indígena brasileira —, ou não, caso do espanhol. Retomando o texto de Meyer,

As línguas assoviadas constituem um meio natural e antigo de telecomunicação que permite a comunicação falada em grandes distâncias. [...] Ao redor do mundo, as formas assoviadas de línguas são em geral encontradas em cenários que predisõem a um relativo isolamento durante as atividades cotidianas. [...] áreas montanhosas ou densamente cobertas de vegetação são os ambientes naturais mais comuns onde a fala assoviada é praticada.

(Meyr, 2015: 1).

A fala assoviada adapta a estrutura de uma língua oral a assovios. Depende, portanto, de uma língua oral. Essa a razão de o *Ethnologue* apresentar o silbo como um dialeto do espanhol, não como uma língua independente. Cai por terra, mais uma vez, a lenda de que haveria línguas orais sem vogais, sem consoantes, sem palavras, porque seus falantes são seres mais ou menos humanos.

UMA ESCALA NA VIAGEM

Para falar com extraterrestres, nenhuma língua natural

Uma curiosidade: as tentativas de comunicação com extraterrestres não usaram uma língua natural. De propostas de uso de espelhos a um derivativo do código Morse, o final do século XIX assistiu a uma febre de interesse pela comunicação interplanetária⁴⁵. Mas o ano de



⁴³ Meyer (2004).

⁴⁴ Meyr (2015: 1).

⁴⁵ Oberhaus (2019).

1974, quando se reinaugurou o Observatório de Arecibo (Porto Rico) — que desabou em dezembro de 2020⁴⁶ — assistiu a um evento marcante: o astrônomo Frank Drake (1930-2022) foi responsável pelo envio de uma mensagem para contactar possíveis civilizações extraterrestres no aglomerado estelar M13, a 25.000 anos-luz da Terra. Em entrevista a Stephen Johnson⁴⁷, publicada na revista *Piauí*, Drake explicou como concebeu a mensagem:

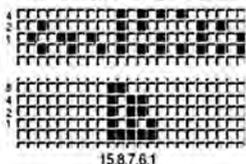
O primeiro passo é explicar como sua mensagem deve ser lida, o que em exossemiótica se conhece por primer, “cartilha”. Na Terra, você aponta para uma vaca e diz “vaca”. As placas que a Nasa enviou para o espaço a bordo da Pioneer e da Voyager, por serem objetos físicos, podiam conter informações visuais, o que permitiria a conexão entre as palavras e os objetos a que se referem. Você desenha uma vaca, escreve ao lado a palavra “vaca” e aos poucos uma linguagem se esboça. Objetos físicos, no entanto, não têm como se deslocar a uma velocidade que os transporte a um destinatário potencial numa escala de tempo praticável. Para chegar ao outro lado da Via Láctea, será necessário recorrer a ondas eletromagnéticas.

A mensagem enviada, representada na *Figura 14*, continha sete partes. O áudio pode ser conferido em “Arecibo message”. https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Arecibo_message

How to decypher the message

Original 1974 message

10 9 8 7 6 5 4 3 2 1

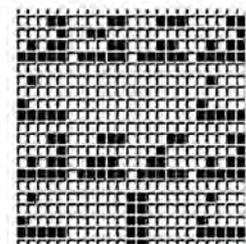


Showing decimal numbers 1-10

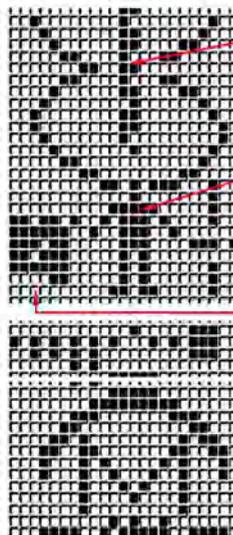
Atomic Numbers for

1 = Hydrogen 8 = Oxygen
6 = Carbon 15 = Phosphorus
7 = Nitrogen

15,8,7,6,1



Formulas for Sugars and Bases in Nucleotides of DNA



Number of Nucleotides in DNA

DNA Double Helix

Human

Height of Human = 14'12.6cm = 176.4cm = approx 5'9"

Population of Earth 110110

111111

111011

110111

111111

11

The Solar System (highlighting the third planet)

The Arecibo Telescope

Diameter of telescope (2,430 wavelength units)

Esta Foto de Autor Desconhecido está licenciado em CC BY

Fig. 14. A mensagem de Arecibo

⁴⁶ National Science Foundation. “Footage of the collapse of the Arecibo Observatory 305-meter telescope”. <https://www.youtube.com/watch?v=ssHkMWcGat4>

⁴⁷ Johnson (2017).

CAPÍTULO 6

AS LÍNGUAS DE SINAIS SÃO LÍNGUAS?

6.1. INTRODUÇÃO

A visão expressa no *Crátilo*, de Platão (427-347 a.C.) não parecia ter mudado muito nem mesmo para a ciência da linguagem até meados da década de 1960: os mudos (como então eram chamados) tentavam “imitar a própria natureza da coisa” com as mãos, a cabeça e todo o corpo¹. A linguística ainda não se havia voltado para as línguas de sinais.

Até 1960, quando se falava de *língua* num texto de linguística, tinha-se em mente uma **língua oral**, isto é, uma língua que é primariamente falada. Não havia referência a línguas de sinais — aliás, estas línguas não eram percebidas como línguas — assim, estavam fora do interesse da linguística. Nem mesmo o *Ethnologue* listava qualquer língua de sinais, o que passaria a fazer somente na sua 11ª edição, em 1988, quando foram arroladas 69 línguas de sinais².

Aos poucos se compreendia que as línguas de sinais abriam novas perspectivas para a compreensão da linguagem, que centenas de milhares de pessoas

[f]azem uso de sistemas de comunicação que cumprem as mesmas funções intelectuais, expressivas e sociais que as línguas faladas; mas, em vez de terem por base sinais produzidos pela voz e percebidos pelo ouvido, esses sistemas são baseados em sinais produzidos pelas mãos e percebidos pelos olhos. Esses

¹ Platão. *Crátilo*, 422e-423a.

² Desde então, mais línguas de sinais têm sido adicionadas ao catálogo. A edição de 2022 incluiu 156 (ou 157) línguas de sinais vivas; em 2023 eram 158.

sistemas gesto-visuais, as chamadas línguas de sinais, seriam de interesse mesmo se tomassem por base, essencialmente, a língua da comunidade de fala circundante — se, por exemplo, os símbolos gestuais fossem simplesmente substitutos das palavras faladas de uma frase em inglês. Mas se há línguas de sinais que são línguas distintas, que seguiram seu curso de desenvolvimento numa modalidade diferente daquela em que as línguas faladas se desenvolveram, então tais sistemas gesto-visuais poderiam oferecer perspectivas radicalmente novas na investigação da capacidade humana para linguagem e a forma que a linguagem assume.

(Klima & Bellugi, 1979: 1).

O pequeno excerto de Klima e Bellugi demonstra que se está tratando de línguas, não de um tipo de código visual que toma uma língua oral por base, como a conhecida situação imaginada por São Beda (?672-731).

Para Beda era possível lançar mão de um sistema numérico manual em uso na Idade Média³ como um código manual secreto, com o latim por base. Cada letra do alfabeto latino equivaleria ao número de sua posição na ordem alfabética. Segundo ele, poderia ser útil como meio de avisar um amigo rodeado de inimigos para que tivesse cautela (em latim, *caute age*): “Por exemplo, se deseja avisar um amigo que está entre inimigos que aja com cautela mostra os dedos para 3, 1 e 20 [*i. e., cau*]; 19 e 5 [*i. e., te*] e 1, 7 e 5 [*i. e., age*]; nesta ordem as letras significam **tenha cuidado**⁴. A proposta de Beda focalizava uma língua oral — o latim — que ganhava uma codificação visual. A comunicação somente seria possível entre quem sabia latim, conhecia o alfabeto latino e havia memorizado a ordem das letras nesse alfabeto.

Não se trata também das listas de vocabulário de tradições monásticas. Os monges de Cluny, por volta do século X, tornaram o silêncio parte da disciplina monástica, incentivados pela *Regra de São Bento*⁵. A *Regra de São Bento* previa o silêncio como um comportamento essencial no cotidiano de um mosteiro. O silêncio deveria imperar, para que não se pecasse pela língua, determinava a *Regra*, no seu capítulo 6: “DO SILÊNCIO Façamos o que diz o Profeta: Eu disse, guardarei os meus caminhos para que não peque pela língua”⁶. Para o essencial a ser comunicado no cotidiano do mosteiro, em lugar da palavra

³ Rosa, 2023. “Uma proposta de alfabeto manual do século oitavo”.

<https://linguisticamcarlotarosa.wordpress.com/2023/05/08/uma-proposta-de-alfabeto-manual/>

⁴ “Verbi gratia, si amicum inter insidiatores positum ut caute se agat admonere desideras, iii, et i, et xx, et xix, et v, et i, et vii, et v, digitis ostende; huius namque ordinis literae, ‘caute age,’ significant.” *Apud* Bruce, 2007: 59n22).

⁵ Bruce (2007).

⁶ “DE TACITURNITATE – Faciamus quod ait propheta: Dixi: Custodiam vias meas, ut non delinquam in lingua mea” – *Regra de São Bento*, cap. VI).

falada, gestos — mas não quaisquer gestos: apenas aqueles gestos permitidos pela convenção pactuada na Ordem⁷.

Esse vocabulário gestual veio a ser reunido em diversas listas, em latim, principalmente. Distribuídos por temas, as diferentes listas detalhavam os gestos por campos semânticos tais como *coisas da igreja, horas do dia, viandas, pescados, frutas, alimárias, aves, instrumentos, vestiduras, dos oficiais*. Um exemplo de instruções para a execução de sinais relativos à alimentação:

Por signal de pam, faze signal cõ anbolos dedos polegares e com anbolos demostradores. Por signal de metade de pam, fecto o signal do pam todolos dedos da mão deestra põe en cõtrairo, antre quatro de seestra.

Por signal de bolo, faze signal de pam e ajunta as mãos e asi ajütadas volveas.

Por signal de queijada, faze signal de pam e dobra os dedos de hũa mão e asi a mão cava põe sobre a outra mão, fazêdo signal de queijo.

Por signal de enpada, faze ese mesmo signal, adendo o signal do pexe.

Por signal de vinho, poem o dedo demonstrador nos beiços.

Por signal de auga, move os dedos ajuntados

(Martins, [1958] 1987: 536)

Na tradição cluniacense havia uma hierarquia no ensino dos sinais. A um noviço não seria apresentado o elenco completo:

O vocabulário inicial dos noviços compreendia 118 sinais, principalmente para substantivos específicos. Apenas quinze desses sinais representavam verbos ou conceitos abstratos. Além disso, o léxico de sinais não continha sinais para pronomes, preposições, conjunções ou adjetivos possessivos nem fazia qualquer menção a marcadores temporais e sintáticos ou outros princípios de gramática. Os adjetivos possessivos eram geralmente proibidos em comunidades monásticas em qualquer caso, porque seu uso implicava propriedade privada. Os monges de Cluny só podiam usar o adjetivo “meu” para se referir a seus pais ou a seus pecados. (Bruce, 2007: 71)

Claramente não se tratava de uma língua de sinais:

Uma língua de sinais com o potencial expressivo da ASL [**língua de sinais americana — MCR**] teria sido tão perigosa quanto a língua solta num contexto monástico medieval, especialmente para noviços, cujo compromisso com a vida de clausura ainda era duvidoso. Percebendo esse perigo, os cluniacenses tomaram precauções específicas para impedir que os indivíduos pecassem pelo

⁷ Mas, assinala Martins ([1958] 1987: 536), a prática não se restringiu aos monges cluniacenses: também nos mosteiros da Ordem de Cister e ainda no mosteiro de S. Vitor de Paris (que seguia a Regra de Santo Agostinho) “floresciam estas coleções de sinais, para os religiosos não quebrarem facilmente o silêncio”.

uso tagarela das mãos. [...] Em comparação com o rico potencial expressivo da ASL e de outros sistemas de sinais modernos para surdos, o léxico de sinais de Cluny descrevia uma linguagem propositalmente deficiente, útil apenas para a expressão de conceitos nominais isolados. (Bruce, 2007: 71-72).

6.2. A LINGÜÍSTICA SE VOLTA PARA AS LÍNGUAS DE SINAIS

Em 1960, William Stokoe (1919-2000), professor da instituição que na década de 1980 passaria a ser denominada Universidade Gallaudet (EUA), famosa desde o século XIX na educação de surdos, foi o editor da obra considerada um marco na mudança desse panorama na linguística: *Sign and Culture: A Reader for Students of American Sign Language* [‘Sinal e cultura: uma antologia para estudantes da língua de sinais americana’], uma reunião de trabalhos publicados entre 1972 e 1979 na revista *Sign Language Studies*, criada por ele. As línguas de sinais tornavam-se objeto de estudo linguístico.

No tocante ao Brasil, em 1968 surgia a notícia de uma língua de sinais entre os índios kaapor, na época referidos nesses materiais como Urubu ou Urubu-Ka’apor⁸.

Em 1979 Eulália Fernandes (Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ UERJ) então aluna do Doutorado em Letras (Linguística) da UFRJ, começava a elaborar, sob orientação de Jürgen Heye (1939-2011), a tese *O surdo e seu desempenho linguístico*, defendida em 1984, ponto inicial de uma carreira dedicada ao estudo do desenvolvimento da linguagem no surdo e à educação bilíngue.

Em 1982 Lucinda Ferreira Brito – ou Lucinda Ferreira – trabalhou entre os Ka’apor e em 1984 publicava na revista *Sign Language Studies* o artigo *Similarities and differences in two Brazilian Sign Languages* [‘Similaridades e diferenças em duas línguas de sinais brasileiras’], no qual demonstrava a existência de duas línguas de sinais no território brasileiro: a *língua de sinais Urubu-Kaapor (UKSL*, na sigla em inglês), explicando que com esse nome reunia a autodenominação do povo (*Ka’apor*) e a denominação que outros brasileiros davam àquele povo (*Urubu*); e a língua de sinais em uso em São Paulo (*SPSL*, na sigla que criou em inglês), ressaltando que esta era a mesma do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina, embora não pudesse afirmar então se era a mesma em todos os estados nas áreas em que se falava português.

⁸ Kakumasu (1968).

LUCINDA FERREIRA (N. ?)



Lucinda Ferreira, anteriormente Lucinda Ferreira Brito, uniu a pesquisa linguística e o envolvimento na luta da comunidade surda pelo reconhecimento da LIBRAS como língua natural. Em 1987 tornava-se professora do Departamento de Linguística e Filologia da Faculdade de Letras da UFRJ. Com ela a pesquisa sobre línguas de sinais ganhava sistematicidade no Departamento, com a criação de um núcleo de pesquisa, institucionalizado na década seguinte como Laboratório de Linguagem e Surdez. Aos poucos surgiram no Departamento disciplinas de graduação voltadas para LIBRAS e cursos de pós-graduação *lato sensu*. Em resposta às novas necessidades, o Departamento criou o Setor de LIBRAS, que veio juntar-se ao Setor de Linguística e ao Setor de Filologia. Preparava-se assim a criação dos cursos de graduação de LIBRAS na UFRJ. Aposentada a Prof. Lucinda Ferreira em janeiro de 2010, caberia à Prof. Deize Vieira dos Santos a liderança no esforço de criação na UFRJ em 2013: (a) do Bacharelado em Letras-LIBRAS: Tradução e Interpretação; (b) da Licenciatura em Letras-LIBRAS; e (c) ainda de uma turma especial PARFOR/ Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica para a Licenciatura em Letras-LIBRAS. Esses cursos entraram em funcionamento em 2014. E assim o Departamento de Linguística e Filologia produzia um *spin-off*: o Setor de LIBRAS transformava-se no Departamento Letras-LIBRAS.

Para mais sobre ela: Costa, Nevins & Silva (2020) <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/view/40518>

Quando a linguística começou a se interessar pelas línguas de sinais, foi possível começar a jogar por terra algumas crenças sobre elas. Por exemplo, que

- a) uma língua de sinais é um amontoado de gestos vagos;
- b) existe apenas uma língua de sinais no mundo;
- c) uma língua de sinais é a substituição de uma língua falada, palavra a palavra, por gestos – no caso da LIBRAS, algo como um português com as mãos (ou pior: português letra a letra);
- d) todos os sinais são icônicos, nunca arbitrários e, portanto, qualquer um seria capaz de compreender qualquer língua de sinais.

Nas subseções a seguir procuramos demonstrar que sim, as línguas de sinais têm lugar na linguística.

6.2.1. São línguas

Como qualquer língua oral, uma língua de sinais tem vocabulário e gramática. Não é, portanto, um amontoado de gestos aleatórios como uma brincadeira de mímica.

Há várias línguas de sinais no mundo: a brasileira, a colombiana, a francesa, a portuguesa, a americana ... Essas línguas podem ser classificadas em relação à origem. Power, Grimm & List (2020) propuseram cinco grandes linhagens que se desenvolveram na Europa entre os séculos XVI e XIX: origem espanhola,

francesa, austríaca, britânica e sueca. Não estamos diante da classificação em famílias linguísticas desenvolvida para as línguas orais, porque

[...] a LIBRAS tem origem na LSF [**língua de sinais francesa – MCR**], enquanto a LGP (língua gestual portuguesa) tem origem na STS (língua de sinais sueca). Considerando essas origens, apesar de a língua falada ser a portuguesa no Brasil e em Portugal [...], a LIBRAS e a LGP são completamente diferentes, pois cada uma delas apresenta um conjunto de fonemas próprios⁹, que tornam as palavras muito distintas, para não falar das diversas estruturas existentes em uma língua e noutra. (Quadros, 2019: 27).

6.2.2. Se é língua, tem variação

Como qualquer língua, a LIBRAS pode apresentar variação regional, social e de registro¹⁰.

A LIBRAS se compõe

de diferentes registros (dependendo da categoria profissional, social, idade, nível educacional) e de numerosos dialetos regionais. A base comum desses diferentes registros reside num número limitado de sinais lexicais compartilhados e especialmente na capacidade dos surdos de anamorfosear a realidade de estruturas de grande iconicidade [...]. Estes promovem uma comunicação eficaz entre surdos de diferentes regiões ou entre surdos que praticam registros discursivos distintos¹¹. (Fusellier-Sousa, 2004: 102).

6.2.3. Um sinal tem estrutura

Numa língua de sinais, novos sinais não são formados livremente: apresentam características formais presentes em outros sinais já existentes nessa língua no tocante à configuração que a mão toma, à localização no espaço ou no corpo e aos movimentos.

Ouvintes e surdos gesticulam, mesmo que se possa perceber nesses movimentos corporais – em especial das mãos – uma intenção comunicativa. Aliás,

⁹ No tocante às línguas de sinais, **fonema** é tomado como “unidade mínima da língua de sinais”, isto é: configurações de mão, movimentos, “locações em que são produzidos os sinais” e “marcações não manuais” (Quadros, 2019: 31).

¹⁰ Ver Machado & Weininger (2018).

¹¹ “cette langue se compose de différents registres (suivant la catégorie professionnelle, le statut social, l’âge, le niveau scolaire) et de nombreux dialectes régionaux. La base commune de ces différents registres réside dans un nombre restreint de signes lexicaux partagés et surtout dans la capacité des sourds à anamorphoser le réel à partir des structures de grande iconicité (Cuxac, 2000). Celles-ci favorisent une communication efficace entre les sourds de différentes régions ou entre les sourds pratiquant des registres discursifs distincts”.

nos primeiros meses de vida as crianças já usam de gestos: para expressar emoções (como bater as mãos), para obter algo (quem nunca viu os braços estendidos para pedir colo?), para apontar¹². Há quem converse coçando a cabeça, alisando o queixo, enrolando o cabelo com os dedos. Apontamos como o dedo indicador para pessoas e coisas, por exemplo — e no passado as crianças mais crescidas eram desestimuladas de fazer isso, porque apontar, dizia-se, faria nascer uma verruga na ponta do dedo ou do nariz. Nosso vocabulário em português, por exemplo, captura parte do gestual que em nossa cultura pode funcionar como comunicação não verbal: encolher os ombros ‘mostrar indiferença’, olhar por cima do ombro ‘tratar com desprezo’, beijinho no ombro ‘não se importar com críticas’, acenar a cabeça negativamente ‘dizer não’. São gestos, não uma língua de sinais.

Mas **sinal** não é só um gesto a que damos significado? De novo, a resposta é NÃO. Qualquer um pode entender, por exemplo, a imagem a seguir (*Figura 15*) como uma reação positiva a algo. É um gesto convencional, que podemos fazer próximo ou distante de qualquer parte do corpo, em qualquer direção, ao mesmo tempo em falamos em português sobre qualquer coisa.



Fig. 15. Gesto para ‘tudo certo’, ‘curtir’

Quem não fala português pode compreender esse gesto; afinal, ele não faz parte do português mesmo. Um gesto convencional pode vir a fazer parte do léxico de uma língua de sinais¹³, como a LIBRAS, por exemplo. Mas aí será um sinal da língua: o movimento, o espaço em que se apresenta em relação ao corpo, a expressão facial terão de ser levados em conta, porque, quando falamos de sinais, o movimento da(s) mão(s), os espaços corporais em que as mãos se movem, sua orientação e configuração formam conjuntos linguisticamente organizados.

6.2.4. É tudo icônico?

“Um sinal é considerado icônico quando o significado que ele representa inspira a sua forma” definem Capovilla e Martins¹⁴. Se perguntamos qual o

¹² Lima & Cruz-Santos (2012).

¹³ Como notaram Baker, van den Bogaerde, Pfau & Schermer (2016: 10).

¹⁴ Capovilla & Martins (2020: 270).

sinal para ÁRVORE em LIBRAS, ao ver a resposta conseguimos associar o antebraço ao tronco e a mão que se movimenta à copa de uma árvore no vento (*Figura 16*).



Fig.16. ÁRVORE em LIBRAS

Esta Foto de Autor Desconhecido está licenciado em CC BY-NC

E se fosse o contrário? Isto é, se fosse mostrado o sinal ÁRVORE para um falante para que ele respondesse o que significa? Klima & Bellugi testaram o grau de transparência dos sinais na Língua Americana de Sinais/ASL: alguém sem qualquer conhecimento de ASL, vendo um sinal (traduzível em inglês por um nome concreto ou abstrato) acertaria seu significado? Um total de 90 sinais foi apresentado a 10 indivíduos ouvintes sem qualquer conhecimento de ASL. Exemplo dos itens: TREE, APPLE, BIRD, BOY, SCIENCE, SENTENCE... Nenhum dos 10 sujeitos que se submeteram ao experimento acertaram o significado de 81 dos 90 itens. Dos restantes 9 itens, apenas um sujeito acertou alguns¹⁵.

Mesmo que se note a semelhança com o que está sendo representado após se ter informação sobre o significado, línguas diferentes podem enfatizar características diferentes na representação. Isso acontece para vários sinais, e tem-se a situação que Capovilla e Martins rotulam como o **paradoxo da iconicidade**: “embora o significado da maior parte dos sinais não possa ser adivinhado a partir da forma desses sinais, uma vez que o observador seja informado acerca do significado desses sinais, a forma passa, então, a ser julgada por eles como bastante admissível para representar esse significado”¹⁶.

¹⁵ Klima & Bellugi (1979: 22).

¹⁶ Capovilla & Martins (2020).

6.2.5. Decorei um alfabeto manual: já sei LIBRAS?

Memorizar um alfabeto manual (por exemplo, aquele em <https://www.libras.com.br/alfabeto-manual>) não torna alguém um sinalizante. Os alfabetos registram línguas orais. Tomar uma frase em português e soletrá-la com as mãos não é LIBRAS: é só esquisito. Ninguém imaginaria uma conversa soletrada em português. Detalhe: LIBRAS não tem consoantes nem vogais, unidades de uma língua oral. Então para que serve aquele alfabeto manual? Para inserir na conversa um termo para o qual não há um sinal ou não se conhece o sinal, ou que tenha entrado por empréstimo, como *USB*, por exemplo.

CAPÍTULO 7

QUE LÍNGUA SE FALA NESSE LUGAR?

7.1. INTRODUÇÃO

É difícil muitas vezes compreender por que razão os linguistas parecem ter dificuldade em contar as línguas existentes, distinguir línguas e dialetos. Talvez porque, para grande parte das pessoas, o mundo parece um conjunto de regiões monolíngues, em que as línguas são entidades discretas contidas em fronteiras políticas. Qual a língua da Polônia? Polonês. Da França? Francês.

Tais respostas acabam por ser singelas tal qual a pergunta a que respondem. Por quê? Primeiramente, porque as línguas não têm traços auto-identificadores, o que faz com que muitos linguistas trabalhem com critérios linguísticos acompanhados de critérios culturais, políticos e sociais¹.

Mesmo que se levem em conta os espaços contidos nas fronteiras de um país, é difícil encontrar um **país monolíngue** — isto é, um país em cujo território se fale apenas uma língua —, fato para o qual Peter Trudgill chamara a atenção há mais de 40 anos². O comum é a existência de países multilíngues, mesmo aqueles com a extensão territorial relativamente pequena, como Portugal por exemplo.

¹ Simons & Gordon Jr. (2006, IV: 250).

² Trudgill (1983: 141)

7.2. LÍNGUA OU DIALETO?

Como já afirmava Joaquim Mattoso Camara Jr. em *Estrutura da língua portuguesa*, nenhuma língua é um bloco monolítico³: em outras palavras, toda língua tem variação. É em razão da variação que, ao ouvirmos alguém que fala a nossa língua, podemos associar esse falante a uma região, a um grupo social.

Três termos nos permitem fazer referência à diversidade de uma língua.

Sotaque (ing. *accent*) é empregado quando a atenção se volta para a fonologia apenas. É o que nos leva a falar em sotaque carioca, mineiro, de Portugal, de Angola...

Variedade é o termo “mais neutro”⁴. Posso falar da variedade carioca, da variedade culta, da variedade do português do Brasil...

Um *dialeto* é uma variedade que se distingue de outras em termos de localização geográfica (*dialeto regional*) ou do grupo social que a emprega (*dialeto social* ou ainda *socioleto*).

Não é simples distinguir *dialeto* de *língua*. A afirmação famosa do linguista Max Weinreich (1894-1969) de que **uma língua é um dialeto com um exército e uma marinha** chamava a atenção para o iídiche, que, por não estar associado a uma nação, era considerado *dialeto*. A frase é antiga, mas não a questão que levanta: a *Carta Europeia das Línguas Regionais e Minoritárias*, convenção adotada pelo Conselho da Europa e em vigor desde 1998, deixou de fora “as **línguas não territoriais** ou **línguas desprovidas de território**” da Europa “porque lhes falta uma base territorial”.

A afirmação de Weinreich foi reformulada por Stephen R. Anderson para **uma língua é um dialeto com uma bandeira**⁵. E relembra o caso do *servo-croata*, uma das línguas da extinta Iugoslávia, que reunia dialetos regionais. Com o desaparecimento da Iugoslávia e o surgimento de novos países (no que nos interessa, *Sérvia*, *Crácia*, *Bósnia* e *Montenegro*), o que era uma língua — o *servo-croata* — transformou-se em quatro novas línguas: *sérvio*, *croata*, *bósnio* e *montenegrino*. Quatro bandeiras em lugar de uma⁶.

Para a linguística, o termo *dialeto* significa uma variedade de uma determinada língua, e, por conseguinte, uma língua pode ser compreendida como um conjunto de dialetos. Em linguística *dialeto* não marca negativamente nem os falantes nem a variedade linguística assim referida.

Naquilo que anteriormente chamamos *linguística ingênua* ou *popular*, isto é, conjuntos de crenças dos falantes sobre as línguas e a linguagem,

³ Camara Jr. *ELP*, II 6.

⁴ Chambers & Trudgill (1980: 5).

⁵ Anderson (2012: 73).

⁶ Anderson (2012: 75).

atribuir o status de *dialetto* (ou de *gíria*, ou de *caçanje*) é uma forma de depreciação dos falantes e dos usos linguísticos de dada comunidade. Essa visão pode ser incentivada por políticas linguísticas avessas à variação. Eliminar a multiplicidade de línguas de alguma forma seria um modo de reverter o castigo de Babel.

Giulia Bossaglia exemplificou essa tradição que deprecia dezenas de línguas com a situação linguística da Itália: cerca de 30 línguas são popularmente tratadas como dialetos, diferenciadas, assim, de um ideal de italiano legítimo ou língua padrão. E completa:

se se aplicasse o critério da inteligibilidade mútua, eles seriam considerados “línguas” para todos os efeitos. Se falantes de regiões italianas diferentes falarem entre si utilizando suas variedades da língua padrão, se entenderão perfeitamente; entretanto, se falarem cada um o próprio dialeto, a compreensão estará completamente prejudicada. A razão pela qual os dialetos italianos não receberam o status de “língua”, portanto, não se coloca no plano linguístico. (Bossaglia, 2019: 23)

O *Quadro 1* a seguir procura servir de ilustração das diferenças entre o italiano e alguns dos chamados “dialetos” na tradição referida por Bossaglia.

Quadro 1 — Italiano e “dialetos”

Texto em Português	Italiano	Vêneto	Piemontês	Emiliano-Romanhola
Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.	Tutti gli esseri umani nascono liberi ed eguali in dignità e diritti. Essi sono dotati di ragione di coscienza e devono agire gli uni verso gli altri in spirito di fratellanza.	Tuti i eseri umani xe nati liberi e compagni par dignità e diritti. I xe dotai de raxon e de cosiensia e i deve comportarse i uni co st'altri c spirito de fradelana.	Tùit j'esse uman a nasso liber e uguaj an dignità e an drit. A son dotà 'd sust e 'd consiensia e a dèvo agì j'un con j'àutri ant n'èspirit ëd fradlansa.	Tot j esseri umèn i nàs lébri e cumpagn in dignità e dirèt. Loui è dutid ad rasoun e ad cuscinza e i à da operè, ognun ti cunfrunt at ch'j ilt, sa sentimint ad fratelènzà.

Fonte: OMNIGLOT — <https://omniglot.com/udhr/romance.htm>

Os falantes sentem que, se dizem que eles falam *dialetto*, *calão*, *gíria*, sua fala está sendo depreciada. Em geral essas denominações refletem atitudes aplicadas ao que em linguística se denomina **língua minoritária**. A depreciação

social de uma língua desestimula seu uso e é mais um fator a colocá-la em perigo de desaparecimento.

O conceito de **língua minoritária** tem como pano de fundo um mapa político com áreas em que duas ou mais línguas são faladas, do qual emerge uma assimetria em termos de número de falantes, mas principalmente em termos de prestígio de cada uma. A quantidade de falantes de uma língua minoritária pode ser um número muito pequeno, em línguas que não sobreviverão por muito mais tempo, mas pode ser contada até em milhões. Na África do Sul o inglês e o africânder ou afrikaans são considerados línguas majoritárias, com *status* social mais alto que qualquer das outras muitas línguas nativas; por outro lado, o zulu, L1 de mais de 11 milhões de habitantes e de quase 16 milhões como L2, é considerado língua minoritária, porque sem funções para situações formais⁷. Em geral, é mais comum que os falantes da língua minoritária sejam bilíngues, falando também a língua com mais prestígio; o inverso é menos comum. Por seu turno, muitas são as situações em que se desencoraja o uso da língua minoritária — a língua nativa do grupo — por exemplo, pela imposição de uso da língua oficial na escola a par com a exclusão de qualquer outra.

As **línguas de imigração** são línguas que vêm de outro país e, no novo contexto, não têm prestígio; são, por isso línguas minoritárias. A falta de prestígio da língua de imigração pode emergir também no ambiente da família imigrante:

eu lembro que minha mãe falava, por exemplo, números em alemão, porque os números são complicados e eu falava ‘não’ fala em português. Então eu, dava assim, uma certa raiva, por que você está falando em alemão? Fala em português! Mas ela continuava falando, tanto que até hoje ela fala (Trecho entrevista Tese MARTINY, 2015, p. 268).
(Martiny, 2017:306)

Para enfatizar que uma política linguística pode levar a uma situação de desprestígio começa a ter curso a expressão **língua minorizada**.

7.3. OS CRITÉRIOS PARA A TOMADA DE DECISÃO

Nem sempre é fácil saber se estamos falando da mesma língua ou não.

1. Podemos ter línguas diferentes com o mesmo nome. Um exemplo: *atong*. Pode referir uma língua da Índia, mas pode também referir uma língua de Camarões. Lançando mão de um exemplo no Brasil, temos *asurini*, no Xingu, e *asurini*, em Tocantins.

⁷ Alexander (2001).

2. Outra razão dessa dificuldade é o modo como se nomeia a mesma língua em línguas diferentes: *português*, *Portuguese*. Fácil? Não necessariamente. Que tal *Ge'ez*, *Giiz*, em inglês *Geez*, em francês *guèze*, em alemão *Altäthiopisch*? Ou *etíope antigo*? No século XIX, o africanista Robert Cust⁸ chamava a atenção para a dificuldade que as fontes bibliográficas em diferentes línguas traziam para a identificação de línguas africanas. A dificuldade se estendia a outros campos, caso, por exemplo, da toponímia. Ilustram este último tipo, embora de outra região que não a África, os topônimos grafados *Owhyhee* e *Otaheite* pelo missionário William Ellis (1794-1872). Dificilmente reconhecemos neles, respectivamente, *Havai* e *Taiti*.
3. Uma língua pode receber várias denominações. Um exemplo *avá-canoeiro* pode ser também *abá*, *avá*, *awana*, *canoa*, *canoe*, *canoeiro*, *canoeiros*, *cara preta*, *carijó*, *índios negros* (*Ethnologue*).
4. Uma língua pode mudar de nome: *Nyanja* ou *Chinyanja*, língua banto nacional no Malawi, teve seu nome alterado no Malawi para Chichewa quando um presidente Chewa assumiu o poder; com sua queda, o antigo nome começa a retornar⁹.

O que a ISO/International Organization for Standardization/Organização Internacional de Normalização tem a ver com tudo isto? A ISO 693, na sua parte 3 (ISO 693-3, de 2007), procura atribuir uma identificação única para as línguas e famílias de línguas do mundo de que se tem notícia, incluídas aquelas já extintas. Daí a necessidade de critérios claros de classificação. Imagine instalar num *smartphone* todo o pacote de linguagem que nos permitirá usá-lo numa determinada língua... e errar a identificação da língua... Então, essa identificação não é importante apenas no mundo da linguística¹⁰.

A padronização da identificação de línguas com a ISO 693-3 teve sua origem no trabalho de Joseph E. Grimes, ainda na década de 1970, quando era o editor do *Ethnologue*, preocupado com a multiplicidade de denominações que uma língua podia receber. Grimes atribuiu um código de três letras para cada língua, mas esse material só surgiu numa edição do *Ethnologue* em 1984. Na edição de 2015 o *Ethnologue* passou a identificar as línguas com uma versão inicial da ISO 693-3. Isso permite entender a semelhança entre os critério de identificação de línguas de ambas as instituições¹¹.

⁸ Cust (1883: I,11).

⁹ Mchombo (2006: 791-797).

¹⁰ Para interessados no tema:

DRUDE, Sebastian. *Como a Organização Internacional de Estandardização (ISO) lida com diversidade linguística*. 16Out2020. https://www.youtube.com/watch?v=xym2a_XlyM4.

¹¹ Ver, por exemplo, os critérios do *Ethnologue* em Simons & Gordon Jr. (2006, IV: 250).

Um linguista tem de considerar se as diferenças com que se deparou na pesquisa pertencem a uma única língua, que teria então vários dialetos, ou se está diante de línguas distintas. Os critérios não são puramente linguísticos, como se verá a seguir.

7.3.1. A inteligibilidade

Esse é um critério linguístico para decidir se estamos diante de uma única língua ou mais de uma:

Duas variedades relacionadas são normalmente consideradas variedades da mesma língua se os falantes de uma variedade compreendem a outra sem necessidade de aprendizado.

(Critérios ISO 639-3 para identificação de línguas).

No Brasil, por exemplo, podemos distinguir o português carioca, o mineiro, o baiano... O sotaque e o léxico são em geral os aspectos escolhidos para marcar cada um desses grupos. Falam diferente, mas consideramos que falam variações regionais da mesma língua porque se entendem sem muito esforço. Chamamos a esse critério o **critério da inteligibilidade mútua**: A entende B e B entende A. Se cariocas entendem mineiros e vice-versa é porque estamos diante de uma mesma língua.

A inteligibilidade pode ser não-recíproca: A entende B, mas B não entende A. É a **inteligibilidade assimétrica**. Um exemplo desta última situação foi discutido por David L. Olmstead em 1954, num trabalho com duas línguas indígenas da Califórnia: os Atsugewi entendiam os Achumawi, mas a recíproca não era verdadeira¹².

Um incidente diplomático em torno da inteligibilidade assimétrica é reportado por Stephen Anderson. Kiro Gligorov, o primeiro presidente da Macedônia do Norte, mais um dos estados surgidos da dissolução da antiga Iugoslávia, visitou a Bulgária em 1995. Para os búlgaros o macedônio é um dialeto do búlgaro e perfeitamente compreensível. Para o novo país não é um dialeto, mas uma língua distinta identificada com o novo país, e Gligorov se fez acompanhar de um intérprete¹³.

¹² Citado em Casad (1974: 53).

¹³ Em Anderson (2012: 79). Os acordos que motivaram a visita presidencial não foram assinados porque o lado macedônio exigia que fossem incluídas: (a) uma cláusula que dispunha que teriam de ser escritos na língua oficial da Macedônia e na língua oficial da Bulgária; e (b) uma cláusula sobre a defesa dos falantes de macedônio mundo afora. A Macedônia do Norte temia que a Bulgária viesse a reivindicar autoridade sobre seus territórios porque lá falariam um dialeto do búlgaro, e a Bulgária tinha temor semelhante pela autoridade que a Macedônia do Norte reivindicava sobre os falantes de macedônio mundo afora.

Alguns fatores não linguísticos podem ter influência na assimetria da inteligibilidade: o grau de exposição à língua do outro grupo (a explicação de Olmstead para a situação entre os Atsugewi e os Achumawi), o grau de educação e a vontade de compreender o outro, atitude que pode envolver questões político-econômicas e de identidade de um grupo¹⁴. Aparentemente é mais fácil para o falante de português brasileiro entender o espanhol dos países vizinhos que o contrário. Dinamarqueses entendem melhor os suecos do que os suecos entendem os dinamarqueses. Na escrita não há problemas de compreensão. Qual a explicação? Há várias, de questões sociais a diferenças no quadro vocálico. Nenhuma totalmente convincente.

Vemos que fatores não linguísticos começam a surgir na identificação de língua e de dialeto.

7.3.2. A inteligibilidade marginal

Se, na fala, a inteligibilidade entre as variedades é marginal, a existência de literatura comum ou de identidade etnolinguística com uma variedade central que ambas as variedades compreendem pode ser um forte indicador de que deveriam ser consideradas variedades da mesma língua (Critérios ISO 639-3 para identificação de línguas).

Imagine-se, por exemplo, uma rua por onde passe a fronteira entre dois países com línguas oficiais distintas, com a circulação da população entre ambos os lados, em razão de comércio, escolas, serviços de saúde, cada lado também ao alcance das transmissões das estações de rádio e de televisão de ambos os países. As pessoas em ambos os lados constituem uma comunidade, com laços de casamento, amizade, emprego. Mas isso pode não ser suficiente para apagar o imaginário binacional, como notou Gabriela Barbosa (2008) no estudo sobre as atitudes dos moradores das cidades de Tabatinga e Letícia, na fronteira entre Brasil e Colômbia.

Se a inteligibilidade é suficiente para permitir a comunicação, pode ser um forte indicador de que deveriam ser consideradas línguas diferentes a existência de identidades etnolinguísticas distintas bem estabelecidas. (Critérios ISO 639-3 para identificação de línguas).

O que nos remete à noção de **contínuo dialetal**. Digamos que A entende B e que B entende C, mas que A e C não se entendem. A e B seriam dialetos

¹⁴ Chambers & Trudgill (1980:4).

da mesma língua. B e C seriam dialetos da mesma língua. A e C não seriam da mesma língua. Contraditório? Vamos ao sempre repetido exemplo da viagem. Se formos de Salvador a Buenos Aires por terra, a cada parada dessa longa viagem perceberemos que os habitantes que ficaram na última parada entenderiam os da parada seguinte, se ambas as paradas não forem muito distantes; por outro lado, os habitantes do ponto de partida e os do ponto de chegada da nossa viagem terão dificuldade em se entender e não se considerarão falando a mesma língua.

Se pensamos nas mudanças que o tempo imprime a qualquer língua, passa a ser difícil considerar se temos uma única língua ou mais de uma lançando mão da inteligibilidade. Qualquer língua natural é transmitida de uma geração para a seguinte; com o passar do tempo as mudanças que eram imperceptíveis se acumulam: por exemplo, precisamos de dicionários e gramáticas para entender textos medievais em português. E o latim?

7.4. A VARIAÇÃO SOCIAL

Além de marcas que indicam a região de origem do falante, há marcas linguísticas que indicam a escolaridade do falante, a classe social, o grupo étnico, a religião. Na Índia, por exemplo, em meio a um quadro multilíngue complexo, a casta¹⁵ marca a variedade que o falante emprega¹⁶ e o inglês surge agora como uma forma de libertação desse sistema para os *dalit-bahujans*¹⁷.

Em Bagdá (Iraque), cristãos, judeus e muçulmanos falam diferentes variedades de árabe. Com a emigração massiva de judeus para Israel na década de 1970, o dialeto dos judeus de Bagdá está em extinção: seus falantes estão na casa dos 60 anos e não é mais transmitido às novas gerações¹⁸. Cada uma dessas três variedades é empregada dentro do próprio grupo, mas a variedade muçulmana serve de **língua franca**¹⁹ entre os grupos.

¹⁵ A casta (ou varna) é uma categoria hierárquica num sistema de leis e de divisão populacional (o Varnashrama Dharma) determinado por textos religiosos hindus, que faz seus membros partilharem uma identidade determinada pelo nascimento. No estrato mais alto da hierarquia estão os *brâmanes*, membros hereditários da casta sacerdotal; em seguida os *xátrias*, membros hereditários da casta militar; abaixo destes os *vaixás*, membros hereditários de donos de terras e mercadores; e a mais baixa, os *sudras*, servos e escravos — os trabalhadores. Fora dessa divisão quadripartite estão os *dalits* ou *párias*, que não pertencem a qualquer casta e historicamente não podiam sequer habitar as mesmas áreas de uma cidade onde estavam as quatro castas (Bhasin, 2018). Há ainda os *adivasis*, grupos indígenas.

¹⁶ Wardhaugh (1986: 46).

¹⁷ Shepherd (2016). *Bahujan* significa ‘a maioria do povo’; na imprensa atual, *dalit-bahujan* inclui: as *castas registradas* (nova designação para os *dalits*), as *tribos registradas* (os *adivasis*) e os *sudras*.

¹⁸ Bar-Moshe (2019).

¹⁹ Wardhaugh (1986: 46).

7.5. A VARIAÇÃO INDIVIDUAL: O IDIOLETO E O REGISTRO

Ao se reconhecer que os falantes têm marcas que os particularizam num dado dialeto, criou-se a designação **idioleto**. Ninguém, no entanto, tem desempenho linguístico homogêneo. Um mesmo indivíduo faz a adequação linguística à situação em que se encontra. Evitamos algumas palavras e construções, escolhemos outras, atentos aos interlocutores e à situação. Numa situação formal não esperamos palavrões ou vocábulos classificados com a rubrica *chulo* em alguns dicionários. Do mesmo modo, há construções morfológicas que são sentidas como informais, caso dos *blends*: exemplos como *namorido* (formação a partir de *namorado* e *marido*, para indicar uma união estável), *apartamento* (formação a partir de *apartamento* e *apertar*, para indicar um apartamento excessivamente pequeno), *chafé* (formação a partir de *chá* e *café*, para indicar um café muito fraco) não têm lugar nem na escrita nem na fala formais. Na sintaxe, uma mensagem rápida para um colega dificilmente apresentará uma construção com *cujo*, com mesóclises ou com uma lista de *considerandos*.

Começamos cedo a aprender a lidar com esse tipo de variação. Um chamado materno do tipo “Duda, vem cá”, por exemplo, gera expectativas diferentes de “Carlos Eduardo, venha aqui”.

7.6. A REAÇÃO EMOCIONAL A VARIEDADES OU A LÍNGUAS

A atitude linguística é um dos temas de interesse da sociolinguística: como crenças e tendências de comportamento afetam a atitude de um falante em relação a usuários de outras variedades ou de outras línguas²⁰. O ouvinte reage não apenas ao conteúdo expresso em palavras e frases, mas ao conjunto de informações que percebe, o que pode resultar em reação positiva ou não à variedade linguística do falante:

os indivíduos desencadeiam atitudes movidas pelas crenças linguísticas impregnadas, ao longo do tempo pela sociedade, na língua e nos dialetos, manifestando, assim, atitudes de rejeição ou de aceitação, de preconceito ou prestígio, de correção ou de erro, dentre outras.

(Silva & Aguilera, 2014: 705)

Marko Dragojevic & Howard Giles assumem dois processos na reação do ouvinte. Primeiramente, com base em traços como vocabulário e sotaque, o ouvinte classifica o falante como membro de um dado grupo. Depois, associa

²⁰ Aguilera (2008).

o falante a traços de um estereótipo, positivo, como na canção “Cariocas”, de Adriana Calcanhoto, ou não:

Cariocas são bonitos,
cariocas são bacanas,
cariocas são sacanas,
cariocas são dourados,
cariocas são modernos,
cariocas são espertos,
cariocas são diretos,
cariocas não gostam de dias nublados.
Cariocas nascem bambas,
cariocas nascem craques,
cariocas tem sotaque...

A reação emocional em relação a outras variedades ou a outras línguas tem consequências que podem “promover o preconceito, a discriminação e interações sociais problemáticas”²¹; mas podem, por outro lado, levar ao interesse por uma dada língua e cultura. Um exemplo: a pronúncia ou sotaque. Em geral não prestamos atenção a como falam aqueles à nossa volta se todos somos do mesmo lugar, mais ou menos da mesma idade e com escolaridade semelhante. Mas e quando ouvimos português com um sotaque diferente do nosso? Qual a atitude de quem ouve? Depende, porque quem ouve avalia e atribui valores aprendidos no grupo com que se identifica.

No início do século XX, a pronúncia do Rio de Janeiro, então a capital²², deveria ser aquela adotada no teatro. Em meados desse século, segundo Celso Cunha²³, o então denominado Conselho Federal de Educação decidia que a pronúncia a ser ensinada nas escolas de todo o país deveria ser a carioca. Eram sinais de prestígio da antiga capital do país.

Algumas décadas mais tarde, em 1997, Jânia Ramos, professora da Universidade Federal do Minas Gerais/UFMG, demonstrava que a aceitação do sotaque carioca vinha caindo acentuadamente e já então suplantava por pouco, no conjunto estudado, a aceitação das pronúncias paraibana e mineira.

Passada mais uma década, em 2008, um dos informantes dos *Questionários do Projeto Atlas Linguístico do Brasil – ALiB* de certa forma confirmava essa tendência. Assim, para ele, falar como carioca seria ter “*ti ti ti na boca*”:

²¹ Dragojevic & Giles (2013: 91).

²² O Rio de Janeiro deixa de ser o Distrito Federal em 21 de abril de 1960, em razão da Lei Nº 3273/1957, e se transforma na mesma data em Estado da Guanabara, pela Lei Nº 3.752, de 14 de abril de 1960.

²³ Cunha (1970:83).

Quando você analisa a questão do cuiabano saindo para ir pro Rio de Janeiro pra estudar, (...) você via que a maioria deles se deixavam (sic) adular pela fala, vinham de lá, [...] ‘com ti ti ti na boca’ [...], um horror, do carioca, entendeu? E perdia aquela identidade filológica, ou linguística, entendeu? Perdia lá. E ainda encontramos esse tipo, que hoje em dia tem até vergonha de falar como cuiabano. (In Aguilera, 2008: 108).

Em *Atitudes linguísticas com relação a sotaques regionais no Brasil*, Djalma Cavalcante Melo relatava a reação agressiva de alunos de uma escola em Brasília ao ouvirem um colega de turma carioca dizer qualquer coisa em sala; em outras palavras, um retrato de *bullying* continuado e permitido em ambiente escolar, justificado pelos *haters* com afirmativas como “Acho que ele quer esnobar”, “Quer ser diferente dos outros”:

O traço estereotipado mais saliente do carioca é o /ʃ/ (fricativa palatal em posição final absoluta ou diante de consoante surda). Por várias vezes registramos o estigma desse /ʃ/ entre escolares adolescentes de Brasília. O desagrado pela pronúncia carioca foi manifestado diversas vezes por meio de risos, vaias e posteriores imitações da pronúncia em tom de deboche. Tal fato nos despertou a curiosidade e procuramos seguir o comportamento linguístico de um jovem recém-chegado do Rio de Janeiro. Sempre que o jovem se dirigia ao professor e ou aos colegas em voz alta, a censura a sua pronúncia se evidenciava. Notamos que, com o passar do tempo, o jovem tendia a apagar esse traço estigmatizado. Quando chegou ao fim do período escolar, nosso jovem já havia se acomodado ao grupo.

(Melo, 2010: 59-60).

A atitude negativa em relação a uma variedade de uma língua ou a uma língua é o que chamamos **preconceito linguístico**.

E como fica quem sofre o preconceito? O adolescente carioca na escola de Brasília tentou apagar as marcas mais salientes na identificação do sotaque carioca. Não tomava uma atitude incomum, como evidenciou o estudo de Maria Isolete Pacheco Menezes Alves, que buscou o ponto de vista daquele que sofre o preconceito linguístico em *Atitudes linguísticas de nordestinos em São Paulo* (1979).

Alves apontou evidências de que os migrantes nordestinos de sua amostra que tinham baixo nível sócio-econômico-cultural²⁴ não tinham atitude positiva em relação à variedade nativa, mas tinham “atitudes altamente positivas [...] sobre o falar de São Paulo”, bem como “o desejo [...] de falar igual aos paulistas”.

²⁴ Definidos como “Indivíduos com educação primária, ou nenhuma (e ainda aqueles que, mesmo com o antigo ginásial, não conseguem se colocar socialmente) e trabalho de pouco prestígio social” (Alves, 1979: 41).

Observou ainda, quanto a esse grupo, “o fato de os informantes com mais de dois anos em São Paulo considerarem que ‘falam quase como paulistas’ e apresentarem [...] comparativamente aos recém-chegados, modificações na fala, onde muitas vezes se observam hipercorreções”²⁵. Segundo a autora, “quando voltam ao nordeste para visitar parentes e amigos [...] voltam tentando imitar o falar paulista”²⁶. A situação era diferente para os migrantes nordestinos da amostra com alto nível sócio-econômico-cultural²⁷, que tenderam a prestigiar seu dialeto de origem.

E se for um não nativo? Quantas vezes já ouvimos ou lemos coisas como “o sotaque francês é lindo”, “o sotaque italiano é sexy”, “detesto o sotaque x/y/z”? De tempos em tempos a mídia focaliza o tema²⁸. O sotaque estrangeiro pode dificultar a compreensão de uma mensagem, em especial se aliado a problemas de vocabulário e sintaxe, mas a reação do ouvinte pode ir além da dificuldade em entender o estrangeiro. Pode afetar a credibilidade. Para falantes nativos de inglês norte-americano, a credibilidade de afirmações simples pode ser afetada se dita com sotaque estrangeiro. Uma frase que pode ser lida numa enciclopédia, como “as formigas não dormem”, podia não ser considerada verdadeira mesmo quando se sabia que a voz estrangeira apenas relatava a informação de outrem²⁹.

O sotaque estrangeiro pode vir a afetar as chances de um indivíduo no mercado de trabalho. Segundo DeShields Jr., Kara & Kaynak (1996), o desempenho de um vendedor nos EUA era afetado negativamente se sua fala demonstrasse que era estrangeiro, em especial se essa marca linguística viesse em conjunto com uma aparência física considerada “menos atraente”.

A experiência conta: as atitudes linguísticas são aprendidas. O que vale nos EUA não vale necessariamente no Brasil. Assim, a desvantagem do sotaque estrangeiro nos EUA pode não valer no Brasil, ao menos em algumas áreas. É o que Araújo, Correa & Wolters (2016) procuraram discutir num experimento que simulava a candidatura a uma vaga de emprego: o profissional “com um sotaque estadunidense no idioma português foi mais bem avaliado em termos de adequação ao cargo, probabilidade de contratação e competência percebida”.

²⁵ Alves (1979: 165).

²⁶ Alves (1979: 167-168).

²⁷ Definidos como “Indivíduos com formação universitária ou que estivessem frequentando a universidade (segundo ano em diante) e profissão de prestígio social” (Alves, 1979: 41).

²⁸ Como no *Portal Terra*, s.d. (“Francês, italiano ou português? Veja os sotaques mais sexy”), na CNN (Burchette, 2014 - ‘Sexiest accents poll: Where do people have the voice of seduction?’); também em Occhialini, 2020 (“Pesquisa revela qual o sotaque mais confiável, direto, sexy”).

²⁹ Lev-Ari & Keysar (2010).

A divulgação desses estereótipos pode chegar à ficção. Em algumas animações norte-americanas, no som original os malvados têm sotaque estrangeiro, como Scar e a súcia de hienas que o acompanham no *Rei Leão*, de 1994, ou como o Dr. Doofenshmirtz, de *Phineas e Ferb* (Fattal, 2018). A dublagem sueca de *Zootopia* também lançou mão de sotaque para marcar o personagem malvado, mas de uma região da própria Suécia³⁰.

A dublagem para o português dessas obras não lançou mão de um sotaque específico: preferiu marcar os malvados com uma voz grave, intencionalmente distorcida para o rouco.

A reação emocional a uma língua já foi observada em elefantes (*Loxodonta africana*) num estudo levado a cabo no Parque Nacional de Amboseli (Quênia)³¹, mundialmente famoso pelos elefantes e pela visão espetacular do monte Kilimanjaro. Na região de Amboseli os elefantes têm contato com dois grupos étnicos: os Massai e os Camba. Em termos linguísticos, cada grupo fala uma língua: o massai é uma língua nilo-saariana e o camba é uma língua nigero-congolesa (banto). Os Massai, armados com suas tradicionais lanças, têm constantes conflitos com os elefantes no seu caminho com o gado em busca de água; o mesmo não acontece com os Camba. O estudo de McComb, Shannon, Sayialel & Moss isolou as vozes de indivíduos de ambos os grupos dizendo, em sua língua, algo como “*Olha lá, olha lá, está vindo um grupo de elefantes*”. Ao ouvirem as vozes de homens Massai, os elefantes tiveram reação de medo: agruparam-se em formação defensiva e começaram a farejar, mas, diferentemente da reação se a ameaça ouvida era um rugido de leão, a estratégia face à ameaça por predadores humanos era bater em retirada. Vozes de mulheres e de crianças desse grupo étnico, que não participam das perseguições aos elefantes, não causavam a reação de medo. Nem as vozes de homens Camba. A manipulação das gravações com a alteração da **frequência fundamental****G** e **formantes****G** para que as vozes masculinas dos Massai parecessem femininas e vice-versa demonstrou que a percepção dos elefantes reconhecia o sexo da voz original, isto é, antes da manipulação da gravação, o que parece demonstrar a capacidade de percepção de características sociofonéticas que diferenciam mulheres e homens nessa sociedade.

Ainda no tocante à reação emocional, um insulto numa língua estrangeira aprendida em sala de aula parece ter menos força que o equivalente na língua materna. A reação emocional a esse tipo de vocabulário precisa de que os insultos estejam na L1 do falante ou do ouvinte³².

³⁰ Agradeço a informação a Leticia Rebollo Couto (UFRJ) e a Sandra Madureira (PUC-SP).

³¹ McComb, Shannon, Sayialel & Moss (2014).

³² Ver, por exemplo, Rastovic, Péliissier & Ferragne (2019).

A reação emocional à própria língua ou a uma língua estrangeira pode ter implicações surpreendentes e parece afetar, por exemplo a decisão de dilemas morais. Essa questão foi discutida num experimento que tomou por base o famoso *problema do trem* ou *do trole* (ing. *the trolley problem*), caso hipotético proposto por Philippa Foot em 1967. A questão era a seguinte: com o trem sem freios, um maquinista deveria decidir se continuava em linha reta, quando mataria cinco pessoas que trabalhavam na linha, ou tomava um desvio, e matava um único trabalhador.

A inclusão de detalhes quanto à decisão sobre as vítimas na situação hipotética introduzia ainda mais dificuldade. Por exemplo:

- E se os cinco homens fossem mafiosos disfarçados de trabalhadores e a pessoa no desvio, amarrada aos trilhos, fosse uma vítima deles?
- E se a escolha fosse entre um conjunto de cinco crianças na linha e, no desvio, um médico?
- Ou cinco idosos na linha e, no desvio, uma criança?
- Ou um dependente químico em lugar do médico?
- Ou cinco dependentes químicos vs. um médico?

O problema ganhou variações quanto a tentativas de parar o trem. Por exemplo, se alguém empurrasse do alto de uma passarela sobre a linha férrea um homem grande, matando-o, mas salvando as pessoas na linha.

O problema pode ter uma resposta baseada na ética utilitarista, na linha de Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806-1873). Nesse caso, não haveria uma ação inerentemente boa ou má — as consequências é que contam: cinco é mais que um. Neste caso, para alcançar um bem maior — salvar os cinco trabalhadores na linha de ferro — não haveria problema em assassinar o homem grande, aquele que é jogado da passarela. Moralmente, porém, isso seria diferente de um cirurgião extrair os órgãos de um homem saudável e transplantá-los salvando cinco pessoas que, sem o transplante, morreriam? Muito da discussão tem apontado a diferença moral entre *matar* e *deixar morrer*³³.

Essa avaliação é bem diferente daquela que remonta a Tomás de Aquino, o *princípio do duplo efeito*. Uma ação pode ser intrinsecamente boa ou má. Se uma ação intrinsecamente boa gera um efeito bom e um mau, então ela pode ser permitida se o efeito perverso não é almejado; se o efeito bom não é gerado por meio do mau; se a benfeitoria ultrapassa o dano³⁴. Essa avaliação ética não permitiria jogar o homem da ponte porque o efeito positivo resultaria de uma ação má.

³³ Mas a questão não é tão simples: veja-se a discussão em Woollard & Howard-Snyder (2021).

³⁴ Kenny (1995: 71).

Costa *et alii* (2014) procuraram demonstrar que as soluções para o problema do trem e para a variante com o assassinato do homem na passarela tendem a ser diferentes se apresentadas na língua nativa ou numa língua estrangeira. Não se trata de uma revisão da *hipótese Sapir-Whorf*, de assumir que visões diferentes derivariam da língua do usuário (como no problema do botijão vazio proposto por Eric Lenneberg). Os autores discutem uma diminuição da reação emocional quando se emprega uma língua estrangeira — o que tenderia a levar à decisão utilitarista como resposta ao problema do trem, considerada menos emocional, mesmo no caso do assassinato do homem grande na passarela: “[t]odos os relatos [...] têm em comum a noção de que dilemas morais enfrentados em uma língua estrangeira podem promover processos deliberativos e reduzir respostas emocionalmente motivadas”³⁵. Cabe notar, porém, que quanto maior a proficiência na língua estrangeira, mais semelhante a resposta se torna à dos falantes nativos.

7.7. LÍNGUA NACIONAL E LÍNGUA OFICIAL

A atribuição a uma língua do *status* de **língua oficial** de um país ou unidade política resulta da atuação de instâncias governamentais que, por meio de legislação, a tornam obrigatória nas diversas interações do cidadão com os órgãos públicos, entre elas, no ensino. Por sua vez, uma **língua nacional** é nativa de grande parte da população de um país, por essa razão percebida como sinal de sua identidade.

Uma língua oficial pode ou não ser uma língua nacional. Na Região Administrativa Especial de Macau, por exemplo, junto com o cantonês, o português é língua oficial, embora seja a língua de cerca 2,4% da população apenas³⁶. Em outras palavras: para ser língua oficial, há necessidade de legislação; para ser língua nacional, de muitos falantes num país³⁷.

Tal como Macau, um país ou unidade política pode estabelecer mais de uma língua oficial. É o caso do Paraguai, cuja Constituição de 1992 determina, em seu Art. 140, que são “idiomas oficiales el castellano y el guaraní”, reconhecendo assim a importância de uma língua autóctone de cerca de 70% dos paraguaios³⁸. A situação pode ficar mais complexa. A *Constituição* da Índia na

³⁵ Costa *et alii* (2014).

³⁶ Thomaz (2017).

³⁷ Na literatura linguística sobre os países de língua oficial portuguesa em África pode-se encontrar o emprego de língua nacional no sentido de língua autóctone — isto é, nativa, mas não oficial —, mesmo que de abrangência restrita a um território do país. Veja-se, por exemplo, Macaringue (2017), Ndombele (2017)

³⁸ Costa (2020).

versão de 2022³⁹ determina que o hindi em escrita devanagari é a língua oficial da União (Art. 343), que o inglês poderá continuar a ser empregado por 15 anos contados a partir da data do texto constitucional, que cada estado pode adotar o hindi para funções oficiais ou uma ou mais de uma língua do estado para propósitos oficiais, que a Suprema Corte, os Altos Tribunais, bem como leis deverão estar em inglês.

Como o *status* de língua oficial depende de legislação, as autoridades de um país podem determinar mudanças na legislação que resultem quer numa lista diferente das línguas consideradas oficiais, quer numa mudança de língua oficial. Exemplos dessa situação são os movimentos recentes de países africanos que compunham a francofonia por conta de adotarem o francês como língua oficial. Ruanda, em 2009, substituiu essa língua pelo inglês. Em 2012, o Gabão anunciou que promoveria o inglês a segunda língua oficial, decisão tomada pelo Burundi em 2014.

Nem todos os países têm uma língua oficial. Talvez o exemplo mais conhecido sejam os EUA: aquele país não tem uma língua oficial, embora tenha havido diversos projetos de lei nessa direção, ancorados em movimentos rotulados como *English-only*, cujo fundamento é a crença de que o inglês nos EUA estaria em risco, a caminho da extinção, ameaçado pelas línguas dos imigrantes (ou **línguas alóctones**), especialmente pelo espanhol.

Num trabalho de 2001 voltado para o contexto escolar nos EUA, Guadalupe Valdés permitia perceber que essa ameaça era infundada. Parte daqueles que chegam ainda crianças aos EUA mantêm sua língua de origem como dominante. A partir da segunda geração, porém, a situação muda, tornando-se o inglês a língua dominante, não a língua de herança. A quarta geração da família imigrante, por exemplo, é fluente em inglês, mas o conhecimento da língua de herança pode-se apresentar em níveis muito variados: pode permitir falar com os membros mais velhos da família (mas não dar uma aula numa universidade, por exemplo), pode permitir compreender mas não falar essa língua ou mesmo nem falar nem compreender a língua dos ancestrais.

7.8. AS LÍNGUAS COOFICIAIS

Cooficializar uma língua significa que o município passa a ser oficialmente bilíngue, e que seus cidadãos podem construir suas vidas em duas línguas.

(Defourny & Oliveira, 2008)

³⁹ Site do Departamento Legislativo: <https://legislative.gov.in/constitution-of-india/>.

No Brasil, a língua oficial da União é o português, conforme o artigo 13 da *Constituição* de 1988⁴⁰. A Carta Magna de 1988 abria, porém, espaço para que se assegurasse às “comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas”. A concretização dessa possibilidade começou a se fazer presente em 2002. Naquele ano, em São Gabriel da Cachoeira (Amazonas), era aprovada pela Câmara dos Vereadores a Lei Municipal Nº 145, de 22 de novembro de 2002 (*Quadro 2*), que cooficializava o Nheengatu, o Tukano e o Baniwa.

Com 95% da população de origem indígena, São Gabriel da Cachoeira é possivelmente o município mais plurilíngue das Américas. Em seu território de 112 mil km² (maior que Portugal ou Santa Catarina) se falam 22 línguas indígenas, de quatro troncos linguísticos diferentes (tupi-guarani, tukano oriental, maku e aruak). Além disso, é possivelmente o único lugar no mundo em que o critério de casamento tradicional (no caso dos povos Tukano) é linguístico (exogamia linguística: um homem não pode se casar com uma mulher falante da mesma língua que ele).

(Morello, 2015: 13)

São Gabriel da Cachoeira é uma cidade no centro da região mais plurilíngue do Brasil, o Alto Rio Negro, no estado do Amazonas, nas fronteiras do país com a Colômbia e a Venezuela. O núcleo urbano tem cerca de dez mil habitantes e domina uma região de 112.000 Km² [...], com 409 aldeias nas quais funcionam 165 escolas indígenas bilíngues de ensino fundamental [...].

apresenta algumas das 21 línguas do Alto Rio Negro, incluindo-se nesse número as línguas oficiais dos dois lados da fronteira, o português e o espanhol, em uma configuração orbital como a sugerida por Calvet (1999). O português ocupa, do lado brasileiro da fronteira, o centro do sistema orbital como língua oficial e como língua veicular urbana principal. Outras três línguas, entretanto, destacam-se como línguas de intercomunicação nas bacias dos três rios mais importantes da região: o **Nheengatu** no rio Negro, o **Baniwa** no rio Içana e o **Tukano** no rio Vaupés. Constituem o que poderíamos chamar de ‘*Sistema Rio Negro*’, dadas as fortes relações que estas comunidades linguísticas mantêm entre si, enquanto que o grupo falante de Yanomami que vive nas montanhas ao norte do território, praticamente isolado desse primeiro sistema, constituiria o que chamaríamos de ‘*Sistema Pico da Neblina*’. [...]

A cidade de São Gabriel da Cachoeira recebe uma grande quantidade de migrantes das aldeias indígenas de toda a região, especialmente do grupo linguístico Tukano ou de falantes de outras línguas da família tukano oriental.

(Oliveira, 2000)

⁴⁰ *Constituição*: “Art. 13. A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil”.

LEI Nº 145, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Dispõe sobre a cooficialização das Línguas Nheegatu, Tukano e Baniwa à Língua Portuguesa no município de São Gabriel da Cachoeira, estado do Amazonas, Brasil.

O Presidente da Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira, AM

FAÇO saber a todos que a Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira, estado do Amazonas decretou a seguinte:

LEI:

Art. 1º A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

Parágrafo Único — Fica estabelecido que o município de São Gabriel da Cachoeira, estado do Amazonas, passa a ter como línguas cooficiais o Nheegatu, o Tukano e o Baniwa.

Art. 2º O status de língua cooficial, concedido por esse objeto, obriga o município:

§ 1º A prestar os serviços públicos básicos de atendimento nas repartições públicas na língua oficial e nas três línguas cooficiais, oralmente e por escrito.

§ 2º A produzir a documentação pública, bem como as campanhas publicitárias institucionais, na língua oficial e nas três línguas cooficiais.

§ 3º A incentivar e apoiar o aprendizado e o uso das línguas cooficiais nas escolas e nos meios de comunicações.

Art. 3º São válidas e eficazes todas as atuações administrativas feitas na língua oficial ou em qualquer das cooficiais.

An. 4º Em nenhum caso alguém pode ser discriminado por razão da língua oficial ou cooficial que use.

Art. 5º As pessoas jurídicas devem ter também um corpo de tradutores no município, conforme o estabelecido no caput do artigo anterior, sob pena da lei.

Art. 6º O uso das demais línguas indígenas faladas no município será assegurado nas escolas indígenas, conforme a legislação federal e estadual.

Art. 7º Revogadas as disposições em contrário.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas, em 11 de dezembro de 2002.

DIEGO MOTA SALES DE SOUZA

Presidente da Câmara Municipal

Em 2017 Gean Damulakis listou as 11 línguas até então cooficializadas no Brasil⁴¹. Em 2022 havia 22 línguas cooficiais em 51 municípios (*Quadros 3 e 4*)⁴².

Quadro 3 - Línguas indígenas cooficiais - Fonte: IPOL

Língua	Município	Lei – Ano
Baniwa	São Gabriel da Cachoeira (AM)	Lei n. 145/2002
Neengatu	São Gabriel da Cachoeira (AM)	Lei n. 145/2002
Tukano	São Gabriel da Cachoeira (AM)	Lei n. 145/2002

⁴¹ Ver <https://linguisticamcarlotarosa.wordpress.com/2020/03/23/a-lingua-mebengokre-cooficializada/>.

⁴² Fonte: IPOL - <http://ipol.org.br/lista-de-linguas-cooficiais-em-municipios-brasileiros/>.

Ianomami	São Gabriel da Cachoeira (AM)	Lei n. 0084/2017
Guarani	Tacuru (MS)	Lei n. 848/2010
Akwê-Xerente	Tocantínea (TO)	Lei n. 411/2012
Macuxi	Bonfim (RR)	Lei n. 211/2014
	Cantá (RR)	Lei n. 281/2015
Wapichana	Bonfim (RR)	Lei n. 211/2014
	Cantá (RR)	Lei n. 281/2015
Mebêngôkre/Kayapó	São Felix do Xingu (PA)	Lei n. 571/2019
Tenetehara/Guajajara	Barra do Corda (MA)	Lei n. 900/2020
Tikuna	Santo Antônio do Içá (AM)	Lei n. 298/2020
Tupi-nheengatu	Monsenhor Tabosa (CE)	Lei n. 13/2021
Terena	Miranda (MS)	Lei n. 1.382/2017
		Lei n. 1.417/2019

Quadro 4 - Línguas de imigração cooficiais - Fonte: IPOL

Língua	Município	Lei - Ano
Pomerano	Pancas (ES)	Lei n. 987/2007
	Laranja da Terra (ES)	Lei n. 510/2008
	Santa Maria de Jetibá (ES)	Lei n. 1.136/2009
	Vila Pavão (ES)	Lei n. 671/2009
	Canguçu (RS)	Lei n. 3.473/2010
	Domingos Martins (ES)	Lei n. 2.356/2011
	Itarana (ES)	Lei n. 1.195/2016
	Pomerode (SC)	Lei n. 2.907/2017
Talian	Serafina Corrêa (RS)	Lei n. 2.615/2009
	Flores da Cunha (RS)	Lei n. 3.180/2015
	Nova Erechim (SC)	Lei n. 1.783/2015
	Nova Roma do Sul (RS)	Lei n. 1.310/2015
	Paráí (RS)	Lei n. 3.122/2015
	Bento Gonçalves (RS)	Lei n. 6.109/2016
	Fagundes Varela (RS)	Lei n. 1.922/2016
	Antônio Prado (RS)	Lei n. 3.017/2016
	Guabiju (RS)	Lei n. 1.315/2016
	Camargo (RS)	Lei n. 1.798/2017
	Caxias do Sul (RS)	Lei n. 8.208/2017
	Ivorá (RS)	Lei n. 1.307/2018

	Pinto Bandeira (RS)	Lei n. 414/ 2019
	Nova Pádua (RS)	Lei n. 1.214/2020
	Ipumirim (SC)	Lei n. 1.868/2020
	Barão (RS)	Lei n. 2.451/2021
	Casca (RS)	Lei n 3.049/2022
	Vila Flores (RS)	Lei no. 2541/2022
Alemão	Pomerode (SC)	Lei n. 2.251/2010
	São João do Oeste (SC)	Lei n. 1.685/2016
Plattdüütsch/Sapato de Pau	Westfália (RS)	Lei n. 1.302/2016
Hunsriqueano/Hunsrik	Antônio Carlos (SC)	Lei n. 132/2010
	Barão (RS)	Lei n. 2.451/2021
	Ipumirim (SC)	Lei n. 1.868/2020
Dialeto Trentino	Rodeio (SC)	Lei n. 2.156/2020
Plautdietsch	Palmeira (PR)	Lei n. 5.348/2021
Polonês	São Mateus do Sul (PR)	Lei N. 3.043/2021
	Casca (RS)	Lei n. 3.049/2022
	Mallet (PR)	
	Carlos Gomes (RS)	Lei N. 1.618/2022
	Aurea (RS)	Lei N. 2.181/2022
Ucraniano	Prudentópolis (PR)	Lei N. 2.479/2022
	Mallet (PR)	

Na mesma direção de reconhecimento do plurilinguismo no Brasil seguem:

- a) o Projeto de Lei 3074/2019, que procura ampliar o processo de cooficialização de línguas para todos os municípios brasileiros que possuem comunidades indígenas⁴³; e
- b) o Projeto de Lei 5182/ 2020, que institui “a obrigatoriedade de alocação de tradutores e de intérpretes comunitários em todas as instituições públicas federais, estaduais e municipais”⁴⁴.

Qual a base legal para esses movimentos? Ela existe e já faz tempo. Primeiramente, o Brasil é signatário da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* desde sua promulgação pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948. O documento reconhece que todos têm liberdade também para usar sua língua:

⁴³ Em 19 de outubro de 2022 a Câmara dos Deputados remeteu o projeto ao Senado. Em fevereiro de 2024 o PL estava na Comissão de Educação e Cultura, onde chegara em março de 2023.

⁴⁴ <https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-bicamerais/-/ver/pl-5182-2020>.

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição”.

(*Declaração Universal dos Direitos Humanos*, Art. 2º)

Através do Decreto 592/1992⁴⁵, o Brasil também se comprometeu a executar o *Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos*, adotado pela XXI Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas em 16 de dezembro de 1966.

A perspectiva que considera os direitos linguísticos como direitos fundamentais do homem “alimenta a centralidade das políticas linguísticas na sociedade atual”⁴⁶ e levou à *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*, promulgada na Conferência Mundial sobre Direitos Linguísticos, realizada em junho de 1996 na Espanha. Nesse documento fica claro o conceito de cooficialização:

Artigo 15

1. Todas as comunidades linguísticas têm direito a que a sua língua seja utilizada como língua oficial dentro do seu território.
2. Todas as comunidades linguísticas têm direito a que as acções judiciais e administrativas, os documentos públicos e privados e as inscrições em registos públicos realizados na língua própria do território sejam válidos e eficazes, e ninguém possa alegar o desconhecimento dessa língua.

Artigo 16

Todo membro de uma comunidade linguística tem direito a exprimir-se e a ser atendido na sua língua, nas suas relações com os serviços dos poderes públicos ou das divisões administrativas centrais, territoriais, locais e supraterritoriais aos quais pertence o território de que essa língua é própria.

Artigo 17

1. Todas as comunidades linguísticas têm direito a dispor e a obter na sua língua toda a documentação oficial, qualquer que seja o suporte (papel, informático, ou outro), nas relações respeitantes ao território de que essa língua é própria.
2. Os poderes públicos devem dispor de formulários, impressos e modelos, em papel, suporte informático, ou outro, nas línguas territoriais, e colocá-los à disposição do público nos serviços respeitantes aos territórios de que cada língua é própria.

Artigo 18

1. Todas as comunidades linguísticas têm direito a que as leis e outras disposições jurídicas que lhes digam respeito sejam publicadas na língua própria do território.
2. Os poderes públicos em cujo âmbito de actuação exista mais de uma língua territorialmente histórica devem publicar todas as leis e outras disposições de

⁴⁵ O Decreto e o *Pacto* em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm.

⁴⁶ Rodrigues & Beer (2016: 671).

carácter geral nessas línguas, independentemente de os seus falantes compreenderem outras línguas.

(Declaração Universal dos Direitos Linguísticos)

Mas na prática? Como a cooficialização funciona para o cidadão? Em 15 de abril de 2021, o linguista Eduardo Rivail Ribeiro, criador e administrador da *Biblioteca Digital Curt Nimuendajú*⁴⁷, sobre línguas e culturas sul-americanas, postava no grupo Google *Etnolinguística: línguas indígenas da América do Sul*⁴⁸ a pergunta:

O reconhecimento das línguas cooficiais de que trata o caput garante a prestação de serviços e a disponibilização de documentos públicos pelas instituições públicas na língua oficial e nas línguas cooficiais.” Alguém saberia como tem funcionado isso no caso de línguas já cooficializadas? Tem-se investido na qualificação de tradutores e intérpretes (não só em documentos públicos, mas também em cortes, hospitais, etc.)? Ou continua algo meramente simbólico?

A resposta de Mateus de Oliveira (Universidade Federal do Amazonas/UFAM), no tocante a São Gabriel da Cachoeira apresentava a seguinte situação:

Inicialmente, as línguas cooficiais eram três: Baniwa, Nheengatu e Tukano. Mais recentemente, o Yanomami também foi incluído. A ideia da lei era a de que os serviços públicos disponibilizassem intérpretes, mas, até hoje, isso não aconteceu. Soube de iniciativas de cursos de tradutores/intérpretes, mas sem uma efetivação prática. Na área da educação, o curso de licenciatura Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável ofertado pela Universidade Federal do Amazonas [...] adotou, como política linguística, as línguas cooficiais (mas não apenas elas) como língua de trabalho, isto é, para apresentações orais e para a escrita das pesquisas e dos TCCs. Isso é importante, mas, penso, insuficiente.

As mudanças de atitude em relação aos direitos linguísticos, embora tímidas, começam a se fazer sentir. Dois exemplos. Em março de 2021, o projeto de pesquisa do linguista Wilmar d'Angelis (Universidade Estadual de Campinas/ Unicamp) em conjunto com representantes das comunidades indígenas concretizou-se na possibilidade de *smartphones* poderem usar o Kaingang e o Nheengatu, como amplamente noticiado à época⁴⁹. No ano seguinte, 2022,

⁴⁷ <http://www.etnolinguistica.org/>.

⁴⁸ <https://groups.google.com/g/etnolinguistica?pli=1> A pergunta e a resposta estão em <https://groups.google.com/g/etnolinguistica/c/aOeb03PuMMk/m/Tm4DMeKWAgAJ>.

⁴⁹ Alguns dos artigos na imprensa à época: *Celulares Motorola ganham suporte a idiomas indígenas brasileiros* (<https://olhardigital.com.br/2021/03/25/reviews/celulares-motorola-ganham-suporte-a-idomas-indigenas-ameaca->

dois jovens — Samuel Benzecry e Juliano Portela — lançavam o teclado digital ‘Linklado’, um software que permite escrever caracteres empregados na escrita de dezenas de línguas amazônicas, como ã, u, i, ñ, ç, ã, em que as letras do alfabeto latino são combinadas a vários diacríticos⁵⁰.

UMA ESCALA NA VIAGEM

Sobre o conceito de DIALETO quando tratamos da Grécia antiga

Vimos que dialeto significa uma variedade de uma determinada língua. Quando focalizamos a Grécia antiga, de onde, em última análise, herdamos o português **dialeto** (gr. *diálektos*), estamos autorizados a dizer, por exemplo, que o ático era um dialeto de uma língua grega padrão?



Anna Morpurgo Davies (1937-2014), num texto de 1987, republicado em 2002, discute o significado de *dialeto*. Seu ponto de partida são os fatores não linguísticos que acabam por entrar na caracterização de conceitos como *dialeto* e *língua*. E quando o tema são os dialetos gregos no material referente aos séculos VIII ao III a.C.? Eles são dialetos de uma língua? De que língua?

O sentimento de que para os gregos havia uma mesma língua grega, não obstante tantas diferenças, foi afirmado por Antoine Meillet (1930: 75):

Tanto quanto se pode perceber com os fatos que se tem, os dialetos gregos do século V a.C. estavam bem diferentes uns dos outros. A grafia, que é quase a mesma em todos os lugares, dissimula muito das diferenças de detalhe da pronúncia. A literatura, já difundida, tendia a unificar os contornos das frases e o vocabulário. No entanto, as inscrições em falares locais, especialmente os mais antigos, mostram fortes diferenças entre eles: deve ter sido difícil para helenos pertencentes a cidades diferentes e falando dialetos diferentes, de se entenderem aproximadamente e, menos ainda, com precisão. Mas as diferenças não eram tais que os helenos houvessem perdido o sentimento de falar a mesma língua. Do ponto de vista linguístico, a sensação da unidade helênica nunca desapareceu.

(Antoine Meillet, 1930: 75)

Antes do período helenístico a escrita num dialeto estava mais relacionada ao gênero textual que à origem do autor: a poesia épica surgia em jônico; a poesia lírica (mas não a prosa), em eólico; a tragédia em ático (mas não no tocante ao coro, que se expressaria em dórico). Como notou Guida N. P. Horta,

o dialeto empregado numa obra não depende da região de onde é originário seu autor, mas sim do conteúdo das publicações, passando a caracterizar-lhes o gênero. [...] não nos surpreende, portanto, que autores como Hesíodo, por exemplo, nascido em Halicarnasso, mas vivendo na Beócia, se utilize da língua homérica, cujo dialeto fundamental é o jônico, nem que o poeta elegíaco Teógnis, natural de Mégara, em pleno domínio

dos-de-extincao/). Motorola adiciona idiomas indígenas do Brasil e da Amazônia em seus celulares (<https://canaltech.com.br/smartphone/motorola-adiciona-idiomas-indigenas-do-brasil-e-da-amazonia-em-seus-celulares-181356/>).

⁵⁰ G1: “Jovens pesquisadores criam teclado digital com caracteres de mais de 40 línguas indígenas da Amazônia”: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2022/08/31/jovens-pesquisadores-criam-teclado-digital-com-caracteres-de-mais-de-40-linguas-indigenas-da-amazonia.ghtml>.

dórico, tenha respeitado a tradição escrevendo seus poemas em dialeto jônico, ao passo que Píndaro, nascido em Tebas na Beócia, tenha escrito seus maravilhosos epinícios, na mescla dialetal saturada de dorismos que é característica do lirismo coral na Grécia. (Guida N. P. Horta, 1970: 56)

Para Morpurgo Davies ([1987]2002: 157-158), a mudança de dialeto literário, quer na escrita, quer na recitação, deve ter contribuído para o sentimento de uma relação entre gregos que deixava de fora os não-gregos. Mas e na fala? “Os sofistas sempre falavam em ático quando em Atenas? Os interlocutores de Sócrates sempre mudavam para o ático [...] no curso das discussões, mesmo se fossem, por exemplo, da Beócia?”(Davies, [1987] 2002: 158). Tomando por base as comédias, Davies defende que, sendo os dialetos mutuamente inteligíveis, seriam poucas as situações em que cada interlocutor mudava de variedade. E conclui:

Não há evidência, antes do período helenístico, de uma língua padrão em uso na Grécia quer na literatura, quer na comunicação. Por outro lado, há evidências de um complexo padrão de mudança de dialeto (ao menos para fins literários) e de um conhecimento passivo extenso de diferentes dialetos. As formas linguísticas usadas diferem extensivamente de região para região, mas os padrões de uso e compreensão criam relações entre os diferentes dialetos e contribuem para delimitá-los como uma unidade que pode ser contrastada com as línguas não gregas. (Davies, [1987] 2002: 161).

A partir do século V a.C. essa unidade está evidenciada no verbo *hellenizein*, ‘falar grego’. Quem fala grego tem uma língua; quem não fala grego, não; para estes havia um outro verbo: *barbarizein*. “Em resumo: em algum momento, certamente bem antes do século V, os habitantes da Grécia [...] começaram a sentir que falavam e escreviam grego. Como tal, contudo, o grego não existia” (Davies ([1987] 2002: 168). Afinal, antes da *koiné* do período helenístico não havia uma língua comum.

UMA ESCALA NA VIAGEM

As línguas de Portugal

O Art. 11 §3º da Constituição portuguesa determina que o português é a **língua oficial** de Portugal. O português é também a língua principal daquele país em número de falantes: dos cerca de 10 milhões de habitantes do país, o português é falado por cerca 9.900.000 — é, por conseguinte, **língua nacional**. Mas o português não é a única língua de Portugal. Um levantamento rápido permite elencar pelo menos outras cinco línguas orais, minoritárias e tradicionais, duas delas talvez classificáveis como **línguas dormentes** **G** ou **adormecidas** **G**: **mirandês**, **barranquenho**, **minderico**, **quadramilês** e **riodonorês**. Muitos trabalhos tradicionalmente designaram tais línguas como *dialeto*. Examinemos a situação destas cinco línguas.



Em artigo de 1993, Telmo Verdelho afirmava que o **mirandês** tem sido recebido “como língua materna em 13 das 16 freguesias do Concelho de Miranda do Douro (o mirandês não é falado na própria cidade de Miranda e nas freguesias de Atenor e de Picote), e em 3 freguesias do concelho de Vimioso”. Estimava, então, de 15 a 10 mil falantes. Em 1999 Portugal tornou o mirandês **língua cooficial**, permitindo que as instituições públicas localizadas ou sediadas no concelho de Miranda do Douro pudessem emitir os seus documentos acompanhados de uma versão em língua mirandesa (Lei 7/1999, Art. 4º).

O **barranquenho**, da região de Barrancos, pleiteia o *status* de língua cooficial, com o apoio do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa e da Universidade de Évora. É também uma língua ameaçada:

em 1985 Barrancos tinha cerca de 4000 habitantes, em 2014 já eram apenas 1754, decréscimo resultante quer do envelhecimento — um quarto da população tinha, em 2012, mais de 65 anos, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) — quer da procura de emprego fora da comunidade (Correia 2019). Por outro lado, no que diz respeito à vitalidade da língua, de acordo com a opinião dos inquiridos por V. Correia (2019), 65.4% declaram que atualmente é menos falado do que antes.
(Navas Sánchez-Élez & Gonçalves, 2020: 186).

O **mindérico** (da região de Minde) parece estar em extinção: o *Ethnologue* na edição de 2023 reporta apenas 500 falantes (dados de 2010) e lhe atribui o *status 8a (Moribund)*. O **quadramilês** e o **riodonorês**, respectivamente das povoações de Quadramil e de Rio de Honor ou Riodonor não estão listadas no *Ethnologue*. Em acordo com Telmo Verdelho (1993: 22 n34), tornaram-se extintos por volta de meados do século XX.

Diferentemente de Verdelho, Luís Paulo Reis (2017) reportava a informação de que Quadramil tinha 76 habitantes em 2011 e de que havia, então, dois falantes fluentes de quadramilês. No tocante a Riodonor (30 habitantes muito idosos em 2011), nove dentre 12 se declararam falantes de riodonorês, mas somente cinco afirmavam usar a língua diariamente.

O preconceito em relação a essas línguas minoritárias parece fazer parte do senso comum: “a maioria dos inquiridos considera que são línguas atrasadas, desprestigiadas e que quem as fala não fala bem português” (Reis, 2017: 36). Quando o filólogo e dicionarista brasileiro Antenor Nascentes (1886-1972) visitou Miranda do Douro, em 1953, tentou ouvir mirandês, mas “a única pessoa que o sabia envergonhou-se e não quis falar” (informação em Verdelho, 1993: 18).

Essa atitude pode ser reforçada pela escola: “O que é isso que vocês falam?”, “Vejam lá se falam como gente”, dito por um docente na escola de Barrancos ” (Navas Sánchez-Élez & Gonçalves, 2020: 188).

ANTENOR NASCENTES (1886-1972)



Foi autor do *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, de 1932; do *Dicionário etimológico da língua portuguesa: nomes próprios*, de 1952, entre muitas outras obras.

É sempre lembrado, porém, por sua divisão dialetal do território brasileiro, em especial, aquela apresentada na segunda edição de *O linguajar carioca* (1953). E ainda por lançar as *Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do*

Brasil (1961).

Para mais sobre ele: *Projeto Atlas Linguístico do Brasil* - <https://alib.ufba.br/antenor-nascentes>.

CAPÍTULO 8

ENTÃO, QUANTAS LÍNGUAS HÁ NO MUNDO?

Alrededor del 97% de la población mundial habla aproximadamente un 4% de las lenguas del mundo; a la inversa, alrededor del 96% de las lenguas del mundo son habladas por aproximadamente un 3% de los habitantes del mundo (Bernard 1996: 142). Así pues, casi toda la heterogeneidad lingüística del mundo es custodiada por un número muy pequeño de personas.

(UNESCO, 2003).

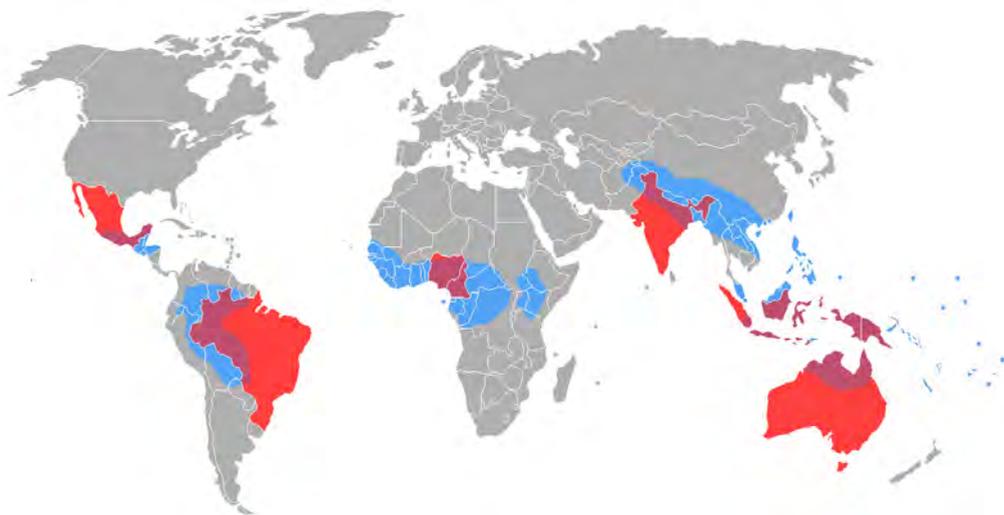


Fig. 17. Mais de 50% das línguas do mundo estão localizadas em apenas oito países (em vermelho no mapa): Austrália, Brasil, Camarões, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Papua-Nova Guiné. Nestes países e na região ao redor deles há a maior diversidade linguística do mundo (em azul no mapa).

Fonte: Wikipedia File:Linguistic diversity.png

8.1. INTRODUÇÃO

Com tantos problemas para saber se estamos diante de línguas diferentes ou de dialetos de uma língua, como saber quantas línguas há no mundo?

Se olharmos diferentes edições do *Ethnologue*¹ perceberemos que o número total de línguas vem variando para mais e para menos, como apontado no *Quadro 5*.

Quadro 5: Línguas vivas no mundo
Linha do tempo no *Ethnologue*

Ethnologue https://scholars.sil.org/gary_f_simons/online-resources-year#2019		
Edição	Ano de publicação	Total de línguas vivas no mundo
15	2005	6.192
16	2009	6.909
17	2013/2014	7.106
18	2015	7.102
19	2016	7.097
20	2017	7.099
21	2018	7.097
22	2019	7.111
23	2020	7.117
24	2021	7.139
25	2022	7.151
26	2023	7.168

O número total de línguas pode aumentar porque novos dados e novos estudos revisaram a classificação anterior, ou uma nova configuração política deu uma bandeira a um dialeto. O número total pode diminuir porque línguas se tornaram extintas. Até mesmo a contagem das línguas extintas pode acarretar divergências, como vimos anteriormente com o guadramilês e o riodonorês:

Por exemplo, segundo Rodrigues (1986:72 e 1993) o número de falantes da língua Yawalapiti é 135. Todavia, segundo Seki (1999:420) somente 13 Yawalapiti falam a língua. Como outro exemplo, segundo Rodrigues (1986:81 e 1993) há 256 falantes

¹ Tomou-se aqui como ponto de partida a edição de 2015, quando o *Ethnologue* passou a identificar as línguas com uma versão inicial da ISO 693-3.

da língua Torá, e o número dado por Aikhenvald e Dixon (1999:343) é parecido: 250. Porém, segundo o website do Instituto Sócio-Ambiental, a língua Torá foi extinta uma geração atrás.

Línguas consideradas extintas às vezes ainda têm alguns falantes ou semi-falantes. Exemplos disto são Puruborá, com dois ou três semi-falantes, e Salamã (Mondé), com uma semi-falante.

(Moore, 2007)

8.2. AS LÍNGUAS EXTINTAS

Assumimos aqui a proposta de classificação de vitalidade de uma língua que considera que uma língua está **extinta** quando não conta com falantes nativos, nem qualquer comunidade a reivindica como sua. Quando não conta com falantes nativos mas uma comunidade a reconhece como marca étnica ela é uma **língua dormente**G ou **adormecida**G.

As circunstâncias que levam à morte de uma língua não são sempre do mesmo tipo, mas, se focalizarmos a duração desse processo, a morte de uma língua pode-se dar de modo abrupto ou resultar de processos mais lentos².

Como uma língua morre?	
Desaparecem os falantes	A população adota uma outra língua
Desaparecimento abrupto:	Desaparecimento gradual :
Morte súbita – todos os falantes morrem ou são mortos.	<ul style="list-style-type: none">• contacto linguístico entre grupos de línguas diferentes;• os membros da comunidade de menor status, embora conservem o vernáculo, adquirem a língua do grupo dominante — tornam-se bilíngues;• o uso do vernáculo começa a diminuir na comunicação intragrupal;• a geração bilíngue transmite apenas a língua do grupo dominante à geração seguinte ;• monolinguismo.
Morte radical – os falantes param de usar a língua por autodefesa (como em consequência do massacre dos camponeses salvadorenhos de 1932).	(Sánchez Avendaño, 2009)

Uma língua pode desaparecer abruptamente se um desastre natural ou uma epidemia, por exemplo, dizima toda uma população. Ou se todos os falantes são mortos. Uma língua pode desaparecer lentamente. Essa situação não é rara em regiões multilíngues: os falantes falam duas ou mais línguas, mas uma delas é a **língua majoritária** — cada vez usada em mais contextos. As outras

² Quesada (2000); Sánchez Avendaño (2009).

vão perdendo funções: podem deixar de ser usadas no ensino, na mídia... e o bilinguismo da comunidade de menor prestígio — a **língua minoritária** — paulatinamente caminha para o monolinguismo na língua de maior prestígio. A língua minoritária vai aos poucos perdendo lugar na comunicação intragrupal, deixando de ser transmitida às novas gerações e, por fim, desaparece.

Ao deixar a primeira língua, a comunidade continuará falante, mas não daquela língua que ligava os membros da comunidade aos ancestrais. Por que fariam isso?

El peligro de desaparición de una lengua puede ser el resultado de fuerzas externas, tales como el sojuzgamiento militar, económico, religioso, cultural o educativo, o puede tener su causa en fuerzas internas, como la actitud negativa de una comunidad hacia su propia lengua.

A menudo las presiones internas tienen su origen en presiones externas, y unas y otras detienen la transmisión intergeneracional de las tradiciones lingüísticas y culturales. Muchos pueblos indígenas, asociando su condición social desfavorecida con su cultura, han llegado a creer que no merece la pena salvaguardar sus lenguas. Abandonan su lengua y su cultura con la esperanza de vencer la discriminación, asegurarse un medio de vida y mejorar su movilidad social o integrarse en el mercado mundial.

(UNESCO, 2003).

Uma língua perto da extinção pode contar com o que se convencionou chamar **semifalante**. Nesse caso, a comunidade a caminho do monolinguismo ainda contaria com falantes bilíngues, mas se esses falantes usam muito pouco a língua em vias de desaparecimento, seu domínio dessa língua é imperfeito.

Vale a pena coletar dados com esses falantes? Nas palavras de Denny Moore (2007), “[m]esmo estas línguas com poucos falantes têm valor científico. A língua Baré, por exemplo, que perdeu seu último falante no Brasil alguns anos atrás, foi analisada como tendo aspiração intrínseca ao morfema — um fenômeno de muito interesse fonológico”.

8.3. AS LÍNGUAS EM RISCO

Para uma língua ser considerada fora de risco de extinção é necessário ter em conta a geração mais nova que tem aquela língua como primeira língua/ L1. Tudo bem se forem as crianças e jovens. Mas tudo muda se os mais novos já são os pais (*i.e.* os adultos jovens da comunidade); ou pior: os avós, *i.e.*, falantes já na meia idade ou na velhice³.

³ Simons (2019).

- “Uma língua está em risco quando as crianças não a aprendem mais como primeira língua”.
(Austin & Sallabank, 2011: 1)
- “Una lengua está en peligro cuando sus hablantes dejan de utilizarla, cuando la usan en un número cada vez más reducido de ámbitos de comunicación y cuando dejan de transmitirla de una generación a la siguiente. Es decir, cuando no hay nuevos hablantes, ni adultos ni niños.”
(UNESCO, 2003).

À substituição de uma língua por outra, total ou parcialmente, se dá o nome de **mudança de língua** (ing. *language shift*).

8.4. MEDINDO O NÍVEL DE RISCO

Em 15 de novembro de 2022 o mundo alcançou os 8 bilhões de habitantes, de acordo com a UNESCO⁴. Leve-se em conta que em 1950 a população mundial havia chegado a 2,5 bilhões e ter agora três vezes mais gente no mundo poderia nos dar a impressão de que as línguas estão seguras: mais gente transmitindo sua(s) língua(s) às novas gerações. Muitas línguas, no entanto, estão em perigo de extinção.

No início da década de 1990 um linguista chamava a atenção para a quantidade de línguas que estavam desaparecendo. Era Michael Krauss (1934-2019). Convidado por Ken Hale (1934-2001) para participar de um painel sobre línguas em risco no encontro anual da Linguistic Society of America/LSA de 1991⁵, Krauss estimou então que em 2100 o número de línguas que não estariam extintas ou quase equivaleria a apenas 10% do número de então — e o *Ethnologue* de 1992 informava haver 6.528 línguas vivas no mundo⁶. O texto de Krauss seria publicado no ano seguinte no periódico da LSA com o título “The World’s Languages in Crisis” [‘As línguas do mundo em crise’]. Nele, Krauss previa que, “na velocidade em que as coisas estão indo — o próximo século [séc. XXI — MCR] verá a morte ou a extinção de 90% das línguas da humanidade”⁷. Se era uma crise, ações urgentes tinham de ser tomadas.

Naquele mesmo ano de 1991 uma outra obra marcaria o tema das línguas em risco: Joshua A. Fishman (1926-2015) propunha uma escala para medir a vitalidade de uma língua: o perigo podia ser colocado numa gradação. Surgia

⁴ <https://www.un.org/en/global-issues/population>.

⁵ Krauss (2018).

⁶ Grimes (1992: 930).

⁷ Krauss (1992: 7).

a *Graded Intergenerational Disruption Scale*, ou *GIDS*, uma escala de oito graus que reconhecia na transmissão de uma língua entre gerações o fator preponderante para a vitalidade de uma língua.

Outras escalas surgiriam, demonstrando que o tema passava a fazer parte, de fato, das preocupações dos linguistas:

- a da UNESCO (2003; 2010);
- a *Expanded GIDS*, ou *EGIDS* (Lewis & Simons, 2010), revisada posteriormente (Lewis, Simons & Fenning, 2014);
- o *Catalogue of Endangered Languages/ELCat*⁸, apresentado ao público em 2012.

O espaço na *Wikipedia* demonstrava a popularização do tema. A enciclopédia colaborativa mantém desde janeiro de 2005 uma página com o título “*List of languages by time of extinction*”⁹. Organizada em colunas, a página informa a data do desaparecimento, o nome da língua, a que família linguística pertencia, a região em que era falada e, por fim, o último falante. As notas junto aos nomes desses falantes terminais remetem a obituários na imprensa – e a data da morte de cada um desses indivíduos é tomada como a data de desaparecimento da língua de que o falecido era o último falante.

8.4.1. A gradação de vitalidade da UNESCO

A gradação de vitalidade da UNESCO propunha cinco níveis, de 0 a 5, em que o grau zero indica que a língua já está extinta (*Quadro 6*).

Quadro 6 – Graus de vitalidade UNESCO 2003

Nível de vitalidade	GRAU
<i>Não corre perigo</i>	5
<i>Vulnerável</i>	4
<i>Claramente em perigo</i>	3
<i>Seramente em perigo</i>	2
<i>Em situação crítica</i>	1
<i>Extinta</i>	0

A avaliação do risco foi operacionalizada em nove fatores:

1. Transmissão linguística entre gerações.
2. Número absoluto de falantes.

⁸ <https://www.endangeredlanguages.com/>.

⁹ https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_languages_by_time_of_extinction.

3. Proporção de falantes no conjunto da população.
4. Mudanças nos domínios de uso da língua.
5. Resposta a novos domínios e meios de comunicação.
6. Disponibilidade de materiais para ensino e aprendizagem da língua.
7. Atitudes e políticas dos governos e instituições em relação à língua, incluídos o status de oficialidade e uso.
8. Atitudes dos membros da comunidade em relação à própria língua.
9. Tipo e qualidade da documentação.

Se tomado isoladamente, o primeiro fator é o mais preocupante, porque sinaliza um futuro não muito distante em que não haverá mais falantes daquela língua na comunidade. Para Krauss¹⁰, o fato de uma língua contar com menos de 10.000 falantes a retira da faixa “não corre perigo”: significa que há poucas crianças para aprender a língua e que o **atrito linguístico** pode-se dar rapidamente, caso mudanças político-sociais alterem a situação vivida na comunidade. Para Crystal os números podem ser relativizados:

Em algumas circunstâncias, como num ambiente rural isolado, 500 falantes podem permitir uma previsão razoavelmente otimista; em outros, como numa comunidade minoritária espalhada pela periferia de uma cidade em rápido crescimento, as chances de 500 pessoas manterem viva sua língua étnica são mínimas. Em muitos territórios insulares do Pacífico, uma comunidade de 500 seria considerada bastante grande e estável; na maior parte da Europa, 500 seria minúsculo. O número de falantes nunca deve ser visto isoladamente, mas sempre em relação à comunidade com a qual se relaciona.

(Crystal, [2000] 2014: 15)

Se a comunidade se mantiver isolada, as chances de sua língua ser mantida são boas. Por outro lado, uma comunidade com poucos indivíduos corre mais riscos face a desastres naturais ou epidemias, por exemplo. A perda de domínios pode surgir com a introdução de outra língua no ensino formal. A introdução de uma nova religião pode ter efeitos sobre a língua da comunidade: por exemplo, o abandono de formas cerimoniais¹¹. A inexistência de materiais de ensino na língua é outro fator de risco, bem como a (in)existência de políticas linguísticas. A atitude dos falantes em relação à sua língua também é relevante.

8.4.2. A vitalidade na régua da EGIDS

Mais recentemente uma outra forma de medir a mudança de língua de uma comunidade foi a EGIDS, em uso no *Ethnologue*. Do nível zero ao 6a as

¹⁰ Citado em Grenoble (2011:39).

¹¹ Moore (2007).

crianças aprendem a língua com os pais. A partir de 6b o cenário muda. A metade inferior dessa escala exprime o caminho para o desaparecimento da língua. O *Quadro 7* informa os 13 níveis da EGIDS e sua equivalência com a escala da UNESCO.

Quadro 7 – EGIDS e UNESCO - Fonte: Simons (2019: 4)

EGIDS			UNESCO
<i>Nível</i>	<i>Denominação</i>	<i>Descrição</i>	
0	Internacional	A língua é usada amplamente entre as nações no comércio, na troca de conhecimentos e na política internacional.	Não corre perigo
1	Nacional	A língua é usada na educação, no trabalho, na grande mídia e no governo no nível nacional.	Não corre perigo
2	Provincial	A língua é empregada na educação, no trabalho, na grande mídia e, no governo, no âmbito de subdivisões oficiais da administração de uma nação.	Não corre perigo
3	Comunicação ampla	A língua é empregada no trabalho e na grande mídia sem <i>status</i> oficial, a fim de ultrapassar as diferenças linguísticas que perpassam uma região.	Não corre perigo
4	Educacional	A língua está em uso vigoroso, com a padronização e a literatura sendo mantidas por meio de um sistema generalizado de educação apoiada institucionalmente.	Não corre perigo
5	Em desenvolvimento	A língua está em uso vigoroso, com literatura padronizada, sendo usada por alguns, embora isso ainda não seja difundido nem sustentável.	Não corre perigo
6a	Vigorosa	A língua é usada para comunicação face a face por todas as gerações e a situação é sustentável.	Não corre perigo
6b	Ameçada	A língua é usada para comunicação face a face em todas as gerações, mas está perdendo usuários.	Vulnerável
7	Em mudança	A geração em idade fértil pode usar a língua entre si, mas não a transmite às crianças.	Claramente em perigo
8a	Moribunda	Os únicos usuários ativos da língua restantes são membros da geração dos avós e mais velhos.	Seramente em perigo

8b	Quase extinta	Os únicos usuários da língua que restam são membros da geração dos avós ou mais velha, que têm poucas oportunidades de usar a língua.	Em situação crítica
9	Dormente ou adormecida	A língua serve como um lembrança da identidade de herança para uma comunidade étnica, mas ninguém tem mais do que proficiência simbólica.	Extinta
10	Extinta	A língua não é mais usada e ninguém guarda o sentimento de identidade étnica associado à língua.	Extinta

E qual o problema se essas línguas morrem? Luciana Storto começa seu livro sobre as línguas indígenas do Brasil com o que poderia ser uma resposta a essa pergunta. Reproduzo a seguir um trecho de seu texto:

Quando uma língua morre, com ela se perde uma parte da tradição e diversidade humana sobre a terra. Mais especificamente, quando morre uma língua indígena no Brasil, com ela desaparece uma porção substancial da herança cultural do povo que a fala, pois trata-se de línguas de transmissão oral, sem tradição escrita, nas quais o conhecimento é passado de geração a geração principalmente através de narrativas contadas pelos mais velhos e experientes aos mais novos. O conteúdo passado de especialistas para não especialistas em uma sociedade garante que o conhecimento acumulado ao longo de gerações seja preservado para a posteridade. Perde-se também a arte verbal, o estilo poético dos narradores e as técnicas de construção de sentidos e efeitos desenvolvidos por representantes daquela cultura através de gerações. Em outras palavras, a perda de uma língua de tradição oral implica a perda da sua literatura.
(Storto, 2019:7)

CAPÍTULO 9

QUE LÍNGUA VOCÊ FALA?

A frase *o monolinguismo é uma doença* apareceu em adesivos colados em carros e outros meios de transporte na Austrália, não poucos anos atrás. Foi uma provocação vinda dos movimentos de mobilização de populações aborígenes e seus aliados, num momento em que cresciam, já em escala mundial, denúncias acerca do rápido e crescente desaparecimento ou obsolescência de milhares de línguas minoritárias. No final do século (apenas) passado, a previsão era de que das cercas de 5000/6000 línguas existentes, no mundo, 90% estariam em risco de extinção neste século.

(BRUNA FRANCHETTO, 2020)

9.1. INTRODUÇÃO

Em decorrência da coexistência de mais de uma língua numa dada área, a pergunta “*que língua você fala?*” pode não ter uma resposta simples.

Uma das coisas que achei intrigantes foi que, em algumas áreas, as pessoas pareciam não ter nenhuma noção do que seja uma língua e nenhum sentido de pertencimento a uma comunidade linguística. Outros ocidentais que estiveram na Melanésia naquela época relataram experiências semelhantes e reações similares.

Se eu perguntasse a esses melanésios o nome de sua língua, eles não teriam uma resposta em mente. Se pressionados, talvez tivessem dado o nome de sua aldeia. Tive a impressão de que eles não se identificavam com nenhuma comunidade que se estende para além da aldeia. Se eu tentasse levar o assunto adiante,

descobrimo qual das outras aldeias nas proximidades tinham a mesma língua, eles pareciam no geral ter dúvidas a respeito.”

(Grace, 1992: 122 – Trad. Luciano Monteiro, 2021)¹

O excerto de George W. Grace é uma pequena mostra das dificuldades que podem surgir no trabalho do linguista. A incapacidade em responder parecia repousar no fato de o linguista e o entrevistado terem pressupostos diferentes. O linguista em trabalho de campo pretendia mostrar

a língua desse povo como um território no mapa – o território no qual ela era a língua [...] O que realmente seria inserido no mapa seriam os limites entre o território em que X era a língua e aqueles territórios adjacentes em que Y, ou Z, ou outra, era a língua.

(Grace, 1992: 123)

Em outras palavras, o pressuposto de línguas como entidades discretas, isto é, uma língua X bem distinta de uma língua Y. Para os entrevistados, porém, vivendo numa área multilíngue, “nem sempre é possível especificar para determinados eventos de fala exatamente que língua estava sendo empregada.” E Grace completa:

Assim, em vez de a população de uma área ser nitidamente dividida em falantes de X e falantes de Y, poderíamos descobrir que muitos são capazes de falar X e de falar Y e, além disso, de desempenhos verbais que se assemelham parcialmente a ambos, mas não pertencem totalmente a nenhum dos dois. Ou podemos encontrar uma situação tão desfocada que não haveria base não arbitrária para estabelecer o número exato de sistemas (ou seja, de idiomas ou dialetos) em uso. (Grace, 1992: 123-124)

Mesmo num ambiente monolíngue, a pergunta pode gerar dúvidas. Um dos quesitos incluído no Censo de 1940 no Brasil parecia relativamente simples: “*O recenseado fala correntemente o português?*”. Na publicação dos resultados do Censo de 1940, o IBGE indicava “certa precariedade” nas respostas a esse quesito – e não por conta de falantes bilíngues. Confundiu-se “a condição de falar, ou não, correntemente o Português, com a de falar, ou não, corretamente essa língua”; disso resultou que crianças menores de cinco anos foram consideradas por muitos dos entrevistados como não falantes de português por não falarem de forma “desembaraçada”².

¹ Agradeço a Luciano Monteiro a indicação do texto de Grace.

² IBGE, 1950a: xxiii.

9.2. LÍNGUA MATERNA E OUTRAS LÍNGUAS

Várias expressões formadas com a palavra *língua* e um modificador têm uso constante na linguística. São parte da terminologia da área e nos remetem a um mundo em que o comum é o uso de mais de uma língua na vida diária, em que questões sociolinguísticas relevantes, decorrentes do contato linguístico, afetam as atitudes dos falantes em relação a línguas minoritárias e a línguas majoritárias. As implicações sociais são muitas, em especial em âmbitos como educação e trabalho.

9.2.1. Língua materna, língua nativa, primeira língua, L1

Em geral *língua materna*, *língua nativa*, *primeira língua* e *L1* são empregados como termos equivalentes, especialmente quando se tem em mente uma comunidade monolíngue. Cada um desses termos privilegia, porém, um aspecto diferente, que o linguista pode enfatizar: é a língua do grupo familiar? É a língua da identidade cultural? É a língua que foi aprendida primeiro? Para a maioria dos falantes cariocas, por exemplo, as três perguntas teriam a mesma resposta. Mas boa parte do mundo não é monolíngue.

A **língua materna** é a língua que a criança adquire primeiro porque é usada em casa. Num ambiente monolíngue, é a única. E se os pais tiverem línguas maternas diferentes e cada um deles se dirigir a essa criança na sua língua materna? Ela vai adquirir duas línguas simultaneamente e terá duas línguas maternas. A língua materna é aquela presente na interação com a criança espontaneamente e na intimidade familiar. Ficariam de fora do conceito de língua materna³:

- uma língua que a família fala às vezes com a criança com fins educacionais;
- uma língua que a família fala com a criança apenas quando fora de casa;
- quaisquer línguas que a mãe (e podemos incluir os outros membros desse grupo familiar) fale no trabalho.

A **língua nativa** é aquela que o indivíduo percebe como a que o identifica como membro de uma comunidade, de uma cultura. Na perspectiva do falante em contextos multilíngues, a língua nativa pode não ser a língua materna, como nos exemplos reportados por Davies & Bentahila (1989): entre seus informantes havia indivíduos que empregavam o árabe marroquino e/ou francês em família, mas consideravam o hebraico — em que não tinham fluência — sua

³ Davies & Bentahila (1989: 273).

língua nativa porque eram judeus. O mesmo aconteceu com informantes que consideravam o berbere sua língua nativa porque era a língua dos ancestrais, embora não a falassem.

A **primeira língua** é aquela que se aprendeu primeiro. **L1** é uma forma abreviada de referir a primeira língua. Cabe notar, porém, que L1, se é a primeira, pressupõe que haja pelo menos mais uma, pressuposto que não está presente nem em *língua materna*, nem em *língua nativa*.

9.2.2. Língua estrangeira, segunda língua, L2

Segunda língua, abreviadamente **L2**, é a segunda língua (mas também pode ser a terceira, a quarta) aprendida depois da primeira, a L1.

Gass & Selinker (2008) diferenciam *aprendizagem de língua estrangeira* de *aquisição de segunda língua*. A diferença leva em conta o contexto em que se aprende. Estudar uma língua que não é a materna — digamos francês — numa sala de aula num país não francófono (no Brasil, por exemplo) estaria no primeiro caso. Aprender uma língua que não é a materna — digamos francês em Paris — é aquisição de segunda língua. Quando falamos, então, em ensino de língua estrangeira, temos em mente que o aprendizado dessa língua se faz num curso de línguas, por exemplo. Morando na minha cidade posso matricular-me num curso para estudar uma língua porque preciso dela no trabalho, ou porque gosto da literatura naquela língua e quero ler romances no original. **Língua estrangeira** “refere a aprendizagem de uma língua não nativa no ambiente da língua nativa do falante”⁴.

Uma língua estrangeira não implica necessariamente uma língua de outro país: pode ser, numa situação de monolingüismo; mas pode não ser, em nações multilíngues. E se o falante emigra, digamos, do Brasil para a França? Aprenderá francês para poder comunicar-se nas diferentes situações do cotidiano. Nesse caso, o francês será para ele L2: “língua não nativa no ambiente em que esta língua é falada”⁵, ainda que passe tempo numa sala de aula. A diferença, notam Gass & Selinker, é o acesso a falantes da língua que está sendo aprendida.

9.2.3. A língua de herança

À primeira vista, a denominação **língua de herança** é estranha. Afinal, se a palavra *herança* pode ser entendida como “o que foi transmitido pelos pais, pelas gerações anteriores, por predecessor(es), pela tradição etc.; legado”

⁴ Gass & Selinker (2008: 7).

⁵ Gass & Selinker (2008: 7).

(definição extraída do *Dicionário Houaiss*), então, temos de concordar com Silvina Montrul⁶: todas as línguas humanas passam por esse mesmo processo de transmissão e não haveria razão para a classificação diferenciada. Aliás: um dos critérios para avaliar a vitalidade de uma língua, isto é, se ela está em risco de vir a desaparecer, é justamente sua transmissão para as novas gerações.

O emprego dessa denominação focaliza, contudo, um contexto social bem específico, que ocorre numa determinada localidade: a língua de herança é a língua aprendida no ambiente familiar, numa comunidade em que outra língua, majoritária, é empregada fora do ambiente familiar. O português, por exemplo, é língua majoritária no Rio de Janeiro. Numa família de imigrantes que chegasse ao Rio de Janeiro, a língua materna dos pais seria a língua de herança para as crianças; o português, a língua do mundo fora da casa, acabaria por se tornar sua língua dominante, porque as crianças teriam muito mais exposição a esta língua – na escola e com os colegas. Passa o tempo. A quarta geração dessa família será fluente em português; o conhecimento da língua de herança, por outro lado, pode variar num contínuo de fluência (falar, compreender mas não falar...). E se houver um casamento com um imigrante que venha da mesma terra de origem dessa família? Possivelmente a língua de herança voltará a ser mais usada em casa⁷.

Num artigo sobre o português como língua de herança em famílias de portuguesas que emigraram para a Alemanha, Flores & Melo-Pfeifer (2014) traçam um retrato do **falante de herança** e da **língua de herança**. Destacamos um trecho a seguir.

O FH [Falante de Herança] refere-se, nesta área de investigação, a emigrantes de segunda (ou terceira) geração que adquirem duas línguas na infância em contextos de aquisição divididos entre o espaço familiar e o espaço social fora da família (no qual se inclui a escola). A LH [Língua de Herança] é a língua falada no seio da família, isto é, a língua de origem do emigrante. Em geral, esta é a primeira língua à qual a criança é exposta. Se esta observação é óbvia no caso das famílias que já tinham filhos pequenos quando emigraram, também é válida no caso de muitas crianças emigrantes que nos primeiros anos de vida ficam em casa com a mãe, o pai ou os avós, não frequentando creches ou infantários. Isto significa que, nestes casos, a LH da criança é a sua Língua Primeira (L1); o contexto de aquisição nos primeiros dois ou três anos de vida não se afasta muito do contexto de aquisição de crianças que crescem no país de origem. Porém, no momento em que a criança de origem emigrante entra no infantário ou na pré-escola e começa a construir relações sociais fora do núcleo familiar, o contacto

⁶ Montrul (2016: 13).

⁷ Valdés (2001).

com a língua maioritária cresce consideravelmente [...]. Rapidamente, esta passa a ser a língua preferida da criança, falada com os amigos, os professores e os irmãos. Em muitos casos, a partir deste momento, a língua maioritária também passa a ter um papel muito mais importante enquanto língua de comunicação na família. E se um dos pais é ele próprio já emigrante de segunda geração e/ou falante nativo da língua maioritária (com ou sem conhecimentos da língua minoritária), a presença da língua maioritária no seio da família é ainda mais forte e o contacto com a LH mais restrito. O que caracteriza então o FH é esta exposição simultânea mas desequilibrada às duas línguas. (Flores & Melo-Pfeifer, 2014: 18-19).

9.2.4. Bilíngue, bilinguismo

“Bilíngue é o indivíduo que fala duas línguas” estabelece o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Essa definição reflete o uso mais difundido de *bilíngue*, mas afora não inclui a possibilidade de alguma das línguas ser uma língua de sinais, a definição parece implicar que o indivíduo bilíngue teria fluência equivalente em ambas as línguas. A definição no *Houaiss* não é muito diferente da definição do linguista Leonard Bloomfield no livro *Language*: “O domínio semelhante ao nativo de duas línguas”⁸. Embora seja esta a visão que a maior parte das pessoas tem quando ouve a palavra *bilíngue*, essa é uma situação possível, mas não parece ser a mais comum, o que tem levado a outras definições para bilíngue/bilinguismo.

Guadalupe Valdés resumiu de modo bem-humorado essa visão, a que denominou o **bilíngue mítico**: “são dois monolíngues em uma só pessoa”, perfeito nas duas línguas, podendo, por essa razão passar sem ser notado entre falantes de cada uma das línguas⁹. Entender *bilíngue* desse modo é problemático porque os bilíngues sabem suas línguas na medida em que precisam delas¹⁰. Alguns bilíngues são dominantes numa língua, outros não sabem ler nem escrever numa das línguas, outros têm apenas conhecimento passivo de uma língua e, finalmente, uma pequena minoria tem fluência igual e perfeita nas suas línguas.

Para Guadalupe Valdés, há duas categorias de bilíngues: os **bilíngues eletivos** (ou bilíngues acadêmicos ou bilíngues de elite) e os **bilíngues circunscritivos** (ou bilíngues naturais). No primeiro caso estão aqueles que escolhem aprender uma nova língua, seja de modo formal, em cursos e em viagens de

⁸ Bloomfield (1933: 56).

⁹ Valdés (2001: 50).

¹⁰ François Grosjean (s.d.).

aperfeiçoamento, seja frequentando ambientes em que a língua empregada não é a da sua comunidade, mas a escolhida. É uma decisão individual. Os bilíngues circunstanciais, por seu turno, precisam da L2 para sobreviver, seja porque emigraram, porque a terra que habitavam foi conquistada por outro povo. Para os bilíngues circunstanciais há a possibilidade da perda paulatina da L1, por um complexo de motivos, como a perda de contato com a terra natal, a vida numa nova vizinhança sem outros falantes de mesma origem, a negação da identidade étnica. Por essa razão, enquanto o primeiro tipo de bilinguismo adicionaria uma língua àquela que era a L1 (bilinguismo aditivo), o segundo poderia levar à perda da L1 (bilinguismo subtrativo).

Quando se confronta a competência de indivíduos bilíngues com as de um grupo monolíngue, isto é, com um grupo que tem competência em apenas uma língua, tem-se a percepção de um contínuo: se minha L1 é o português e minha escolarização me permitiu também ler textos em inglês, sou mais bilíngue que alguém que só consegue ler e escrever em português. Se posso compreender espanhol falado, sou mais bilíngue que alguém que só consegue compreender português. Nenhuma destas situações nos mostra alguém completamente bilíngue, mas nenhuma delas nos mostra alguém completamente monolíngue.

Grosjean & Li (2013) exemplificam o uso e a fluência de um falante bilíngue aos 26 anos e aos 36. Aos 26 a língua mais usada por esse falante e em que era mais fluente era o inglês; o francês também era usado regularmente, mas com menos fluência. O alemão, aprendido na escola, nunca era usado e nele era pouco fluente. Dez anos mais tarde, morando na Alemanha, o alemão passou a ser a língua mais usada, embora ainda não fosse tão fluente em alemão quanto em inglês. “Bilíngues em geral adquirem e usam as línguas para propósitos diferentes em diferentes domínios da vida com pessoas diferentes. Aspectos diferentes da vida requerem línguas diferentes”¹¹.

9.2.5. O atrito

Um artigo de Renata Malkes na *Deutsche Welle* (DW) em 2015 perguntava sobre a possibilidade de alguém poder esquecer a própria língua, sua L1. Em outras palavras: se era possível um indivíduo perder a fluência na primeira língua na medida em que se tornava fluente em outra língua, a L2. O artigo ilustrava o tema com o relato de uma emigrante brasileira na Alemanha:

Há dez anos, Luciana Rangel trocou o Rio de Janeiro por Berlim. Foi na capital alemã que a carioca, de 41 anos, se casou e teve dois filhos. Mas, mesmo sendo

¹¹ Grosjean & Byers-Heinlein (2018: 8).

uma leitora voraz de revistas, livros e jornais brasileiros, às vezes, detalhes do idioma pátrio lhe escapam. No trabalho, como produtora da TV russa Ruptly, ela fala inglês e alemão. Termos técnicos de TV vêm à cabeça somente nessas línguas – nada em português. Em casa, com o marido e os filhos, Arthur, de 4 anos, e Victor, de 8, tudo se mistura. Afinal, a experiência da maternidade aconteceu na Alemanha. “Coisas ligadas a bebês ou à escola vêm em alemão. Tem dias que não falo nada de português. Não é que você esqueça, mas com certeza perde a fluência. A gente perde o vocabulário, e as novas experiências são registradas com o vocabulário do idioma local. Quando encontro alguém desconhecido e quero empregar um bom português, às vezes, fica difícil. Como estou acostumada a falar com brasileiros que dominam o alemão, acabo colocando muitas palavras em alemão no meio da conversa”, diz Luciana.” (Malkes, 2015)

Essa situação é conhecida como **atrito linguístico**: um falante saudável (isto é, o problema não se deve a um dano cerebral) esquece a língua nativa parcial ou totalmente. A língua deixa de ser empregada cotidianamente pelo indivíduo porque ele se mudou de sua terra natal para um lugar onde precisará de outra língua, ou – como notou Marcus Maia (professor do Departamento de Linguística e Filologia da UFRJ), entrevistado na mesma matéria da DW – “[à]s vezes, você tem um imigrante que não deseja mais usar seu idioma materno quando emigra, se afasta [...] depende de quanto o indivíduo tem de preconceito quanto à própria língua, de aspectos motivacionais”.

UMA ESCALA NA VIAGEM

“Língua” num mundo de migrações

Remeto o leitor para trabalhos de meus alunos de *Linguística I/Fundamentos da Linguística* no primeiro semestre de 2023.

- Andrade (2023). “*Língua*” num mundo de migrações: os *decasségus retornados e seus filhos*: <https://linguisticamcarlotarosa.wordpress.com/2023/07/11/17718/>.
- Barros *et alii* (2023). “*Língua*” num mundo de migrações: a “*Colônia dos Russos*” (Ponta Grossa, PR): <https://linguisticamcarlotarosa.wordpress.com/2023/07/10/17661/>.
- Barreto *et alii* (2023). “*Língua*” num mundo de migrações: o árabe numa Palestina constantemente redesenhada <https://linguisticamcarlotarosa.wordpress.com/2023/07/12/lingua-num-mundo-de-migracoes-o-arabe-na-palestina/>.
- Batista *et alii* (2023). “*Língua*” num mundo de migrações: a influência dos grupos migratórios na pronúncia do hebraico moderno <https://linguisticamcarlotarosa.wordpress.com/2023/07/13/lingua-num-mundo-de-migracoes-a-influencia-dos-grupos-migratorios-na-pronuncia-do-hebraico-moderno/>.

CAPÍTULO 10

UM EXEMPLO DE MULTILINGUISMO: O BRASIL

[...] há poucas comunidades de fala completamente monolíngues (por causa da existência de grupos linguísticos minoritários dentro de suas fronteiras); por outro lado, as habilidades multilíngues variam em níveis de proficiência, e levantam diferentes tipos de problemas políticos, educacionais e sociais, dependendo do número, da classe social e do sentimento nacional dos grupos envolvidos.

(DAVID CRYSTAL, [1985] 1988: 178)

10.1. INTRODUÇÃO

No Brasil o português é a língua oficial. Ser oficial não equivale, porém, a dizer que é a única língua do Brasil — embora seja essa uma crença prevalente a ponto de ter surgido (de modo implícito, é certo) numa campanha publicitária de um curso de inglês que desejava transformar o Brasil numa “nação bilíngue”. Segundo a campanha, cada brasileiro tinha necessidade de falar também inglês. Nos vários comerciais da campanha havia o pressuposto de que há apenas uma língua no Brasil, o português. Isso não é verdade agora; menos ainda foi verdade no passado.

Houve políticas que buscaram transformar o português na única língua do país, que nos fazem lembrar de uma frase do antigo presidente da França, Charles de Gaulle (1890-1970), muito repetida, de que era impossível governar uma país com 246 variedades de queijo. As políticas linguísticas não tiveram o humor da frase, porém.

O português é uma língua nacional, mas no Brasil estão presentes outras línguas faladas por pequenas comunidades, nenhuma delas com o *status* de língua oficial do país. São línguas minoritárias. Se tomamos para exemplo as terras indígenas, nelas o português não é a língua mais falada, como mostraram os dados do IBGE relativos ao Censo de 2010¹. A cooficialização de línguas em diversos municípios do país demonstra a necessidade de levar em conta comunidades linguísticas em contextos geográficos específicos².

10.2. AS LÍNGUAS NATIVAS

10.2.1. Um lugar de muitas línguas

Quando do Descobrimento do Brasil, em 1500, muitas eram as nações e línguas que ocupavam o território que atualmente forma o Brasil. Não eram línguas conhecidas dos europeus, o que se percebeu logo no primeiro contacto. Como era então comum, a armada cabralina contava com *línguas* (a denominação da época para *intérpretes*) que intermediavam a comunicação das tripulações das embarcações com os habitantes dos locais onde aportavam. Eram homens cujo conhecimento de línguas dizia respeito àquelas que se mostraram úteis na navegação pelo Mediterrâneo e pela costa atlântica da África. Não tinham, porém, o que fazer na costa brasileira, como ficou registrado em documentação da época, de que apontamos dois exemplos a seguir:

- “& começou hũ negro grumete falar a lingua de Guine, & outros que sabiam algũas palauras do arauigo, mas elles nẽ á lingua nem aos acenos em que a natureza foy comũ a todalas gentes nũca acodirá” (João de Barros, [1552- 1553] 1988-1992: I,173)
- “allẽ de nam haver lingoa que os entendesse, nẽ por açenos sabiã dar sinal de cousas que lhes perguntassẽ ” (Damião de Góis, [1566-1567] 1926: I, 117)

A necessidade de formação de intérpretes para essa nova língua recebeu do capitão da armada uma solução: “dalguũs degredádos que yam narmáda leixou Pedráluarez aly dous: hũ dos quáes veo depois a este regno [**Portugal-MCR**] e seruia de lingoa naquellas partes [...]”³. Essa solução se afastava das ordens do rei, que dispunham que em cada terra em que encontrassem

¹ Menchen (2012).

² Grenoble & Singerman (2017).

³ Barros ([1552]: I, 174).

línguas desconhecidas deveriam prender alguns nativos e deixá-los num posto de latinização, onde aprenderiam português “por força ou grado”⁴.

A grande diversidade de línguas no território não foi inicialmente percebida pelos europeus, porque a costa, de nordeste a sudeste, era quase completamente povoada por falantes de Tupinambá ou Tupi Antigo⁵. Essa percepção se reflete, por exemplo, no comentário de Pero Magalhães de Gandavo⁶ de que “[a] lingoa de que usam, toda pela costa he hũa”. Anchieta parece ter percebido um cenário mais complexo; para Anchieta (1595) era *a língua mais usada na costa do Brasil*.

E o interior? De início não se sabia muito sobre essas terras, e seus habitantes ganharam uma denominação também geral. Eram os *Tapuias*. Gandavo declara na sua *Historia da Prouincia Sancta Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil* que não se deteve neles porque lhe pareceu “que seria temeridade & falta de consideraçam escreuer em historia tam verdadeira, cousas em que por ventura podia aver falsas informações, pola pouca noticia que ainda temos da mais gentilidade que habita pela terra dentro”⁷.

10.2.2. Quem falava essas línguas? A referência às populações nativas

A visão indiferenciada das populações encontradas levou a denominações igualmente indiferenciadas para esses povos, que ressaltavam um determinado atributo na visão do europeu: *silvícola* (por habitar a selva), *gentio* (por não ser cristão), *bárbaro* (pelo fato de não falar português), *negro* (pela condição servil). Havia ainda o termo *selvagem*, que o dicionário de Bluteau relacionou a *salvagem*, um ser “quasi da feyção de homem”, “que sabe porse em pé, & quasi sempre anda direyto” e que metaforicamente se applicava a um homem de costumes bárbaros⁸.

E *índio*? O termo vem do topônimo *Índia*. E o que a Índia teria a ver com as Américas? Atualmente nada, mas a introdução desse termo reflete a ampliação do conhecimento europeu sobre o mundo, cujo espelho será o desenvolvimento da cartografia. O que nos chama a atenção quando contemplamos um mapa-múndi medieval é perceber que o registro do mundo físico estava então subordinado ao testemunho das Sagradas Escrituras. A *terra incognita* — o mundo desconhecido — prestava-se a ser habitado por seres mitológicos

⁴ Valentim Fernandes ([c. 1500]: [fol.349]).

⁵ Rodrigues (1993: 86).

⁶ Gandavo (1576: 33v).

⁷ Gandavo (1576: 45).

⁸ Bluteau (1712-1728: VII, 457).

e a conter o Paraíso, as terras de Gog e Magog e a fabulosa terra de Preste João. Não é difícil, por conseguinte encontrar nos mapas da época “Adão e Eva representados *eno Ouriente*, ao lado de uma fonte que *se dividia formando quatro braços*, que seriam os rios Tigre, Eufrates, Fison e Geon, estes últimos desconhecidos mas identificados com os rios Nilo e Ganges”⁹. É esse o mundo mostrado no detalhe do mapa Ebstorf na *Figura 18*.



Fig. 18. Pormenor do Mapa Ebstorf: O Paraíso Terreal. Lá estão Adão, Eva, a serpente e a maçã; uma fonte de que saem quatro rios: Tigre, Eufrates, Ganges (ou Fison) e Nilo (ou Géon); e o cerco de fogo.

O Paraíso, tão alto “que chega ataa a redondeza da lãa” e que por isso não fora afetado pelo Dilúvio¹⁰, começa aos poucos a dar lugar às Índias — lugar de localização incerta (Índia do Egito, Índia do Brasil, Índia da Etiópia) que por vezes parece confundir-se com o Paraíso. O plural *Índias* considerava que o Ganges — um dos quatro rios identificados com o Paraíso — servia de fronteira, criando a Índia aquém-Ganges e a Índia além-Ganges¹¹.

10.2.3. Como se calculou o número de línguas aqui faladas no século XVI?

Um dos grandes nomes da linguística no Brasil, Aryon Rodrigues¹², estimou em 1178 o número de línguas brasileiras no início do século XVI. Rodrigues explicou como chegara a esse número:

⁹ Rosa (1997: 105).

¹⁰ Silva Neto ([1958] 1992: 32).

¹¹ Goldstein (1981)

¹² Rodrigues (1993: 90-91).

O ponto de partida para essa estimativa foi uma relação de 76 povos indígenas que se encontravam numa estreita faixa paralela à costa leste, desde o rio São Francisco, ao norte, até o Rio de Janeiro, ao sul, feita pelo padre jesuíta Fernão Cardim no século XVI (Cardim, 1978 [manuscrito de 1584]). Nessa lista, Cardim referiu-se explicitamente à identidade ou à diferença das línguas faladas por esses povos, deixando claro que, ao todo, se tratava de 65 [no texto de 1993, contadas 69 – MCR] línguas distintas entre si e distintas da língua dos índios da costa, que eram os tupinambás (que incluem os tupiniquins, caetés, potiguaras, tamoios etc.), com os quais os portugueses mantinham contacto.

(Rodrigues, 2005: 35)

ARYON RODRIGUES (1925-2014)



Um dos nomes relevantes da linguística indígena no Brasil. Trabalhou na Universidade de Brasília, de que foi um dos fundadores, na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade de Campinas. Foi membro honorário da Linguistic Society of America e da Society for the Study of the Indigenous Languages of the Americas. A Câmara Brasileira do Livro considerou seu livro *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas* (1986) um dos

100 livros do século XX.

Mais sobre ele: <http://www.etnolinguistica.org/aryon>.

E a área não coberta pelo documento de Fernão Cardim? Rodrigues determinou que a área no documento de Cardim cobria cerca de 6,4% do território. Se 69 línguas correspondiam a 6,4% do território, Rodrigues¹³ recorreu a uma regra de três para a estimativa de todo o território: 1078 línguas¹⁴. Esse total estimado não difere muito do quantitativo na lista de nomes de línguas preparada por Camara Jr. com base no *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju*: 1162 línguas¹⁵.

10.2.4. Um mapa em mudança: a morte de muitas línguas

Já a partir das primeiras décadas da colonização começaram os relatos acerca de línguas extintas no território que viria a ser o Brasil. A indignação com a mortalidade indígena resultante dos “tantos insultos” infligidos a esses povos ficou registrada, por exemplo, pelo jesuíta José de Anchieta (1534-1597), na *Informação dos primeiros aldeamentos da Baía* (1584):

¹³ Rodrigues (1993: 90-91).

¹⁴ No abstract desse mesmo artigo de 1993 são estimadas 1175.

¹⁵ Camara Jr. (1955). O famoso mapa está disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/mapaetnohistorico2ed2017.pdf>.

22. A gente que de 20 anos a esta parte é gastada nesta Baía, parece cousa, que se não pode crer; porque nunca ninguém cuidou, que tanta gente se gastasse nunca, quanto mais em tão pouco tempo; porque nas 14 igrejas, que os Padres tiveram, se juntaram 40.000 almas, estas por conta, e ainda passaram delas com a gente, com que depois se forneceram, das quais se agora as três igrejas que há tiverem 3500 almas será muita. Há 6 anos que um homem honrado desta cidade, e de boa consciência, e oficial da câmara que então era, disse, que eram descidas do sertão do Arabó naqueles dois anos atrás 20.000 almas por conta, e estas todas vieram para as fazendas dos Portugueses. Estas 20.000 com todas as 40.000 das igrejas fazem 60.000. De seis anos a esta parte, sempre os Portugueses desceram gente para suas fazendas, quem trazia 2.000 almas, quem 3.000, outros mais, outros menos; veja-se de seis anos a esta parte o que isto podia somar, se chegam ou passam de 80.000 almas. Vão ver agora os engenhos e fazendas da Baía, achá-los-ão cheios de negros da Guiné, e mui poucos da terra e se perguntarem por tanta gente, dirão que morreu, donde se bem mostra o grande castigo de Deus dado por tantos insultos como são feitos, e se fazem a estes Índios [...]

(José de Anchieta, [1584] 1988: 385-386)

Outros relatos informavam o desaparecimento de um povo após outro, ainda no século XVI, como em *Tratados da terra e gente do Brasil*, de Fernão Cardim (c. 1549- c. 1625), de que extraímos um exemplo:

Perto destes vivia grande multidão de gentio que chamão Viatã, destes já não ha nenhuns

[...] Ha outra nação [...] a que chamão Tupiguae: estes eram sem numero, vão-se acabando

[...] Outra nação mora no Espirito Santo a que chamão Tegmegmin [...] mas já são poucos. Outra nação que se chama Tamuya, moradores do Rio de Janeiro [...] e delles ha muito poucos.

(Fernão Cardim, [ca. 1583] 1980: 102-103)

Entre as razões da mortalidade estavam, de um lado, as inúmeras guerras com os povos nativos bem como o incremento de situações planejadas para levar a guerras interétnicas; de outro, as condições de trabalho impostas aos escravizados, contrariando a liberdade dos indígenas prevista numa sucessão de leis e alvarás pelo menos desde o reinado de Sebastião I (1554-1578). Dentre as exceções que serviram de legitimação para a escravidão indígena¹⁶ estavam:

- as guerras justas, isto é, o combate a grupos considerados hostis e, portanto, inimigos da Coroa, ou que recusavam a fé;

¹⁶ Domingues (2000: 28).

- o *resgate*, isto é, o direito que a legislação passava a dar a um indivíduo de ter a seu serviço um indígena como reembolso do gasto com o resgate pago por ele àqueles que o haviam capturado. Por quanto tempo? Questão complexa para legisladores e interessados à época, como documenta Domingues (2000).
- as doenças trazidas pelos europeus, como a varíola e o sarampo.

A extinção de povos indígenas foi mais intensa onde a colonização também o foi. A geografia da extinção foi sumariada por Aryon Rodrigues:

Uma linha imaginária traçada de São Luís do Maranhão ao norte, até Porto Alegre, ao sul, passando por perto de Brasília, no centro, deixa a oeste a área onde sobrevivem as línguas indígenas e a leste a área onde elas se extinguíram quase sem exceção. As exceções são apenas três: a língua Yatê dos índios Fulniô, ao sul de Pernambuco; a língua dos índios Maxakalí, no nordeste de Minas Gerais; e a língua dos índios Xoklêng, no município de Ibirama, a oeste de Blumenau, em Santa Catarina.

(Rodrigues, 1986: 19).

Infelizmente o processo não ficou no passado¹⁷, no período colonial. Horrores relativamente recentes, já no século XX, por exemplo, deram origem à criação do *Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais* em 1910, mais tarde *Serviço de Proteção ao Índio/SPI*. Ironicamente as denúncias continuadas contra esse órgão levariam à criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito — a *CPI do Índio* — em 1965. Os resultados da CPI levariam o governo Costa e Silva (1967-1969) a nomear uma Comissão de Investigação (Ministério do Interior, Portaria Ministerial n.º 239, de 29 de setembro 1967), presidida pelo procurador Jader de Figueiredo Correia (?-1976). O resultado da investigação, conhecido como *Relatório Figueiredo*¹⁸, foi apresentado ao então Ministro do Interior, general Afonso Augusto de Albuquerque Lima (1909-1981) em 1968. E levaria ao fim do SPI, substituído pela *Fundação Nacional do Índio/Funai*.

* * *

Onde sobrevivem as línguas nativas do Brasil? Basicamente no Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Acre, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins — o lado oeste da linha imaginária de Aryon Rodrigues.

Em resumo: das línguas indígenas ainda existentes no Brasil muitas estão em risco de desaparecimento. Segundo o *Projeto de Idiomas em Risco de*

¹⁷ A gravidade da situação já se tornou um artigo da enciclopédia colaborativa *Wikipedia*, sob o título “Genocídio indígena no Brasil” - https://pt.wikipedia.org/wiki/Genoc%C3%ADdio_ind%C3%ADgena_no_Brasil#.

¹⁸ <https://midia.mpf.mp.br/6ccr/relatorio-figueiredo/relatorio-figueiredo.pdf>

*Extinção*¹⁹, são 183 as línguas em risco no País. Eram estimadas em 1178. E agora? Apresentamos em seguida a contagem do IBGE no Censo de 2010 a par com estimativas de dois especialistas.

a) 180 línguas - Lucy Seki, 1999

Embora não haja dados totalmente precisos, os estudiosos em geral concordam com a estimativa de que atualmente são ainda faladas no Brasil cerca de 180 línguas indígenas. Estima-se também que desde a chegada dos portugueses houve a perda de 1.000 línguas, o que representa 85% das línguas existentes no território brasileiro no século XVI. As línguas remanescentes são todas minoritárias, calculando-se em aproximadamente 155.000 o número total de falantes. É muito variável o número de falantes por língua, havendo apenas uma, o Ticuna, com cerca de 20.000. Três línguas — o Makuxi, o Terena e o Kaingang, contam com 10.000 falantes; vinte línguas têm entre 1.000 e 10.000 falantes, e as outras 156 têm menos de mil, sendo que dentre elas, 40 são faladas por menos de cem pessoas, havendo casos de línguas com menos de 20 falantes (Rodrigues, 1993).
(Seki, 1999: 258-259)

b) 154 línguas ou menos – Denny Moore, 2007

Num artigo de 2007, Denny Moore reportava que os levantamentos que fizera o levaram a contar 154 línguas indígenas vivas. Usou como critério a inteligibilidade mútua.

Um problema é a confusão frequente entre línguas, dialetos e grupos étnicos. Por exemplo, na família Mondé do tronco tupi, a fala dos Gavião de Rondônia e a fala dos Zoró são geralmente listadas como línguas distintas, enquanto, de fato, são dialetos tão próximos quanto o português de Salvador e o português de São Paulo. Os falantes desses dialetos podem, dependendo das relações políticas do momento, afirmar que os dois dialetos são idênticos ou que são bem diferentes. Qualquer critério técnico para distinguir entre dialetos de uma mesma língua e línguas distintas tem os seus limites; todavia, linguistas geralmente utilizam o critério de inteligibilidade mútua. Sem critérios desse tipo, esforços para registrar línguas podem se complicar com um número indefinido de formas de fala consideradas como línguas distintas. Nossa sugestão seria utilizar um critério técnico para agrupar dialetos da mesma língua, mas também obter informações sobre o sentimento dos falantes em relação às outras variedades e sobre a situação sociolinguística dos grupos envolvidos.

¹⁹ <https://www.endangeredlanguages.com/lang/country/Brazil>

Se dialetos mutuamente inteligíveis não são considerados línguas distintas, o número de línguas indígenas brasileiras relatado por Moore (2006) seria **154 ou menos**, e o número deve se reduzir com mais conhecimento. [...]

Dessas 154 línguas, 23% (Moore 2006) estão ameaçadas de extinção em curto prazo, devido aos seus números reduzidos de falantes e baixa transmissão à nova geração. A situação de muitas outras línguas é também bastante precária. O grau de perigo foi subestimado no passado, devido à falta de informações sólidas sobre línguas em regiões remotas e devido também a uma confusão entre o número de falantes (ou semi-falantes) da língua de um grupo e o tamanho da população do grupo. (Moore, 2007)

c) 274 línguas – Censo 2010

O Censo de 2010 dava outro número: 274. Um artigo de Denise Menchen no jornal *Folha de S.Paulo*²⁰ resumiu esses números. Tais resultados receberam comentários em Franchetto (2020).

Seja qual for o número exato, a diversidade linguística ainda está presente: “cinco grandes grupos — Tronco Tupi, Tronco Macro-Jê, Família Karib, Família Aruak, Família Pano; havendo ainda nove outras famílias menores e dez Isolados linguísticos”²¹.

Como notou a saudosa Lucy Seki (1939-2017),

as línguas indígenas encontram-se sob as mais diferentes pressões, sofrendo o impacto do crescente contato com a população envolvente e a língua majoritária. Contudo, não há em geral levantamentos que permitam estabelecer com maior margem de exatidão os reflexos do impacto do Português nos distintos grupos em termos de deslocamento da língua indígena, tanto no que se refere a graus de bilinguismo/monolinguismo, quanto no que se refere à interferência do Português nessas línguas, nem sempre claramente perceptível nas fases iniciais, mas que vai aos poucos contribuindo para a perda da língua minoritária. (Seki, 1999).

LUCY SEKI (1939-2017)



Professora da Universidade Estadual de Campinas, Lucy Seki foi um dos nomes mais relevantes no estudo das línguas indígenas brasileiras. Especializou-se nas línguas Kamaiurá, Krenak e Tupari. Fundou a revista *LIAMES/Línguas Indígenas da América do Sul*. Foi membro honorário da Linguistic Society of America. Seu trabalho contemplou também a formação de professores de povos indígenas.

Mais sobre ela: <http://www.etnolingustica.org/lucy>

²⁰ “Brasil tem 305 etnias e 274 línguas indígenas, aponta Censo 2010”: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2012/08/1135045-brasil-tem-305-etnias-e-274-linguas-indigenas-aponta-censo-2010.shtml?origin=folha>

²¹ Seki (1999: 259).



Quantas são as línguas indígenas do Brasil, onde são faladas e o que as ameaça?

Camilla Costa e equipe de Jornalismo Visual da BBC | 17 de novembro 2023 | Brasil

10.3. As línguas brasileiras de imigração

LÍNGUAS DE IMIGRAÇÃO: línguas alóctones trazidas ao Brasil por grupos de fala advindos principalmente da Europa, Oriente Médio e Ásia e que, inseridas em dinâmicas e experiências específicas dos grupos em território brasileiro, tornaram-se referência de identidade e memória. Exemplos: Talian, Pomerano, Hunsrückisch, entre outras.

(IPHAN, 2014: 13)

Entre as chamadas **línguas de imigração** não estão as línguas afro-brasileiras, porque os escravizados vieram à força²². O português brasileiro resulta da emigração portuguesa para o Brasil, mas não entra nesta lista porque é língua majoritária no Brasil, teoricamente a única língua de 99% dos brasileiros²³. Assim sendo, não é sentida como “de fora”.

²² Altenhofen & Margotti (2011: 290).

²³ Altenhofen (2013: 107).

No Brasil, os movimentos migratórios originados em outros países se intensificaram em seguida a dois documentos legais. Um deles foi a *Lei Eusébio de Queirós* (1850)²⁴, que novamente tornou ilegal o tráfico escravo, que já era ilegal desde a *Lei Feijó* (1831)²⁵. O outro diploma, do mesmo ano de 1850, foi a *Lei de Terras*²⁶, que, ao tratar das terras devolutas, autorizava a colonização estrangeira, cujo objetivo inicial era a mão de obra para a lavoura e o povoamento de áreas pouco povoadas²⁷.

Ao interesse econômico viria juntar-se o que se poderia considerar um interesse biocultural, porque se começou a atribuir à imigração um papel “civilizatório”, que deveria redundar num processo de branqueamento da população²⁸. O estrangeiro desejado era o europeu. Não eram bem-vindos asiáticos, nem africanos (Decreto Nº 528, de 28 de junho de 1890)²⁹, tampouco os indivíduos com 60 anos ou mais, aqueles com doença contagiosa, os que exerciam profissão ilícita como também os “criminosos, desordeiros, mendigos, vagabundos, dementes, ou inválidos” (Decreto Nº 6.455, de 19 de abril de 1907)³⁰. A política de branqueamento da população estava presente no debate político e seria levada ao I Congresso Universal das Raças, realizado em Londres em 1911, por João Batista de Lacerda (1846-1915), um dos representantes do Brasil. Segundo Lacerda, no século XXI o Brasil seria um país sem traços negros, nem índios — uma vez que então “o negro e o índio terão certamente desaparecido desta parte da América”³¹ — e o Brasil se tornaria, assim, um dos centros “civilizados” do mundo:

A população mista do Brasil terá, portanto, dentro de um século, uma aparência muito diferente da atual. As correntes de imigração europeia, aumentando a cada dia o elemento branco desta população, acabarão, depois de certo tempo, sufocando os elementos nos quais alguns traços do negro ainda poderiam persistir.³²

²⁴ Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm

²⁵ Disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html

²⁶ Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm

²⁷ Camargo (2019).

²⁸ Croci (2011).

²⁹ Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>: “PARTE PRIMEIRA/CAPITULO I/DA INTRODUÇÃO DE IMMIGRANTES/ Art. 1º E’ inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas”.

³⁰ Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6455-19-abril-1907-502417-publicacaooriginal-1-pe.html>

³¹ Lacerda (1912: 95; 1911: 30-31).

³² “La population mixte du Brésil devra donc avoir, dans un siècle, un aspect bien différent de l’actuel. Les courants d’immigration européenne, augmentant chaque jour davantage l’élément blanc de cette

(*Sur le Métis au Brésil*, p. 19 - <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/35/1/Surles-metis%20cdr.pdf>).

Com o tempo (e a crise econômica de 1929) o imigrante passaria a ser visto como um mal, uma vez que “uma das causas do desemprego se encontra na entrada desordenada de estrangeiros, que nem sempre trazem o concurso útil de quaisquer capacidades, mas frequentemente contribuem para o aumento da desordem econômica e da insegurança social” (Decreto Nº 24.215, de 9 de maio de 1934)³³. Na *Constituição*³⁴ do mesmo ano de 1934 ganharia lugar o que ficou conhecido como *Lei das Cotas* (isto é o Art. 121, §6º):

Art. 121 - A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País.

[...]

§ 6º - A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos.

(BRASIL, *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934*)

Às vésperas da Segunda Guerra³⁵, o Estado decretava a adaptação obrigatória dos brasileiros descendentes de estrangeiros (Decreto-Lei Nº 1.545, de 25 de agosto de 1939)³⁶.

A seguir, dois exemplos de **língua de imigração** no Brasil, sentidas como “de fora” porque minoritárias no novo país.

10.3.1. Exemplo: o vestfaliano (Rio Fortuna, em Santa Catarina)

Nos idos de 1968, Paulino Vandresen apresentava à Pós-Graduação em Linguística do Museu Nacional sua dissertação de mestrado sobre uma língua falada no Brasil, em Rio Fortuna (SC), sua terra natal. A língua era o vestfaliano, cuja origem estava nos imigrantes católicos vindos da Vestfália em 1860

population, finiront, au bout d'un certain temps, par suffoquer les éléments chez lesquels pourraient persister encore quelques traits du nègre”.

³³ Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24215-9-maio-1934-557900-publicacaooriginal-78647-pe.html>

³⁴ Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm

³⁵ Data-se o começo da Segunda Guerra pela invasão da Polônia pelas tropas alemãs: 1º de setembro de 1939.

³⁶ Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html>

— portanto aqui chegados antes da unificação da Alemanha em 1871 —, que fundariam a colônia Rio Fortuna.

Quando Vandresen escreveu sua dissertação, Rio Fortuna era já uma região multilíngue, porque havia quatro línguas em contato na comunidade:

o alemão (*Hochdeutsch*) é falado somente em situações especiais, no contato com pessoas estranhas de língua alemã que visitam a comunidade, durante o culto em regra semanal na igreja protestante, e uma ou duas vezes por mês na igreja católica; até 1944, era ensinado nas “*Gemeindeschulen*” ou escolas da comunidade. O holsteiner é falado por uma minoria de famílias protestantes como língua materna e por outras pessoas que o aprenderam em virtude de intensas relações sociais com estas famílias. O português, língua nacional, era falado inicialmente apenas por algumas famílias caboclas (os bugreiros) e nos contatos com autoridades e comerciantes luso-brasileiros. A grande maioria da comunidade riofortunense tem como língua materna o vestfaliano, e se identifica como uma minoria étnico-cultural dentro da sociedade brasileira.

(Vandresen, 1968: 2).

O texto de Vandresen vai expondo a anatomia de uma língua em risco na comunidade de Rio Fortuna, na medida em que perdia funções nas gerações mais jovens em razão de uma política linguística homogeneizadora e, por um longo período, silenciadora:

- nos anos iniciais da colônia, poucos habitantes, relativamente isolados até a inauguração da estrada Anitápolis-Braço do Norte em 1927;
- cinco anos mais tarde, em 1932, o começo da escola em português e não mais bilíngue;
- com a aproximação da Segunda Grande Guerra, a *repressão linguística*.

A **repressão linguística** diz respeito a políticas linguísticas que procuraram não apenas apagar as centenas de línguas que não o português, faladas em comunidades brasileiras, mas também criminalizar os falantes dessas línguas, caso da figura jurídica do *crime idiomático* surgida no Estado Novo³⁷. Nereu Ramos (1888- 1958), no período em que esteve à frente da gestão de Santa Catarina, de 1935 a 1945,

montou campos de concentração, chamados eufemisticamente de “áreas de confinamento”, para descendentes de alemães que insistissem em falar sua língua, entre outras razões (DALL’ALBA, 1986). Um destes campos funcionou dentro do que é hoje o campus da Universidade Federal de Santa Catarina, mais especificamente a Prefeitura Universitária. [...] A partir do recrudescimento do processo, em 1942, as prisões

³⁷ Orlandi (2005).

aumentaram, passando, no município de Blumenau, por exemplo, de 282 prisões em 1941, em sua maioria por ocorrências comuns (como embriaguez ou briga em bailes), para 861 no ano seguinte, das quais 271, isto é, 31,5%, pela única razão de se ter falado uma “língua estrangeira”. Isto significou a prisão de 1,5% de toda a população do município no decorrer daquele ano e levou ao silenciamento da população.

[...] A Polícia Militar, em Santa Catarina como em outros estados, prendeu e torturou e obrigou as pessoas a deixar suas casas em determinadas “zonas de segurança nacional”. Mais grave que tudo isso: a escola da “nacionalização” estimulou as crianças a denunciar os pais que falassem alemão ou italiano em casa, criando sequelas psicológicas insuperáveis para esses cidadãos que, em sua grande maioria, eram e se consideravam brasileiros, ainda que falando alemão. (Oliveira, 2008: 22-23)

Os *crimes idiomáticos* foram imputados principalmente a imigrantes alemães, italianos, japoneses e suas famílias.

No trabalho de 1968, Vandresen deixava claro o impacto da escola em português, parte da política de nacionalização dos anos Vargas, de que ele derivou quatro cenários:

1. Os que tiveram somente escola alemã. São os que estavam em idade escolar até o ano de 1932. A língua materna é o vestfaliano, tendo aprendido o alemão na escola. Alguns falam português, aprendido dos caboclos. Com membros do grupo, falam somente o vestfaliano.
2. Os que frequentaram a escola entre 1932 e 1944. A língua materna é o vestfaliano. Na escola aprenderam o alemão e o português. Entre os elementos deste grupo fala-se predominantemente o vestfaliano.
3. Os que frequentaram a escola depois de 1944. São falantes nativos de vestfaliano. Na escola, aprenderam e estudaram somente o português. Entre si os elementos deste grupo falam exclusivamente o português, mas com os grupos anteriores falam o vestfaliano.
4. A geração escolar atual. Aprenderam quase simultaneamente o vestfaliano e o português. Falam o primeiro com os pais ou parentes mais velhos e o segundo com os irmãos e companheiros dos grupos de brinquedo. Particularmente neste último grupo o vocabulário vestfaliano é bastante reduzido. (Vandresen, 1968: 2-3).

Cerca de 40 anos mais tarde, em 2009, o vestfaliano em Rio Fortuna não era mais a língua materna da maioria da comunidade, restrito àqueles com mais de 80 anos:

Atualmente, quase quarenta anos depois, somente o grupo de idosos ainda fala o dialeto westfaliano em Rio Fortuna, pois somente as pessoas de mais de oitenta

anos estudaram em escolas bilíngues. [...] Rio Fortuna apresenta claros sintomas de perda do westfaliano, em marcha acelerada no sentido do monolingüismo português.
(Vandresen,2009: 211).

10.3.2. Exemplo: o *koronia-go*/ 'língua da colônia' ou *nissei-go*/ 'língua do nissei' (em comunidades rurais de São Paulo)

Junko Ota (2008) focalizou o *koronia-go*, uma variedade do japonês surgida no Brasil, em que há forte influência do português. O estudo distinguiu três gerações:

- os nascidos no Japão, os *isseis*, então, em média, na faixa entre 74 e 83 anos, chegados ao Brasil quando tinham por volta de 14 anos;
- a segunda geração, os *nisseis*, na faixa entre 54 e 63 anos; e
- a terceira geração, os *sanseis*, entre 24 e 33 anos.

Os falantes reconheciam a diferença entre as gerações:

- a) pela pronúncia, afirmando que “os nisseis e sanseis têm pronúncia diferente da dos isseis. Se não misturar, não dá para conversar, nem entender”³⁸;
- b) pelo léxico, como evidenciam os exemplos a seguir:

“Como me faltam palavras, uso (misturadas). É necessário porque tem palavras que não consigo traduzir adequadamente”;

“Quando se fala com nisseis, há quem não entende as palavras em japonês, portanto não importa se misturar o português”.

(Citado em Ota, 2008: 144).

Os isseis reconheciam a dificuldade dos interlocutores mais jovens:

“Posso falar (em japonês) sem misturar, mas todos entendem melhor quando uso as palavras mais familiares (em português). Se mudo para o japonês, ficam sem entender”.

(Citado em Ota, 2008: 142).

Os falantes também reconhecem que o *koronia-go* é diferente do japonês:

“Para os japoneses do Japão, não misturo (as línguas), mas se o interlocutor é alguém que fala japonês e português, uso o *koronia-go*”;

“Quando falo com os japoneses (do Japão), tomo cuidado”;

³⁸ Citado em Ota (2008: 144).

“Quando falo com os mais velhos, procuro não misturar, porque acho que é falta de respeito. Mas é difícil falar só em japonês”;

“Quando falo com os idosos, misturo, mas com os da faixa de minha idade, só em português”

(Citado em Ota, 2008: 144);

“O koronia-go nasceu com a necessidade da sociedade/grupo dos imigrantes. Não entendo os dialetos de Okinawa, Aomori nem Kagoshima. Em outras palavras, koronia-go é a língua comum dos nikkeis”.

(Citado em Ota, 2008: 143).

A terceira geração tinha mais contato com o português:

“Não sei bem o japonês, e quando há palavras que não sei, acabo misturando o português”;

“Quando falo às vezes em japonês e esqueço (a palavra), acaba ficando em português”.

(Citado em Ota, 2008: 143).

10.4. QUANTAS SÃO AS LÍNGUAS BRASILEIRAS DE IMIGRAÇÃO?

Novamente lidamos com estimativas, porque faltam dados. Desde o recenseamento de 1950, que levantou dados linguísticos sobre a população ao inquirir se o recenseado falava correntemente o português e que língua falava habitualmente em casa³⁹, lá se vão mais de 70 anos. Depois disso, o silêncio, parcialmente quebrado no Censo 2010 mas apenas no tocante às línguas indígenas: “Fala língua indígena no domicílio?” “Quais? (até duas possibilidades), “Fala português no domicílio?”⁴⁰.

A seguir, apresenta-se o quadro em Altenhofen (2013), que tem servido de base para a referência à contagem de 56 línguas brasileiras de imigração (*Quadro 8*).

Quadro 8 — Línguas brasileiras de imigração

Fonte: Altenhofen (2013: 106)

Grupo Alemão	
1	Alemão, Hochdeutsch
2	Austríaco
3	Bávaro
4	Boêmio

³⁹ Altenhofen (2013: 99n5).

⁴⁰ Ficha reproduzida em Altenhofen (2013: 100).

5	Bucovino
6	Hunsrückisch, Hunsrick, Hunsbucklisch ou hunsriqueano
7	Kaffeeflickersch (pt. língua de catador de café)
8	Plautdietsch menonita
9	Pomerano
10	Suábio
11	Suíço
12	Vestfaliano, Plattdütsch ou sapato de pau
13	Wolgadeutsch, alemão do Wolga, russo-alemão

Grupo Italiano

14	Bergamasco
15	Calabrês
16	Cimbro
17	Cremonês
18	Friulano
19	Milanês
20	Veronês
21	Vicentino
22	Talian, Vêneto Rio-Grandense
23	Trentino
24	Trevisano

Grupo Eslavo

25	Polonês (1869/1890)
26	Russo
27	Ucraniano

Grupo Chinês

28	Cantonês (Yue)
29	Chinês padrão, Putonghua
30	Keja, Hakka
31	Minnan, Taiwanês
32	Wu, Xangainês

Grupo Japonês	
33	Japonês: <i>kansai-ben</i> (variedades da região ocidental do Japão)
34	Japonês: <i>kantô-ben</i> (variedades da região oriental do Japão)
35	Japonês: <i>koronia-go</i> (“mescla linguística português-japonês”)

Grupo Judeu	
36	Hebraico
37	Iídiche

Grupo Cigano	
38	Roma
39	Sinti

Grupo Imigrantes Fronteiriços	
40	Aimara
41	Espanhol
42	Guarani
43	Quechua

Grupo Imigrante Crioulo	
44	Crioulo da Ilha Samaracá
45	Crioulo de Cabo Verde
46	Crioulo galibi marworno
47	Crioulo karipuna

Demais grupos	
48	Árabe
49	Armênio
50	Coreano
51	Francês
52	Grego
53	Holandês
54	Húngaro
55	Leto ou Letão
56	Sueco

Em 1968, Vandresen já chamava a atenção para a falta de dados estatísticos, a que se somava um outro problema — o de uma *designação generalizante*:

Nos dados que existem sobre língua alemã neste país, geralmente se incorre em grave erro: considerar todas as formas de expressão dos descendentes de imigrantes alemães como uma língua só, quando muitas vezes não há sequer intercompreensão entre falantes de “dialetos” diferentes.

(Vandresen, 1968:1).

A necessidade de documentação que permita alimentar uma base de dados sobre a diversidade linguística brasileira, para servir de “instrumento de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”, levou ao Decreto N° 7.387, de 9 de dezembro de 2010, que instituiu o *Inventário Nacional da Diversidade Linguística/INDL*⁴¹.

A importância de algumas dessas línguas em comunidades brasileiras foi reconhecida por sua cooficialização em diferentes municípios. A seguir, alguns exemplos dessas línguas brasileiras de imigração.

10.4.1. Exemplo: Hunsriqueano, ou Hunsrick, ou Hunsbucklisch, ou Deutsch

- *Viver no Brasil falando Hunsrückisch* — Documentário (37:21 min): <https://www.youtube.com/watch?v=ncN4dkcrU9M>

O Hunsrückisch (pt. hunsriqueano, também Hunsrick, Hunsbucklisch, Deutsch) representa a variedade mais difundida e com maior número de falantes, dentre as 14 variedades do alemão identificadas no Brasil e Bacia do Prata. Estima-se, com base no censo de 1940 e 1950 do IBGE e em dados mais recentes do BIRS [...], um total de cerca de 1.200.000 falantes de Hunsrückisch nessa área [...]. Entre as demais variedades, encontra-se como “variedade onipresente” o Hochdeutsch (ou Hochdeitsch) local, além do pomerano, do vestfaliano e de outras variedades faladas em pontos específicos.

(*Atlas Linguístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata /Projeto ALMA*) – <https://www.ufrgs.br/projalma/>

10.4.2. Exemplo: Pomerano

- *Wij reere Pomerisch/Nós falamos Pomerano* -Documentário (15:26min) – <https://www.youtube.com/watch?v=UlBPvjh8hrA>

⁴¹ Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7387.htm

O pomerano é um dialeto alemão que se define como uma variedade do Plattdeutsch. Interessante notar que este dialeto sobrevive unicamente no Brasil, uma vez que na Alemanha, com o fim da Pomerânia (Pommernland), que hoje tem seu território dividido entre Alemanha e Polônia, não se tem mais notícias dele. Mas, se falam o dialeto aqui no Brasil (no Espírito Santo, Pomerode, Harmonia), os pomeranos não o escrevem, pois não existe uma grafia do dialeto. Atualmente já há algumas tentativas de estabelecer uma escrita do Pomerano.

(*Enciclopédia das línguas no Brasil* – <https://www.labeurb.unicamp.br/elb/europeias/pomerano.htm>)

10.5. AS LÍNGUAS AFRO-BRASILEIRAS

LÍNGUAS AFRO-BRASILEIRAS: línguas de origem africana faladas no Brasil. Essas línguas apresentam notáveis diferenças linguísticas em vários aspectos de sua estrutura gramatical, produzidas por mudanças históricas desencadeadas pelo contato com o Português, podendo ter ocorrido transferências gramaticais desde esse substrato africano (LUCCHESI et al., 2009). Exemplos: Gíria de Tabatinga, língua do Cafundó e variedades Afro-brasileiras do Português Rural. (IPHAN, 2014: 13)

O tráfico de escravizados africanos para o Brasil tem início ainda no século XVI. Até a Abolição, em 1888, estima-se que o Brasil tenha recebido cerca de 4 milhões e meio de indivíduos⁴², que foram aos poucos substituindo a escravidão indígena como força de trabalho.

10.5.1. Negros de Guiné, congos, angolas, moçambiques, minas... Qual a origem das vítimas desse comércio?

Em mapas do século XVI e mesmo em mapas do século XVIII, a Guiné englobava regiões do litoral africano também conhecidas como *Costa da Pimenta*, *Costa do Marfim*, *Costa do Ouro* e *Costa dos Escravos* (Figura 19). No Brasil, porém, *negro de Guiné* ou *peça de Guiné* não foi uma designação para informar a origem do escravizado, mas uma expressão que significou *escravo*⁴³.

Em *Presença negra: conflitos e encontros*, João José Reis explica a nomenclatura que se estabeleceria no Brasil:

Durante os Séculos XVI, XVII e primeira metade do Século XVIII, os chefes políticos e mercadores da África Centro Ocidental, em particular o território presentemente ocupado por Angola, forneceram a maior parte dos escravos utilizados em todas as regiões da América portuguesa. Enquanto durou o tráfico

⁴² Reis (2007: 82).

⁴³ Oliveira (1997: 40).

transatlântico, importantes áreas importadoras, como o Rio de Janeiro, Recife e São Paulo continuaram se abastecendo sobretudo de escravos vindos dali e, mais tarde, da contra-costa africana, particularmente Moçambique. Eram povos aqui denominados de *congos*, *angolas*, *benguelas*, *cabindas*, *cassanges*, *monjolos*, *rebolos*, *moçambiques* e outros. Os chamados *angolas* – estes em geral traficados através do porto de Luanda – e *benguelas* – estes traficados através de entrepostos situados mais ao sul da atual Angola – vieram a predominar nas levas do comércio oitocentista, em especial os que desembarcavam no Rio de Janeiro. Os traficantes envolvidos no comércio baiano, por outro lado, a partir de meados do Século XVII, e até o fim do tráfico, foram se especializando cada vez mais na região do Golfo do Benin (sudoeste da atual Nigéria), de onde importaram escravos aqui denominados *dogomés*, *jejes*, *ussás*, *bornos*, *tapas* e *nagôs*, entre outros. Estes últimos vieram a constituir as vítimas preferenciais dos 20 anos finais do tráfico baiano, o período do comércio ilegal. (Reis, 2007: 82).

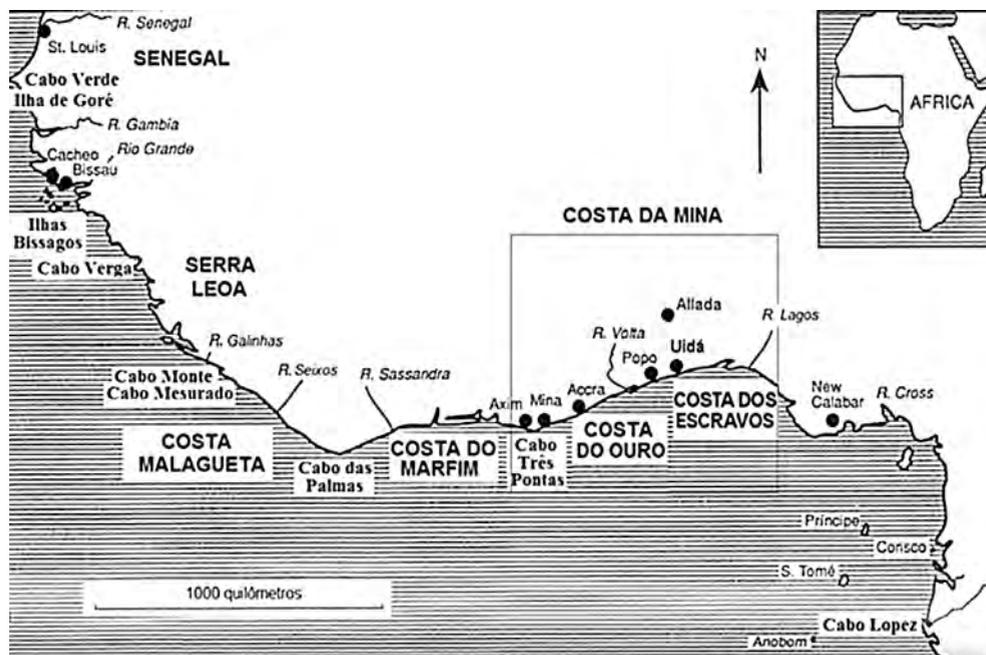


Fig. 19. Costa da Guiné no século XVII

Fonte: Adaptado e com legendas traduzidas por Luis Nicolau Parés de: Jean BARBOT. *Barbot on Guinea: the writings of Jean Barbot on West Africa 1678-1712*.

As línguas das vítimas pertenciam, na maior parte, ao nigero-congolês, a maior família linguística africana. Dos seis ramos dessa família, dois se destacaram nos contingentes trazidos para o Brasil: o **benue-congo**, que inclui o subgrupo **banto**, e o **kwa**.

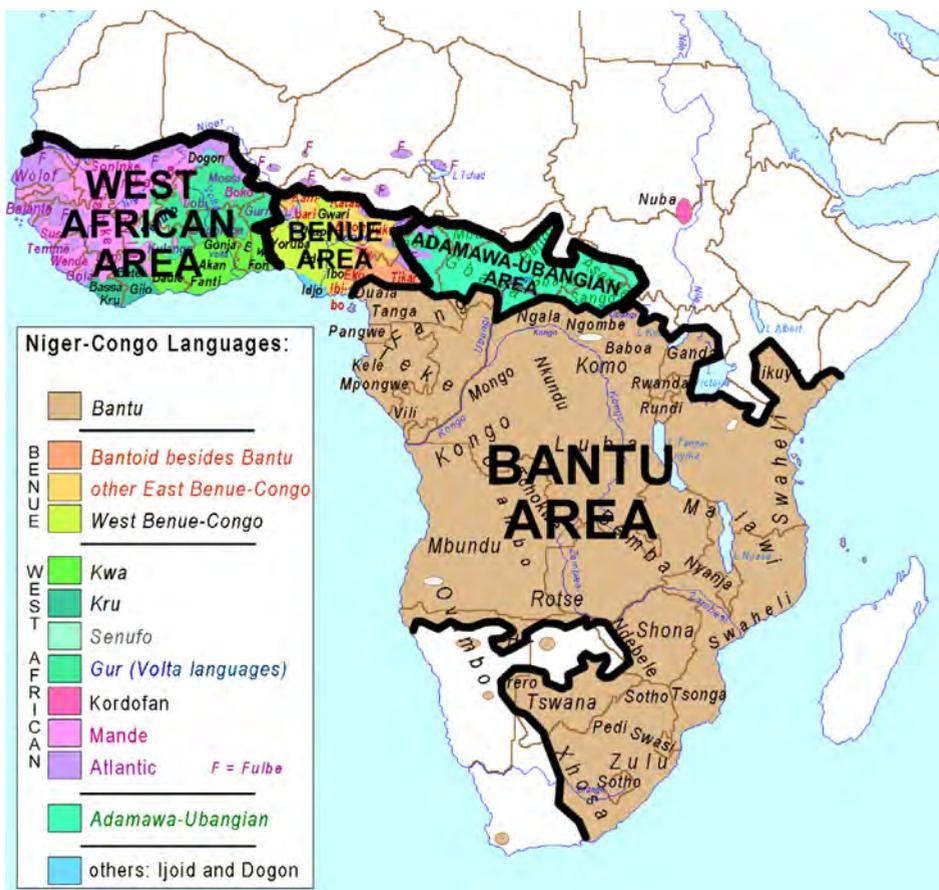


Fig. 20. Mapa linguístico da África

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=15148741>.

Embora bom número desses cativos pudesse ter sido capturado em regiões distantes do porto em que viriam a ser embarcados, no Brasil as zonas de embarque levaram à classificação tradicional bipartida em *bantos* e *sudaneses*:

- a) **bantos**: os que vinham da costa da África Central e da contra-costa;
- b) **sudaneses**: os que vinham da África Ocidental, dentre eles destacando-se, pelo número, “os de língua iorubá e do grupo ewe-fon, pertencentes à família linguística kwa”⁴⁴.

Também inserida entre as línguas “sudanesas”, embora de outra família linguística, o afro-asiático, estava o hauçá.

Yeda Pessoa de Castro (2002) estabeleceu um quadro das áreas de predominância de cada um desses grupos no Brasil ao longo dos séculos.

⁴⁴ Castro (2002: 43).

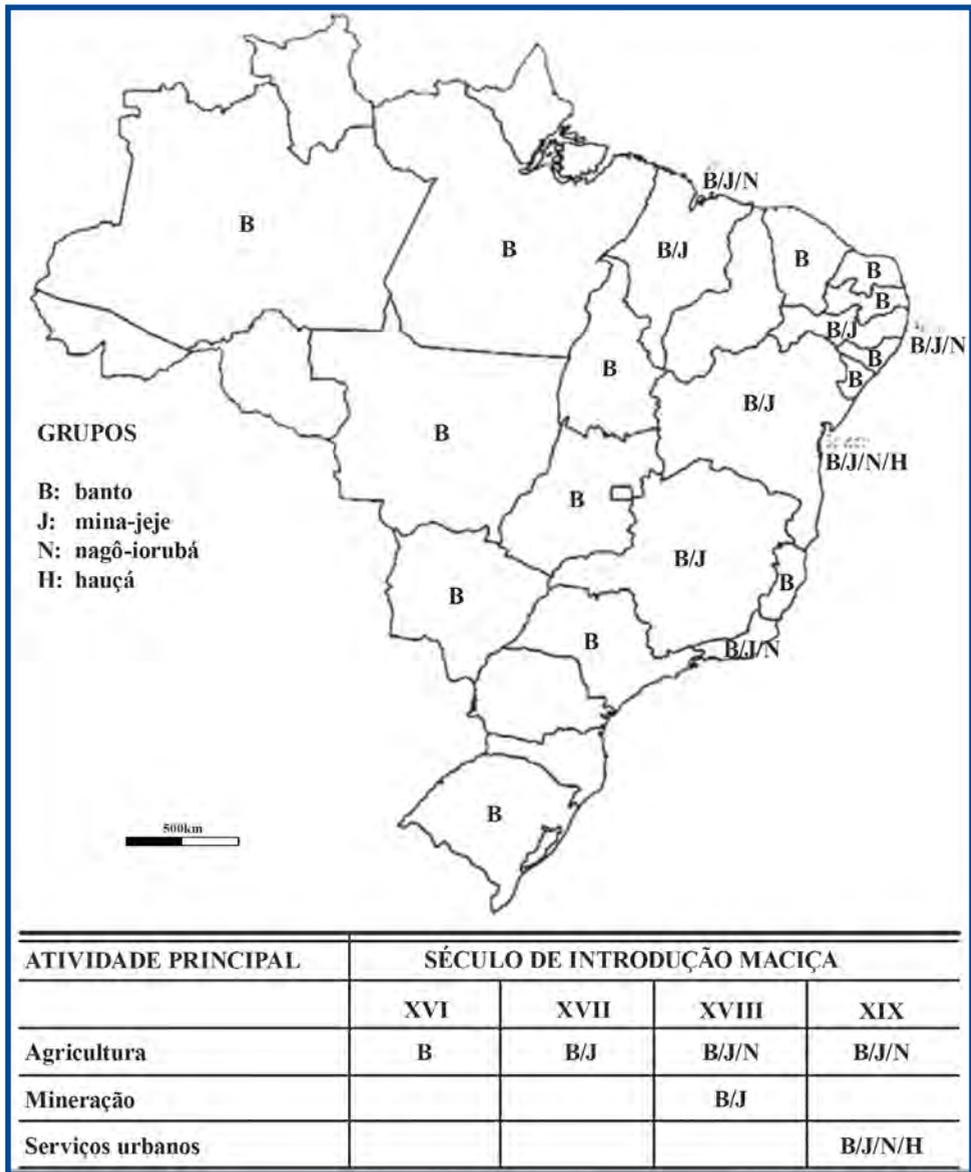


Fig. 21. Esboço de mapa etnológico africano no Brasil

Fonte: Castro (2002: 45)

10.5.2. Os registros dessas línguas

Passados três séculos da chegada às Minas dos primeiros africanos e seus descendentes nascidos na América, trazidos para o trabalho forçado nas minas de ouro e pedras preciosas no século XVIII, as línguas africanas mais faladas aqui – o quimbundo, o quicongo e o umbundo – se restringem hoje a fragmentos: linguagem ritual em algumas comunidades quilombolas, versos e

palavras soltas em alguns cantos do repertório das festas de N. S. do Rosário e do candomblé (que se realiza também fora do âmbito da festa do Rosário). Em terreiros de candomblé, na Bahia, Yeda Pessoa de Castro constatou o que ela designou *competência simbólica*: o povo de santo que canta em iorubá conhece o sentido do canto, sua inserção ritual, mas não conversa em iorubá. Trata-se de uma língua ritual, de uso restrito, que não se utiliza para fins de comunicação cotidiana.

(QUEIROZ, 2019: 12).

Além disso, falta documentação. Poucos registros das línguas africanas faladas no Brasil chegaram aos dias atuais. A obra mais famosa de que se tem notícia é uma gramática escrita na Bahia pelo jesuíta Pedro Dias (1621-1700) intitulada *Arte da lingua de Angola*⁴⁵, publicada em Lisboa em 1697. O título é um tanto enigmático se o leitor levar em conta o mapa atual, porque a atual República de Angola tem cerca de quatro dezenas de línguas segundo o *Ethnologue*. Então, que artigo definido é aquele no título, como se houvesse apenas uma língua? É que o mapa era outro: o Reino de Angola não coincidia com a atual República de Angola. Naquela Angola, porém, estava Luanda, o maior porto negreiro do Atlântico no século XVII — o que conferia àquela língua importância numa economia escravagista. Aquela era uma região Mbundu; a língua descrita por Pedro Dias era o Kimbundu. Banto, portanto.



Fig. 22. Angola no século XVII

Fonte: Rosa (2013)

Outro material importante para o conhecimento do mapa linguístico do Brasil são dois manuscritos de Antonio da Costa Peixoto (1703–1763), escritos

⁴⁵ Disponível *online* em <https://purl.pt/31521/1/html/index.html#/1>.

em Minas Gerais. Um deles, *Alguns apontamentos da lingua Minna com as palavras portuguezas correspondentes*, é um manuscrito de 1731 (na Seção de Reservados Biblioteca Nacional de Lisboa); o outro, de 1741, é a *Obra nova da língua geral de mina*.

Aryon Rodrigues dedicou-se a esse material por longo tempo. Em parceria com Lucien Akabassi, falante de Fon, então na Unicamp, Rodrigues concluiu que

[p]elo menos 90% dos dados do manual de Costa Peixoto foram imediatamente reconhecidos, não só os vocábulos soltos, mas igualmente as sentenças, de modo a não deixar dúvidas de que a língua em questão pertence ao complexo dialetal Ewe, e coincide sobretudo com o Fõ. Algumas formas divergem e se identificam com um ou outro dialeto, ora com o Mahi, ora com o Gum. Correia Lopes, no seu estudo, também identificou a língua de Mina de Costa Peixoto com o Ewe, inclinando-se a ver nele o dialeto Gum, o que é reforçado pelo termo dado no manual para traduzir “gente mina” – *guno*, isto é *gu-nu* ‘pessoa do povo Gum’. Os *gunu* habitam a região costeira da República Popular do Benim, onde fica a capital Porto Novo. O Fõ é, entretanto, a língua africana dominante no território da república [...]. Como esses dois dialetos do Ewe são muito próximos tanto na fonologia como na gramática, como no léxico, e também pouco difere do Angló [...], que é o Ewe falado em Gana e no Togo, não é fácil decidir a qual dos dois dialetos corresponde mais exatamente a língua Mina de Minas Gerais. Note-se, ainda, que o nome Mina é, na África, um dos sinônimos para o dialeto Guem [...]. É possível, entretanto, que no Brasil o termo tenha sido usado, como tem sido frequentemente considerado, para designar coletivamente os africanos (“negros Mina”) embarcados na Costa da Mina ou mais especificamente no Forte de El Mina. (Rodrigues,2003: 93).

Mais recentemente, Sônia Queiroz (2019) identificou “registro impresso, sonoro ou em vídeo” de remanescentes de línguas africanas do grupo banto em 11 comunidades negras, a saber:

- Tabatinga (Bom Despacho);
- Calunga (Patrocínio);
- Catumba (Itaúna); Jatobá (Belo Horizonte);
- Arturos (Contagem);
- Maticão ou Mato do Tição (Jaboticatubas);
- Milho Verde (Serro);
- Quartel do Indaiá e São João da Chapada (Diamantina);
- Fagundes (Santo Antônio do Amparo);
- Oliveira.

Onde foram parar essas línguas, além da influência deixada no português brasileiro? Uma consulta ao *Ethnologue* nos dá como resultado apenas o crioulo

do Cafundó, com 40 falantes e nível 8b na classificação EGIDS — quase extinto, portanto. Não há menção à *gira da Tabatinga*, de que Bessa Freire dizia haver alguns falantes em 2007:

A história da comunidade Tabatinga - hoje uma área quilombola, situada no bairro Ana Rosa, periferia da cidade de Bom Despacho (MG) - foi contada por Dona Fiota aos participantes do seminário do IPHAN, mas teve de ser traduzida, porque ela falou, não em português, que ela domina muito bem, mas numa língua afro-brasileira, de origem banto, chamada **Gira da Tabatinga**, ainda hoje usada por um grupo de moradores. Foi a primeira vez que o plenário da Câmara Federal ouviu o som de uma língua minoritária de base africana, reconhecendo sua riqueza, sua função histórica e sua legitimidade.

(Bessa Freire, 2007)

10.6. AS LÍNGUAS DE SINAIS

Parecia não ter fim o impacto das decisões do II Congresso Internacional da Educação de Surdos (ou simplesmente o “Congresso de Milão”) de 1880 sobre a percepção das línguas de sinais:

(1) O congresso, considerando a incontestável superioridade da fala sobre sinais, para reintegrar os surdos-mudos à vida social e dar-lhes maior habilidade de linguagem, declara que o método de articulação deve ter preferência sobre o de sinais na instrução e educação dos surdos-mudos;

(2) Considerando que a utilização simultânea de sinais e de fala tem a desvantagem de prejudicar a fala, a leitura labial e a exatidão das ideias, o congresso declara que o método oral puro deve ser o preferido.

(Traduzido e citado por Brito, 2013: 28n19)

No início do século XX, o Ministério da Educação e Saúde Pública brasileiro criava a Inspeção Geral do Ensino Emendativo. O ensino emendativo destinava-se ao “ensino de anormais”, porque — dispunha o documento — havia no país

cêrca de quarenta mil cegos e aproximadamente trinta e cinco mil surdos-mudos e grande número de anormais de outra espécie, na sua quasi totalidade entregues à propria sorte.

(Decreto nº 24.794, de 14 de Julho de 1934).

As línguas de sinais não escapariam ao desagrado nem mesmo no Instituto Nacional de Educação de Surdos/INES. Assim, no seu centenário, em 1957, o uso de sinais foi proibido na instituição. Nesse mesmo ano o *Hino ao Surdo Brasileiro*, de Ana Rimoli de Faria Dória (que dirigiu o INES de 1951 a

1961) e Astério de Campos, encorajava a pátria a salvar os surdos do “ensino antiquado nos simples dedos da mão”⁴⁶. Muitas mudanças já aconteceram em relação a esse cenário.

10.6.1. A LIBRAS

A **LIBRAS** é empregada nos grandes centros urbanos do país. Em 1979, quando Lucinda Ferreira começara a pesquisa com a língua de sinais empregada em São Paulo e Eulália Fernandes, com a língua de sinais empregada no Rio de Janeiro, a denominação LIBRAS ainda não fora criada. Como aponta Brito, essa língua

foi chamada de linguagem gestual, linguagem das mãos, linguagem mímica ou, mais comumente, mímica, sendo que, a partir dos anos 1980, à medida que esse modo de comunicação foi adquirindo o estatuto de língua surgiram várias outras denominações: linguagem brasileira de sinais, língua de sinais dos centros urbanos brasileiros, língua de sinais brasileira e língua brasileira de sinais.

(Brito, 2013: 16n10).

Lucinda Ferreira e o *Grupo de Estudo sobre Linguagem, Educação e Surdez/GELES* criariam a denominação *Língua de Sinais dos Centros Urbanos do Brasil/LSCB*; Eulália Fernandes, *Língua de Sinais do Brasil/LSB*.

O nome LIBRAS surge como autodenominação, resultado da luta do movimento surdo: “Queremos que prevaleça o nome que escolhemos porque representa nossos direitos e conquistas”⁴⁷. No prefácio de *Por uma gramática de língua de sinais*, de 1995, Lucinda Ferreira relata o ponto de partida para a implantação da autodenominação:

os leitores que já conhecem alguns dos nossos trabalhos podem estranhar o fato de estarmos nomeando a língua de sinais dos surdos brasileiros LIBRAS [...] e não mais LSCB [...]. A decisão de adotarmos o nome LIBRAS é consequência de uma reunião na FENEIS, em outubro de 1993, ocasião em que fizemos uma votação para eleger um dos dois nomes, LSCB e LIBRAS, para nossa língua de sinais.

Embora o nome LIBRAS fuja aos padrões internacionais de denominação das línguas espaço-visuais, achamos por bem respeitar os anseios dos surdos brasileiros em propagar este nome para sua língua nativa.

(Ferreira, [1995] 2010 – prefácio)

Havia a autodenominação e oito anos depois de promulgada a Constituição de 1988, o caminho para o reconhecimento legal da LIBRAS — a *Língua*

⁴⁶ Ver Lulkin (2000: 1).

⁴⁷ FENEIS (1993), citado por Brito (2013: 178).

Brasileira de Sinais ou *Língua de Sinais Brasileira* — começava a tomar forma com o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 131/1996. Na Câmara dos Deputados esse PLS deu origem ao Projeto de Lei (PL) nº 4.857/1988, sendo rejeitado o Projeto de Lei nº 657/1999, por ser menos antigo na Casa.

Nas duas Casas do Congresso Nacional, a tramitação do processo que se tornaria a Lei nº 10.436/2002 registrou sucessivas alternâncias entre os termos *língua* e *linguagem*. O *Diário da Câmara dos Deputados* de 25 de maio de 2000 registrou, de modo resumido, o obstáculo que se apresentava nas discussões:

Cumprе assinalar que existe uma polêmica em torno da natureza da comunicação gestual dos surdos. Há quem a considere uma língua natural, estruturalmente diferenciada das línguas orais. Neste caso, o surdo deixa de ser um portador de deficiência. Outros a consideram uma linguagem, isto é um meio de comunicação e expressão derivado de língua oral, sem estrutura própria. Para esta corrente, não existe uma língua “natural” do surdo, que deve ser tratado como portador de deficiência até que aprenda a expressar-se em português.

Manifestava-se a resistência em considerar LIBRAS uma língua natural, o que parece ter levado a evitar o emprego de *língua* na definição presente no texto legal aprovado.

Em 2002, isto é, seis anos após o início da tramitação do PLS de origem, era sancionada a Lei nº 10.436/2002, que reconhecia a LIBRAS “meio legal de comunicação e expressão” no país⁴⁸, regulamentada pelo Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

Podemos dizer então que em 2002 o Brasil passou a ter duas línguas oficiais? Heloise Gripp (Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ), em aula, chamou a atenção de que a resposta para essa pergunta é “não”. A LIBRAS não é língua oficial, mas meio de comunicação e expressão ou forma de comunicação e expressão reconhecida por instrumento legal. Compare-se a redação que reconhece na LIBRAS um meio de comunicação com a redação da lei municipal de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, que cooficializou, no mesmo ano de 2002, o Nheengatu, o Tukano e o Baniwa, reproduzida no *Quadro 2*.

O caminho para o reconhecimento de LIBRAS vem sendo longo. Parecia tão perto de se concretizar quando Lucinda Ferreira, entre outros, foi convidada a participar das reuniões da Assembleia Nacional Constituinte em 1988⁴⁹, mas a Constituição de 1988 não contemplou a LIBRAS. Em abril de 2021 a luta pela oficialização da LIBRAS chegou ao Senado, com a Proposta de Emenda

⁴⁸ Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm.

⁴⁹ Brito (2013: 173).

à Constituição Nº 12/2021 (PEC 12/2021), que objetiva alterar “o art. 13 da Constituição Federal para incluir a língua brasileira de sinais como um dos idiomas oficiais da República Federativa do Brasil”⁵⁰.

10.6.2. Outras línguas de sinais

A LIBRAS não é a única língua de sinais brasileira de que se tem notícia.

Em 1968 o missionário do Summer Institute of Linguistics James Y. Kakumasu (ou Jim Kakumasu), com base nos dados que coletara entre 1962 e 1965, publicava uma análise da língua de sinais em uso entre os Ka’apor, povo indígena habitante em aldeias entre Maranhão e Pará, perto do rio Gurupi. Denominou a língua *Urubu-Kaapor Sign Language*. Em 1982, Lucinda Ferreira fazia pesquisa de campo sobre a língua de sinais entre os ka’apor, língua que ela denominou *Língua dos Sinais Kaapor Brasileira/ LSKB*.

Em 1968, Kakumasu contava sete surdos (1,4%) numa população de aproximadamente 500 pessoas. Para o ano de 1983, Ferreira (1984: 45) calculou uma queda demográfica: o povo ka’apor contaria com menos de 500 pessoas. Destas, cinco eram surdas (mais de 1% da população). [...] Atualmente, a língua de sinais é utilizada por um número de 13 a 15 surdos, distribuídos em cinco aldeias: Xie, Axingi, Ama’y ty renda, Bacurizeiro e Ximborenda. Digo “de 13 a 15”, uma cifra baixa, entretanto incerta, porque não conheci a aldeia Ximborenda, onde moram vários surdos. (Godoy, 2020: 61)

“Atualmente, os Ka’apor devem somar em torno de 2.200 pessoas”⁵¹, o que equivaleria a uma população surda de cerca de 0,6%. Essa informação de Gustavo Godoy foi incorporada pelo *Ethnologue*, que anteriormente, na edição de 2019, informava que a língua de sinais Ka’apor estava extinta.

Lucinda Ferreira (então ainda Lucinda Ferreira Brito) contrastou a inclusão social do indivíduo surdo entre os Ka’apor e a exclusão do surdo na grande comunidade urbana:

Em São Paulo, a língua de sinais é usada quase que exclusivamente por surdos entre si. Pode ser conhecida e usada por membros ouvintes de uma família que incluía um pessoa surda, mas raramente. Uma consequência disso é uma separação entre surdos e ouvintes. Mesmo que os surdos tentem se integrar à

⁵⁰ Consulta pública a maiores de 12 anos no site <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/148537>. Em 13 de março de 2022 havia 2035 votos de apoio à proposição e 56 contrários. Em 15 de fevereiro de 2024, 3.143 votos em apoio e 67 contrários.

⁵¹ Godoy (2020: 35).

comunidade ouvinte usando a linguagem falada, a comunidade surda permanece praticamente desconhecida para a população ouvinte — completamente desconhecida para quase todos. Os surdos em São Paulo geralmente receberam uma educação oralista na escola e são, potencialmente, bilíngues. O uso do português e do SPSL pelos surdos é determinado pelo cenário: nos clubes e associações de surdos (ou seja, no mundo surdo), a língua utilizada é a língua de sinais; em outros lugares, no mundo ouvinte, a língua que o surdo usa ou tenta usar é o português.

Em contraste, os surdos Urubu-Kaapor são monolíngues e a maioria dos ouvintes Urubu-Kaapor são bilíngues; ou seja, eles dominam tanto o Kaapor falado para sua intercomunicação quanto o UKSL para sua comunicação com os surdos em suas aldeias. Como não há escolas, os surdos não têm educação especial e, conseqüentemente, não são obrigados a aprender a língua falada. É mais comum ver pessoas ouvintes usando a língua de sinais do que surdas tentando aprender Kaapor falado.

(Ferreira Brito, 1984: 46-47)

Cena é o nome de uma língua de sinais em uso em Várzea Queimada, área rural do município de Jaicós, no Piauí, em pleno sertão nordestino, empregada por praticamente todos os moradores, surdos ou não. A cena é uma **língua de sinais emergente (LSE)**⁵²: surge num contexto em que se somam o alto índice de surdez congênita e o isolamento do povoado, até recentemente sem ligação com a rodovia da região.

Com cerca de 900 habitantes, 34 surdos⁵³, Várzea Queimada tem cerca de 4 surdos por cada 100 habitantes. O número é significativo, uma vez que a média mundial gira em torno de 1:1000. A cena está agora na sua terceira geração⁵⁴. Cabe notar, porém, que, a despeito desses números, “não há registro de crianças surdas nascendo na comunidade”⁵⁵.

Várzea Queimada começou a ter contato com a LIBRAS na década de 1990. Inicialmente foram os missionários e, posteriormente, as iniciativas governamentais para a formação de professores de LIBRAS; no entanto “a fluência em libras, na comunidade, é incomum, principalmente entre a população surda mais velha”⁵⁶.

⁵² Almeida-Silva & Nevins (2020: 1032) afirmam que, na “literatura, não há consistência no uso do termo que designa as LSEs que podem aparecer sob o rótulo de **línguas de sinais de vila, rurais, compartilhadas ou emergentes**. Neste texto, utilizaremos o rótulo **língua de sinais emergente —LSE**”. A essas línguas se contra-põem às línguas de sinais que poderiam ser consideradas *estáveis*.

⁵³ Almeida-Silva *et alii* (2023: 41).

⁵⁴ Almeida-Silva *et alii* (2023: 42).

⁵⁵ Almeida-Silva & Nevins (2020: 1030).

⁵⁶ Almeida-Silva *et alii* (2023: 44).

O estudo pioneiro sobre essa língua de sinais data de 2013: a tese de doutorado em Antropologia Social de Éverton Luís Pereira intitulada *Fazendo cena na cidade dos mudos: surdez, práticas sociais e uso da língua em uma localidade no sertão do Piauí*⁵⁷, defendida na Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC. *Mudo* – e não *surdo* – era a denominação local antes da chegada da LIBRAS ao povoado.

A cena é uma língua em risco:

encontramos a comunidade em um momento em que o contato recente com a libras fazia com que surdos e familiares tivessem uma percepção relativamente negativa da língua que foi criada localmente. Muitas vezes, a cena era referida como a ‘forma errada’ de se sinalizar, e a libras, a língua nacional, seria ‘a forma correta’. (Almeida-Silva *et alii*, 2023: 47).

A percepção negativa da cena no confronto com a LIBRAS pode dizer respeito até mesmo aos sinais empregados. Éverton Pereira, em 2013, ao relatar uma conversa com uma religiosa que trabalhara na formação de professores de LIBRAS em Várzea Queimada, ouviu da Irmã que havia sinais pornográficos em uso na cena:

Quando ela falou isso, fiquei extremamente curioso sobre o que (e quais) seria(m) o(s) sinal(is) pornográfico(s). Fiz esta pergunta e ela, um pouco envergonhada, fez o sinal de mulher [...] e diz que não iria “fazer” o sinal de homem ou de “ir ao banheiro” por considerar ainda mais problemático do que o de mulher. (Pereira, 2013: 324).

* * *

Em 2019, Silva & Quadros arrolaram 13 línguas de sinais no Brasil (*Quadro 9*).

Quadro 9 — Línguas de sinais do Brasil
(adaptado de Silva & Quadros, 2019: 22118-22119)

Nome da língua	
1	LIBRAS
2	Língua de sinais Kaapor
3	Língua de sinais Sateré-Waré
4	Língua de sinais Kaingang
5	Língua de sinais Terena
6	Língua de sinais Guarani-Kaiowá

⁵⁷ Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/107034>.

7	Língua de sinais Pataxó
8	Cena
9	Acenos
10	Língua de sinais da Fortalezinha (PA)
11	Língua de sinais da Ilha do Marajó
12	Língua de sinais de Porto de Galinhas (PE)
13	Língua de sinais de Caiçara

10.7. O PORTUGUÊS

Com pouco mais de 203 milhões de habitantes⁵⁸, o português é língua oficial no Brasil, assim determinado pela *Constituição da República Federativa do Brasil* de 1988 no Art. 13. Trazido para o Brasil a partir do século XVI pelos colonizadores portugueses, é atualmente língua majoritária no país, o que não acontecia no período colonial.

Após a Independência, em 7 de setembro de 1822, surgiria uma *questão da língua*: o Brasil passava a ser uma nação; sendo uma nação, sua língua não deveria ser distinta da língua de Portugal? Afinal, como notou Olga Coelho (2008), *nação* era “A gente de um paiz, ou região, que tem Língua, Leis e Governo á parte”⁵⁹. O novo Estado tinha leis e governo. E a língua?

Se no Brasil se falava *brasileiro* ou *português* foi questão de certo modo evitada nas sete Cartas Magnas anteriores à atual⁶⁰.

No texto da *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil* de 1934 há menção a *idioma pátrio*, relacionada ao ensino em estabelecimentos particulares (Art. 150, par. único, d).

A *Constituição dos Estados Unidos do Brasil* de 1946 empregou *língua nacional* para evitar o nome da língua, decisão resultante da emenda proposta pelo Deputado Soares Filho e aprovada na sessão da Assembleia Constituinte que encerrou a votação das Disposições Transitórias⁶¹. Afinal, a política nacionalista do Estado Novo defendera a denominação *língua brasileira*. A defesa de *língua*

⁵⁸ Censo 2022: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>.

⁵⁹ Definição presente no Moraes já na primeira edição, de 1789.

⁶⁰ Não há referências linguísticas na Constituição de 1824, nem na de 1891, nem na de 1937.

⁶¹ *Jornal do Brasil*, 13 de setembro de 1946, p.9 – “Língua nacional ao invés de língua portuguesa” https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_06&Pesq=%22comiss%c3%a3o%20idioma%20nacional%22&pagfis=41923. Oto Prazeres faria uma carta aberta ao Ministro da Educação, Ernesto de Sousa Campos, questionando a moralidade dos nomes indicados (JB, 18/10/1946, p. 5 - https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_06&Pesq=%22comiss%c3%a3o%20idioma%20nacional%22&pagfis=42633).

brasileira fora constante, por exemplo, no *Jornal do Brasil*, em colunas de Oto Prazeres e de Múcio Leão por cerca de meia década. Dispôs, então, o texto constitucional que “O Governo nomeará Comissão de professores, escritores e jornalistas, que opine sobre a denominação do idioma nacional” – Art. 35).

A comissão prevista no texto constitucional concretizou-se sob a presidência de Cláudio Justiniano de Sousa (1876-1954), então presidente da Academia Brasileira de Letras/ABL, e relatoria de (Álvaro Ferdinando de) Sousa da Silveira (1883-1967), Catedrático da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Teve ainda como membros:

- Levi Fernandes Carneiro (1882-1971), da ABL e fundador da Ordem dos Advogados do Brasil,
- Herbert Moses (1884-1972), então presidente da Academia Brasileira de Imprensa,
- Francisco Borges Fortes de Oliveira (1886-?), General, então Diretor de Ensino do Exército,
- Júlio Nogueira, autor do manual premiado pela ABL *A linguagem usual e a composição*,
- Clóvis do Rego Monteiro (1898-1961), Catedrático do Colégio Pedro II,
- Pedro Calmon (Moniz de Bittencourt) (1902-1985), Catedrático da Faculdade Nacional de Direito, delegado do Brasil na Conferência Interacadêmica para o Acordo Ortográfico de 1945,
- Pe. Augusto Magne, S. J. (1887-1966), Catedrático de Filologia Românica da Universidade do Brasil,
- Inácio Manuel Azevedo do Amaral (1883-1950), então Reitor da Universidade do Brasil,
- Pe. Leonel (Edgar da Silveira) Franca, S. J. (1893–1948), o tradutor da *Ratio Studiorum* da Companhia de Jesus de 1599.

O parecer final⁶², datado de 15 de outubro de 1946, descartava *língua brasileira*: “Considerações linguísticas: É inteiramente falso dizer-se que, assim como do latim vulgar transplantado para o ocidente da Península Ibérica resultou o idioma português, assim do português trazido para o Brasil resultou a língua brasileira”. Decidia-se que o nome da língua oficial do Brasil deveria ser *língua portuguesa*:

Conclusão: À vista do que fica exposto, a Comissão reconhece e proclama esta verdade: o idioma nacional do Brasil é a *Língua Portuguesa*.

E, em consequência, opino que a denominação do idioma nacional do Brasil continue a ser: *Língua Portuguesa*.

⁶² Documento disponível em <https://periodicos.fgv.br/rda/article/download/9853/8874>.

Essa denominação, além de corresponder à verdade dos fatos, tem a vantagem de lembrar, em duas palavras — *Língua Portuguesa* — a história da nossa origem e a base fundamental da nossa formação de povo civilizado.

(Brasil/Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Parecer da Comissão instituída nos termos do art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.)

A Constituição seguinte, de 1967, voltou a empregar *língua nacional*. A Constituição de 1969 editava o “novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967” e manteria aquela redação.

A *Constituição da República Federativa do Brasil* de 1988 estabeleceu que a língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil, mas reconheceu, em parte, a pluralidade de línguas no país ao determinar que o ensino fundamental regular deveria ser ministrado “em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (Art. 210, §2º).

UMA ESCALA NA VIAGEM

E onde foram parar os antropônimos indígenas?



Para responder à pergunta acima, apresenta-se um excerto extraído do livro de Bessa Freire & Malheiros, cuja primeira edição é de 1997 e a segunda, de 2010. O livro trata do Rio de Janeiro e do desaparecimento das populações indígenas nessa área, em consequência de um processo de destribalização. O batismo renomearia esses indivíduos com nomes portugueses, e a etnicidade se perdia junto com a identidade conferida pelo nome.

No século XIX, os capuchinhos italianos substituíram os portugueses, havendo obtido o apoio dos fazendeiros. Na região de Pádua, Itaocara e São Fidelis, muitos índios foram trazidos de suas aldeias para as fazendas, onde passaram a viver como agregados. São justamente esses índios que vamos encontrar nos primeiros registros coletivos de batismo, celebrados dentro das próprias fazendas, com os fazendeiros servindo de padrinhos, como ocorreu em Santo Antônio de Pádua, de acordo com o Livro de Batismo n.º 01: “Índios de nação Puri que forão baptizados pelo Reverendo Frei Bento de Gênova, em Casa do Snr. Manoel Garcia e foi Padrinho, o mesmo e Madrinha Francisca Maria, 3 de abril de 1832.

Nomes do Batismo • Nomes do Matto

Maximiano - João Aparã - Bianã

Fidelis - João Daque - Rané

Maria - Maria Jerzóa-Capora”

Em ofício ao Juiz de Órfãos, Frei Flório informava que ele, sozinho, havia batizado desta forma, entre adultos e adolescentes, cerca de 1.040 índios, a maioria deles Puri,

mas também Coroado e Coropó em menor quantidade. O batismo representava, além da troca do nome próprio indígena por um nome cristão, uma mudança radical na forma de vida. Entre o batismo do primeiro índio Puri, de nome Aparân, que recebeu o nome cristão de Maximiano em 1832 e a morte da última índia Puri, Joaquina Maria, em 1902, transcorreram 70 anos. Nesse espaço de tempo, tanto os Puri como os Coroado e Coropó passaram por um processo de destribalização, com a progressiva perda de sua identidade, de sua cultura e de sua língua, até que foram definitivamente varridos do mapa do Rio de Janeiro.

[...]

A questão da perda de identidade é particularmente dramática e desgarradora. Uma vez Puri, sempre Puri? Alguns nascem índios, são batizados, adotam um nome cristão e quando morrem são enterrados sem identidade, com o registro de óbito omitindo a sua condição indígena. Outros mantêm essa condição de forma genérica, mas se transformam num corpo sem nome, numa face desfigurada: alguns registros de óbitos documentam a morte de índios “cujos nomes não me disserão”, conforme atesta o vigário. É interessante observar como os registros eclesiásticos vão documentando progressivamente essa transfiguração étnica: nas primeiras décadas do século XIX, como regra geral, os registros referem-se claramente a indivíduos das nações Puri, Coroado, Coropó e Bocaína; em seguida, essas identidades se diluem na denominação genérica de “índios” ou “caboclos” para, finalmente, serem confundidos com a população mestiça.”

(Bessa Freire & Malheiros, 2010: 46-48)

UMA ESCALA NA VIAGEM

O nome das vítimas da economia escravista



Como eram registrados os nomes dos escravizados, indivíduos que se tornavam “peças” no comércio negreiro? Uma resposta pode ser extraída de Jean Hébrard (2003), que refere um aspecto, em geral não observado, desse “trato de viventes”.

Os registros da contabilidade das remessas de escravos mostram que aqueles indivíduos perdiam o seu nome ainda antes de deixarem as terras africanas. Peças de um lote a ser transportado, o assentamento descrevia o lote (Hébrard, 2003: 32-33). Importava registrar as características que se refletiam no preço. O lote era individualizado para que não houvesse fraude e, conseqüentemente, prejuízo para os comerciantes, armadores, capitães dos navios negreiros e, quando do estabelecimento do *comércio em terra*, os funcionários responsáveis pelo recolhimento de taxas. Os cativos raramente foram individualizados com um nome, mesmo que fosse um nome inventado por alguma razão na hora do registro do lote. Eram indivíduos anônimos, cujo nome tinha dado lugar a diferentes marcas com ferro em brasa em seus braços ou peito.

O ferrete em brasa serviu para marcar no escravo as iniciais do navio em que seria embarcado na modalidade de comércio que ficou conhecida como *comércio a bordo*. Com o engajamento do Estado, que criava o comércio em terra, e com o aumento do porte das embarcações, que passavam a transportar escravizados de diferentes donos, as marcações a ferrete com a designação da embarcação foram substituídas pelas de cada proprietário (Hébrard, 2003: 38).

Na medida em que o comércio escravista se tornava um negócio do Estado, antes do embarque, ainda na África, se deveria garantir que cada escravizado já tivesse passado pela catequese e estivesse batizado. Para que, no entanto, não houvesse “prejuízo da navegação”, um clérigo deveria ser embarcado para terminar a catequese durante a viagem (carta do rei

de Portugal de 5 de março de 1697 – In: Brásio, 2004: 7, 374-375), a despeito de as condições dos escravizados nessas embarcações serem horríveis, de haver poucos clérigos, menos ainda falantes das diferentes línguas reunidas em cada grupo embarcado. E então o texto de Hébrard nos dá conta de uma prática que contornaria esse problema: um ferro em brasa imprimia no escravizado uma cruz, o que exibia sua condição de batizado. Era um batismo sem nome, em que apenas se marcava na carne o sinal da cruz.

Tudo se passa como se o registro escrito do sacramento que faz parte [...] de uma das exigências mais reiteradas da Igreja desde o Concílio de Trento e que, além disso, oficializa num documento o nome cristão do novo convertido, não pudesse aplicar-se no caso do escravo, que se torna um batizado sem nome, um batizado apenas marcado na carne com o sinal da cruz.
(Hébrard, 2003: 39).

No Brasil a eles era imposto um nome cristão. E o outro nome, aquele anterior a esse batismo? Certamente deveria estar em uso no contato com outros escravizados, em especial com outros que falassem sua língua materna. O oral e o escrito.

Qual desses nomes deveria constar em situações formais como a tomada de um depoimento? Retornamos a Hébrard, focalizando a Revolta dos Malês, na Bahia do século XIX:

Durante a investigação que se seguiu à revolta de 1835, os escrivães tiveram grande dificuldade em dar conta desse universo que constantemente lhes escapava. Não sabem que nomes escrever nos seus registros, que estado civil atribuir às pessoas que, por estatuto, não o têm. Devem ser utilizados os nomes de batismo dos suspeitos ou testemunhas (Luis, Jorge, João, José ou Joaquim constam da transcrição dos interrogatórios)? Deveriam registrar aqueles que lhes são atribuídos nos depoimentos e que eles próprios se dão (Ajadi para Luis, Ajahi para Jorge, Alei para João, Aliara para José ou Alade para Joaquim)? A revolta fez com que os nomes da Terra dos Negros reaparecessem nos escritos (é assim que muitas das pessoas ouvidas se referem à África) ao lado dos nomes da Terra dos Brancos (o Brasil) para toda uma população que, alguns anos antes, teve sua identidade negada. Mesmo um dos poucos Cabinda entrevistados (falando, portanto, uma língua banto) aparece nos depoimentos apenas sob o nome africano de Mongo. O conflito onomástico duplica o conflito religioso e étnico que abala a sociedade baiana, tanto a dos escravos quanto a dos libertos.
(Hébrard, 2003: 46).

UMA ESCALA NA VIAGEM

“Negro” na documentação colonial

Moura (2004: 288) nota que na documentação sobre a fase inicial da colonização do Brasil, **negro** “não servia para designar africanos [...] mas para denominar o indígena”.

Na documentação analisada por Alcântara Machado (1930), isto é, em “inventários processados de 1578 a 1700” do Arquivo do Estado de São Paulo, **negro da terra** refere o indivíduo de um povo originário do Brasil. Para o que atualmente chamamos *negro* aparece uma denominação com origem na língua geral, **tapanhuno**, ou, já no século XVII, **negro de Guiné** (Rosa, 2019).

A transformação do indígena em mão de obra escrava é repudiada no décimo artigo do *Directorio* de 1757 (disponível em [https://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/2018-04/Diretorio dos indios de%201757.pdf](https://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/2018-04/Diretorio%20dos%20indios%20de%201757.pdf) — que simultaneamente considerou a escravidão o destino natural de quem é negro. Em nome da liberdade indígena, o *Directorio* proibia a “injusta,

e escandalosa introdução de lhes chamarem Negros; querendo talvez com a infâmia, e vileza deste nome, persuadir-lhes, que a natureza os tinha destinado para escravos dos Brancos, como regularmente se imagina a respeito dos Pretos da Costa da África”.

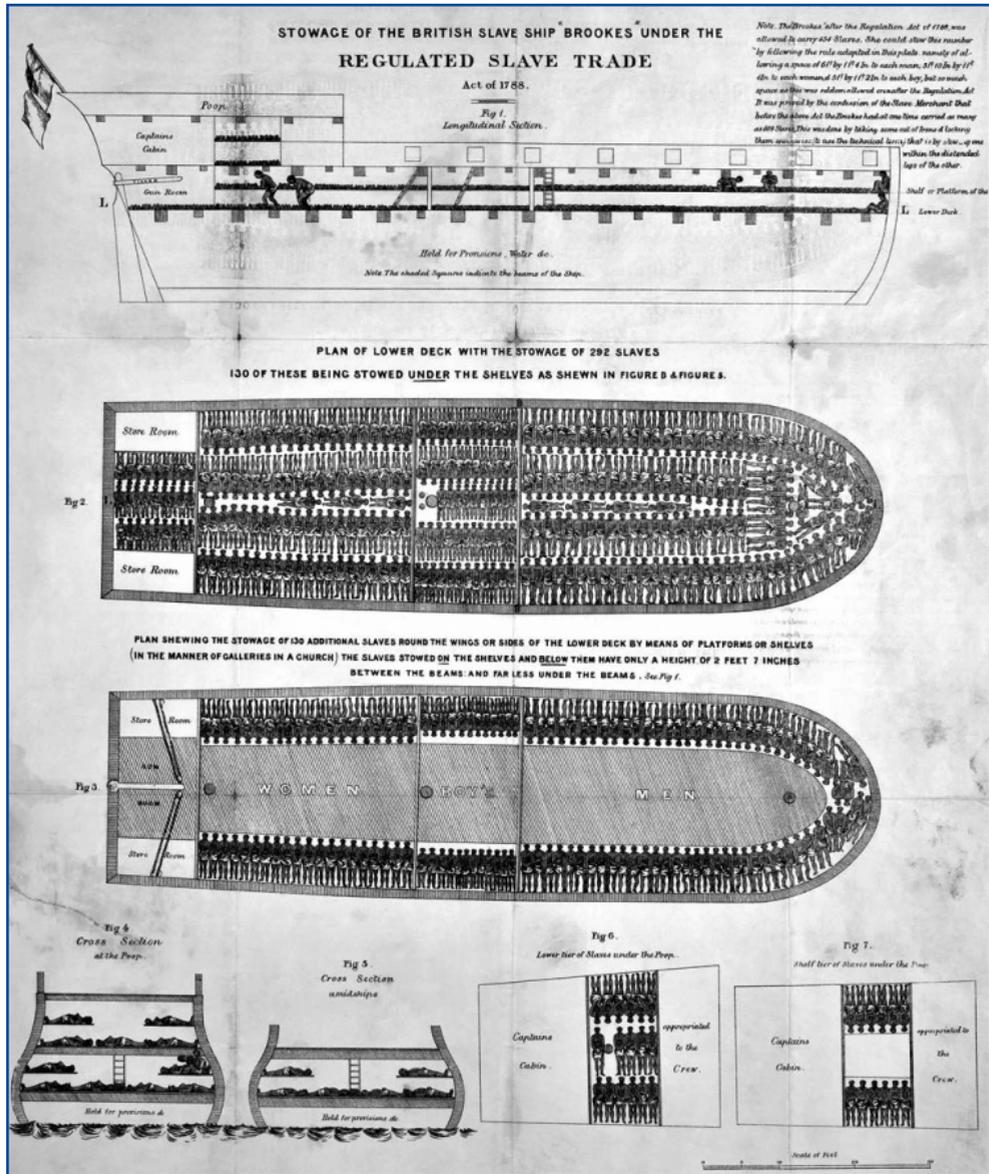


Fig. 23. Cartaz abolicionista britânico que ilustrava como o navio negreiro Brookes conseguia empilhar 454 indivíduos, usadas as medidas aprovadas pela Lei do Tráfico de Escravos de 1788, isto é, 6 pés por 1 pé e 4 polegadas para cada homem (cerca de 1,82m por 40,5 cm) em prateleiras com 2 pés e 7 polegadas de altura (cerca de 78 cm). O desenhista conseguiu colocar 400 pessoas na imagem. Antes da referida lei, a mesma embarcação chegou a transportar mais de 600 escravos. Imagem extraída de *Wikipedia*, “Brooks (1781 ship)”.

CAPÍTULO 11

A LINGUÍSTICA E OS DADOS

A linguística não poderia ser a linguística sem as descrições linguísticas. Se vamos responder às Grandes Questões de nossa ciência — quanto diferentes as línguas podem ser; e quanto similares as diferentes línguas devem ser — nossas respostas serão acuradas como a extensão de dados brutos que vimos. Por essa razão a linguística depende crucialmente da disponibilidade de uma ampla coleção de descrições detalhadas e acuradas das línguas do mundo.

(TERRY CROWLEY, 2007: 11)

11.1 INTRODUÇÃO

O pequeno texto de Crowley que abre este capítulo levanta uma questão importante: as respostas para as grandes perguntas da linguística dependem da existência de muitas descrições de línguas. Muitas respostas já são consensuais; assim, no momento em que chega a um linguista a notícia de que se descobriu em algum lugar remoto da Terra uma população falante de uma língua ainda desconhecida, por exemplo, ele já pode antecipar algumas coisas sobre essa língua. Não é adivinhação nem mágica.

A documentação reunida por séculos sobre as línguas do mundo nos permite afirmar que todas as línguas têm gramática (no sentido de que todos podem falar e compreender sua língua); que em qualquer língua podemos formar frases, fazer perguntas de resposta sim ou não, dar ordens ou comandos; que todas as línguas organizam suas frases com padrões mais ou menos comuns — por exemplo, muitas línguas têm o objeto antes do verbo. Por outro lado, não

são todas as línguas em que os nomes mudam de forma na dependência de sua função na frase, como acontecia em latim. A diferença entre as línguas não se dá “sem limites e de modos imprevisíveis”, como afirmava o linguista Martin Joos na década de 1950¹, ao defender que todas as línguas eram diferentes do latim. Nenhum linguista esperaria, por exemplo, que a língua desconhecida fosse apenas uma lista de poucas palavras “muito gerais”, argumento com que o jesuíta Juan de Azpilcueta Navarro (c. 1522-1557) se desculpava junto aos Irmãos por não ter escrito à época uma gramática do tupinambá.

Crowley nos fala em *dados brutos* e em *descrições*. Os dados brutos são os enunciados que podemos gravar e transcrever. Mas, se lembramos de Saussure, o que ouvimos é *parole*, não *langue*; se lembramos de Chomsky, o que ouvimos é *língua-E*, não *língua-I*. As descrições são o trabalho do linguista sobre os dados. Se forem boas descrições, permitem generalizações que dão conta de novos dados do mesmo tipo que não estavam no conjunto inicial e aumentam nossa compreensão sobre as línguas e sobre a linguagem.

11.2. A OBTENÇÃO DOS DADOS

Digamos que alguém de Fortaleza, no Ceará, nos diga algo como *ta[h]a na cun[h]essa* (o equivalente no meu carioquês soaria como *tava na conversa* – i.e., *estava na conversa*) em que [h] representa um som que na ortografia do português seria aproximadamente representado por <rr> ou <r> [mas ver o IPA, *Figura 25*].

O que ouvi pode aguçar minha curiosidade. Aquilo que ouvi seria uma característica daquele falante específico, uma marca de seu idioleto? Ou poderia afirmar que toda a Fortaleza tem essa marca, de produzir uma aspiração para realização de /v/? Ou ela predomina só em algumas áreas da cidade? Seria qualquer /v/ – em início de palavra também ou só numa sílaba não inicial? Só os falantes mais velhos teriam essa marca? Só os não escolarizados?

Posso tentar formular uma hipótese acerca das circunstâncias que (des)favorecem o surgimento dessa aspiração. Mas só com aquela única ocorrência ouvida ao acaso? Não é o bastante. Quando um linguista se propõe a analisar um determinado fenômeno de uma língua, ele precisa de dados.

Curios@ quanto ao /v/ em Fortaleza?

Leia ***Arre Maria! Como tu cunresa: a aspiração de /v/ no falar popular de Fortaleza***, de Araújo, Rodrigues & Pereira (2018).

¹ Joos, ed. (1957: 196).

A palavra latina **corpus** (daí o plural **corpora**), ‘conjunto’, é a denominação empregada pelos linguistas para denominar um *conjunto de dados linguísticos*, sejam dados orais ou escritos. Esses dados são reunidos segundo critérios explícitos, e o *corpus* é direcionado para um programa de pesquisa. Não se trata, portanto, de “toda a língua”, mas de uma amostra, especificada por critérios claros, que permitirá confirmar ou não uma proposta de análise tendo por base usos linguísticos efetivamente atestados.

Um exemplo. No início da década de 1980 começou a ser construído por um grupo de linguistas da Faculdade de Letras da UFRJ liderados pelo Prof. Anthony Naro o *Corpus Censo*, com o “objetivo precípua de estudar fenômenos variáveis presentes no português falado por cariocas não-cultos, através de uma metodologia quantitativa”². O *Corpus Censo* reuniu “48 horas de gravação com falantes adultos, divididos por três faixas etárias (15-25 anos, 26-49 anos e mais de 50 anos) e uma amostra de crianças na faixa de 7 a 14 anos”³.

Essas informações sinalizam que a construção do *corpus* levou em conta uma dada variedade do português brasileiro e que seguiu critérios⁴ que organizaram as respostas dos participantes segundo a idade, o sexo, a escolaridade. Estas características não são linguísticas, mas podem nos fazer prever o uso provável do falante num aspecto da língua em que há variação⁵.

Há uma decisão prévia ao começo do trabalho: o linguista vai analisar os dados já coletados e disponibilizados por outros linguistas? O linguista vai mudar-se por um tempo para a região em que determinada língua ou variedade é falada, para estudá-la em seu contexto? Ou serão os falantes da língua ou variedade que vão para a comunidade do linguista? Para Robins esta última situação não é a preferencial, porque “[a] língua está radicada no intercâmbio social e não nas elocuições feitas para um estrangeiro”⁶.

Há métodos bem estabelecidos para conseguir os dados. Os dados que servirão de base para o trabalho do linguista podem ter sido coletados por outros linguistas e fazerem parte do acervo de uma biblioteca, por exemplo. O linguista também pode conseguir dados com experimentos de laboratório.

No caso de se mudar para a comunidade, o pesquisador pode lançar mão da **observação** e da **entrevista**.

² Paiva & Scherre (1999: 205).

³ Paiva & Scherre (1999: 205).

⁴ Sinclair (1996).

⁵ Com o desenvolvimento da tecnologia ligada à computação, a partir da década de 1960 começaram a surgir grandes bases de dados para diferentes línguas, algumas ultrapassando o bilhão de palavras. Para vários *corpora*, ver <https://linguisticamcarlotarosa.wordpress.com/2021/09/08/corpus-plural-corpora-os-dados-da-descricao-linguistica/>.

⁶ Robins ([1964] 1977: 362).

A observação exige envolvimento e distanciamento; é levada a cabo por meio de um mergulho na sociedade a ser estudada, aprendendo, “na medida do possível, a pensar, ver, sentir e, por vezes, agir como membro da sua cultura”⁷. Um exemplo das dificuldades nesse trabalho de campo ficou registrado por Bronislaw Malinowski (1884-1942), que relatou o início de suas pesquisas nas ilhas Trobriand (Papua-Nova Guiné) no início do século XX. No contato com a população nativa ele recorreu a um **pidgin** de base lexical inglesa – uma língua que não era língua nativa de ninguém. Ele próprio reconheceu que era “um instrumento muito imperfeito para a expressão de ideias”.

Imagine-se o leitor sozinho, rodeado apenas de seu equipamento, numa praia tropical próxima a uma aldeia nativa, vendo a lancha ou o barco que o trouxe afastar-se no mar até desaparecer de vista. Tendo encontrado um lugar para morar no alojamento de algum homem branco – negociante ou missionário – você nada tem para fazer a não ser iniciar imediatamente seu trabalho etnográfico. Suponhamos, além disso, que você seja apenas um principiante, sem nenhuma experiência, sem roteiro e sem ninguém que o possa auxiliar – pois o homem branco está temporariamente ausente ou, então, não se dispõe a perder tempo com você. Isso descreve exatamente minha iniciação na pesquisa de campo, no litoral sul da Nova Guiné. Lembro-me bem das longas visitas que fiz às aldeias durante as primeiras semanas; do sentimento de desespero e desalento após inúmeras tentativas obstinadas mas inúteis para tentar estabelecer contato real com os nativos e deles conseguir material para a minha pesquisa. Passei por fases de grande desânimo, quando então me entregava à leitura de um romance qualquer, exatamente como um homem que, numa crise de depressão e tédio tropical, se entrega à bebida. Imagine-se entrando pela primeira vez na aldeia, sozinho ou acompanhado de seu guia branco. Alguns dos nativos se reúnem ao seu redor – principalmente quando sentem cheiro de tabaco. Outros, os mais velhos e de maior dignidade, continuam sentados onde estão. Seu guia branco possui uma rotina própria para tratar os nativos; ele não compreende nem se preocupa muito com a maneira como você, o etnógrafo, terá que aproximar-se deles. A primeira visita o enche da esperança de que, ao voltar sozinho, as coisas lhe serão mais fáceis. Era isso, pelo menos, que eu esperava.

(Malinowski, [1922] 1976: 23)

Aprender uma língua na vivência na comunidade exige tempo e não está livre de equívocos. Mattoso Camara Jr. recorreu a um relato de Malinowski sobre sua incompreensão de que a língua trobriândica privilegiava, no sistema verbal, a noção de aspecto, não de tempo, como o português, por exemplo:

⁷ Citação de Hortense Powdermaker, 1966. *Stranger and Friend: The Way of an Anthropologist*. New York: Norton - in Sluka & Robben, eds. (2007:1).

“Estava assim atarefado em tomar notas e tirar fotografias do que se passava entre as choças, quando começou a correr de boca em boca a frase “eles já vieram” – “*boge laymase*”. Interrompi o meu trabalho na aldeia a fim de correr à praia, um quarto de milha distante; mas, para meu grande desapontamento e mortificação, eis que diviso as canoas ainda muito ao largo, avançando morosamente em direção à praia. Achava-me dez minutos adiantado, justamente o bastante para me fazer perder muitas oportunidades no interior da aldeia”.

“Foi preciso certo tempo e uma melhor apreensão da língua nativa [...] para me ser dado perceber a natureza do meu equívoco e o emprego adequado das palavras e formas que exprimem as sutilezas da sequência temporal. A raiz *ma*, que significa *vir, mover-se para cá*, não coincide com a área significativa que o nosso verbo *chegar* (ing. *arrive*) abrange. Nem há qualquer determinante mórfico que lhe empreste a peculiar definição temporal das nossas frases – *eles vieram, eles chegaram*. A locução *boge laymase* [...] significa para os nativos – *eles já estão em movimento para cá, e não – eles já vieram*”.

(Malinowski citado em Camara Jr., [1964] 1973: 147)

Camara Jr. explica o equívoco de Malinowski:

O preverbo *boge*, traduzido como *já* (ing. *already*), e o prefixo *lay* equiparado a uma desinência de pretérito, emprestam à tradução um sentido inexistente no original. Neste apenas impera a ideia de uma ação começada (aspecto inceptivo) e que está em desenvolvimento (aspecto resultativo). Se a raiz verbal *ma* corresponde à ação de mover-se, a partícula *boge* indica que eles se moveram, ou melhor, executaram um movimento, e o prefixo *lay* acentua a ação que daí se desdobrou. Em *boge* e *lay* não há a ideia de passado, em referência ao momento em que se fala, mas de um impulso realizado e de cujo bojo saiu uma consequência – a vinda deles. O sentido mais apropriado da frase trobriândica é *eles estão em movimento e estão vindo para cá*.

(Camara Jr., [1964] 1973: 147-148)

Para obter de forma mais direta respostas que interessam para a pesquisa em andamento (sem deixar que o entrevistado perceba quais são as expectativas do pesquisador) pode-se lançar mão da entrevista. A técnica ganhou o nome de **elicitação**. *Elicitar* é uma palavra que tem origem no latim *elicere*, ‘fazer sair’ [de *e-* ‘movimento de dentro para fora’ + *lacio* ‘atrair’].

Um exemplo de entrevista (e dessa técnica) surge no conto de ficção científica “How to learn Martian” [‘Como aprender marciano’], de Charles F. Hockett, um dos grandes nomes da linguística, publicado em 1955 na revista *Astounding Science Fiction*. O texto de Hockett colocava o linguista Ferdinand Edward Leonard, ou Ferdie, em trabalho de campo, mas em Marte. O nome da personagem remete o leitor a três grandes da linguística: Ferdinand de Saussure, Edward Sapir e Leonard Bloomfield. O trabalho de Ferdie não parece diferir,

em linhas gerais, do trabalho que um linguista teria numa comunidade humana com uma língua ainda desconhecida. Compare-se a descrição que faz de seu trabalho com os registros numa página da coleta de dados que Renata Gérard Bondim⁸ realizou em 1976 com o Yawalapiti, língua brasileira pertencente à família linguística Arawak (Figura 24).

19.	hi ^h oti	'tua língua'
20.	nu ^h oti	'minha língua'
21.	a ^h oti	'nossa língua'
22.	hitsa ^m ilyu	'tua rede'
23.	'otsam ^h ilyu	'nossa rede'
24.	nutse ^m ilyu	'minha rede'
25.	a ^h pina	'nossa casa'
26.	nu ^h pina	'minha casa'
27.	i ^h pina	'casa dele'

Figura 24: Renata Bondim, 1976 in Emmerich (coord.) (2019:24)

CHARLOTTE EMMERICH (1938-2020)



Nascida em Minas Gerais, Charlotte Emmerich viveria até os 11 anos na Alemanha. Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e um dos grandes nomes dos estudos de línguas indígenas brasileiras, fez parte do grupo que realizou a primeira publicação do monumental *Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju* (IBGE, 1981). Foi uma das criadoras do projeto Censo da Variação Linguística, atualmente PEUL/ Programa de Estudos sobre o Uso da Língua.

Mais sobre ela: *Tributo a Charlotte Emmerich (1938-2020)*, por Marília Facó Soares, disponível em <https://linguisticamcarlotarosa.wordpress.com/2020/10/20/tributo-a-charlotte-emmerich-1938-2020/>.

⁸ https://www.museunacional.ufrj.br/dir/celin/docs/estudo_sincronico_linguas_indigenas_alto_xingu.pdf.

A língua de Marte com que Ferdie tem contato (poderia haver outras línguas, outras comunidades) tem estrutura fonológica com elementos discretos que podem ser anotados com o emprego de um alfabeto fonético. Os fonemas se reúnem para formar sílabas que, reunidas, formam palavras a que se associam significados. Se levamos em conta as propriedades da linguagem com que Hockett distinguiu a linguagem da comunicação animal⁹, Ferdie parece ter colocado o marciano do lado humano da comunicação.

Ferdie inicia a pesquisa de marciano pela elicitación de dados junto a um informante marciano mas, dadas as circunstâncias, não conseguiu um informante bilíngue — isto é, falante de marciano e de uma língua da Terra em que Ferdie fosse fluente.

A coleta de dados começa com a pergunta “*como se chama isso na sua língua?*” feita em inglês por Ferdie, ao mesmo tempo em que apontava para o pé do informante. Começava assim o levantamento do vocabulário por nomes relativos às partes do corpo — pressuposto que se extrai do texto: a língua marciana deveria ter um **léxico nuclear**, isto é, palavras que independem da cultura e são do conhecimento de qualquer adulto e que, por isso, não devem ter entrado na língua por empréstimo. Mas uma palavra para ‘pé’, assim, solta, equivaleria apenas ao que fica abaixo do tornozelo ou poderia nomear tudo do joelho para baixo? Ou também para cima? E se Ferdie apontasse para o próprio pé e não para o pé do marciano? Ouviria a mesma resposta? De imediato nos vem à mente um comentário de Mattoso Camara Jr.:

Numa língua JÊ, por exemplo, não se emprega nenhuma das variantes da forma para “orelha” como forma livre; diz-se sempre — “minha orelha”, “orelha de nós dois”, etc., de tal sorte que um pesquisador inexperiente pode anotar como variantes arbitrárias o que corresponde a uma significação especial conforme o caso: perguntando ao índio — “Que é isso?” (apontando para a orelha do índio), terá a resposta — “Yapag” (“minha orelha”), mas, se para confirmação repetir a perguntar apontando para a própria orelha o índio poderá responder — “Payapag” (“orelha de nós dois”, já que ambos a têm).
(Camara Jr., [1965a] 1977: 52-53).

Outro pressuposto: o gesto de apontar com o dedo é compreendido com facilidade pelo marciano. É conhecida a história da linguista que concluiu pela pobreza vocabular da língua que pesquisava porque não compreendeu que o informante respondia sempre com a mesma palavra não porque a língua contasse com apenas um nome, mas porque olhava para o dedo, não para o que o dedo apontava.

⁹ Hockett (1958: 574ss).

O marciano de Hockett vocaliza *GAHdjik*, e Ferdie anota em seu caderno o que ouviu, empregando para isso um alfabeto fonético e indicando a palavra ‘pé’ em inglês. Nesse momento Ferdie não tem certeza de se o que ouviu seria uma palavra ou se o marciano apenas limpou a garganta. Depois Ferdie repete *GAHdjik*, mas o marciano não reage. O processo de apontar e perguntar se repete com outros nomes e Ferdie retorna a “pé”, mas desta feita o que ouve é *KAHchuk*.

GAHdjik e *KAHchuk* seriam duas palavras com o mesmo significado, duas coisas diferentes ou uma diferença de pronúncia que passaria despercebida para o nativo de Marte? Para tentar uma resposta, Ferdie aponta novamente para o pé marciano, diz *KAHchuk* e observa a reação. Mais tarde repete o gesto pronunciando *GAHdjik*. E ainda *GAHdjuk*, *KAHchik*, *gahDJIK* e *kahCHIK*, estas últimas com a segunda sílaba mais alta que a primeira. A rejeição o levaria a deixar de lado a primeira hipótese — mas Ferdie poderia apenas não estar entendendo os gestos para aceitação ou rejeição; ou os marcianos poderiam ser muito educados para criticá-lo, como o informante citado por Camara Jr.¹⁰: “É que vocês por enquanto estão aprendendo; podem dizer como querem [...] Mas, quando souberem KAINANG direito, vão ver que é tudo a mesma coisa”.

O trabalho de elicitare, registrar, checar e corrigir prosseguirá até o linguista conseguir descrever todas as diferenças de pronúncia distintivas em marciano, isto é, que constituem o sistema de fonemas da língua marciana.

* * *

Voltando ao exemplo inicial, o linguista precisa de uma amostra que seja significativa quanto ao grupo em estudo — os fortalezenses. Em outras palavras, é preciso um controle de qualidade sobre as ocorrências coletadas. Uma busca no Google pode dar problemas quanto a esse tipo de controle. Uma busca por **Maria Rosa** pode retornar *João Maria. Rosa da Silva*, ou *flores para Maria; rosa foi uma delas*: a busca não levará em conta a pontuação ou a capitalização¹¹. Com base no meu julgamento de falante nativo vou filtrar essas ocorrências. Mas quando ocorreram? Onde? O que sei do falante? Ou era um texto escrito? De que gênero? Era uma tradução? Como saber?

11.2.1. Informante, participante, sujeito, colaborador: tem diferença?

O *Dicionário de linguística e fonética* de David Crystal¹² define **informante** como “uma pessoa que age como fonte de dados para a análise linguística,

¹⁰ Camara Jr. ([1965a] 1977: 37).

¹¹ Scholz, Pelletier, Pullum & Nefdt (2023).

¹² Crystal ([1985]1988).

geralmente um falante nativo de uma língua”. Acrescentamos aqui o **sinalizante nativo**, alguém cuja língua materna é uma língua de sinais, como a LIBRAS, por exemplo. No trabalho de campo, informantes e dados são indissociáveis¹³. Numa pesquisa linguística, um **informante** “é simplesmente um nativo que fala sua língua e está disposto a auxiliar o linguista em seu trabalho”¹⁴.

Empregamos aqui o termo **informante**, já tradicional nos estudos linguísticos. Alguns senões ao termo *informante* surgiram originariamente para o inglês *informant*¹⁵: a designação traria à mente *informer*, ‘dedo-duro’, e a carga pejorativa associada a essa acepção. A discussão sobre o termo alcançou o Brasil e tem levado alguns linguistas à substituição de *informante* por *participante*, *sujeito*, *colaborador*, *consultor* e até mesmo apenas por *falante*. Por que, então, continuar com *informante*?

Em princípio *informante*, *participante*, *sujeito* e *colaborador* não parecem assim tão equivalentes e também essas denominações abrem espaço para discussão. Há quem defenda que **sujeito** deveria estar restrito a trabalhos com experimentos; que **colaborador** e **consultor** são os que merecem lugar de coautores; que **consultor** parece alguém que trabalha por pagamento. Uma vez que todas as alternativas têm senões, mantemos aqui a denominação mais tradicional.

E quando os dados são produzidos pelo próprio linguista? Em outras palavras: quando o informante é o próprio pesquisador? Isso pode? Sim, porque o linguista também conhece sua língua. Observe-se, porém, que não é a melhor prática o linguista ser sua única fonte dos dados, por conta das expectativas que tem em relação aos dados de sua pesquisa e de como essas expectativas podem impactar os resultados do trabalho¹⁶.

11.2.2. O falante nativo/ o sinalizante nativo

A definição de informante introduz o conceito **falante nativo**. Nas palavras de Bloomfield¹⁷, “a primeira língua que um ser humano aprende a falar é sua língua nativa; ele é um falante nativo dessa língua”. Um falante nativo de português, por exemplo, é alguém para quem o português é a língua materna ou língua nativa ou primeira língua/L1.

¹³ Nida (1947: 138).

¹⁴ Robins ([1964] 1977: 361-362).

¹⁵ Uma discussão relativa aos termos informante, participante, sujeito e colaborador em inglês pode ser consultada na *Linguist List: LINGUIST List 5.1022*, Wed 21 Sep 1994. Disc: *Informant: last posting*: <https://linguistlist.org/issues/5/5-1022/>.

¹⁶ Ferreira (2005: 372).

¹⁷ Bloomfield (1933: 43).

Esse falante é idealizado como “o melhor falante”. Ele conhece sua língua perfeitamente, o que o torna capaz de saber se um enunciado é uma construção possível em sua língua ou não. Dizer que esse falante nunca comete erros é mais complicado¹⁸.

Mas quem é esse falante idealizado? Em outras palavras, que características esse falante deveria ter?

Para as pesquisas dialetológicas que começaram a mapear países europeus no final do século XIX, o informante deveria encaixar-se nos requisitos resumidos na sigla inglesa **NORM: nonmobile, older, rural males**¹⁹. Em outras palavras, ser do sexo masculino, de área rural, acima de 60 anos e ter vivido sempre naquele lugar. Deveria ser homem porque “nos países ocidentais a fala das mulheres tende a ser mais autoconsciente e mais consciente quanto à classe que a dos homens”²⁰. O isolamento da área rural e a idade de algum modo seriam uma barreira à influência de outra ou outras línguas ou variedades. Buscava-se uma variedade na sua forma mais “pura”.

De algum modo a preocupação com a influência externa sobre a comunidade linguística estava presente nos requisitos para ser informante do Projeto NURC: não obstante as capitais estudadas no NURC terem recebido muitos imigrantes desde o século XIX até os anos 1950, como o Rio de Janeiro, por exemplo, eram requisitos para ser informante no NURC²¹:

- a) ser nascido ou residente na cidade objeto do estudo desde os cinco anos;
- b) ter residido na cidade pelo menos durante $\frac{3}{4}$ partes da sua vida;
- c) ser filho de brasileiros, preferentemente nascidos na cidade;
- d) haver recebido sua instrução primária, secundária e universitária na própria cidade.

A certeza de que um falante nativo conhece sua língua perfeitamente levanta algumas questões quando pensamos, por exemplo, num indivíduo imigrante que aprendeu uma determinada língua na família — o que caracteriza essa **língua de herança** como **língua materna** ou **nativa** — mas que, no novo ambiente, não vive numa comunidade de imigrantes de mesma origem. Esse indivíduo pode ser caracterizado como bilíngue, mas a língua de herança (a da família) terá para ele um contexto bastante restrito em relação à língua majoritária na nova comunidade. Esse falante pode, por exemplo, não ter sotaque estrangeiro na língua majoritária da comunidade onde vive, mas ser percebido como não nativo na língua de herança²².

¹⁸ Ver comentário em Labov ([1972] 2008: 220 ss).

¹⁹ Chambers & Trudgill (1980: 33).

²⁰ Chambers & Trudgill (1980: 35).

²¹ Cunha ([1983] 1985: 27).

²² Montrul (2016: 83).

11.2.3. Por que transcrição fonética e não ortografia?

Em 1957, Joaquim Mattoso Camara Jr., então professor de Linguística Geral da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (a atual UFRJ) elaborava para a Divisão de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional o *Manual de Transcrição Fonética*. Ganhava fôlego no Museu Nacional a pesquisa sobre línguas indígenas e a obra, solicitada a Mattoso por Luiz de Castro Faria (1913-2004), tinha o objetivo de ser um roteiro que assegurasse “um aproveitamento completo dos materiais penosamente coligidos com intenções elevadas e zelo louvável, mas quase sempre sem os requisitos técnicos indispensáveis”. Como anotar os dados das línguas?

Mattoso Camara Jr. apontava a diferença de propósitos entre **ortografia** e **transcrição fonética**: no primeiro caso, a comunicação; no segundo, o registro da fala para estudo:

A língua escrita, como meio de comunicação, autônomo da comunicação oral, vem de uma tradição continuada de vários séculos, teve um desenvolvimento próprio, estando suas convenções radicadas por um consenso geral e cristalizadas numa quase imensa literatura. [...] É claro, portanto, que a língua escrita, apresentada na grafia usual, é um material inteiramente inadequado para se estudar em sua realidade a língua oral. Por outro lado, é imprescindível fixar na escrita essa realidade para se poder estudá-la detida e objetivamente. Daí o recurso de se apelar para um sistema de registro escrito especial, chamado transcrição fonética. A diferença básica de natureza e propósitos entre a grafia usual e a transcrição fonética é que a primeira apresenta a língua escrita como comunicação linguística de per si, ao lado da comunicação oral, ao passo que a segunda é um mero registro da comunicação oral e tem, apenas, por objeto dar-nos a respeito uma imagem tão fiel quanto possível.

(Camara Jr., 1957: 10-11)

No tocante à ortografia, tanto quem escreve como quem lê conhece a língua que aquela ortografia representa. Quando lemos um jornal não precisamos recompor detalhes da pronúncia de quem escreveu o texto. A transcrição fonética, por seu turno, não pressupõe o conhecimento da língua registrada, e sua finalidade é anotar detalhes da fala para estudo.

Mas por que o *Manual* de Mattoso Camara Jr. era necessário se já existia o *Alfabeto Fonético Internacional*, IPA na sigla em inglês? A resposta de Mattoso Camara Jr. tinha considerações de ordem prática:

Num país de atividade tipográfica pobre, como o Brasil, essa espécie de transcrição fonética [de uma letra para cada som com o emprego de tipos especiais – MCR] bloqueia a divulgação dos trabalhos pela imprensa, e deve, por isso,

ser posta de lado em virtude dos inconvenientes práticos que acarreta. O ideal, do ponto de vista prático e econômico, é adotar um sistema que aproveite ao máximo os recursos tipográficos comuns e a eles se restrinja. (Camara Jr.,1957: 14)

A queixa quanto ao parque tipográfico nacional de então já estava presente na *Convenção para a Grafia dos Nomes Tribais*, assinada pela maioria dos participantes da 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada quatro anos antes no Museu Nacional, de 8 a 14 de novembro de 1953. A *Convenção* iniciava por considerações de ordem prática²³:

- 1) Atender à questão prática da pobreza das nossas tipografias em linotipos e monotipos.
- 2) Aceitar o dígrafo, i. e., o uso de duas letras para um som vocal uno, quando para evitá-lo seria preciso usar caracteres tipográficos muito especiais.
- 3) Limitarmo-nos aos caracteres do alfabeto latino, não só para evitar dificuldade tipográfica, mas também um aspecto gráfico esdrúxulo com a intercalação, no texto português corrido de caracteres heteróclitos.

Por um lado, o *Manual* buscava a adequação à realidade do país, revelada pelo Censo de 1950. Afinal, a atividade tipográfica não tinha muitos recursos num país em que mais de metade da população acima de 15 anos era iletrada; por outro, o *Manual* reconhecia que a divulgação do conhecimento resultante da pesquisa é uma das questões que envolvem o trabalho acadêmico.

11.2.4. Da ortografia aos alfabetos fonéticos

Quem lê o relato das viagens ao Brasil escrito pelo aventureiro alemão Hans Staden (1520-ca.1565) se depara com o registro de algum vocabulário que conhecemos – mas que não reconheceríamos, não fosse o trabalho do editor da obra. Sem esse trabalho, talvez não conseguíssemos decodificar todas as formas na pequena lista a seguir, composta por vocabulário que nos é familiar no Brasil: *Santo Maro* ('Santo Amaro'), *Losa Sores* ('Los Açores'), *Itenge-Ehm* ('Itanhaém'), *Gene* ('Guiné'), *Pirau* ('Peru'), *tiberaun* ('tubarão'), *Arto Koslio* ('Duarte Coelho').

A dificuldade aqui ilustrada com o texto de Staden pode ser encontrada em muitos outros trabalhos que nos legaram registros em que o autor lançou mão da sua ortografia ou da ortografia de uma língua que conhecia para procurar reproduzir, na escrita, o que ouvira em outra língua. Neste texto ficamos apenas com o alfabeto latino.

²³ Documento reproduzido em Rosa (2020a): <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/364>.

11.2.4.1 O alfabeto latino em muitas línguas

O alfabeto latino foi criado há muitos séculos para a comunicação escrita entre os falantes de latim. Foi adaptado para servir a muitas outras línguas, ganhando nesse processo novos caracteres e diacríticos — novas ortografias com diferentes regras de conversão entre letra e fonema.

Muitas foram as críticas à inexatidão com que a ortografia representava a cadeia da fala. No ensino da língua materna pediam-se reformas ortográficas. Seriam o remédio para o insucesso na alfabetização se: a) dirimissem a possibilidade de diversas grafias para um mesmo fonema — na ortografia do português, por exemplo, /s/ pode ser grafado de oito diferentes modos, como em <seu>, <céu>, <caçar>, <assar>, <exceto>, <exsudar>, <creança>, <nascimento>; b) se reproduzissem de modo fidedigno a pronúncia.

No ensino de línguas estrangeiras as críticas resultavam do conflito entre o primeiro sistema de escrita aprendido (por exemplo, o do português) e a alfabetização no segundo sistema de escrita (o do irlandês, por exemplo), quando ambas as ortografias lançam mão do mesmo alfabeto. Uma das grafias para /au/ em irlandês é *abha*; para /ai/, *oigh*. Para quem já foi alfabetizado em português é quase automático transferir as relações já conhecidas para a leitura de palavras como *abhainn*, ‘rio’ ou *oigheann*, ‘forno’ (respectivamente /aun/ e /ain/)²⁴.

11.2.4.2 Um problema: a comparação de dados oriundos de diferentes ortografias

Os Descobrimentos não tinham feito os europeus tomarem conhecimento apenas de novas terras, mas também de muitas línguas. À medida que a quantidade do material sobre cada uma delas aumentava, o problema com a notação empregada para registro ganhava vulto. Não era simples comparar dados compilados por portugueses, espanhóis, franceses, ingleses, holandeses, alemães...

No último quartel do século XVIII William Jones queixava-se da falta de padronização na **transliteração** **G** para o alfabeto latino de textos em escritas do Oriente:

Todo homem que tem a oportunidade de compor tratados sobre a literatura asiática, ou de traduzir línguas asiáticas, deve sempre achar conveniente, e às vezes necessário, expressar palavras ou frases árabes, indianas e persas nos caracteres geralmente usados entre os europeus; e quase todo escritor nessas circunstâncias tem um método de notação próprio, mas nenhum ainda apareceu na forma de

²⁴ Exemplos extraídos de Hickey (2005: 401).

um sistema completo; de modo que cada original encontrado pode ser traduzido invariavelmente por um símbolo apropriado em conformidade com a ordem natural de articulação, e com a devida consideração ao poder primitivo do alfabeto romano, que a Europa moderna em geral adotou.

(Jones, [1788] 1799: 175)

Alguns marcos nas tentativas de uma padronização são apresentados em seguida.

1788 — William Jones (1746-1794) publica *A Dissertation on the Orthography of Asiatick Words in Roman Letters*.

1847 — Isaac Pitman (1813-1897) e Alexander John Ellis (1814-1890) produzem o Alfabeto de 1847, que estaria na base da primeira versão do Alfabeto Fonético Internacional (Kelly, 1981).

1848 — A Church Missionary Society publica *Rules for Reducing Unwritten Languages to Alphabetical Writing in Roman characters, with reference especially to the languages spoken in Africa*, proposta pelos missionários James Frederick Schoen (1803-1889) e pelo Rev. Samuel Lee (1783-1852).

Essas regras tinham como princípio geral — como já esboçado em Jones — o que poderia ser resumido como “As vogais como no italiano; as consoantes como no inglês” [...], fixando valores para as letras do alfabeto latino, evitando dígrafos para a representação de um único som e fazendo largo uso do ponto subscrito: por exemplo, ş para f; ț para θ; e para ε [...]

(Rosa, 2019)

1854 — O diplomata prussiano Karl Bunsen (1791-1860) e a Church Missionary Society promovem uma conferência alfabética em Londres, de que resultaria o Alfabeto Padrão de Karl Lepsius (1810-1884).

1855 — Publicada a primeira versão do alfabeto de Lepsius, *Das allgemeine linguistische Alphabet* [‘O alfabeto linguístico geral’].

1863 — Lepsius revê seu trabalho de 1855 e publica *Standard Alphabet for Reducing Unwritten Languages and Foreign Graphic Systems to a Uniform Orthography in European Letters*. O alfabeto de Lepsius não se tornaria universal nem entre os missionários, porque as missões católicas, por exemplo, nunca o aceitariam²⁵.

1886 — Criada em Paris, sob a liderança de Paul Passy (1859-1940), a Dhi Fonètik Tîtcerz’ Asóciécon (‘The Phonetic Teachers’ Association’), que defendia o emprego de símbolos fonéticos como auxiliar do ensino de línguas estrangeiras e do aprendizado da leitura. Seria o núcleo da Associação Internacional de Fonética.

O problema não ficara no passado. Numa comunicação que Castro Faria e Mattoso apresentaram em 1958 na 3ª Reunião Brasileira de Antropologia, ambos defendiam “uma transcrição uniforme, em princípios fonéticos bem definidos”, porque o que havia reproduzia “os termos na grafia de cada pesquisador e — o

²⁵ Irvine (2008: 335).

que é pior — sem explicá-la”, o que criava um conjunto com a grafia alemã de Martius, a grafia francesa de Castelnau, com uma “determinada transcrição fonética” de Snethlage, com a Nmuendaju e por aí vai²⁶.

Não custa lembrar das palavras Mattoso Camara Jr. citadas anteriormente:

A diferença básica de natureza e propósitos entre a grafia usual e a transcrição fonética é que a primeira apresenta a língua escrita como comunicação linguística de per si, ao lado da comunicação oral, ao passo que a segunda é um mero registro da comunicação oral e tem, apenas, por objeto dar-nos a respeito uma imagem tão fiel quanto possível.

(Camara Jr.,1957: 10-11).

11.2.5. O IPA

O Alfabeto Fonético Internacional ou IPA (*Figura 25*) é um conjunto de símbolos para a representação dos sons das diferentes línguas do mundo. Deriva da iniciativa de professores que haviam criado em 1886 a *Dhi Fonètik Títcerz’ Asóciécon* — que se tornaria a Associação Internacional de Fonética. Esse grupo de professores via na notação fonética um auxiliar no ensino de línguas estrangeiras e também da leitura. Ainda nesse mesmo ano de 1886, um de seus membros, o linguista dinamarquês Otto Jespersen (1860-1943) defendia, sem muito sucesso, a necessidade de um alfabeto padronizado para a transcrição fonética ao invés de alfabetos específicos de cada língua²⁷.

Para ouvir o som de cada símbolo:
International Phonetic Alphabet (IPA) Chart With Sounds:
<https://www.internationalphoneticalphabet.org/ipa-sounds/ipa-chart-with-sounds/>
ou
Interactive IPA Chart
<https://www.ipachart.com/>

²⁶ Castro & Camara Jr. (1959:101).

²⁷ MacMahon (2006: 5, 755-756).

O guia do IPA distingue cinco aspectos que são assumidos na representação da cadeia da fala pelo IPA²⁸:

- alguns aspectos da fala são “linguisticamente relevantes” e outros não — e por isso não se pode esperar que a notação proposta no IPA indique algo como “falado rapidamente por uma voz masculina rouca e profunda” (IPA, 1999:4);
- a fala pode ser representada como uma sequência de sons discretos ou segmentos;
- os segmentos são classificáveis em duas grandes categorias: as consoantes e as vogais;
- a descrição de consoantes e de vogais pode ter como referência sua produção e suas características auditivas;
- aos segmentos somam-se aspectos suprasegmentais, como acento e tom.
- O IPA se baseia no alfabeto latino, em razão de ele ser amplamente conhecido; inclui também letras e símbolos de outras fontes.

Quando se observa a parte relativa às consoantes, há uma tabela principal, que apresenta as **consoantes pulmônicas**, produzidas com a corrente de ar egressiva, vinda dos pulmões. As células em cinza indicam articulações julgadas impossíveis de serem produzidas²⁹. As células em branco em princípio são possíveis, mas sem qualquer símbolo porque não foram encontrados sons com tais traços. Fora do quadro principal, as consoantes mais raras, em que a corrente de ar não vem dos pulmões; daí a denominação **não pulmônicas**.

A representação das vogais leva em conta o espaço de movimentação da língua, esquematizando o trato vocal num corte sagital mediano. Dito de outro modo: imagine que temos à frente o perfil esquerdo de alguém, focalizamos o trato vocal e, com visão de raio x, podemos ver avanços e recuos da língua, elevações e abaixamentos.

A seguir, um exemplo de transcrição fonética do português com o IPA na variedade de Lisboa, Portugal.

²⁸ IPA (1999: 3-4).

²⁹ IPA (1999: 186).

u 'vētu 'nort 'i u sɔl dʒkutu'ēu 'kʷal duʒ doiz 'erɔ maif ʃfortw | 'kʷēdu
susw'deu pɛsar ũ vie'zētʷ u'volt nume ʌkape || au ʌvelu | 'pɔi'ēis
diɛ'kordu ēi 'komu ɛ'kel kw pri'meiru kɔs'gis ɔbri'gar u vie'zētʷ ɛ tɪrar
ɛ ʌkape | sriɛ kɔsidw'radu u maif ʃfort || u 'vētu 'nortw kumw'so ɛ
su'prar kɔ 'mɔite ʃfurie | mɛʃ 'kʷētu maif su'prave | maiz 'u vie'zētʷ si
ɛkɔʃ'gava sue ʌkape | ɛ'te 'kiu 'vētu 'nortw ʌdʒʃtɪu || 'u sɔl bri'ʎo ɛ'tēu kɔ
'todu ʃplɛ'ador | i 'imudiatɛ'mɛt u vie'zētʷ tɪ'ro ɛ ʌkape || u 'vētu 'nortw
tev ɛ'sɪ du ɛ'kʷɪw'sɛr ɛ supw'riuridɔd 'du ʌsɔl ||

Orthographic version

O vento norte e o sol discutiam qual dos dois era o mais forte, quando sucedeu passar um viajante envolto numa capa. Ao vê-lo, põem-se de acordo em como aquele que primeiro conseguisse obrigar o viajante a tirar a capa seria considerado o mais forte. O vento norte começou a soprar com muita fúria, mas quanto mais soprava, mais o viajante se aconchegava à sua capa, até que o vento norte desistiu. O sol brilhou então com todo o esplendor, e imediatamente o viajante tirou a capa. O vento norte teve assim de reconhecer a superioridade do sol.

Fonte: IPA (1999: 130)

11.2.6. Dependendo do objetivo da pesquisa, a transcrição fonética sai de cena

Ferdie, o linguista hipotético de Hockett, fazia perguntas a seu informante sobre palavras e pequenas construções de uma língua desconhecida e anotava as respostas com um alfabeto fonético. Eram “elocuições feitas para um estrangeiro”, como dizia Robins. Mas e se a pesquisa precisasse da transcrição de conversas, por exemplo?

O estudo de situações em que o uso linguístico tem um contexto diferente daquele de respostas curtas a um pesquisador traz mais complexidade para seu registro. Em situações em que há mais de um locutor, por exemplo, há de haver registro das vozes que se superpõem com a indicação da superposição. O contexto em que essa interação ocorre pode ser relevante para a pesquisa. Para Maria da Conceição de Paiva, em termos práticos, não é desejável uma transcrição fonética quando se tem uma grande massa de dados para transcrever.

A grande maioria dos sistemas de transcrição toma como ponto de referência o sistema ortográfico, independentemente da pronúncia efetiva. Se, de um lado, essa decisão compromete a fidelidade dos registros, tem, por outro, a vantagem de garantir maior legibilidade da transcrição.

(Paiva, 2003: 137).

Isso não significa pura e simplesmente retornar à ortografia e editar o que cada um disse. Há um conjunto de decisões prévias acerca de o que deverá ser

indicado – e “a maior legibilidade” pode ser relativa. A seguir, um exemplo, extraído de Paiva (2003), uma transcrição na *Amostra Censo*. Outros projetos que lançam mão da ortografia na descrição podem adotar outras decisões para a notação.

```

3500101E *O SENHOR FALOU QUE TRABALHAVA >!!!-
3500102      I  0  0  I      1
3500103      D  N  V  C  V      PD
3500111      NA OFICINA, NAO E/? *COMO MECA'NICO.
3500112      1  00+  1  O      1
3500113      PD  S      A # V,PI  ?  S
3500121F *HUM, HUM.
3500122      O  O  X  1
3500123      PI  PI
3500131E *VEM CÁ! *APARECE MUITOSO- *APARECE
3500132      1      $Z1
3500133      V # A,PI  V      N      R+ V
3500141 >MUITO!- MUITO TRABALHO, MUITO CONCERTO
3500142      1      L*Y 1  -  O
3500143      N R      N      S      N      S
3500151F *APARECE.
3500152      O  O  1
3500153      V
3500161E *MUITA GEONTE. (GESTICULANDO COM A CABEÇA)
3500162      & Y  3
3500163      N      S
3500171 *É? *E QUAL É O!- O- ASSIM, A- O MAIORO
3500172      1      0      0 00  : 3      0 X5
3500173      V  C  N  V  D  D  PI  D  D  ++ A
3500181 NÚMERO DE PROBLEMAS, ASSIM, QUE APARECE,
3500182      21+      1  Y+      1
3500183      S  P      S      PI  N  V
3500201 QUE AS PESSOAS LEVAOM?
3500202      Y+  $      OAJ  W=1
3500203      N  D  S      V
3500211F *O MAIOR NÚMERO DE PROBLEMA MAIS
3500212      0 0      ??      0 00+  Z+
3500213 R+D  A      S  P      S      A
3500221 É LANTERNAGEM, NA=O E/? *QUE NEGO
3500222      X  I01  000+  0
3500223 V      S      A # V,PI  C  S
3500231 ESTÁ BATENDO MAIS DO QUE CORAÇA=0
3500232      00      0      0      0
3500233      V      I      A  PD  C      S
3500241 ASSUSTADO.
3500242      $  1
3500243      A  R
3500251E *É?
3500252      1
3500253      V
3500261F *É, BATE MUITO! *MECÂNICA APARECE -
3500262      1      3      0+      0000 0
3500263      V  E+V  A E      S      V
3500271 *SEMPRE APARECE. *PROBLEMA DE FREIO,
3500272      ?  OY+      1  0  0      :  1
3500273      A      V      R-  S  P      S

```

Uma transcrição da *Amostra Censo*
 Fonte: Paiva (2003 142)

UMA ESCALA NA VIAGEM

E se tivesse de ler em voz alta numa língua desconhecida que nunca se ouviu?

Nos séculos XVI e XVII muitas ordens religiosas assumiram missões nas terras que iam sendo descobertas. Mas como pregar o Evangelho para quem falava uma língua desconhecida?

Entre os jesuítas, por exemplo, um irmão era designado para aprender a língua de dado povo e preparar materiais para o estudo dessa língua por outros missionários da Ordem. Esses materiais precisavam de uma ortografia.



Nas missões jesuítas ligadas à Assistência de Portugal adaptava-se o que estava em uso na escrita do português. As dificuldades eram muitas, mesmo que a língua em análise já tivesse escrita. Veja-se o comentário do jesuíta Tomás Estêvão (c.1549–1619), na gramática do concani:

Os naturaes que sabẽ asua letra, & tambẽ a nossa, & sabẽ juntamẽte quaes saõ aquellas letras nossas que respondẽ as suas, em ouuindo hũa palaura logo sabẽ cõ que letras nossas se hade escreuer. Mas nos por rezãõ da differença que ha no pronunciar as consoantes, que nos não temos, não percebemos taõ facilmente as letras, ~q em taes palauras entraõ. Por onde o melhor Remedio que nos temos (naõ tendo amaõ aquem perguntemos) he consultar os vocabularios, & outros liuros bem escritos.
(Estêvão, 1640: fol. 3v)

Sem padronização, um autor podia inserir sua própria notação, como fez o capuchinho Bernardo Maria de Cannecattim (1749-1834) ao descrever a pronúncia do quimbundo — tudo igual ao português. Mais ou menos:

O Alfabeto da lingua Bunda consta das mesmas letras, de que consta o da lingua Portugueza: todas ellas se pronunção da mesma fórma, que em Portuguez excepto o a, e, o, u todas as vezes que forem feridos das letras g' e h', e sobre estas houver algum apostrofe, ou sinal, que então se pronunção differentemente que em Portuguez, isto he, gutturalmente v. g. Mug'attu a mulher, Ag'attu as mulheres. H'úta a espingarda, donde se collige que todas as vezes, que as syllabas g'á, g'é, g'ó, ou g'ú e h'á, h'é, h'ó, h'ú, se encontrarem notadas com o sobredito apostrofe se pronunção differentemente que em Portuguez, igualmente a letra i to-//das as vezes que for ferida da letra h', e sobre este houver o tal apostrofe, posto que se não pronuncie gutturalmente; com tudo tem uma pronuncia diferente da Portugueza, e he, a que chamão nazál v. g. Ih'h'i que tem? por cujo motivo para se evitarem os muitos erros que nascem da má pronunção das syllabas, deve-se ter todo o cuidado no g'á, g'é, g'ó, g'ú, no h'á, h'é, h'ó, h'ú, e no ih', h'í, que com o sobredito apostrofe, ou outro qualquer sinal, tem uma muito diferente pronuncia, do que quando o não tem.
(Cannecattim, 1805: 1-2).

O aprendiz, por sua vez, deveria estudar a língua se possível antes de chegar à missão.

Os problemas do aprendizado de uma língua estrangeira a partir da escrita não são triviais. Se o sistema de escrita é o mesmo — alfabético em caracteres latinos, por exemplo — e tudo o que se tem da língua é a escrita, será difícil deixar de impor à leitura o padrão fonológico da própria língua.

O problema não passou despercebido. Tomás Estêvão advertia na sua gramática que “[p]era pronunção não basta saber a orthographia. he necessario ouuir as vozes, que se proferem, & a tentar como se proferem pellos que sabem bem fallar” (Estêvão (1640: 4).

O conselho não foi seguido pelo jesuíta Francisco Xavier (1506-1552) no Japão. Ele não falava japonês e, segundo Lacouture,

para enfrentar o grande encontro [com o inexistente rei do Japão — MCR], Francisco Xavier dispõe apenas da fama pessoal. Não possui nenhuma informação séria e tem somente ideias muito vagas [...] sobre a língua japonesa: ele jamais a falará, senão para balbuciar alguns sermões em que alinhava traduções imprecisas decoradas e recitadas entre a perplexidade ou a hilaridade geral.

(Lacouture,1991: 149-150)

Então era só desastre? Não. Esse era o estágio inicial, antes da imersão *in loco*. As gramáticas jesuíticas das línguas que iam sendo descobertas lembravam sempre ao leitor que *usus te plura docebit*, isto é: depois que chegasse aonde era falada aprenderia muito mais porque, como lembrou o também jesuíta José de Anchieta (1534-1597),

[I]sto das letras, orthographia, pronunciação, & accento, seruirá pera saberem pronunciar, o que acharem escrito, os que começo aprender: mas como a lingoa do Brasil não está em escrito, senão no continuo vso do falar, o mesmo vso, & viua voz ensinarâ melhor as muitas variedades que tê, porque no escreuer, & accentuar cada hum farâ como lhe melhor parecer

(Anchieta,1595: 9)

CAPÍTULO 12

A COMUNIDADE LINGUÍSTICA

12.1. INTRODUÇÃO

Uma **comunidade linguística** pode ser definida como

um grupo social, monolíngue ou multilíngue, cuja coesão se dá pela frequência dos padrões de interação social e se distingue das áreas circundantes pelo declínio nas linhas de comunicação. As comunidades linguísticas podem consistir de pequenos grupos unidos por contacto face a face ou podem abranger grandes regiões, dependendo do nível de abstração que desejamos alcançar.

(Gumperz, [1962] 1968: 463)

Uma definição um tanto diferente para a comunidade linguística:

um grupo de pessoas que se considera falante da mesma língua.

(Halliday, McIntosh & Stevens, [1964] 1974: 100).

Em comum, ambas as definições apontam o problema do **nível de abstração**. No Rio de Janeiro, por exemplo, a expressão *só no talentinho* ('com habilidade, destreza') tem ganhado espaço. Como habitantes desta cidade temos uma certa ideia de que há quem nunca use essa expressão — não parece comum entre usuários idosos; de que, por outro lado, há quem ficaria impressionado em saber que alguém nunca ouviu nem emprega algo tão comum; de que há mais probabilidade de ouvi-la numa letra de *funk* do que numa aula magna.

Nossa intuição sobre como os cariocas falam nos mostra que entendemos que há variação no português carioca e não só no vocabulário: uma palavra

como *Ipanema*, por exemplo, pode ter a vogal da segunda sílaba mais nasal numa parte da cidade que em outra.

Quem é de fora pode achar que é tudo carioca, não importam algumas diferenças. Imaginemos agora que vamos descrever o português carioca. Não podemos descrever o português de cada carioca. Começamos a fazer abstrações, portanto. Vamos fazer recortes nessa população: que variedade vai ser descrita? Que critérios nos levarão a selecionar os informantes? Vale lembrar que “quanto mais finas forem as distinções reconhecidas menor se torna, no que diz respeito ao número de falantes, a unidade que postulamos como comunidade dialetal”¹. Os critérios dependerão dos objetivos do estudo e, em última análise, do quadro teórico a que os pesquisadores se filiam.

12.2. A COMUNIDADE LINGÜÍSTICA HOMOGÊNEA

A comunidade homogênea é uma abstração teórica que deriva de uma visão na linguística acerca de como validar os dados de uma pesquisa.

Associada a Noam Chomsky, essa proposta teórica não procura estudar a variação linguística, mas o conhecimento linguístico que se desenvolve na mente em decorrência de um processo de maturação do cérebro, desencadeado por determinadas condições no ambiente. Sem interesse na interação social, a gramática gerativa assumiu algumas abstrações: um falante ideal, uma comunidade homogênea e um conhecimento linguístico perfeito:

um falante-ouvinte ideal, numa comunidade linguística completamente homogênea, que conhece a sua língua perfeitamente, e que, ao aplicar o seu conhecimento da língua numa performance efectiva, não é afectado por condições gramaticalmente irrelevantes, tais como limitações de memória, distrações, desvios de atenção e de interesse, e erros (casuais ou característicos).

(Chomsky, [1965] 1975: 84).

A proposta de uma comunidade linguística homogênea levou a muita incompreensão. Numa entrevista para a linguista francesa Mitsou Ronat (1946-1984), Chomsky reconhecia que se criara uma controvérsia, para ele inesperada, porque “a noção de língua é em si mesma um elevado nível de abstração”; para ele os linguistas sempre trabalharam com comunidades homogêneas, mesmo que não admitam isso²: “[v]ocê estuda os sistemas ideais e, em seguida, pode se interrogar sobre a maneira como estes sistemas interagem nos indivíduos reais”. E mais adiante:

¹ Halliday, McIntosh & Strevens ([1964] 1974:119).

² Chomsky (1977: 61).

Na minha opinião, é a maneira racional de abordar o estudo das variações dialetais: falávamos há pouco dos sistemas idealizados. Só tais sistemas têm propriedades interessantes. A combinação dos sistemas não o têm.
(Chomsky, 1977: 61-63).

A comunidade homogênea é uma abstração cujos membros são também uma idealização. O interesse do linguista, neste caso, não está na busca de padrões num grupo, mas em entender o conhecimento linguístico no âmbito individual.

12.3. BUSCANDO PADRÕES NUMA COMUNIDADE

Se o interesse do linguista se volta para os usos que ocorrem no meio social, a idealização chomskiana não vem ao caso. Entender a dinâmica das inovações, que podem ser (ou não) a indicação de uma mudança linguística em andamento não pode ter por base um falante ideal numa comunidade homogênea.

Todo sistema linguístico encontra-se permanentemente sujeito à pressão de duas forças que atuam no sentido da variedade e da unidade. Esse princípio opera por meio da interação e da tensão de impulsos contrários, de tal modo que as línguas exibem inovações mantendo-se, contudo, coesas: de um lado, o impulso à variação e possivelmente à mudança; de outro, o impulso à convergência, base para a noção de comunidade linguística, caracterizada por padrões estruturais e estilísticos.
(Mollica, 2003: 12)

Os informantes de uma pesquisa são membros da comunidade em estudo, delimitada em razão de esses indivíduos compartilharem mais do que a(s) mesma(s) língua(s) ou a mesma variedade linguística: compartilham também normas sociais. Pode haver diglossia, pode haver mistura de códigos numa comunidade. Como ressaltou William Labov nos *Padrões sociolinguísticos*:

A comunidade de fala não é definida por nenhuma concordância marcada pelo uso de elementos linguísticos, mas sim pela participação num conjunto de normas compartilhadas; estas normas podem ser observadas em tipos de comportamento avaliativo explícito e pela uniformidade de padrões abstratos de variação que são invariantes no tocante a níveis particulares de uso.
(Labov, [1972] 2008: 150).

Embora, quando pensamos numa comunidade linguística, o que nos venha à cabeça seja o monolinguismo, ele não é o que se encontra em boa parte do mundo.

12.3.1. A diglossia

Tradicionalmente³ **diglossia** designa uma situação em que duas variedades da mesma língua são empregadas na mesma comunidade, mas

- a) uma é considerada alta (ing. *high*, nos estudos linguísticos abreviada como *H*) e com mais prestígio e outra, considerada baixa (ing. *low*, nos estudos linguísticos abreviada como *L*);
- b) são empregadas em funções diferentes, isto é: os membros da comunidade sabem quando se exige deles o emprego da variedade alta ou da variedade baixa.

O conceito foi ampliado⁴ de modo a também contemplar:

- a) situações em que H e L não são variedades da mesma língua, caso do espanhol e do guarani no Paraguai; ou ainda
- b) mais de duas línguas em situação de diglossia: na Tunísia, o árabe clássico e o francês podem ser empregados nas situações mais formais, enquanto o árabe tunisino funciona como a variedade baixa.

A variedade baixa é a língua materna, aprendida e usada em casa e com a família; a variedade alta é aprendida mais tarde e nunca usada em casa⁵. Os países da Liga Árabe,⁶ por exemplo, usam uma continuidade do árabe clássico, a língua literária anterior ao século XIX: é o árabe padrão moderno⁷, que atende às necessidades do jornalismo, da sinalização na rua, da propaganda, também empregado nas falas públicas, como rádio, televisão, nas cerimônias religiosas. No uso cotidiano os árabes são fluentes em pelo menos uma forma vernácula do árabe, e esta variedade é sua língua materna. Cada uma das grandes regiões do mundo árabe, como o Levante, o Golfo Pérsico, a Península Arábica, “tem sua própria norma falada, um vernáculo falado coexistente com o padrão escrito, o árabe padrão moderno”⁸.

É uma situação de diglossia aquela descrita por Dante Alighieri da relação entre o latim e o vernáculo ou língua vulgar:

2. [...] dizemos, logo no início, que chamamos de língua vulgar aquela que as crianças aprendem com seus próximos quando começam a distinguir palavras; ou, ainda mais brevemente, afirmamos que a língua vulgar é a que aprendemos imitando as mães sem seguir regra nenhuma. 3. Para além desta, há uma língua secundária, que os romanos chamaram de gramática. Também os gregos e outros

³ Tomamos como referência clássica Ferguson (1959).

⁴ Suzanne Romaine (1989: 34ss).

⁵ Romaine (1989: 33).

⁶ Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Marrocos, Mauritânia, Omã, Palestina, Qatar, Síria, Sudão, Tunísia.

⁷ Ryding (2005).

⁸ Ryding (2005: 5).

povos têm essa língua secundária, mas nem todos: na verdade, poucos chegam a dominá-la, pois só com longa disponibilidade de tempo e de estudo se podem aprender suas regras e normas.⁴ Dessas duas línguas a mais nobre é a vulgar: quer por ser a primeira usada pelo gênero humano, quer porque todo mundo usufrui dela, embora esteja dividida em pronúncias e vocábulos diferentes, quer, enfim, porque ela é natural para nós, enquanto a outra é artificial.
(Dante I.2-4)

Singapura serviu de exemplo para Ronald Wardaugh⁹ ilustrar o nível de complexidade linguística que pode estar presente numa comunidade multilíngue. Nessa pequena república há quatro línguas oficiais: inglês, mandarim, tâmil e malaio, esta a língua nacional. A maioria da população, no entanto, é nativa de outra variedade do chinês que não o mandarim: são nativos de hokkien. Para uma criança de origem chinesa crescendo em Singapura, a tendência será falar hokkien com os pais, inglês informal de Singapura com irmãos, qualquer das duas com amigos; na escola e nas instituições do governo, empregará o inglês formal de Singapura e o mandarim. A prática religiosa se dará em hokkien caso seja budista ou taoísta, mas em inglês se cristã. Para fazer compras precisará do malaio (ou do hokkien ou ainda do inglês informal).

A diglossia pode ser detectada nas comunidades surdas? Parece que sim. Em 1978, Margaret Deuchar apontou evidências de uma situação diglósica no emprego da British Sign Language/BSL: duas variedades empregadas em situações distintas, a variedade baixa explorando a gramática de modo mais visual e a variedade alta se aproximando mais do inglês.

12.3.2. Mudança de código/*code switching* e mistura de códigos/*code mixing*

Muitas vezes, no curso de uma conversa, a língua empregada muda sem que o falante bilíngue se dê conta: mudou o tema, mudou o contexto, ou se deu alguma alteração no grupo de participantes. Pode-se passar de uma língua a outra na mesma frase, algo como *fui al cine last night* ('fui ao cinema ontem à noite') — seria a **mistura de códigos**. Pode-se passar de uma língua a outra entre frases — seria a **mudança de código**. Para qualquer dos casos é possível empregar apenas **mistura de códigos**.

A mistura de códigos não se dá por preguiça nem por ignorância. Requer “conhecimento sofisticado de ambas as línguas e a consciência nítida das normas da comunidade”, que fazem com que ambas as línguas sejam usadas de modo a mostrar a familiaridade ou a solidariedade entre os participantes da conversa¹⁰.

⁹ Wardaugh (1986: 100).

¹⁰ Wardaugh (1986: 104).

Em geral os falantes monolíngues são bastante críticos em relação à mistura de códigos e não é incomum que denominem de forma depreciativa o uso de mais de uma língua: *tex-mex*, *franglais*, *portunhol* são exemplos. Estas denominações pejorativas podem fazer referência a situações variadas:

- ao que aqui se caracteriza como a mistura de códigos;
- à rejeição à entrada de muitos empréstimos linguísticos numa das línguas em contato, em especial em região de fronteira, como em *croseando la calle* (“crossing the street”), *cuquiando almuerzo* (“cooking lunch”)¹¹;
- ao conhecimento incipiente de uma das línguas (como no exemplo em que vocabulário de origem inglesa é colocado na sintaxe do português: “*Iraq marked in the medium from behind. E after, in the second time, I make two changes. One player experienced, Katlego Mashedo, and another player QUE have experience, QUE play, play very good, Steven Piennar*”)¹².

UMA ESCALA NA VIAGEM

Não são empréstimos?

Por **empréstimo** entende-se uma palavra estrangeira que passa a ser empregada num grupo que fala uma língua diferente daquele de onde foi tomada a palavra estrangeira. É o caso do emprego de *mouse*, *smartphone*, *pizza*, *whiskey* em português.

Há muitas palavras em português que vieram de outras línguas. Com o tempo essas palavras se nativizam fonológica e morfológicamente: não pronunciamos *mouse* como [maus], mas sim como [mawzi]; também não importa que em inglês o plural de *mouse*, mesmo o de computador e não apenas o pequeno roedor, seja *mice*: em português serão *dois mouses*, *três mouses*...

Em português? Sim, porque empregamos essa palavra no português do Brasil quotidianamente (em Portugal seria *rato*) e, não fosse pela escrita, que foge às regras de nossa ortografia (e por isso adicionamos itálico a essa palavra), não pensaríamos se vem ou não de outra língua. As situações de *code-mixing/code-switching* não se confundem com a situação ironizada por Zeca Baleiro em “Samba do Approach”:

Venha provar meu brunch/ Saiba que eu tenho approach/Na hora do lunch/ Eu ando de ferryboat / Eu tenho savoir-faire /Meu temperamento é light/ Minha casa é hi-tech/ Toda hora rola um insight <https://www.youtube.com/watch?v=6LWzaFLAxuk>.

O uso de palavras de outra língua, no caso palavras do inglês e do francês, foram associadas a prestígio de forma irônica na canção.

¹¹ Exemplos extraídos de “It’s English, and it’s Spanish, and it’s officially a problem”, artigo de Wayne King em *The New York Times*, Seção A, p. 1. 2 de agosto de 1983.

¹² Trecho da famosa entrevista do técnico de futebol Joel Santana transmitida pela Sport Tv em 2010, durante a Copa das Confederações: <https://ge.globo.com/futebol/copa-das-confederacoes/video/confira-trechos-da-entrevista-em-ingles-de-joel-santana-apos-o-empate-com-o-iraque-1059519.ghml>.

CAPÍTULO 13

O LINGUISTA E A ÉTICA

A linguagem é um objeto de estudo ingrato: pouco se presta à experimentação, já que só se manifesta na espécie humana, que é dificilmente manipulável para fins de pesquisa. Assim, o linguista que quiser estudar afasia não poderá provocá-la, terá de esperar que surjam sujeitos afásicos. Dificilmente poderá separar gêmeos para ver até que ponto essa separação causaria diferenças entre suas linguagens. Estudiosos de outras áreas, mesmo de ciências humanas, são mais privilegiados: um psicólogo pode fazer experimentos sobre certos comportamentos em animais de laboratório possuindo comportamentos parecidos. Mas nós, linguistas, temos sempre de nos contentar apenas com a observação.

(OLIVEIRA E SILVA, 2003: 117)

13.1. INTRODUÇÃO

A saudosa Giselle Machline, por extenso Giselle Machline Oliveira e Silva (1928-1995), começava seu artigo sobre a coleta de dados linguísticos enfatizando os limites éticos do trabalho. Esse pequeno excerto já deixa claro o quanto estamos longe de atitudes como a do faraó Psamético I (663 a. C. — 610 a. C.), que isolou dois bebês do convívio humano para tentar descobrir que língua viriam a falar, que seria, então, segundo ele, a língua mais antiga do mundo¹.

¹ Heródoto II, 143-144.

GISELLE MACHLINE OLIVEIRA E SILVA (1928-1995)



Sua família veio da França para o Brasil em razão das perseguições aos judeus durante a Segunda Grande Guerra. Giselle Machline se formaria em Biologia pela Universidade do Brasil. Lecionou Francês na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Foi uma das criadoras do projeto *Censo da Variação Linguística*, atualmente *PEUL/ Programa de Estudos sobre o Uso da Língua*.

Para mais sobre ela: Braga (1996): <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/44038/29221>.

Não importa a área da linguística a que se dedique, o linguista trabalha com dados, que podem vir da sua própria intuição de falante nativo, da literatura existente sobre a língua em estudo, de material na internet, da ajuda de um ou mais falantes nativos da língua. Quando os dados vêm da interação do pesquisador com os participantes de um projeto — isto é, quando a pesquisa envolve seres humanos —, é necessário que o pesquisador cuide para que não haja prejuízos para essas pessoas.

Entram na conta dos prejuízos os danos materiais (*i.e.*, aqueles que atingem o patrimônio do indivíduo) mas também os danos imateriais, aqueles que afetam uma gama mais ampla de questões — da saúde física ou psíquica à imagem social. Se o que um participante disse ao pesquisador for divulgado, levando à identificação do participante e a consequências indesejadas para ele, o linguista deixou de contemplar um dos princípios éticos da pesquisa: não permitiu ao participante decidir sobre a divulgação ou não de sua identidade, nem sobre “quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública”². Órgãos financiadores, centros de pesquisa e universidades têm diretrizes sobre os cuidados a tomar. E as sociedades de linguística também³.

No Brasil a regulação das pesquisas com seres humanos é determinada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa/Conep, uma das comissões do Conselho Nacional de Saúde, criada em 1996⁴.

13.2. ENTRA EM CENA O CEP/COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Antes que tenha início uma pesquisa que envolva seres humanos — o que se aplica a um leque bem amplo de situações: por exemplo, do uso do

² Conselho Nacional de Saúde/CNS, Resolução 510/2016. <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em 17/01/2024.

³ No caso da Linguistic Society of America, ver LSA Ethics Statement (https://www.lsadc.org/lsa_ethics_statement) e ainda LSA Ethics Statements, Guidelines, and Materials (https://www.lsadc.org/additional_ethics_resources). A Universidade Federal do Rio de Janeiro tem as Diretrizes sobre integridade acadêmica (<https://conexao.ufrj.br/2021/09/diretrizes-sobre-integridade-academica-compromisso-com-a-etica/>).

⁴ CNS, Resolução 196/1996. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html

gerúndio numa turma de sexto ano do Ensino Fundamental, aos efeitos de uma nova droga num grupo de idosos – um **Comitê de Ética em Pesquisa**, denominação abreviada na sigla **CEP**, deverá analisar o projeto. Boa parte das instituições de pesquisa no Brasil contam com pelo menos um CEP, ponto de entrada do pedido de autorização para a pesquisa, processo que avaliará se ela foi planejada em acordo com diretrizes éticas. Isto vale também para os trabalhos de conclusão de curso (ou TCC), dissertações e teses⁵.

Esse ponto de entrada tem uma seção de protocolo virtual: é a **Plataforma Brasil**, “base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema CEP/Conep”, que “permite que as pesquisas sejam acompanhadas em seus diferentes estágios – desde sua submissão até a aprovação final pelo CEP e pela Conep”^{6,7}. Dependendo da pesquisa, haverá necessidade de juntar autorizações de diferentes setores, por exemplo, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Iphan e da Fundação Nacional do Índio/Funai. É nesse momento burocrático que o coordenador do projeto apresenta um conjunto de documentos para avaliação: a descrição da pesquisa proposta em seus aspectos fundamentais, as informações relativas aos participantes da pesquisa, a qualificação dos pesquisadores e todas as instâncias responsáveis⁸.

13.3. O TCLE E O RCLE

Quando se convida um indivíduo para participar de uma pesquisa é preciso fazê-lo compreender:

- a) que sua participação é voluntária;
- b) que poderá deixar a pesquisa a qualquer momento, se assim decidir;
- c) quem é o pesquisador responsável e como contactá-lo;
- d) que todas as informações coletadas são confidenciais e serão usadas apenas na pesquisa;
- e) que a identidade do participante será mantida em sigilo⁹.

⁵ CNS, Resolução 510/2016, Art. 1º, §1º: “No caso de discentes de graduação que realizam pesquisas para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, a pesquisa será registrada no CEP, sob a responsabilidade do respectivo orientador”. Por seu turno, o mesmo documento estabelece que “A pesquisa realizada por alunos de graduação e de pós-graduação, que seja parte de projeto do orientador já aprovado pelo sistema CEP/Conep, pode ser apresentada como emenda ao projeto aprovado, desde que não contenha modificação essencial nos objetivos e na metodologia do projeto original”.

⁶ A Plataforma Brasil foi lançada em 2009 e entrou em funcionamento em 2011. Veio a substituir o Sistema Nacional de Informação sobre Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos/Sisnep, desativado em 2012.

⁷ Há casos que não precisam de passar por um comitê de ética, previstos na Resolução CNS 510/2016.

⁸ Resolução CNS 510/2016.

⁹ Nas ciências humanas e sociais há situações em que o participante pode autorizar a divulgação de sua identidade.

O participante deve entender:

- a) a razão da pesquisa;
- b) qual a população envolvida;
- c) se pode trazer algum tipo de risco para quem dela participa;
- d) que ele não pagará nada nem será pago.

Todas essas informações e mais o que o pesquisador considerar pertinente farão parte de um documento conhecido pela sigla **TCLE**, **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**, ou ainda, especialmente nas ciências humanas e sociais, **RCLE**, o **Registro de Consentimento Livre e Esclarecido**. Em outras palavras, o **consentimento informado**.

O consentimento informado é obrigatório¹⁰ e deverá ser elaborado de modo a estar adequado linguisticamente e culturalmente aos participantes¹¹. No caso das ciências humanas e sociais, o RCLE pode assumir “qualquer meio, formato ou mídia, como papel, áudio, filmagem, mídia eletrônica e digital”, justificada a escolha em razão de características dos participantes e da metodologia empregada¹². Para pesquisas em terras indígenas, “sem prejuízo do consentimento individual”, formalizado no RCLE, há a necessidade de se ter “a concordância da comunidade alvo da pesquisa que pode ser obtida por intermédio das respectivas organizações indígenas ou conselhos locais, [...] que em comum acordo com as referidas comunidades designarão o intermediário para o contato entre pesquisador e a comunidade”¹³.

13.4. OS RISCOS POTENCIAIS PARA OS PARTICIPANTES

Na atualidade espera-se o respeito, a privacidade, o bem-estar dos participantes como requisitos de toda e qualquer pesquisa que envolva humanos. Nem

¹⁰ Há casos excepcionais, como se vê no Art. 16, § 1º da Resolução CNS 510/216: “Os casos em que seja inviável o Registro de Consentimento ou do Assentimento Livre e Esclarecido ou em que este registro signifique riscos substanciais à privacidade e confidencialidade dos dados do participante ou aos vínculos de confiança entre pesquisador e pesquisado, a dispensa deve ser justificada pelo pesquisador responsável ao sistema CEP/CONEP”.

¹¹ Citando Luna (2008: 44), “Diferentemente do Código de Nurembergue, a Declaração de Helsinque permite a pesquisa em pessoas sem competência legal. O artigo I. 11 determina (World Medical Organization 1996): I. 11. Em caso de incompetência legal, o consentimento informado deve ser dado pelo guardião legal, em conformidade com a legislação nacional. Quando uma incapacidade física ou mental impossibilita a obtenção do consentimento informado, ou quando o participante for menor de idade, a permissão do familiar responsável substitui a do participante, obedecendo-se à legislação nacional. Sempre que o menor for de fato capaz de dar seu consentimento, este deve ser obtido, além daquele de seu guardião legal”

¹² CNS, Resolução 510/2016.

¹³ CNS, Resolução 304/2000, 2.4.

sempre foi assim, porque se considerava que o risco se restringia a pesquisas que lançassem mão de alguma técnica invasiva em relação ao corpo humano. Colocavam-se, assim, as pesquisas linguísticas fora das preocupação com a ética e a integridade. Os riscos para os participantes, no entanto, podem resultar de desenhos de projetos que não preveem o emprego de quaisquer procedimentos invasivos. Vejamos a seguir três exemplos.

13.4.1. Um risco evitado

No final da década de 1960, o planejamento inicial do Projeto NURC previa que a documentação do português seria obtida por meio de *inquéritos*, que consistiriam quer na gravação secreta de diálogos espontâneos, quer na gravação de diálogos entre dois informantes, entre informante e documentador e de elocuições formais. As gravações secretas não chegaram a ser feitas à época por conta do momento político¹⁴; também não chegaram a ser feitas posteriormente porque os protocolos éticos começavam a ser considerados aplicáveis às ciências humanas e sociais e, no caso das chamadas *pesquisas encobertas*, isto é, sem o consentimento dos participantes, a justificativa do pesquisador responsável teria de ser robusta. Na resolução do Conselho Nacional de Saúde específica para as ciências humanas e sociais, essa prática somente será aceite

em circunstâncias nas quais a informação sobre objetivos e procedimentos alteraria o comportamento alvo do estudo ou quando a utilização deste método se apresenta como única forma de condução do estudo, devendo ser explicitado ao CEP o procedimento a ser adotado pelo pesquisador com o participante, no que se refere aos riscos, comunicação ao participante e uso dos dados coletados, além do compromisso ou não com a confidencialidade. Sempre que se mostre factível, o consentimento dos participantes deverá ser buscado posteriormente (CNS, Resolução 510/2016)

Afinal, uma coleta de dados feita às escondidas faz com que todos os requisitos atrás elencados sejam postos de lado.

13.4.2. Uma “delinquência ética”

No plano internacional, em finais dos anos 1970, o projeto de pesquisa *Experimental creation of a new language* [‘A criação experimental de uma nova língua’], ou o *Experimento da ilha*, seria submetido à National Science

¹⁴ Freitag (2019: 127); Mota (2019: 59).

Foundation/NSF norte-americana pelos linguistas Derek Bickerton (1926-2018) e Talmy Givón. Esse caso é exemplar no tocante ao tipo de situação a que não se pode submeter quem quer que seja para a obtenção de dados linguísticos. Nas palavras de Terry Crowley (2007), uma “delinquência ética”.

O experimento — embora aprovado pelo University of Hawaii’s Committee on Human Experimentation, primeiro estágio para solicitação de fundos a uma agência federal norte-americana quando a pesquisa envolve seres humanos — não chegaria a receber financiamento da NSF.

Como num *reality show* tipo *Survivor ou Largados e Pelados*, os autores pretendiam confinar por um ano numa ilha deserta no meio do Pacífico¹⁵ seis casais falantes de línguas mutuamente ininteligíveis e seus filhos — que à época do confinamento deveriam estar em torno de dois anos de idade, ainda bebês, portanto. Haveria recompensa em dinheiro, a ser entregue apenas aos que não desistissem da participação no experimento¹⁶. Os participantes deveriam trabalhar como agricultores para prover sua alimentação. A única ferramenta para a comunicação entre os participantes nas atividades de plantio seriam 200 palavras criadas pelos pesquisadores com sons das línguas maternas desses falantes. O vocabulário serviria para nomear partes do corpo, alimentos, seres vivos, e contaria com alguns verbos de ação e psicológicos¹⁷.

As condições de vida a que essas pessoas estariam submetidas por um ano seriam árduas e perigosas; o nível de estresse decorrente do isolamento e da luta pela própria sobrevivência e a dos filhos e também as consequências para as crianças seriam imprevisíveis. Para o meio ambiente as previsões não eram melhores. Como o mar entrava na parte da ilha em que os pesquisadores determinaram que se faria o plantio necessário para que houvesse um mínimo de alimentos, dinamite resolveria o problema¹⁸, destruição justificada com a frase “tudo pela ciência”¹⁹. Sobrevivendo, os confinados permitiriam aos dois linguistas estudar o processo de surgimento de uma língua pidgin, resultado esperado do projeto.

¹⁵ Na maior das ilhas do arquipélago Ngemelis, na República de Palau.

¹⁶ Bickerton (2008: 122): “Ao final do projeto cada casal receberia uma quantia em dinheiro que, se insatisfatória para os padrões dos EUA, seria suficiente para comprar uma casa ou iniciar um pequeno negócio em seus próprios países. Mas eles só conseguiriam se se mantivessem em curso”.

¹⁷ Bickerton (2008: 124).

¹⁸ Bickerton (2008: 119): “Uma banana de dinamite, pensei. Com uma simples banana de dinamite eu poderia selar o buraco, depois bombear o pântano para que secasse e convertê-lo em uma rica horta, suficiente para alimentar todo o projeto. [...] Eu sabia como cultivar vegetais.”

¹⁹ Bickerton (2008: 119).

13.4.3. O desapareço pela comunidade estudada

Uma situação emblemática dos prejuízos que uma pesquisa que não atenda aos interesses de uma comunidade pode criar foi contada por Alice Gregory num artigo em *The New Yorker*²⁰ sobre o povo Penobscot (Maine, EUA). O último falante dessa língua, uma das línguas nativas norte-americanas, morreu em 1993, mas a comunidade considera essa língua como sua, o que a faz ser considerada uma **língua dormente**.

Frank T. Siebert Jr. (1912-1998), um patologista e bibliófilo²¹ que se tornou um linguista autodidata, obteve *copyright* sobre a língua Penobscot, porque elaborou um sistema de escrita para ela, publicou um dicionário e redigiu, no alfabeto que propôs, as histórias tradicionais daquele povo. Com isso tornava-se legalmente o dono da língua. Nada de muito diferente dos direitos da CBS sobre o *klíngon* – mas o *klíngon* não é uma língua natural. Ao morrer, Siebert Jr. passou em testamento os direitos sobre a língua para a American Philosophical Society.

* * *

Voltando ao começo: quando a pesquisa envolve seres humanos, é necessário que o pesquisador tenha em mente que

a produção científica deve implicar benefícios atuais ou potenciais para o ser humano, para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade, possibilitando a promoção de qualidade digna de vida a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado (CNS, Resolução 510/2016).

UMA ESCALA NA VIAGEM

Protocolos éticos



A importância do TCLE como instrumento para afastar procedimentos antiéticos nas pesquisas envolvendo seres humanos ganhou visibilidade com o **Código de Nurembergue**, de 1947. O Código de Nurembergue teve origem no julgamento de duas dezenas de médicos pelo Tribunal Militar Internacional após o final da Segunda Grande Guerra.

As diretrizes éticas de qualquer pesquisa com humanos, em contraponto às situações criadas nos campos de concentração nazistas foram indicadas no primeiro artigo do Código de Nurembergue:

²⁰ Gregory, Alice. 2021. How Did a Self-Taught Linguist Come to Own an Indigenous Language?. *The New Yorker*, 19 de abril de 2021. <https://www.newyorker.com/magazine/2021/04/19/how-did-a-self-taught-linguist-come-to-own-an-indigenous-language> Agradeço a Martha Sorenson (IBqM-UFRJ; CTEP-UFRJ) o envio do artigo.

²¹ O leilão de sua biblioteca pela Sotheby's em 1999 alcançou cerca de 12,5 milhões de dólares.

O consentimento voluntário do ser humano é absolutamente essencial. Isso significa que as pessoas que serão submetidas ao experimento devem ser legalmente capazes de dar consentimento; essas pessoas devem exercer o livre direito de escolha sem qualquer intervenção de elementos de força, fraude, mentira, coação, astúcia ou outra forma de restrição posterior; devem ter conhecimento suficiente do assunto em estudo para tomarem uma decisão. Esse último aspecto exige que sejam explicados às pessoas a natureza, a duração e o propósito do experimento; os métodos segundo os quais será conduzido; as inconveniências e os riscos esperados; os efeitos sobre a saúde ou sobre a pessoa do participante, que eventualmente possam ocorrer, devido à sua participação no experimento. O dever e a responsabilidade de garantir a qualidade do consentimento repousam sobre o pesquisador que inicia ou dirige um experimento ou se compromete nele. São deveres e responsabilidades pessoais que não podem ser delegados a outrem impunemente.

CAPÍTULO 14

O CONHECIMENTO PRODUZIDO PELA LINGUÍSTICA INDO AONDE NÃO SE IMAGINAVA

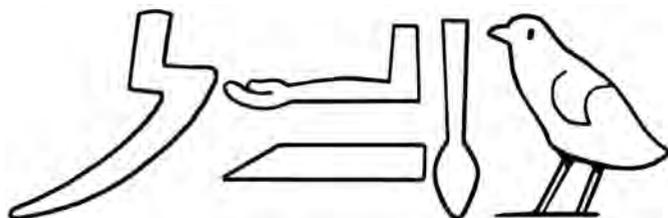


Fig. 26 *Maā-kheru*¹.

No início de 2020, um artigo do periódico *Scientific Reports* — *Synthesis of a Vocal Sound from the 3,000 year old Mummy, Nesyamun ‘True of Voice’* — trazia a público a voz de Nesyamun, um sacerdote do templo de Karnak em Tebas (atual Luxor), no Egito, que deve ter morrido por volta de 1100 a.C. Seus restos mortais foram mumificados e atualmente estão expostos num museu em Leeds, Inglaterra.

O ponto fundamental desse trabalho é que as dimensões precisas de nosso trato vocal são determinantes da nossa **voz** e a fazem única. Os restos mortais do antigo sacerdote estavam bem preservados, o que permitiu recriar seu trato vocal lançando mão de escaneamento digital e de impressão 3D. Isso

¹ No antigo Egito a expressão *Maā-kheru*, representada em hieróglifos nesta página, sempre seguia os nomes dos mortos e, por essa razão, está entre as inscrições do sarcófago de Nesyamun. Indicava que o morto se declarava, no Julgamento, com a verdade da voz, isto é, inocente (Wallis Budge, [1920] 1978: I, 271). O título do trabalho aqui comentado incluiu “Nesyamun True of Voice”, num jogo de palavras que ao mesmo tempo refere o uso fúnebre e o experimento relatado.

permitiria ouvir novamente um som saído daquele trato vocal na posição em que repousa no sarcófago.

A impressão 3D recriava o espaço para a ressonância do som, sem movimentos articulatórios. Mas e o ar que deveria vir dos pulmões, passar pela traqueia e chegar à laringe, onde começa a produção do som da fala? Bom, a impressora 3D foi acoplada a um alto-falante sem cone, ligado a um computador e assim a vibração das cordas vocais foi simulada com uma laringe eletrônica.

A seguir, a reprodução da voz de Nesyamun criada no laboratório (extraído de Solly, 2020). É só clicar no ícone ou no link.



<https://bit.ly/4cseem6>

Nesyamun falava assim? Os próprios autores arrolam algumas limitações no experimento: por conta da dessecação, a língua perdeu massa muscular, não havia mais palato mole e por mais de três milênios o corpo foi preservado numa posição “apropriada à sua posição de sepultamento”. O limite que o palato mole cria para o trato vocal foi, portanto, estimado. Sem possibilidade de movimento (e sem a caixa de ressonância que é a cavidade nasal), o som a ser gerado não tinha a opção nasal-oral, que decorre do movimento do palato mole. Também não foi possível recriar movimento para a língua nem para a mandíbula inferior. Mas e as cordas vocais? Alterações em elasticidade ou espessura levam a uma qualidade de voz diferente. Isso acontece, por exemplo, no envelhecimento.

Temos com esse trabalho um experimento voltado para a produção da voz, isto é, para a produção de som pelo trato vocal humano. Compreender esse processo é parte importante de nossa compreensão sobre as línguas do mundo. Como se vê, a linguística nos mostra que o mundo é muito maior e muito mais interessante que a aplicação de rótulos sobre o modo como as pessoas falam e sobre as próprias pessoas. Que vertente tomar nos estudos linguísticos face a tantos caminhos de pesquisa? Como disse Lenneberg, vai depender do gosto pessoal.

Mais um comentário sobre ética em pesquisas

Como garantir que uma pesquisa desse tipo não fira questões éticas? Afinal, a pesquisa lida com restos mortais de um ser humano. O final do século XX viu o crescimento desse debate

em museus com coleções arqueológicas, de história natural e antropológicas em especial. Essa questão é levantada no artigo da *Scientific Report*. Por outro lado, apesar de agora ser perturbador, Nesyamun deixou registrado o desejo de que sua voz fosse ouvida, como fora durante seu sacerdócio.



GLOSSÁRIO

Academia. No processo de padronização de uma língua, instituição normativa responsável pela implementação do ideal de preservação da língua nacional. Para desempenhar essa tarefa a Academia deverá *fixar* a língua, isto é, mantê-la sem variação e sem influências estrangeiras, o que procura fazer através do desenvolvimento de dicionários, gramáticas e materiais afins. A primeira dessas instituições surgiu em 1584 na Itália, a *Accademia della Crusca*. Em 1635 surgiu a *Académie Française* e, em 1713, a *Real Academia Española*. Em Portugal, a antiga *Academia Real das Ciências de Lisboa* foi fundada em 1779. Como academia de ciências, tinha mais interesses que a preocupação com a fixação de um ideal linguístico. A *Academia Brasileira de Letras/ABL* foi fundada oficialmente em 20 de julho de 1897. Como a *Académie Française*, que lhe serviu de modelo, a ABL conta com 40 membros, os *imortais*, eleitos por seus pares. Sua missão é o cultivo da língua e da literatura nacional.

Atrito. Perda total ou parcial da L1 que não se deve a um dano cerebral.

Crioulo. Língua que se desenvolveu de um **pidgin** [q. v.].

Elderspeak. Tipo de registro descortês empregado na interação com adultos idosos que pres-supõe a demência destes. Algumas das características do *elderspeak* assinaladas por Ann Brenoff (2017) incluem: fala exageradamente lenta, entonação exagerada, volume de voz elevado, uso intencional de vocabulário simples, complexidade gramatical reduzida, substituições de pronomes (“como estamos hoje?” em vez de “como você está?” por exemplo), diminutivos (como “vamos comer a sopinha?”), repetições.

Elicitação. Técnica para obter dados linguísticos de um falante nativo.

Formante. “Termo que na Fonética Acústica tem um valor especial na classificação das vogais, dos sons de tipo vocálico e dos traços de transição e sons adjacentes. Um formante é constituído por uma concentração de energia acústica, que reflete a maneira como o ar que sai dos pulmões vibra no aparelho fonador à medida que vai mudando o formato. No caso das vogais, o ar vibra em muitas frequências diferentes de uma só vez e as frequências predominantes se combinam para produzir as qualidades distintivas das vogais” (Crystal, [1985]1988: 120-121).

Frequência fundamental (ou F0). “Termo derivado do estudo da física do som e usado na Fonética Acústica, indicando o componente de frequência mais baixa de uma onda sonora complexa (os outros componentes são conhecidos como “harmônica”). A frequência se refere ao número de ciclos completos (movimentos de abrir e fechar) da vibração das cordas vocais em uma unidade de tempo (por segundo). A noção de “fundamental”, ou F0, é de particular relevância para o estudo da entonação, onde mostra uma correspondência consideravelmente próxima com os movimentos de pitch envolvidos. É medido em herz (Hz)”. (Crystal, [1985]1988: 121-122).

Gramática tradicional. Designação que trata de modo homogêneo as gramáticas escritas da Antiguidade até o século XX, reunindo tudo que é anterior ao paradigma inaugurado por F. de Saussure.

Língua de civilização. Denominação para línguas com literatura escrita.

Língua dormente (ou língua adormecida). Não é mais língua nativa de ninguém, mas há uma comunidade que a reivindica como sua, que guarda alguns usos sociais para ela, “um lembrete da herança identitária da comunidade étnica” (vide Savedra & Mazzelli, 2020). A comunidade Penobscot [ver 13.4.3] ilustra o que se considera uma língua dormente.

Língua franca. Língua empregada na comunicação entre grupos que não têm uma língua nativa em comum.

Ortografia. O conjunto de formas gráficas autorizadas para a escrita de uma língua. Em geral, as academias nacionais decidem as formas autorizadas para cada palavra. No Brasil, as grafias que a Academia Brasileira de Letras considera corretas estão no *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa (VOLP)*, agora disponível para consulta em <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/vocabulario-ortografico>. Meu comentário sobre a edição do VOLP de 2009: <https://revistas.ufjr.br/index.php/diadorim/article/view/3901>.

Padronização. Processo que tem por finalidade diminuir ou eliminar a diversidade linguística, para isso desenvolvendo normas ortográficas, dicionários e gramáticas, geralmente implementado por autoridades governamentais.

Prescritivismo. “Em seu sentido mais geral, *prescritivismo* é a visão de que uma variedade linguística é inerentemente melhor que as outras e deveria ser imposta a toda a comunidade. Essa visão é proposta especialmente em relação à gramática e ao vocabulário e frequentemente ainda em relação à pronúncia. A variedade privilegiada, nessa visão, costuma ser uma versão da língua escrita padrão” (Crystal, 1997: 2).

Pidgin. Língua de uso restrito que não é língua nativa de ninguém. Surge no contacto linguístico continuado entre grupos de línguas diferentes em que “uma situação de emergência pede por comunicação num nível mínimo de compreensão” (Hall Jr., 1962: 152) e, por essa razão, inicialmente um pidgin atende a funções da comunicação imediata. Desaparecendo o contexto social delineado como *grupo dominante/grupo(s) dominado(s)*, o pidgin deixa de existir. Ou não: pode-se ampliar, caso se torne o meio de comunicação entre grupos de uma área multilíngue, ou pode ainda ganhar falantes nativos, quando se torna uma **língua crioula** ou **crioulo** [q.v.].

Transcrição. Sistema de convenções para a representação da fala na modalidade escrita. “O objetivo básico de uma transcrição é transpor o discurso falado, da forma mais fiel possível, para registros gráficos mais permanentes, necessidade que decorre do fato de que não conseguimos estudar o oral através do próprio oral. A tarefa de transcrição [...] requer [...] uma série de decisões importantes por parte do pesquisador” (Paiva, 2003: 135).

Transliteração. Sistema de convenções para converter os caracteres empregados na ortografia de uma língua nos caracteres de uma ortografia baseada em outro sistema de escrita. Um exemplo: a expressão grega *τέχνη γραμματική* pode ser transliterada para o alfabeto latino como *tékhñē grammatikē*.

Trato vocal. É a via (*trato* é aqui empregado neste sentido) por onde passa o ar na produção da fala. Compreende os pulmões, a traqueia, a laringe, a faringe, a cavidade nasal e a cavidade oral. Na laringe estão as cordas vocais, onde se dá a produção dos sons da fala. Como assinala Trask (1996), alguns autores restringem *trato vocal* ao trato vocal supralaríngeo e outros restringem ainda mais o termo, excluindo também a cavidade nasal.

Vernáculo. A língua nativa de uma comunidade. “Tem o adjetivo vernáculo origem no latim *vernaculum*, vocábulo proveniente de *verna*; era uma qualificação dada em latim ao escravo nascido na casa do senhor, ou, como entre nós se diz, ao crioulo. De “nascido em casa do senhor” passou a palavra a significar “nascido no país”, “próprio do país” (Almeida, [1998]: 2001: i).

Voz. Som produzido pela vibração das cordas vocais, situadas na laringe. Esse som será modificado no caminho formado pelo trato vocal supralaríngeo em razão da disposição que os órgãos envolvidos assumem.

ATIVIDADES DE REVISÃO

As estrelas procuram apontar o grau de dificuldade de cada questão.



1. Explique o que se entende por *arbitrariedade*.



2. Palavras como *tique-taque* e *atchim* fazem parte de um pequeno grupo de palavras do português — as *palavras onomatopaicas* ou *onomatopeias* — que, de certo modo, imitam aquilo a que se referem. Podemos afirmar que casos como esses constituem-se em signos em que som e significado estão associados de modo não arbitrário?



3. Heckler, Back & Massing (1994: 63) apontam que a família latina representada na raiz **cern-** (cert-; crit-; crim-; cret-; gred-; cris-; cri-; cre-) está presente nas palavras portuguesas como *cerne*, *certidão*, *crítica*, *crime*, *discreto*, *segredo*, *decreto*, *excremento*.

A afirmação acima é uma análise sincrônica sobre a morfologia do português atual?



4. Levando em conta a visão proposta pela gramática gerativa, mostre a diferença entre *linguagem* e *língua*.



5. Apresente pelo menos dois argumentos que sustentem que LIBRAS é uma língua.



6. Podemos afirmar que há línguas melhores que outras? Isso vale para os crioulos?
 - Elabore a resposta como um texto dissertativo-argumentativo.

- O texto deverá remeter à literatura linguística, indicando as obras, sua edição e páginas referidas;
- A resposta deve focalizar a base biológica da linguagem.



7.

“A exteriorização psíquica também se revela na voz dos animais; assim o latido do cão manifesta tão nitidamente alegria, ou raiva, ou dor física, ou desespero, que há em português verbos distintos para caracterizá-la conforme o caso (latir, ladrar, ganir, uivar)”.
(Camara Jr., [1964] 1973: 18).

O trecho acima refere uma das funções da linguagem de Bühler.

- Explique cada uma das três funções da linguagem segundo Bühler.
- Qual delas está presente na linguagem humana mas não na comunicação animal?



8. Em que medida se pode afirmar que Camara Jr. considerou a linguagem um fenômeno biológico?



9.

“[A fala - MCR] se torna, por isso, tão espontânea, que, como observa Sapir, quase não sentimos diferença de natureza entre andar e falar, embora na realidade haja aí a profunda oposição entre uma atividade instintiva e uma aquisição social, como é a linguagem (cf. Sapir, 1921).”

(Camara Jr., [1964] 1973: 194).

É esse o entendimento de Eric Lenneberg sobre a linguagem em *A capacidade de aquisição da linguagem*? Que critérios ele emprega para distinguir esses dois tipos de atividade? Que características a linguagem apresenta em cada um deles?



10. Demonstre a falha no critério classificatório de Jespersen quanto às línguas do mundo no excerto abaixo.

[Organize sua resposta do seguinte modo:

(a) no parágrafo introdutório resuma a proposta de Jespersen acerca da distribuição das línguas do mundo e procure definir o que, segundo ele, seriam *línguas femininas, masculinas, línguas adultas e infantis*;

(b) em seguida, contra-argumente;

(c) no parágrafo final apresente a conclusão, que deve derivar dos parágrafos anteriores.

Obs.: Evite adjetivos e evite fazer dos adjetivos (como *machista, sexista...*) a base da argumentação.]

“Há uma expressão que continuamente me ocorre quando penso na língua inglesa e a comparo a outras: ela parece ser positivamente e expressamente masculina, é a língua de um homem adulto e tem bem pouco de infantil e feminino [...]

Para evidenciar um desses elementos, seleciono ao acaso, para fins de contraste, uma passagem na língua do Havá: “I kona hiki ana aku ilaila ua hookipa ia mai la oia ke aloha pumehana loa”. Assim ela prossegue, sem uma única palavra terminada em consoante e nunca encontrando duas ou mais consoantes agrupadas. Alguém pode ter dúvida de que,

mesmo que essa língua soe agradável e seja repleta de música e harmonia, a impressão geral é de uma língua infantil e efeminada? Não se espera muito vigor ou energia de um povo que fala uma língua assim; ela parece amoldar-se apenas a habitantes de regiões ensolaradas onde o solo requer pouquíssimo trabalho do homem que o cultiva para produzir tudo o que ele quiser, e portanto onde a vida não traz a marca de uma luta árdua contra a natureza e os semelhantes. Em menor grau, encontramos a mesma estrutura fonética em línguas como o italiano e o espanhol; porém muito diferentes são nossas línguas setentrionais.”

(Jespersen, Otto. 1938. *Growth and structure of English language*. Oxford: Basil Blackwell, p.2-3. - Trad. de Laura T. Motta, retirada de Pinker, Steven. 2002. *Tábula rasa: a negação contemporânea da natureza humana*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 34-35.)

★ ★ ★

11. Se eu decorar dicionários de 50 línguas diferentes posso considerar-me falante de 50 línguas?

★

12. É possível dizer quantas frases existem em português?

★ ★ ★

13. No texto de Bloomfield sobre como uma criança aprende uma língua [q.v. seção 4.4.1], há o pressuposto de que, face a um estímulo, é possível prever a resposta. Por exemplo: diante de um quadro em que predomine o vermelho seria previsível o falante dizer “vermelho”, do mesmo modo que, ao ver a boneca a criança enunciaria a palavra “boneca”. É possível concordar com essa hipótese?

★

14. O que se entende por *período sensível* no tocante à linguagem?

★ ★ ★ ★

15.

“A certeza de que todas as crianças falam, não importam as condições em que são criadas, está registrada na famosa experiência levada a cabo na Antiguidade pelo rei egípcio Psamético I (663-610 a.C.), imortalizada na narrativa do historiador grego Heródoto (484 a.C.- 425 a.C.); também no experimento que teria sido levado a cabo por Frederico II (1194-1250), imperador do Sacro Império Romano; ou ainda, algum tempo mais tarde, por James IV da Escócia (1473-1513), reproduzidas no capítulo anterior. Todos esses soberanos esperavam saber que língua sairia da boca de crianças submetidas ao isolamento linguístico, na certeza de que haveria uma.

Essa certeza encontrou acolhida também na ficção. A imagem da loba em alerta alimentando os gêmeos Rômulo e Remo mistura-se com a história da fundação de Roma e parece ter servido de inspiração para o personagem Mowgli.

Mowgli, surgido no conto *In the Rukh* (‘na floresta’), de Rudyard Kipling (1865-1936), falava com perfeição, embora criado por lobos. *Tarzan of the Apes*, de Edgar Rice Burroughs (1875-1950), inicialmente publicado em 1912, numa revista impressa em papel barato, popularizou um herói órfão, John Clayton, Lord Greystoke, criado por uma espécie de macacos desconhecida da ciência, depois que sua família foi abandonada na costa da África por marinheiros amotinados e terem todos os familiares morrido, salvando-se ele. O herói foi rebatizado Tarzan por sua família adotiva de macacos.”

(Rosa, 2010)

1. Em que consistiu o experimento de Psamético I, acima referido?
2. Psamético I estava correto em concluir que as duas crianças que isolara falavam frígio?

★ ★ ★

16.

“Morte da Língua Portuguesa, questão de tempo?”

Vi no programa da Fátima Bernardes, falando sobre modernidades, entrou no tema do português usado na internet. Percebi que muitos concordam que o uso do “internetês” está matando a língua portuguesa. No meu trabalho (Lan House) vejo muitos jovens não estão mais sabendo escrever determinadas palavras, com erros grosseiros, e pra completar, interpretação de texto é muito raro, não entendem o que leram. Vocês acham que a geração que vai virá ainda saberá escrever e expressar-se de forma correta usando a língua portuguesa ou acha que isso é uma mudança natural? pessoalmente não gosto muito disso...”

[Esteve disponível em <http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20130711085329AA3rK4Q>]

- 1) Enumere os fatores relevantes para a morte de uma língua.
- 2) O português é uma língua em perigo de extinção no Brasil?

★ ★ ★

17.

Krenak

Brazil

Nomes alternativos

Aimorés, Borun, Botocudo, Botocudos, Crenac, Crenaque, Krenac, Krenak-Nakrehé, Nakrehé

População

10 falantes (Moore 2006). População étnica: 150 (Moore 2006).

Localização

Minas Gerais, margem leste do rio Doce, entre Resplendor e Conselheiro Pena; pequeno enclave em São Paulo.

[Ver 161 no mapa ao lado].

Classificação

Botocudo

Uso da Língua

Apenas as mulheres idosas. Os demais passaram a falar português.

(Fontes: *Ethnologue*; *UNESCO Atlas of the World's Languages in Danger*)

Com base nessas informações, como você avaliaria a vitalidade dessa língua?



REFERÊNCIAS

N.B.: Todos os links foram acessados em 09/06/2024. Por isso não se indica a cada link a data de acesso.

- A NOITE. 1942. O Brasil na guerra — Médicos estrangeiros oferecem os seus serviços ao Brasil. Ano XXI, nº 10.995, p. 4. http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1942_10995.pdf.
- ABRAHAM, Carolyn. 2002. *Viajando com o cérebro de Einstein: uma investigação sobre o bizarro percurso do cérebro e a tentativa de uma explicação neurocientífica para a sua genialidade*. Trad. de Alexandre Martins. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.
- ABRALIN/ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA. 2011. Dossiê “Por uma vida melhor”, <https://pt.slideshare.net/hugoalbaquercus/dossie-por-uma-vida-melhor-8273727>.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade. 2008. Crenças e atitudes linguísticas: o que dizem os falantes das capitais brasileiras. *Estudos Linguísticos*, 37 (2): 105-112, maio-ago. 2008. http://www.gel.hospedagemdesites.ws/estudoslinguisticos/volumes/37/EL_V37N2_11.pdf.
- ALEXANDER, Neville. 2001. Majority and minority languages in South Africa. In: EXTRA, G. & GORTER, D. (eds.) *The other languages of Europe. Demographic, sociolinguistic and educational perspectives*. (Multilingual Matters 118). Clevedon-Buffalo-Toronto-Sydney: Multilingual Matters Ltd. p354-369. <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED473621.pdf>.
- ALIGHIERI, Dante. *De vulgari eloquentia/ Sobre a eloquência em língua vulgar*. Ed. bilingue. Trad. Francisco Calvo del Olmo. São Paulo: Parábola. 2021.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. 1998. *Dicionário de questões vernáculas*. 4ª. ed. 2ª. impressão. São Paulo: Ática, 2001.
- ALMEIDA-SILVA, Anderson & NEVINS, Andrew Ira. 2020. Observações sobre a estrutura linguística da Cena: a língua de sinais emergente da Várzea Queimada (Piauí, Brasil). *Revista Linguagem & Ensino*, 23 (4): 1029-1053.out.-dez. 2020. <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rle/article/view/18533/12012>.
- ALMEIDA-SILVA, Anderson; ARAÚJO, Nádia Fernanda; NEVINS, Andrew Ira; MORENO, Antônio Nelson; NERES, Bruna Rodrigues da Silva; MACEDO, Carlos Douglas Carvalho de; STOIANOV, Diane; SILVA, Diná Souza da; MOREIRA, Glauber Lima; VERAS, Iago Pedro Mendes Pires; FREITAS, Jô Carlos Neves; AZEVEDO, Loise Soares de & FRANCO, Telma (orgs.). 2023. *Cena - Dicionário visual da língua de sinais de Várzea Queimada: edição com libras, português e inglês*. Teresina: CCOM/Governo do Estado do Piauí.
- ALTENHOFEN, Cléo V. 2013. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, Christine; SILVA, Kleber Aparecido da; TILIO, Rogerio; ROCHA, Claudia Hilsdorf (orgs.). 2013. *Política e políticas linguísticas*. Campinas: Pontes. p. 93-116.
- ALTENHOFEN, Cléo V. & MARGOTTI, Felício Wessling. 2011. O português de contato com as línguas de imigração no Brasil. In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V. & RASO, Tommaso. 2011. *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG. p. 289-316.
- ÁLTMAN, Cristina. 1998. *A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP.

- ALTMAN, Cristina. 2015. A correspondência Jakobson-Mattoso Câmara (1945–1968). *Confluência*, 49: 9-42. 2.º semestre de 2015. <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/85>.
- ALVES, Maria Isolete Pacheco Menezes. 1979. *Atitudes linguísticas de nordestinos em São Paulo (abordagem pré-*via*)*. Campinas: Unicamp. Dissertação de Mestrado em Linguística. <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=494129>.
- ANCHIETA, José. *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*. Coimbra: Antonio de Mariz, 1595. <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000008359&bbm/4674#page/1/mode/2up>.
- ANCHIETA, José. Informação dos primeiros aldeamentos da Bahia (1584). *Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EdUSP, 1988.p.309-356.
- ANDERSON, Stephen R. 2012. *Languages: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- ANDRADE, Daniel Kiyoshi Hashimoto Vouzella de. 2023. “*Língua*” num mundo de migrações: os *dekasseguis* retornados e seus filhos. Trabalho da disciplina LEF140 / Fundamentos da Linguística. Rio de Janeiro: UFRJ/ Faculdade de Letras. <https://linguisticamcarlotarosa.wordpress.com/2023/07/11/17718/>.
- ARAÚJO, Aluiza Alves; RODRIGUES, Ana Germana Pontes & PEREIRA, Maria Lidiane de Sousa. 2018. *Arre Maria! Como tu cunrresa: a aspiração de /v/ no falar popular de Fortaleza*. *Confluência*, 54: 196-221. <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/239>.
- ARAÚJO, Bruno Felix von Borell de; CORREA, Fabricia & WOLTERS, Mark. 2016. O sotaque estadunidense representa uma vantagem em decisões de emprego no Brasil? *Revista de Administração Contemporânea*, 20(6): 693-714. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2016150181>.
- ARISTÓTELES. *Arte retórica e Arte poética*. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. Intr. e notas Jean Voilquin & Jean Capelle; Prefácio de Goffredo Telles Jr. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s.d.
- ARISTÓTELES. *Órganon: Categorias, Da interpretação, Analíticos anteriores, Analíticos posteriores, Tópicos, Refutações sofisticas*. 3ª. ed. Tradução, textos adicionais e notas Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2016.
- AROLÉS, Serge. 2007. *L'enigme des enfants-loups: Une certitude biologique mais un déni des archives 1304-1954*. Paris: Publibook.
- ARRIVAL/A Chegada. 2016. Direção de Denis Villeneuve. Roteiro de Eric Heisserer. Produção de Shawn Levy, David Linde, Aaron Ryder e Dan Levine. 116 min.
- AUSTIN, Peter K. & SALLABANK, Julia. Introduction. In: AUSTIN, Peter K. & SALLABANK, Julia (eds.). 2011. *The Cambridge handbook of endangered languages*. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press. p.1-24.
- AUSTIN, Peter K. & SALLABANK, Julia (eds.). 2011. *The Cambridge handbook of endangered languages*. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press.
- AZEREDO, José Carlos de. 2022. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola.
- AZPILCUETA NAVARRO. Carta do P. João de Azpilcueta Navarro aos Irmãos de Coimbra, de Porto Seguro, 19 de setembro de 1553. In: LEITE, Serafim (org.). 1940. *Novas cartas jesuítas (De Nóbrega a Vieira)*. São Paulo/Rio/ Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional. p. 154-159.
- BÁEZ, Fernando. 2004. *História universal da destruição dos livros: das tábuas sumérias à guerra do Iraque*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- BAGNO, Marcos. 1999. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 2001.
- BAGNO, Marcos. 2002. Língua, história e sociedade: breve retrospecto da norma-padrão brasileira. In: BAGNO, Marcos (org.). 2002. *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola. p. 179-199.
- BAGNO, Marcos. 2009. *Não é errado falar assim! Em defesa do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- BAGNO, Marcos. 2011. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- BAGNO, Marcos & RANGEL, Egon de Oliveira. 2005. Tarefas da educação linguística no Brasil. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, 5 (1): 63-81.
- BAKER, Anne; van den BOGAERD, Beppie; PFAU, Roland & SCHERMER, Trude (eds.). 2016. *The Linguistics of Sign Languages: An introduction*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins.
- BAR-MOSHE, Assaf. 2019. *The Arabic Dialect of the Jews of Baghdad: Phonology, Morphology, and Texts*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag.
- BARBOSA, Afranio Gonçalves; GARCIA, Juliana Cristina S. & ZARRO, Maria Izadora M. 2015. História oral e práticas de ensino de língua portuguesa: testemunhos pessoais como fontes primárias para uma sociolinguística histórica. *História do Ensino de Línguas no Brasil*, 9 (9), 1/2015 <http://www.helb.org.br/index.php/revista-helb/ano-9-no-9-12015/240-historia-oral-e-praticas-de-ensino-de-lingua-portuguesa-testemunhos-pessoais-como-fontes-primarias-para-uma-sociolinguistica-historica>.
- BARBOSA, Gabriela de Campos. 2008. Atitudes em fronteira: o caso de Tabatinga e Leticia. *Forma y Función*, 21. <https://revistas.unal.edu.co/index.php/formayfuncion/article/view/18133>.
- BARRETO, Sofia Amaro de Azevedo Guimarães; BARROS, Tamiris Soares dos Santos; CUNHA, Leandro Madureira Lustosa da & SOUSA, Natália Beatriz Mendes de. 2023. “*Língua*” num mundo de migrações: o árabe

- numa Palestina constantemente redesenhada. Trabalho da disciplina LEF140 / Fundamentos da Linguística. Rio de Janeiro: UFRJ/ Faculdade de Letras. <https://linguisticamcarlotarosa.wordpress.com/2023/07/12/lingua-num-mundo-de-migracoes-o-arabe-na-palestina/>.
- BARROS, João de. *Ásia de João de Barros: dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. 1988-1992. 4v. <https://purl.pt/26841/3/>.
- BARROS, Tássia Soares dos Santos; FERREIRA, Priscilane Rocha; LOPES, Luís Felipe da Silva; NASCIMENTO, Liliane Misael da Silva do; OLIVEIRA, João Pedro Luz; PAULA, Luciana de & STILPEN, Pedro Henrique Lopes. 2023. "Língua" num mundo de migrações: a "Colônia dos Russos" (Ponta Grossa, PR). Trabalho da disciplina LEF140 / Fundamentos da Linguística. Rio de Janeiro: UFRJ/ Faculdade de Letras. <https://linguisticamcarlotarosa.wordpress.com/2023/07/10/17661/>.
- BATISTA, Breno da Silva; BORGES, Fábio Lucas Rossi de Moraes; JOAQUIM FILHO, José Carlos; LIMA, Luisa Maia, SILVA, Matheus Abrahão da & VIANA, Jacob Menezes de Oliveira Montenegro. 2023. "Língua" num mundo de migrações: a influência dos grupos migratórios na pronúncia do hebraico moderno. Trabalho da disciplina LEF140 / Fundamentos da Linguística. Rio de Janeiro: UFRJ/ Faculdade de Letras. <https://linguisticamcarlotarosa.wordpress.com/2023/07/13/lingua-num-mundo-de-migracoes-a-influencia-dos-grupos-migratorios-na-pronuncia-do-hebraico-moderno/>.
- BATISTA, Ronaldo Oliveira. 2020. Palestra na disciplina de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFRJ, LEF857/Tópicos Avançados em Historiografia Linguística, ministrada por Maria Carlota Rosa.
- BATISTA, Ronaldo Oliveira. 2023. *A linguística brasileira: percursos históricos*. São Paulo: Editora Mackenzie.
- BAUER, Winifred. 1998. Myth 10. Some languages have no grammar. In BAUER, Laurie & Trudgill, Peter (eds.). 1998. *Language Myths*. London: Penguin Books. p. 77-84.
- BEAR, Mark F.; CONNORS, Barry W. & PARADISO, Michael A. 2001. *Neurociências: desvendando o sistema nervoso*. Trad. Jorge Alberto Quillfeldt et alii. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- BEKKER, Immanuel. 1816. *Anecdota graeca*. Berlin: G.C. Nauckium. v.2
- BESSA FREIRE, José Ribamar. 2007. Dona Fiota, a letra e a palavra. In *Taquiprati*, 09 de Dezembro de 2007. <https://www.taquiprati.com.br/cronica/108-dona-fiota-a-letra-e-a-palavra-versao-en-espa>.
- BESSA FREIRE, José Ribamar & MALHEIROS, Márcia Fernanda. 2010. *Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro*. 2a. ed. Rio de Janeiro: EDUERJ. [Primeira edição em <https://opierj.org/livro-aldeamentos-indigenas-do-rio-de-janeiro-download/>].
- BICKERTON, Derek. 2008. *Bastard Tongues: A Trailblazing Linguist Finds Clues to Our Common Humanity in the World's Lowliest Languages*. New York: Hill and Wang.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. 1883-1902. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 7v. <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>.
- BLOOM, Paul (ed.). 1993. *Language acquisition: core readings*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- BLOOMFIELD, Leonard. 1933. *Language*. Chicago: The University of Chicago Press. 1984.
- BLOOMFIELD, Leonard. 1942. Linguistics and Reading. *The Elementary English Review*, 19 (4): 125-130, April 1942.
- BLOOMFIELD, Leonard. 1944. Secondary and Tertiary Responses to Language. *Language*, 20 (2): 45-55. Apr. - Jun., 1944.
- BLOOMFIELD, Leonard. 1961. Teaching Children to Read. In: BARNHART, Cynthia A. & BARNHART, Robert K. 2010. *Let's read: a linguistic approach, Based on the original work of Leonard Bloomfield and Clarence L. Barnhart*. 2nd ed., Rev. and updated. Detroit: Wayne State University Press, 2010.
- BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico : autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. João V*. Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728. 8 v.; 2 Suplementos. <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/vocabulario-portuguez-latino-aulico-anatomico-architectonico>.
- BONTIER, Pierre & LE VERRIER, Jean. *The Canarian, or, Book of the conquest and conversion of the Canarians in the year 1402, by Messire Jean de Bethencourt*. London: The Hankluyt Society, 1872. [ed. bilíngue] <https://archive.org/details/canarianorbookof00bont/page/n7/mode/2up>.
- BOSSAGLIA, Giulia. 2019. *Linguística Comparada e Tipologia*. São Paulo: Parábola.
- BRAGA, Maria Luiza. 1996. In memoriam: Giselle Machline de Oliveira e Silva. *DELTA*, 12(2): 387-390. <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/44038/29221>.
- BRASIL. *Constituição Política do Império do Brazil* (de 25 de março de 1824). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm.
- BRASIL. Lei de 7 de novembro de 1831 (Lei Feijó). Declara livres todos os escravos vindos de fora do Imperio, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html.
- BRASIL. Lei Nº 581, de 4 de setembro de 1850 (Lei Eusébio de Queirós). Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Imperio. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm.
- BRASIL. Lei Nº 601, de 18 de setembro de 1850 (Lei de Terras). Dispõe sobre as terras devolutas do Império. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm.

- BRASIL. Decreto Nº 528, de 28 de junho de 1890. Regularisa o serviço da introdução e localização de imigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brazil. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>.
- BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil* (de 24 de fevereiro de 1891). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm.
- BRASIL. Decreto Nº 6.455, de 19 de abril de 1907. Approva as bases regulamentares para o serviço de povoamento do solo nacional. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6455-19-abril-1907-502417-publicacaooriginal-1-pe.html>.
- BRASIL. Decreto Nº 24.215, de 9 de maio de 1934. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros em territorio nacional. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24215-9-maio-1934-557900-publicacaooriginal-78647-pe.html>.
- BRASIL. Decreto nº 24.794, de 14 de Julho de 1934. Cria, no Ministério da Educação e Saúde Pública, sem aumento de despesa, a Inspeção Geral do Ensino Emendativo, dispõe sobre o Ensino do Canto Orfeônico, e dá outras providências. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24794-14-julho-1934-515847-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Cria%2C%20no%20Ministério%20da%20Educação,Orfeônico%2C%20e%20dá%20outras%20providências>.
- BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil* (de 16 de julho de 1934). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm.
- BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil* (de 10 de novembro de 1937). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm.
- BRASIL Decreto-Lei 1190, de abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-publicacaooriginal-1-pe.html>.
- BRASIL. Decreto-Lei Nº 1.545, de 25 de agosto de 1939. Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html>.
- BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil* (de 18 de setembro de 1946). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm.
- BRASIL/Ministério da Justiça e Negócios Interiores. 1946. Parecer da Comissão instituída nos termos do art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. <https://periodicos.fgv.br/rda/article/download/9853/8874>.
- BRASIL. Lei 3273, de 1 de outubro de 1957. Fixa a data da mudança da Capital Federal, e dá outras providências. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3273-1-outubro-1957-354630-norma-pl.html>.
- BRASIL. Lei Nº 3.752, de 14 de abril de 1960. Dita normas para a convocação da Assembléia Constituinte do Estado da Guanabara e dá outras providências. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3752-14-abril-1960-354318-publicacaooriginal-1-pl.html>.
- BRASIL/CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO - CFE. Parecer 283/1962. Currículo mínimo e duração dos cursos de Letras. <https://labhislingufrj.files.wordpress.com/2020/08/parecer-cfe-283-1962.pdf>.
- BRASIL. *Constituição a República Federativa do Brasil* (24 de janeiro de 1967). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1967 (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 17.10.1969)*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao67EMC69.htm.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- BRASIL. Decreto Nº 592, de 6 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos. Promulgação. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm.
- BRASIL/ CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE - CNS. Resolução Nº 196, de 10 de outubro de 1996. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html.
- BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.
- BRASIL. Decreto Nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010. Institui o *Inventário Nacional da Diversidade Linguística* e dá outras providências. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7387-9-dezembro-2010-609640-norma-pe.html>.
- BRASIL/ CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE - CNS. Resolução Nº 510, de 7 de abril de 2016. <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>.
- BRASIL. Projeto de Lei 3074/2019. Dispõe sobre a cooficialização das línguas indígenas nos Municípios brasileiros que possuem comunidades indígenas. <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9205892&disposition=inline>.
- BRASIL. Projeto de Lei nº 5182, de 2020. Institui-se como política pública a obrigatoriedade de alocação de tradutores e de intérpretes comunitários em todas as instituições públicas federais, estaduais e municipais, de forma permanente ou através da formação de núcleos especializados de tradução e de interpretação comunitária especialmente

- organizados para atender às demandas específicas de cada área. <https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-bicamerais/-/ver/pl-5182-2020>.
- BRENNOFF, Ann. 2017. Using Baby Talk With Seniors Is Insulting, Not Cute And a new study finds it's also bad for their health. Huffpost, 21abr2017. https://www.huffpost.com/entry/using-baby-talk-with-seniors-is-insulting-not-cute_n_58f8d8be4b06b9cb9147a3a. [Trad. Sofia Lucena: Falar com idosos como se fala com bebê é desrespeitoso, não fofo! <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/falar-com-idosos-como-se-fala-com-bebe-e-desrespeitoso-nao-fofo>].
- BRITO, Fábio Bezerra de. 2013. *O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais*. São Paulo: USP/Programa de Pós-Graduação em Educação. Tese de Doutorado. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-03122013-133156/pt-br.php>.
- BROWN, Keith (ed.) *Encyclopedia of language and linguistics*. Boston: Elsevier. 2nd ed. 14vv.
- BRUCE, Scott G. 2007. *Silence and sign language in medieval monasticism: The cluniac tradition c. 900-1200*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BUDGE, E. A. Wallis. 1920. *An Egyptian Hieroglyphic Dictionary*. New York: Dover Publications, 1978.
- BÜHLER, Karl. 1934. *Theory of Language: The representational function of language*. Translated by Donald Fraser Goodwin in collaboration with Achim Eschbach. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 2011.
- BURCHETTE, Jordan. 2014. Sexiest accents poll: Where do people have the voice of seduction? CNN Travel, 18Set2014. <https://edition.cnn.com/travel/article/sexy-accents/index.html>.
- CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. [Assina como "C."]. 1934. Um erro de prosodia: "espírita". Pequenas Lições de Português. *Correio da Manhã*, quinta-feira, 22 de março de 1934. https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22PEQUENAS%20LI%C3%87%C3%95ES%22&pagfis=21159.
- CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. 1946. Resenha de N. S. Trubetzky, *Grundzüge der Phonologie, Travaux du Cercle Linguistique de Prague*, 7; - Prague, 1939, 271p. In: CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. 1953. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. 2a. ed., preparada por Raimundo Barbadinho Neto de acordo com instruções deixadas pelo autor. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.
- CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. 1953. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. 2a. ed., preparada por Raimundo Barbadinho Neto de acordo com instruções deixadas pelo autor. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.
- CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. 1955. A grafia dos nomes tribais brasileiros. *Revista de Antropologia*, 3(2):125-132 – Dez. 1955. [Editado em ROSA, Maria Carlota. 2020. Revisitando a "Convenção" e "A grafia de nomes tribais brasileiros". *Confluência*, 59: 25-46, jul.-dez. 2020. <https://www.revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/364>].
- CAMARA Jr., J. Mattoso. 1957. *Manual de transcrição fonética*. Rio de Janeiro: Museu Nacional.
- CAMARA Jr., J. Mattoso. 1962. *História da linguística*. Trad. de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. Petrópolis: Vozes, 1975.
- CAMARA Júnior, Joaquim Mattoso. 1962. *História da linguística*. Ed. rev. e comentária. Trad. de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. Revisão e comentários de Valdir do Nascimento Flores e Gabriel de Ávila Othero. Petrópolis: Vozes, 2021.
- CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. 1964. *Princípios de linguística geral: como introdução aos estudos superiores da Língua Portuguesa*. 4a. Edição revista e aumentada. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1973.
- CAMARA Jr., J. Mattoso. 1965a. *Introdução às línguas indígenas brasileiras [com o suplemento A técnica da pesquisa, de Sarah Gudschinsky]* Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico/ Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1977.
- CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. 1965b. *Dicionário de filologia e gramática referente à língua portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1973.
- CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. 1968. A linguística brasileira. In: NARO, Anthony Julius (org.). Trad. Maria Candida Bordenave e Marilda W. Averbug. Rev. técnica Lúcia Maria Pinheiro Lobato. *Tendências atuais da Linguística e da Filologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p.45-66.
- CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. 1970. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes.
- CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. 1970. *Estrutura da língua portuguesa*. Edição, estabelecimento de texto, intr. e notas Emilio G. Pagotto, Maria Cristina Figueiredo Silva e Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida. Petrópolis: Vozes, 2019.
- CAMARGO, Angelica Ricci. 2019. Diretoria-Geral do Serviço de Povoamento. MAPA/Memória da Administração Pública Brasileira. <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/823-diretoria-geral-do-servico-de-povoamento>.
- CANNECATTIM, Bernardo Maria de. 1805. *Collecção de Observações Grammaticaes sobre a Lingua Bunda, ou Angolense*. Lisboa: Impressão Régia, 1805. <https://books.google.com.br/books?id=addEAAAACAAJ&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>.
- CANFORA, Luciano. 1986. *A biblioteca desaparecida*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CAPOVILLA, Fernando César & MARTINS, Antonielle Cantarelli. 2020. Resolvendo o paradoxo da iconicidade: o caso dos sinais de Libras. *Psicopedagogia*, 37(114): 269-285. 2020. <http://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/643/resolvendo-o-paradoxo-da-iconicidade-o-caso-dos-sinais-de-libras>.
- CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. [c.1583] Introdução de Rodolfo Garcia. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EdUSP, 1980.
- CARROLL, Roy. 2016. Starved, tortured, forgotten: Genie, the feral child who left a mark on researchers. *The Guardian*, 14jul2016. <https://www.theguardian.com/society/2016/jul/14/genie-feral-child-los-angeles-researchers>.

- CARTA do rei de Portugal de 5 de março de 1697 - Baptismo dos Escravos da Guiné, Lisboa, 5 de março de 1697. In: BRÁSIO, António, C.S.Sp. *Monumenta Missionária Africana. África Ocidental (1685-1699) – Suplemento aos Séculos XV, XVI e XVII*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2004. vol. 7, doc. n.º 111, pp. 374-375. p. 374 <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/MonumentaAfricana/MonumentaAfricana-S02-V07&p=408>. p. 375 <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/MonumentaAfricana/MonumentaAfricana-S02-V07&p=409>.
- CARTLEDGE, P. Greeks and "barbarians". In: CHISTIDIS, A.-F. (ed.) *A History of Ancient Greek: From the Beginnings to Late Antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 307-313.
- CARVALHO, Dannel da Silva & FREITAG, Raquel. 2022. *Linguística no feminino: vozes femininas que fizeram a linguística no Brasil*. s.l: Editora da ABRALIN. <https://editora.abralin.org/publicacoes/linguistica-no-feminino/>.
- CASAD, Eugene H. 1974. *Dialect Intelligibility Testing*. Dallas: SIL, 1987.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. 2002. *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Outro Preto do século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Secretaria de Estado da Cultura.
- CAVALIERE, Ricardo Stavola. 2006. Antonio de Moraes Silva e os estudos gramaticais do século XVIII. In: THIELE-MANN, Werner (ed.). *Século das Luzes: Portugal e Espanha, o Brasil e a Região do rio da Prata*. Frankfurt am Main: TFM/Teo Ferrer de Mesquita, 2006. p. 537-540. <https://core.ac.uk/download/pdf/304707422.pdf>.
- CAVALIERE, Ricardo Stavola. 2022. *História da gramática no Brasil: séculos XVI a XIX*. Petrópolis: Vozes.
- CHAMBERS, J. K. & TRUDGILL, Peter. 1980. *Dialectology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CHOMSKY, Noam. 1965. *Aspectos da teoria da sintaxe*. Trad. J. A. Meireles e E. P. Raposo. Coimbra: Arménio Amado, 1975.
- CHOMSKY, Noam. 1968. *Linguagem e pensamento*. Trad. Francisco M. Guimarães. Petrópolis: Vozes, 1977.
- CHOMSKY, Noam. 1977. *Diálogos com Mitsou Ronat*. Trad. de Álvaro Lorencini e Sandra Margarida Nitri. São Paulo: Cultrix, s.d.
- CHOMSKY, Noam. 1986. *Knowledge of Language. Its Nature, Origin, and Use*. New York: Praeger.
- CHOMSKY, Noam. 1987. Transformational grammar: Past, present, and future. In *Studies in English Language and Literature*, 33–80. Kyoto University.
- CHOMSKY, Noam. 1988. *Language and problems of knowledge: The Managua lectures*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- CHOMSKY, Noam. 2002. *Sobre natureza e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- CHOMSKY, Noam & FOUCAULT, Michel. 1971. Human Nature: Justice vs. Power – A debate between Noam Chomsky and Michel Foucault. In: CHOMSKY, Noam & FOUCAULT, Michel. *The Chomsky-Foucault debate on Human Nature*. Foreword by John Rajchman. New York/ London: The New Press. p. 1-67.
- CINTRA, Luiz Felipe Lindley. Sobre o mais antigo texto não-literário português: A Notícia de Torto (Leitura crítica, data, local da redação e comentário linguístico). *Boletim de Filologia*, XXXI (1986-1987): 21-27. 1990. https://issuu.com/museulp/docs/noticia_de_torto.
- COELHO, Olga Ferreira. 1998. *Serafim da Silva Neto (1917-1960) e a Filologia Brasileira: um ensaio historiográfico sobre o papel da liderança na articulação de um paradigma em Ciência da Linguagem*. São Paulo: Universidade de São Paulo/Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral. https://www.academia.edu/29922090/Serafim_da_Silva_Neto_1917_1960_e_a_Filologia_Brasileira.
- COELHO, Olga Ferreira. 2008. Os nomes da língua: configuração e desdobramentos do debate sobre a língua brasileira no século XIX. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros/IEB*, 47: 139-160. <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34619>.
- COLE, Desmond T. The history of African linguistics to 1945. In: SEBEEK, Thomas A. (ed.). 1971. *Current trends in linguistics. v.7: Linguistics in Sub-Saharan Africa*. The Hague/Paris: Mouton. 1971. p. 1-29.
- COLÓN, Cristóbal. *Textos y documentos completos. Relaciones de viajes, cartas y memoriales*. Edición, prólogo Y notas de Consuelo Varela. Madrid: Alianza Editorial. 1997.
- CORREIA, Jader de Figueiredo. [1968]. *Relatório Figueiredo*. <https://midia.mpf.mp.br/6ccr/relatorio-figueiredo/relatorio-figueiredo.pdf>.
- COSERIU, Eugênio. 1968. Perspectivas gerais. In: NARO, Anthony Julius (org.). Trad. Maria Candida Bordenave e Marilda W. Averbug. Rev. técnica Lúcia Maria Pinheiro Lobato. *Tendências atuais da Linguística e da Filologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p.11-44.
- COSTA, Albert; FOUCAULT, Alice; HAYAKAWA, Sayuri; APARICI, Melina; APESTEGUIA, Jose; HEAFNER, Joy; KEYSAR, Boaz. 2014. Your morals depend on your language. *PLOS ONE*, 9 (4). <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0094842>.
- COSTA, Avelino de Jesus. 1977. Os mais antigos documentos escritos em português: revisão de um problema histórico-linguístico. *Revista Portuguesa de História*, XVII. https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/46611/1/Os_mais_antigos_documentos_escritos_em_portugues.pdf.
- COSTA, Camilla e equipe de Jornalismo Visual da BBC. BBC Brasil, 17/12/ 2023. *Quantas são as línguas indígenas do Brasil, onde são faladas e o que as ameaça?* <https://www.bbc.com/portuguese/recursos/17122023-7af1-495a-a41c-d02995e459b8> [Como vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=-dKbt5btqc0J>].

- COSTA, William. 2020. 'Culture is language': why an indigenous tongue is thriving in Paraguay. *The Guardian*, 3Set2020. <https://www.theguardian.com/world/2020/sep/03/paraguay-guarani-indigenous-language>.
- COSTA, Marília Uchôa Cavalcanti Lott de Moraes; NEVINS, Andrew & SILVA, Anderson Almeida da. 2020. Pesquisas sobre línguas de sinais: uma contribuição à luz dos 25 anos de "Por uma gramática de línguas de sinais": Apresentação. *Linguística*, 16 (3): 7-14. <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/view/40518>.
- COVERT Affairs/Assuntos Confidenciais [Seriado]. 2010-2014. Direção de Jonathan Glassner. Produção: Revenge Venge Films; AmericanZ Studios; New Line Television; Universal Cable Productions.
- CROCI, Federico. 2011. A imigração no Brasil. In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V. & RASO, Tommaso (orgs.). 2011. *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG. p. 73-120.
- CROWLEY, Terry. 2007. *Field Linguistics: A Beginner's Guide*. Oxford: Oxford University Press.
- CRYSTAL, David. 1966. The linguistic status of prosodic and paralinguistic features. *Proceedings of the University of Newcastle upon Tyne Philosophical Society*, 1: 93-108
- CRYSTAL, David. 1985. *Dicionário de Linguística e Fonética*. Trad. e adapt. Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- CRYSTAL, David. 1997. *The Cambridge Encyclopedia of Language*. 2nd. ed. Cambridge, Cambridge University Press.
- CRYSTAL, David. 2000. *Language death*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- CULLER, Jonathan. 1976. *As ideias de Saussure*. Trad. de Carlos Alberto da Fonseca. São Paulo: Cultrix, 1979.
- CURTISS, Susan; FROMKIN, Victoria; KRASHEN, Stephen; RIGLER, David & RIGLER, Marilyn. 1974. The linguistic development of Genie. In: LUST, Barbara C. & FOLEY, Claire. 2004. *First language acquisition: The essential readings*. Malden: Blackwell, 2005. p.126-154.
- CUNHA, Celso. 1970. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- CUNHA, Celso. 1972. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, MEC/FENAME.
- CUNHA, Celso. 1983. *A questão da norma culta brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.
- CUST, Robert Needham. 1883. *A sketch of the modern languages of Africa*. 2v. London: Trübner. https://archive.org/details/sketchofmodernla01cust_0/page/n21 https://archive.org/details/sketchofmodernla02cust_0.
- DAMULAKIS, Gean. 2017. Cooficialização de línguas no Brasil: características, desdobramentos e desafios. Blogue do Departamento de Linguística e Filologia da UFRJ. <https://leufufrj.wordpress.com/2017/12/21/cooficializacao-de-linguas-no-brasil-uma-visao-panoramica/>.
- D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. 2004. O alinhamento pró-Estados Unidos da Fonologia no Brasil. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, 4 (1): 87-115. <https://www.scielo.br/j/rbla/a/MVp6gjFvpkbbtTH73NhC8SK/?format=pdf&lang=pt>.
- DARWIN, Charles. 1871. *The descent of Man*. In: Wilson, Edward O. (ed.). *From so Simple a Beginning. The Four Great Books of Charles Darwin*. Edited, with introduction by E. O. Wilson. New York/London: W. W. Norton & Co., p. 767-1248, 2006.
- DAVIES, Anna Morpurgo. 1987. The Greek notion of dialect. *Verbum*, 10: 7-28.
- DAVIES, Anna Morpurgo. 1987. The Greek notion of dialect. In: HARRISON, Thomas (ed.). 2002. *Greeks and Barbarians*. Edinburgh: Edinburgh University Press. pp. 153-17.
- DAVIES, Eirlys & BENTAHILA, Abdelâli. 1989. On mother and other tongues: The Notion of Possession of a Language. *Lingua*, 78: 267-293.
- DEFOURNY, Vincent & OLIVEIRA, Gilvan Muller de. 2008. Qual é a língua? *O Globo*, 30Dez2008, Opinião, p. 7. <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/409185/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y>.
- DESHIELDS JR., Oscar W.; KARA, Ali & KAYNAK, Erdener. 1996. Source effects in purchase decisions: The impact of physical attractiveness and accent of salesperson. *International Journal of Research in Marketing*, 13: 89-101.
- DEUCHAR, Margaret. 1978. Diglossia and British Sign Language. *Sociolinguistic Working Paper Number 46*. <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED250930.pdf>.
- DIAS, Pedro, S.J. 1697. *Arte da lingua de Angola, oeferecida [sic] a Virgem Senhora N. do Rosario, Mãe, & Senhora dos mesmos Pretos*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, Impressor de Sua Magestade. <https://purl.pt/31521/1/html/index.html#/1>.
- DOMINGUES, Ângela. 2000. *Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- DORES, Roberto. 2020. Barranquenho já foi alvo de chacota mas hoje quer ser língua oficial. *TSF*, 21Fev2020. <https://www.tsf.pt/portugal/cultura/barranquenho-ja-foi-alvo-de-chacota-mas-hoje-quer-ser-lingua-oficial-11846655.html>.
- DRAGOJEVIC, Marko & GILES, Howard. 2013. The Reference Frame Effect: An Intergroup Perspective on Language Attitudes. *Human Communication Research*, 40(1), 91-111.
- DRUDE, Sebastian. Como a Organização Internacional de Estandarização (ISO) lida com diversidade linguística. MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI/ Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural. 16Out2020. https://www.youtube.com/watch?v=xym2a_XlyM4.
- EBERHARD, David M.; SIMONS, Gary F. & FENNIG, Charles D. (eds.). 2022. *Ethnologue: Languages of the World*. Twenty-fifth edition. Dallas, Texas: SIL International. <http://www.ethnologue.com>.

- EBERHARD, David M.; SIMONS, Gary F. & FENNIG, Charles D. (eds.). 2023. *Ethnologue: Languages of the World*. Twenty-sixth edition. Dallas, Texas: SIL International. <http://www.ethnologue.com>.
- ELLIANO. *De Natura Animalium*. Trad. Friedrich Jacobs. Jena: F. Frommann, 1832. <https://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Aelian/home.html>.
- ELLIS, William. [1827]. *A narrative of a tour through Hawaii, or Owhyhee: with remarks on the history, traditions, manners, customs, and language of the inhabitants of the Sandwich Islands*. Honolulu: Hawaiian Gazette Co. 1917. <https://archive.org/details/narrativeoftourt00elli>.
- EMMERICH, Charlotte (coord.). 2019. *Documentos do Projeto: Estudo Sincrônico de Línguas Indígenas do Alto Xingu. Língua Yawalapiti (Aruaak)*. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional. vv1 e 2. https://www.museunacional.ufrj.br/dir/celin/docs/estudo_sincronico_linguas_indigenas_alto_xingu.pdf.
- ERNST FEDER COLLECTION. Center for Jewish History/Leo Baeck Institute. <https://ia804504.us.archive.org/18/items/ernstfeder00reel14/ernstfeder00reel14.pdf>.
- ESTÉVÃO, Tomás. 1640. *Arte da lingua canarim composta pelo Padre Thomas Esteuão da Companhia de Jesus & acrescentada pelo Padre Diogo Ribeiro da mesma Companhia. E novamente reuista. & emendada por outros quatro Padres da mesma Companhia*. Rachol: Collegio de S. Ignacio. <https://purl.pt/31524>.
- EVANS, Nicholas. 1998. Myth 19. Aborigines speak a primitive language. In BAUER, Laurie & TRUDGILL, Peter (eds.) 1998. *Language Myths*. London: Penguin Books. p. 159-168.
- EVERETT, Daniel. 2005. Cultural Constraints on Grammar and Cognition in Pirahã: Another Look at the Design Features of Human Language. *Current Anthropology*, 46 (4), August-October 2005.
- FARACO, Carlos Alberto. 2002. Norma – padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos (org.). 2002. *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola. p. 37-61.
- FARIA, Luis de Castro & CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. 1959. O Setor Linguístico na Divisão de Antropologia. *Anais da 3ª Reunião Brasileira de Antropologia - 10 -13 DE FEVEREIRO DE 1958*. Recife. <http://www.etnolingua.org/biblio:faria-1959-setor>.
- FARIA, Maria Isabel & PERICÃO, Maria da Graça. 2008. *Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico*. Coimbra: Almedina.
- FATTAL, Isabel. 2018. Why do cartoon villains speak in foreign accents? *The Atlantic*, 4Jan2018. <https://www.theatlantic.com/search/?q=Why+do+cartoon+villains+speak+in+foreign+accents>.
- FERGUSON, Charles A. 1959. Diglossia. *Word*, 15 (2): 325-340.
- FERREIRA, Carlota da Silveira et alii 1987. *Atlas linguístico de Sergipe*. Salvador: UFBA/Fundação Estadual de Cultura de Sergipe.
- FERREIRA, Fernanda. 2005. Psycholinguistics, formal grammars, and cognitive science. *The Linguistic Review*, 22: 365-380.
- FERREIRA BRITO, Lucinda. 1984. Similarities & Differences in Two Brazilian Sign Languages. *Sign Language Studies*, 42: 45-56. Spring 1984.
- FERREIRA [BRITO], Lucinda. 1995. *Por uma gramática de língua de sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.
- FIORIN, José Luiz; FLORES, Valdir do Nascimento & BARBISAN, Leci Borges. 2013. *Saussure: a invenção da Linguística*. São Paulo: Contexto.
- FLORES, Cristina & Melo-Pfeifer, Sílvia. 2014. O conceito “Língua de Herança” na perspectiva da Linguística e da Didática de Línguas: considerações pluridisciplinares em torno do perfil linguístico das crianças lusodescendentes na Alemanha. *Domínios da Linguagem*, 8 (3): 16-45. ago-dez.2014. <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/24736/15191>.
- FLORES, Valdir do Nascimento. 2023. *A Linguística Geral de Ferdinand de Saussure*. São Paulo: Contexto.
- FOOT, Philippa. 1967. The Problem of Abortion and the Doctrine of the Double Effect. *Oxford Review*, 5: 5-15. <http://spot.colorado.edu/~heathwoo/phil3100,SP09/foot.pdf>.
- FOUGHT, J. G. 2006. Bloomfield, Leonard (1887–1949). In BROWN, Keith (ed.) *Encyclopedia of language and linguistics*. Boston: Elsevier. 2nd ed. 14vv. v.2. pp. 74-75.
- FRANCHETTO, Bruna. 2020. Língua(s): cosmopolíticas, micropolíticas, macropolíticas. *Campos*, 21 (1): 21-36, jan. jun.2020- 21. <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/70519>.
- FREITAG, Raquel Meister Ko. 2019. NURC, um banco de dados sociolinguístico. In: OLIVEIRA Jr., Miguel (org.). 2019. *NURC 50 anos: 1969-2019*. São Paulo: Parábola. p. 125-134.
- FUSELLIER-SOUZA, Ivani. 2004. Sémiogenèse des langues des signes. Etude de Langues de Signes Emergentes (LSE) pratiquées par des sourds brésiliens. Linguistique. Université Paris 8 – École Doctorale “Cognition, Langage, Interaction”. <https://hal.science/tel-01701214/document>.
- G1 AMAZONAS. 2022. *Jovens pesquisadores criam teclado digital com caracteres de mais de 40 línguas indígenas da Amazônia*. 31Ag2022. <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2022/08/31/jovens-pesquisadores-criam-teclado-digital-com-caracteres-de-mais-de-40-linguas-indigenas-da-amazonia.ghtml>.
- GANDAVO, Pêro de Magalhães. 1576. *Historia da provincia sãcta Cruz a que vulgarmête chamamos Brasil*. Lisboa: na officina de Antonio Gonsalvez. <https://purl.pt/121>.

- GASS, Susan M. & SELINKER, Larry. 2008. *Second language acquisition*. 3rd ed. New York; London: Routledge.
- GESCHWIND, Norman. 1979. Specializations of the human brain. In: *The Brain*. New York: W.H. Freeman. p.108-117. [Originalmente publicado em *Scientific American* 241(3):180-199].
- GLIEDMAN, J & CHOMSKY, N. 1983. Things No Amount of Learning Can Teach. Chomsky interview with John Gliedman. November 1983. <https://chomsky.info/198311>.
- GLEASON Jr., H. A.1961. *Introdução à linguística descritiva*. Trad. J. Pinguelo. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1978.
- GODOY, Gustavo. 2020. *Os Ka'apor, os gestos e os sinais*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Tese de Doutorado. <http://www.etnolingua.org/tese:godoy-2020>.
- GÓIS, Damião de. *Crônica do Felicíssimo Rei D. Manuel*; anot. e pref. por Joaquim Martins Teixeira de Carvalho e David Lopes. — Nova edição, conforme a primeira. — Coimbra: Imp. da Universidade., 1926. — 4 partes. <https://purl.pt/26845>.
- GOLDFELD, Marcia. 2000. Surdez. In: GOLDFELD, Marcia (org.). 2000. *Fundamentos em Fonoaudiologia: linguagem*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. p. 97-112.
- GOLDIN-MEADOW, Susan. 2012. Homesign: gesture to language. In: PFAU, Roland; STEINBACH, Markus & WOLL, Bencie (eds.). *Sign Language: An International Handbook*. Berlin/Boston: De Gruyter Mouton. pp. 601-625.
- GOLDSTEIN, Thomas. 1981. *The myth of the Indies and the discovery of the New World*. Coimbra: Junta de Investigações Científicas do Ultramar/Centro de Estudos de Cartografia Antiga, Série Separatas, 140. https://books.google.com.br/books?id=SbRmKvn26DsC&printsec=frontcover&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false.
- GOMES, Alfredo. 1915. *Grammatica portugueza*. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves/ Paris, Lisboa: Livraria Aillaud e Bertrand. https://books.google.com.br/books?id=azUzAQAAAMAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false.
- GRACE, George W. 1992. How Do Languages Change? (More on “Aberrant” Languages). *Oceanic Linguistics*, 31(1): 115-130 (Summer, 1992). <http://www.jstor.org/stable/3622968?origin=JSTOR-pdf>.
- GREGORY, Alice. 2021. How Did a Self-Taught Linguist Come to Own an Indigenous Language? *The New Yorker*, 19 de abril de 2021. <https://www.newyorker.com/magazine/2021/04/19/how-did-a-self-taught-linguist-come-to-own-an-indigenous-language>.
- GRENOBLE, Lenore. 2011. Language ecology and endangerment. In: AUSTIN, Peter K. & SALLABANK, Julia (eds). 2011. *The Cambridge Handbook of Endangered Languages*. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press. p. 27-44.
- GRENOBLE, Lenore & SINGERMAN, Adam Roth. 2017. Minority lanaguages. Oxford Bibliographies. <https://www.oxfordbibliographies.com/display/document/obo-9780199772810/obo-9780199772810-0176.xml>.
- GROSJEAN, François. s.d. Myths about bilingualism. In: *François Grosjean Professor Emeritus*. https://www.francois-grosjean.ch/myths_en.html.
- GROSJEAN, François & Li, Ping. 2013. *The Psycholinguistics of Bilingualism*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- GROSJEAN, François & BYERS-HEINLEIN, Krista. 2018. *The listening bilingual: Speech perception, comprehension and bilingualism*. Oxford: Wiley Blackwell.
- GUMPERZ, John J. 1962. Types of linguistic communities. In: FISHMAN, Joshua A. 1968. *Readings in the Sociology of Language*. The Hague/Paris/New York: Mouton. pp. 460-472. [Reproduzido de *Anthropological Linguistics*, 4 (1): pp. 28-40. Jan. 1962]
- GURGEL, Silvana. 2008. *O período dos estudos linguísticos brasileiros dito científico na questão da colocação pronominal (1880-1920)*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado em Semiótica e Linguística Geral. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-12012009-164534/publico/SILVANA_GURGEL.pdf.
- HECKLER, Evaldo; BACK, Sebald & MASSING, Egon R. 1994. *Estrutura das palavras: famílias, morfologia, análise, origem*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS.
- HALL Jr., Robert A. 1962. The life-cycle of pidgin languages. *Lingua*, 78: 152-155.
- HALLIDAY, M. A. K., McINTOSH, Angus & STREVENS, Peter. 1964. *As ciências linguísticas e o ensino de línguas*. Trad. Myriam Freire Morau. Petrópolis: Vozes, 1974.
- HARRISON, Jemima / BBC TWO. 2006. *The Family that Walks on All Fours*. 07/03/2006. <https://www.youtube.com/watch?v=Jwiz-yhLpT0>.
- HÉBRARD, Jean. 2003. Esclavage et dénomination: Imposition et appropriation d'un nom chez les esclaves de la Bahia au XIXe siècle. *Cahiers du Brésil Contemporain*, 53/54: 31-92. http://crbc.ehess.fr/docannexe/file/1862/05_jean_hebrard.pdf.
- HERODOTUS. *The Histories*. https://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Herodotus/4G*.html. [A página reproduz uma seção de Herodotus: The Histories publicada no vol. II de Loeb Classical Library edition, 1921].
- HICKEY, Tina. 2005. Second language writing systems: Minority languages and reluctant readers. In: COOK, Vivian & Benedetta BASSETTI (eds.). 2005. *Second language writing systems*. Clevedon/Buffalo/Toronto: Multilingual Matters Ltd. p. 398-423.
- HOCKETT, Charles F. 1955. How to learn Martian. *Astounding Science Fiction*, 11 (10): 76-84. oct.1955.
- HOCKETT, Charles F. 1958. *A Course in Modern Linguistics*. New York: MacMillan.

- HOCKETT, Charles F. 1960. The origin of speech. *Scientific American*, 293: 89-96.
- HORTA, Guida Nedda Barata Parreiras. 1970. *Os gregos e seu idioma: manual prático de Língua Grega Clássica e de Cultura Helênic para uso dos Cursos Universitários de Letras*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles & FRANCO, Francisco Manoel de Mello. 2001- 2002. *Dicionário Eletrônico Houaiss de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss/Editora Objetiva.
- HAUSER, Marc D.; CHOMSKY, Noam; FITCH, W. Tecumseh. 2002. The faculty of language: what is it, who has it, and how did it evolve? *Science*, 298 (5598): 1569-1579.
- HOWARD, D.M.; SCHOFIELD, J.; FLETCHER, J.; BAXTER, K; IBALL, G. R. & BUCLEY, S. A. 2020. Synthesis of a Vocal Sound from the 3,000 year old Mummy, Nesyamun ‘True of Voice’. *Scientific Reports*, 10, 45000. <https://www.nature.com/articles/s41598-019-56316-y>.
- HUMBOLDT, Wilhelm von. 1836. Linguistic Variability and Intellectual Development [Über die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaues und ihren Einfluss auf die geistige Entwicklung des Menschengeschlechts]. Trad. George C. Buck and Frithjof A. Raven. Coral Gables, Florida: University of Miami Press, 1971.
- IAMARINO, Átila. s.d. *O que a cor da sua pele e cabelo diz sobre você*. Canal Youtube. 13:35min <https://www.youtube.com/watch?v=oAzaoSt0MDA>.
- IBGE/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1950a. *Recenseamento Geral do Brasil [1º de Setembro de 1940], Série Nacional, Volume II: Censo Demográfico. População e Habitação*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_v2_br.pdf.
- IBGE/ Conselho Nacional de Estatística. 1950b. *Recenseamento geral do Brasil - 1950. Censo demográfico: 1.º de julho de 1950: boletim individual*. <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=51112&view=detalhes>.
- IBGE/ Conselho Nacional de Estatística/ Serviço Nacional de Recenseamento. 1956. *Brasil: Série Nacional, volume 1: Censo demográfico 1950*. Rio de Janeiro: [IBGE]. <https://biblioteca.ibge.gov.br/?id=767&view=detalhes>.
- IBGE/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. s.d. *Índigenas: Estudos especiais — O Brasil Índigena — língua falada*. <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/lingua-falada>.
- IPA/THE INTERNATIONAL PHONETIC ASSOCIATION. 1999. *Handbook of the International Phonetic Association. A guide to the use of the International Phonetic Alphabet*. Cambridge: Cambridge University Press.
- IPHAN/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2014. *Guia de Pesquisa e Documentação para o INLD [Inventário Nacional da Diversidade Linguística]. 1 — Patrimônio cultural e diversidade linguística*. Brasília, DF: IPHAN. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Guia%20de%20Pesquisa%20e%20Documenta%C3%A7%C3%A3o%20para%20o%20INDL%20-%20Volume%201.pdf>.
- ISO/ International Organization for Standardization. s.d. *ISO 639. Language codes*. <https://www.iso.org/iso-639-language-codes.html>.
- IWACU English News. 2014. English is now official language of Burundi, 17Set2014. <https://www.iwacu-burundi.org/englishnews/english-is-now-official-language-of-burundi/>.
- JAKOBSON, Roman. 1956. Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia. *Linguística e comunicação*. Trad. de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1971. p. 34-62.
- JAKOBSON, Roman. 1960. Linguística e poética. *Linguística e comunicação*. Trad. de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1971. p.118-162.
- JAKOBSON, Roman & POMORSKA, Krystyna. 1980. *Dialogues*. Translation Christian Hubert. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1988.
- JESPERSEN, Otto. 1938. *Growth and structure of English language*. Oxford: Basil Blackwell, p. 2-3. [Trad. de Laura T. Motta, retirada de PINKER, Steven. 2002. *Tábua rasa: a negação contemporânea da natureza humana*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 34-35.]
- JOHNSON, Steven. 2017. E.T., Saudações. *Revista Piauí*, 134. 11/2017. <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/e-t-saudacoes/>.
- JONES, William. A dissertation on the orthography of Asiatic words in Roman letters. In: *The works of Sir William Jones in six volumes*. London: G. G. and J. Robinson, Pater-Noster-Row and R. H. Evans. v. 1., p. 175-228, [1788]1799. https://books.google.com.br/books?id=mF5nAAAACAAJ&pg=PA175&hl=pt-BR&source=gbs_toc_r&cad=3#v=onepage&q&f=false.
- JOOS, Martin. 1950. Description of language design. *The Journal of the Acoustical Society of America*, 22 (6): 701-708.
- JOOS, Martin (ed.). 1957. *Readings in Linguistics I: The Development of Descriptive Linguistics in America 1925-56*. Chicago: The University of Chicago Press, 1971.
- JORNAL DO BRASIL, “Dr. Robert Lenneberg. Agradecimento” 1º caderno, p. 14. 8 de julho de 1965. http://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015_1965_00157.pdf.
- JORNAL DO BRASIL/ Departamento de Pesquisa. Senhora? Esposa? Mulher? A palavra é... *Jornal do Brasil*, Caderno B, p. 1. sábado, 17 de janeiro de 1970. http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=%22dias%20%c3%bateis%22&pagfis=178942.
- JORNAL DO BRASIL. Cartas dos Leitores. 1º Caderno, p. 6, domingo, 29 de julho de 1973. https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=%22dias%20%c3%bateis%22&pagfis=14950.

- JOSEPH, J. E. 2015. Iconicity in Saussure's linguistic work, and why it does not contradict the arbitrariness of the sign. *Historiographia Linguistica* 42 (1): 85-105. https://www.pure.ed.ac.uk/ws/portalfiles/portal/21713544/Ms_HL_Saussure_Iconicity.pdf.
- JOSEPH, John E. 2017. Linguistics. In: BEVIR, Mark (ed). *Modernism and the Social Sciences: Anglo-American Exchanges c. 1918-1980*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 182-201. https://www.pure.ed.ac.uk/ws/portalfiles/portal/30913241/Modernism_and_the_Social_Sciences_publication_version.pdf.
- KAKUMASU, Jim. 1968. Urubú Sign Language. *International Journal of American Linguistics*, 34 (4):275-281. https://www.sil.org/system/files/rapdata/15/37/26/153726163145388687560411655832836752904/6059_Urubu_Sign_Language.pdf.
- KARUNAKARAN, Valliammal. 2016. The Dalit-Bahujan guide to understanding caste in Hindu scripture. *Medium*, 13 de julho de 2016. https://medium.com/@Bahujan_Power/the-dalit-bahujan-guide-to-understanding-caste-in-hindu-scripture-417db027fce6.
- KATO, Mary. 1987. *No mundo da escrita: uma perspectiva sociolinguística*. São Paulo: Atica.
- KATO, Mary & RAMOS, Jânia. 1999. Trinta anos de sintaxe gerativa no Brasil. *D.E.L.T.A.*, 15, N.º ESPECIAL: 105-146. <https://www.scielo.br/j/delta/a/9rfjhvzVqbWFTYmgP3n86vD/?format=pdf&lang=pt>.
- KEGL, Judy. 2008. The case of signed languages in the context of pidgin and creole studies. In: KOUWENBERG, Silvia & SINGLER, John Victor (eds.). 2008. *The handbook of pidgin and creole studies*. Oxford: Wiley-Blackwell. pp. 491-511.
- KELLY, J. 1981. The 1847 Alphabet: An episode of phonotypy. In: ASHER, R.E. & HENDERSON, Eugénie J. A. (eds.). 1981. *Towards a history of Phonetics: Papers contributed in honour of David Abercrombie*. Edinburgh: Edinburgh University Press. pp. 248-264.
- KEMPER, Susan. 1994. Elderspeak: Speech accommodations to older adults. *Aging and Cognition*, 1(1):17-28.
- KENNEALLY, Christine. 2007. *The first word: The search for the origins of language*. London: Penguin Books.
- KENNY, Anthony. Philippa Foot on Double Effect. 1995 In: HURSTHOUSE, Rosalind; LAWRENCE, Gavin & QUINN, Warren (eds.). 1995. *Virtues and Reasons: Philippa Foot and Moral Theory. Essays in Honour of Philippa Foot*. Oxford: Oxford University Press. p. 71-79.
- KING, Wayne. 1983. It's English, and it's Spanish, and it's officially a problem. *The New York Times*, 2Ag1983. <https://www.nytimes.com/1983/08/02/us/it-s-english-and-it-s-spanish-and-it-s-officially-a-problem.html#:~:text=The%20linguistic%20amalgam%2C%20also%20known,worthy%20of%20the%20discriminating%20tongue>.
- KLIMA, Edward & BELLUGI, Ursula. 1979. *The signs of language*. Cambridge, Mass./London: Harvard University Press.
- KNUDSEN, Eric I. 2004. Sensitive periods in the development of the brain and behavior. *Journal of Cognitive Neuroscience*, 16(8): 1412-1425.
- KOERNER, Ernst Frideryk Konrad. 1971. *Ferdinand de Saussure. Origin and development of his linguistic theory in western studies of language: A critical evaluation of Saussurean principles and their relevance to contemporary linguistic theories*. Vancouver: Simon Fraser University. https://summit.sfu.ca/flysystem/fedora/sfu_migrate/2954/b11119603.pdf.
- KOERNER, Konrad.1988. Meillet, Saussure et la Linguistique Générale. *Histoire Épistémologie Langage*, 10 (2): 57-73. https://www.persee.fr/doc/hel_0750-8069_1988_num_10_2_2261.
- KOERNER, Konrad.1989. *Practicing Linguistic Historiography: Selected essays*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- KRAUSS, Michael. 1992. The world's languages in crisis. *Language*, 68 (1): 4-10.
- KUHN, Thomas S. 1962. *A estrutura das revoluções científicas*. Trad. Beatriz Vianna Boeira, Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- KUHN, Thomas S. 1970. *The structure of scientific revolutions*. 2nd enl. ed.[Chicago: The University of Chicago Press]. <https://www.lri.fr/~mbl/Stanford/CS477/papers/Kuhn-SSR-2ndEd.pdf>.
- KUMADA, Kate Mamhy Oliveira. 2012. "No começo ele não tem língua nenhuma, ele não fala, ele não tem LIBRAS, né?": representações sobre línguas de sinais caseiras. Campinas: Universidade Estadual de Campinas/ Instituto de Estudos da Linguagem. Dissertação de Mestrado. <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detail/863083>.
- LABOV, William. 1972. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.
- LABOV, William. 2014. The sociophonetic orientation of the language learner. In: CELATA, Chiara & CALAMAI, Silvia (eds.) *Advances in Sociophonetics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. p. 17-29.
- LACERDA, João Batista de. 1911. *Sur le métis au Brésil*. [Paris]: s.n. <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/35>.
- LACERDA, João Batista de. [1912]. *O Congresso Universal das Raças reunido em Londres (1911): apreciação e comentários*. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo. <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/35/1/Surlesmetis%20cdr.pdf>.
- LACOUTURE, Jean. 1991. *Os Jesuítas: 1. Os conquistadores*. Trad. de Ana Maria Capovilla. Porto Alegre: L&PM, 1994.
- LALLOT, Jean. 2003. *La grammaire de Denys le Thrace*. Traduit et annotée par Jean Lallot. Paris: CNRS.
- LALLOT, Jean. 2006. Dionysius Thrax and Hellenistic language scholarship. In: BROWN, Keith (ed.). *Encyclopedia of Language and Linguistics*. Boston: Elsevier. v.4, pp. 598-600.
- LAVER, John. 1994. *Principles of Phonetics*. Cambridge: Cambridge University Press.

- LAW, Vivien. *The History of Linguistics in Europe: From Plato to 1600*. Cambridge, Gr. Brit.: Cambridge University Press, 2003.
- LENNEBERG, Eric H. 1953 Cognition in Ethnolinguistics. *Language*, 29 (4): 463-471 (Oct. — Dec., 1953).
- LENNEBERG, Eric H. 1964. A capacidade de aquisição da linguagem. Trad. Miriam Lemle. In: [Coelho, Marta; LEMLE, Miriam & LEITE, Yonne (orgs.)]. 1970. *Novas perspectivas linguísticas*. Petrópolis: Vozes, 1973. p. 55-92.
- LENNEBERG, Eric H. 1967. *Biological Foundations of Language*. With appendices by Noam Chomsky and Otto Marx. New York, London, Sydney: John Wiley and Sons.
- LEPSIUS, R. 1880. *Nubische Grammatik, mit einer Einleitung über die Völker und Sprachen Afrika's*. Berlin: W. Hertz. <https://archive.org/details/nubischegrammat01lepsygoog/page/n7/mode/2up?q=xviii>.
- LEV-ARI, Shiri & KEYSAR, Boaz. 2010. Why don't we believe non-native speakers? The influence of accent on credibility. *Journal of Experimental Social Psychology*, 46 (6): 1093-1096.
- LIE TO ME/ENGANA-ME SE PUDER (série de tv). 2009-2011. Imagine Television/ 20th Century Fox Television/ MidKid Productions/ Pagoda Pictures. Criador: Samuel Baum.
- LIGHTFOOT, David. 2006. *How new languages emerge*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LIMA, Etefvina do Rosário Silva, & CRUZ-SANTOS, Anabela. 2012. Aquisição dos gestos na comunicação pré-linguística: uma abordagem teórica. *Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia*, 17(4): 495-501. <https://www.scielo.br/j/rsbf/a/qdrXnTJ7m6YzfwWggM5Y67F/abstract/?lang=pt>.
- LINGUIST List 5.1022, Wed 21 Sep 1994. Disc: Informant: last posting: <https://linguistlist.org/issues/5/5-1022/>.
- LINGUISTIC SOCIETY OF AMERICA. 2019. LSA Ethics Statement. https://www.lsadc.org/lsa_ethics_statement.
- LINGUISTIC SOCIETY OF AMERICA.s.d. Ethics Statements, Guidelines, and Materials. https://www.lsadc.org/additional_ethics_resources.
- LOFTING, Hugh. *The story of Doctor Dolittle being the history of his peculiar life at home and astonishing adventures in foreign parts. Never before printed*. Told by Hugh Lofting, illustrated by the author. New York: Frederick A. Stokes. 1920. p. 17-18.
- LUCCHESI, Dante. 2002. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (org.). 2002. *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola. p. 63-92.
- LULKIN, Sérgio Andrea. 2000. *O silêncio disciplinado: a invenção dos surdos a partir da representação de ouvintes*. Porto Alegre: UFRGS. Dissertação de Mestrado em Educação. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/83551>.
- LUNA, Florencia. 2008. Consentimento livre e esclarecido: ainda uma ferramenta útil na ética em pesquisa. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, 2 (Sup.1): sup.42-sup.53, Dez., 2008. <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/receis/article/view/866>.
- LYONS, John (ed.). 1970. *New horizons in Linguistics*. Harmondsworth: Penguin Books.
- LYONS, John. 1977. *Semântica — 1*. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1980.
- MACMAHON, M. K. C. 2006. International Phonetic Association. In: BROWN, Keith (ed.). *Encyclopedia of language & linguistics*. Boston: Elsevier, 2006. v. 5, pp. 755-756.
- MACARINGUE, Ilídio. 2017. Políticas linguísticas de Moçambique: controvérsias e perspectivas. *RILP — Revista Internacional em Língua Portuguesa*, 31: 47-69. <http://www.rilp-aulp.org/index.php/rilp/article/view/RILP2017.31.2>.
- MCCOMB, Karen; SHANNON, Graeme; SAYIALEL, Katito N. & MOSS, Cynthia. 2014. Elephants can determine ethnicity, gender, and age from acoustic cues in human voices. *Proceedings of the National Academy of Sciences-PNAS*, 111 (14): 5433-5438. <https://www.pnas.org/content/111/14/5433>.
- MACHADO, Vanessa Lima Vidal & WEININGER, Markus Johannes. 2018. As variantes da língua Brasileira de Sinais — LIBRAS. *Transversal — Revista em Tradução*, 4 (7): 41-65. <http://www.periodicos.ufc.br/transversal/article/download/33414/73355/>.
- MALINOWSKI, Bronislaw. 1922. *Argonautas do Pacífico Ocidental. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia*. Prefácio de Sir James George Frazer. Trad. Anton P. Carr (Capítulos I - XV) e Lígia Aparecida Cardieri Mendonça (Capítulos XVI - XXII), revista por Eunice Ribeiro Durham. São Paulo: Abril Cultural, 1976. Coleção Os Pensadores, 43.
- MALKES, Renata. 2015. É possível esquecer a própria língua? *Deutsche Welle*, 14/12/2015. <https://www.dw.com/pt-br/%C3%A9-poss%C3%ADvel-esquecer-a-pr%C3%B3pria-l%C3%ADngua/a-18916638>.
- MALMBERG, Bertil. 1962. *As novas tendências da linguística: uma orientação à linguística moderna*. Trad. de Francisco da Silva Borba. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.
- MARTINHO, Marcos. 2007. Dionísio da Trácia, Arte. *Letras Clássicas*, 11: 153-179. <http://www.revistas.usp.br/letrasclassicas/article/view/82556/85531>.
- MARTINS, Ana Maria. 1999. Ainda 'os mais antigos documentos escritos em português'. Documentos de 1175 a 1252. In: FARIA, Isabel Hub (ed.). *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*. Lisboa: Edições Cosmos /Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

- MARTINS, Ana Maria. 2007. O primeiro século do português escrito. In: Ana Isabel Boullón Agrelo (ed.) *Na Nosa Lyngoaga Galega. A Emerxencia do Galego como Lingua Escrita na Idade Media*. Santiago de Compostela: CCG & ILG. p. 161-184. <http://consellodacultura.gal/publicacion.php?id=95>.
- MARTINS, Mário. 1958. Livros de sinais dos cistercienses portugueses. In: UMIKER-SEBEOK, Jean & A. SEBEOK, Thomas (eds.) 1987. *Monastic Sign Languages*. Berlin/ New York: De Gruyter Mouton. pp. 534-599. [Republicado de *Boletim de Filologia*, 17 (3-4): 293-357, 1958].
- MARTINY, Franciele Maria. 2017. Atitudes linguísticas em torno da língua de imigração e a sua (não) transmissão. *Entrepalavras*, 7:297-313. ago./dez. 2017 <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/889>.
- MATOS, Francisco Gomes de. 2004. O Dicionário de Linguística e Gramática: notas de um leitor-posfaciador. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, 20(spe), 159-164. <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/38030>.
- MATTHEWS, P. H. 1997. *The concise Oxford Dictionary of Linguistics*. Oxford: Oxford University Press.
- MATTHEWS, P. H. 2019. *What Graeco-Roman grammar was about?* Oxford: Oxford University Press.
- MCGREAL, Chris. 2009. Why Rwanda said adieu to French. *The Guardian*, 16Jan2009. <https://www.theguardian.com/education/2009/jan/16/rwanda-english-genocide#:~:text=But%20there%20is%20little%20doubt,international%20school%20and%20radio%20station>.
- MCHOMBO, S. 2006. Nyanja. In: BROWN, Keith & OGILVIE, Sarah. 2006. *Concise Encyclopedia of Languages of the World*. Amsterdam: Elsevier. pp. 791-797.
- MEILLET, Antoine. 1916. Compte rendu de F. de Saussure, Cours de linguistique générale (Lausanne & Paris: Payot, 1916). *Bulletin de la Société de Linguistique de Paris*, 20:32-36. <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k32161j/f37.item>.
- MEILLET, Antoine. 1930. *Aperçu d'une histoire de la langue grecque*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- MELO, Djálma Cavalcante. 2010. Atitudes linguísticas com relação a sotaques regionais no Brasil. In: BORTONI-RICARDO, Stella Maris; VELLASCO, Ana Maria de Moraes & FREITAS, Vera Aparecida (orgs.). 2010. O falar candango: análise sociolinguística dos processos de difusão e focalização dialetais. Brasília: Editora UnB.
- MENCHEN, Denise. 2012. Brasil tem 305 etnias e 274 línguas indígenas, aponta Censo 2010. *Folha de S.Paulo*, 10Ag2012. <https://m.folha.uol.com.br/poder/2012/08/1135045-brasil-tem-305-etnias-e-274-linguas-indigenas-aponta-censo-2010.shtml?origin=folha>.
- MEYER, Julien. 2004. Bioacoustics of human whistled languages: an alternative approach to the cognitive processes of language. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, 76(2), 406-412. <https://doi.org/10.1590/S0001-37652004000200033>.
- MEYER, Julien. 2015. *Whistled languages: A worldwide Inquiry on human whistled speech* – With a chapter in collaboration with René-Guy Busnel. Berlin: Springer.
- MOGFORD, K. 1997. Oral language acquisition in the prelinguistically deaf. In: BISHOP, Dorothy & MOGFORD, Kay, eds. 1997. *Language development in exceptional circumstances*. Hove & New York: Psychology Press. p. 110-131.
- MOLLICA, Maria Cecília. 2003. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, Maria Cecília & BRAGA, Maria Luiza. 2003. *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto. p. 9-14.
- MONTRUL, Silvana. 2016. *The acquisition of heritage languages*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MOORE, Denny. 2007. Línguas indígenas: situação atual, levantamento e registro. *Patrimônio, Revista Eletrônica do IPHAN. Línguas do Brasil*. Nº 6 – Jan./Fev. de 2007. <https://acervo.socioambiental.org/index.php/acervo/noticias/linguas-indigenas-situacao-atual-levantamento-e-registro>.
- MORELLO, Rosângela. 2015. Uma nova jurisprudência: a cooficialização das línguas nheengatu, tukano e baniwa. In: MORELLO, Rosângela (org.). 2015. *Leis e línguas no Brasil: o processo de cooficialização e suas potencialidades*. Florianópolis: IPOL.
- MOSELEY, Christopher, ed. 2010. *Atlas of the World's Languages in Danger*. 3rd ed. Paris: UNESCO Publishing. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000187026>.
- MOTA, Jacyra Andrade. 2019. O projeto NURC no Brasil: 50 anos de história na Bahia. In: OLIVEIRA Jr., Miguel (org.). 2019. *NURC 50 anos: 1969-2019*. São Paulo: Parábola, p. 55-79.
- MOURA, Clóvis. 2004. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo.
- MOURA, Maria Denilda; NAVES, Rozana Reigota; SALLES, Heloisa Maria M. L.; LOPES, Ruth Elisabeth V.; CANÇADO, Márcia; FOLTRAN, Maria José; SILVA, Maria Cristina Figueiredo & FONSECA, Hely Dutra Cabral da. 2010. Teoria da gramática: tendências e perspectivas. *Revista da ANPOLL*, 1 (29): 119-168. <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/176/189>.
- MÜLLER, Max. 1861. *Lectures on the Science of Language delivered at The Royal Institution of Great Britain* In April, May, and June, 1861. New York: Charles Scribner, 1862.
- MÜLLER, F. Max. 1863. *Lectures on the Science of Language delivered at The Royal Institution of Great Britain In February, March, April, and May, 1863*. London: Longan, 1864. https://books.google.com/books/about/Lectures_on_the_Science_of_Language.html?id=kU614OmNXXAC.
- MÜLLER, F. Max. 1882. *Three lectures on the science of language, delivered at the Oxford University Extension Meeting, with a supplement My predecessors*. Chicago: Open Court Pub. Co. <https://archive.org/details/threellecturesons00mulliala>.

- NAVAS SÁNCHEZ-ÉLEZ, María Victoria & GONÇALVES, Maria Filomena. 2020. Caracterização e problemas atuais do barranquenho: contribuições para uma política de revitalização. *Estudos de Linguística Galega*, 12: 179-199. <https://revistas.usc.gal/index.php/elg/article/view/6040>.
- NDOMBELE, Eduardo David. 2017. Reflexão sobre as línguas nacionais no sistema de educação de Angola. *RILP – Revista Internacional em Língua Portuguesa*, 31: 71-89. <https://www.rilp-aulp.org/index.php/rilp/article/view/RILP2017.31.3>.
- NEVES, Maria Helena de Moura. 2021. O gramático Celso Cunha: a língua portuguesa uma na diversidade. *Alfa*, 65 (912778): 1- 13. <https://www.scielo.br/j/alfa/a/LjXKgPLKcnnxDWj83qvHm9F/?lang=pt>.
- NEVINS, Andrew; PESETSKY, David & RODRIGUES, Cilene. 2007. Pirahã exceptionality: A reassessment. *Language*, 85 (2) 355-404. June 2009.
- NICOLA, José de & TERRA, Ernani. 2000. *1001 dúvidas de português*. São Paulo: Saraiva, 2001.
- NIDA, Eugene. 1947. Field techniques in descriptive linguistics. *International Journal of American Linguistics*, 13 (3): 138-146. Jul., 1947.
- NIDA, Eugene. 1949. *Morphology: The descriptive analysis of words*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.
- NIMUENDAJÚ, Curt. *Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes*. 2. ed. Brasília, DF: IPHAN, IBGE, 2017. <http://portal.iphhan.gov.br/uploads/publicacao/mapaetnohistorico2ed2017.pdf>.
- NORTHERN, Jerry L. & DOWNS, Marion P. 2002. *Audição na infância*. Trad. Antonio F. D. Paulo; Maria de Fátima Azevedo. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
- NUNES, José Horta & SELIGMAN, Kátia. 2003. Discurso lexicográfico: as reedições do “Dicionário da língua portuguesa” de Morais. *Alfa: Revista de Linguística*, 47 (1): 37-51. <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4231>.
- OBERHAUS, Daniel. 2019. *Extraterrestrial Languages*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- OBLER, Loraine K. 1984. The neuropsychology of bilingualism. In: CAPLAN, David; LECOURS, André Roch & SMITH, Alan (eds.) 1984. *Biological perspectives on language*. Cambridge, Mass: The MIT Press. p. 194-210.
- OCCIALINI, Luca. 2020. Pesquisa revela qual o sotaque mais confiável, direto, sexy. *Viagem e Turismo*, 27Jan2020. [https://viagemeturismo.abril.com.br/materias/pesquisa-revela-qual-o-sotaque-mais-confiavel-direto-sexy#:~:text=Sotaque%20mais%20amig%C3%A1vel%3A%20espanhol%20\(39,e%20italiano%20\(30%25%20cada\)](https://viagemeturismo.abril.com.br/materias/pesquisa-revela-qual-o-sotaque-mais-confiavel-direto-sexy#:~:text=Sotaque%20mais%20amig%C3%A1vel%3A%20espanhol%20(39,e%20italiano%20(30%25%20cada)).
- OLIVEIRA, Gilvan Müller de. 2000. *Índios urbanos no Brasil e a política linguística: considerações demográficas, educacionais e político-linguísticas*. Florianópolis: IPOL, 2000. <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/Folheto55/FO-CX-55-3503-2006.PDF>.
- OLIVEIRA, Gilvan Müller de. 2008. *Plurilinguismo no Brasil*. Brasília: Representação da UNESCO no Brasil /IPOL, 2008. <http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001611/161167por.pdf>.
- OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. 1997. Quem eram os “negros da Guiné? A origem dos africanos na Bahia. *Afro-Ásia*, 19-20: 37-73. <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/download/20947/13550>.
- OLIVEIRA Jr., Miguel (org.). 2019. *NURC 50 anos: 1969-2019*. São Paulo: Parábola.
- OLIVEIRA E SILVA, Giselle Machline. 2003. Coleta de dados. In: MOLLICA, Maria Cecília & BRAGA, Maria Luiza (orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto.p. 117-133.
- ONU/ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. 1948. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por>.
- ONU/ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. 1966. *Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos*. <https://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20Direitos%20Civis%20e%20Pol%C3%ADticos.pdf>.
- ORLANDI, Eni. 2005. O discurso sobre a língua no período Vargas (Estado Novo - 1937/1945). *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, 8 (15): 27-33. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8660347>.
- OTA, Junko. 2008. As línguas faladas nas comunidades rurais nipo-brasileiras do estado de São Paulo e a percepção das três gerações sobre a ‘mistura de línguas’. *Estudos Japoneses*, 28: 137-148. <https://www.revistas.usp.br/ej/article/view/142958>.
- OTHERO, Gabriel de Ávila. 2005. Processos fonológicos na aquisição da linguagem pela criança. *ReVEL*, 3 (5): 1-13.
- OTHERO, Gabriel de Ávila. & Flores, Valdir do Nascimento (orgs.). 2023. *A linguística hoje: múltiplos domínios*. São Paulo: Contexto.
- PAIVA, Maria da Conceição de. 2003. Transcrição de dados linguísticos. In: MOLLICA, Maria Cecília & BRAGA, Maria Luiza (orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto.pp. 135-146.
- PAIVA, Maria Conceição de & SCHERRE, Maria Marta Pereira. 1999. Retrospectiva sociolinguística: contribuições do PEUL. *D.E.L.T.A.*, 15, N.º ESPECIAL: 201-232. <https://www.scielo.br/j/delta/a/Fs5Sf3yM65D75mmWjYjhkTk/>.
- PAIVA, Maria da Conceição de & SILVA, Vera Lúcia Paredes. 2012. Cumprindo uma pauta de trabalho: contribuições recentes do PEUL. *Alfa: Revista de Linguística*, 56 (3): 739-770. <https://www.scielo.br/j/alfa/a/bgpGxk6cwjZScMPM7qRrMdm/abstract/?lang=pt#>.
- PARÉS, Luís Nicolau (org.). s.d. Práticas religiosas na Costa da Mina. Uma sistematização das fontes europeias pré-coloniais, 1600-1730. <http://www.costadamina.ufba.br/>.
- PAVEAU, Marie-Anne & SARFATI, Georges-Élia.2003. *As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática*. Trad. de M. R. Gregolin et al. São Carlos: Claraluz, 2006.

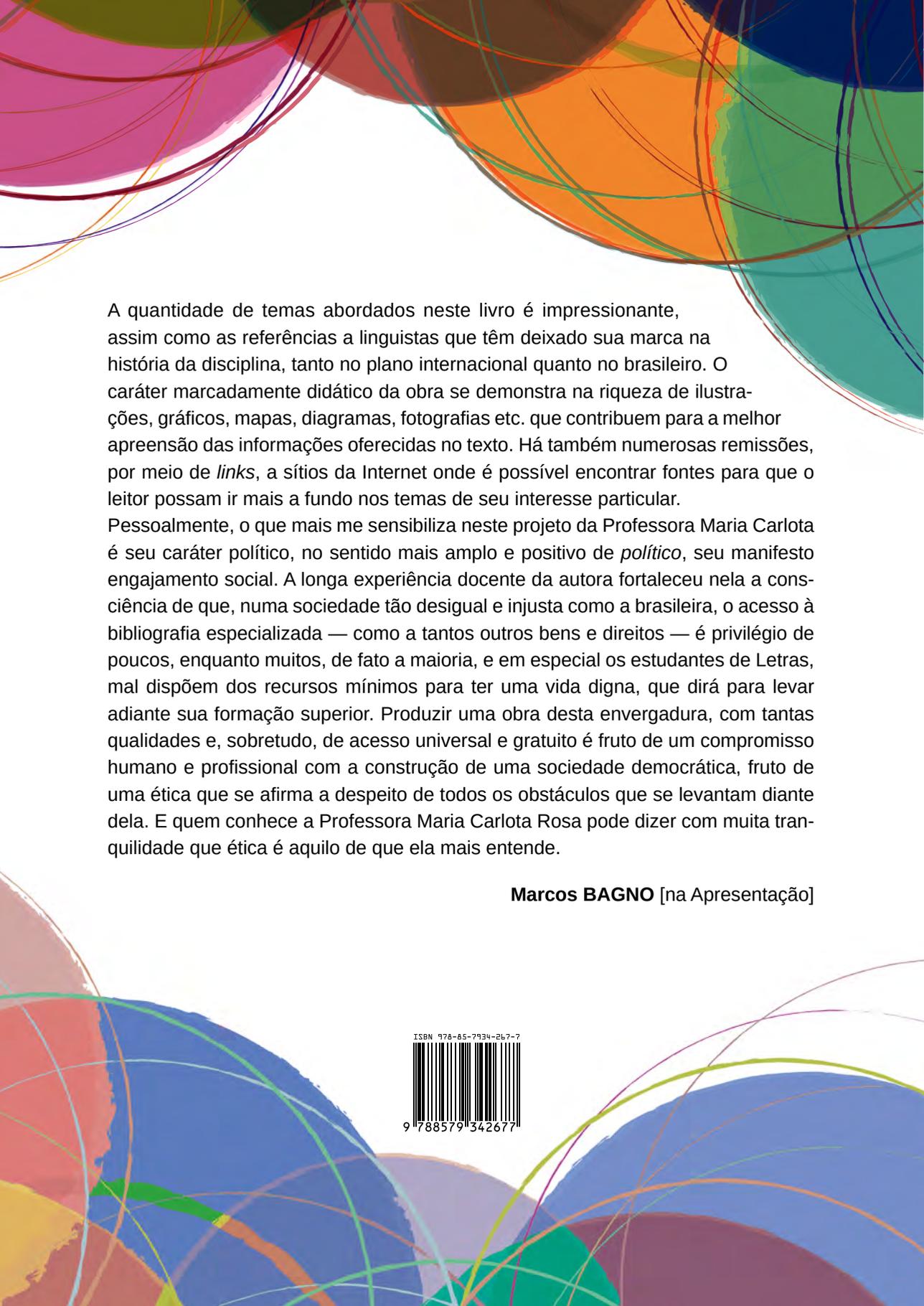
- PEETERS, Bert. 1990. Encore une fois “où tout se tient”. *Historiographia linguística*, XVII (3): 427-436. http://www.academia.edu/5892022/Encore_une_fois_ou_tout_se_tient_.
- PEIXOTO, Antonio da Costa. *Obra nova de língua geral de mina de Antonio da Costa Peixoto*. Manuscrito da Biblioteca Pública de Évora. Publicado e apresentado por Luís Silveira. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1944. <https://purl.pt/16608/1>.
- PEREIRA, Éverton Luís. 2013. *Fazendo cena na cidade dos mudos: surdez, práticas sociais e uso da língua em uma localidade no sertão do Piauí*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina/ Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Tese de doutorado. (<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/107034>).
- PINKER, Steven. 1994. *The language instinct: How the mind creates language*. New York: William Morrow and Co.
- PINKER, Steven. 1995. Language acquisition. In: GLEITMAN, Lila R. & LIBERMAN, Mark (eds.). 1995. *An invitation to cognitive science. v. 1: Language*. Cambridge: Mass: The MIT Press, 1995. p. 135-182.
- PLATÃO. *Teeteto – Crátilo*. Trad. Carlos Alberto Nunes. 3ª. ed. rev. Belém:EDUFPA, 2001.
- PLINY THE ELDER. «Pliny the Elder, The Natural History». *Perseus Digital Library*. Universidade Tufts. <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Plin.+Nat.+12.1&redirect=true>.
- POSNER, Rebecca. 1968. Shorter Notice: Princípios de Linguística Geral, 4a, Edição revista e aumentada. (Biblioteca Brasileira de Filologia). Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1964. Pp. 333. by J. Mattoso Camara, Jr. *Journal of Linguistics*, 4 (1): 141. Apr.1968.
- POSTAL, Paul M. 2019. Chomsky’s One Language/Extraterrestrial Scientist Claims. LINGBUZZ/004735. <https://ling.auf.net/lingbuzz/004735>.
- POWER, Justin M.; GRIMM, Guido W. & JOHANN-MATTIS, List. 2020. Evolutionary dynamics in the dispersal of sign languages. *Royal Society Open Science*, 7 (1): 1-15. <https://royalsocietypublishing.org/doi/epdf/10.1098/rsos.191100>.
- PRINCE, Ellen. LinguistList 8.340, de 09.03.1997 <https://linguistlist.org/issues/8/8-340.html>.
- PROJETO DE IDIOMAS EM RISCO DE EXTINÇÃO. <http://www.endangeredlanguages.com/>.
- PRISCIANO. *Institutiones grammaticae*. Ed. H. Keil. *Grammatici Latini*. Leipzig: Teubner. 1855. v. 2.
- PULLUM, Geoffrey K. 1991. *The great Eskimo vocabulary hoax and other irreverent essays on the study of language*. Chicago: The University of Chicago Press.
- PUNSKE, Jeffrey. 2024. Goals of the volume. In: VAKOCH, Douglas A. & PUNSKE, Jeffrey (eds.). 2024. *Xenolinguistics: Towards a Science of Extraterrestrial Language*. London/New York: Routledge.
- PURVES, Dale; AUGUSTINE, G.J.; FITZPATRICK, D.; KATZ, L.C.; LAMANTIA, A-S.; MCNAMARA, J.O & WILLIAMS, S. M. 2001. *Neurociências*. Trad. Carla Dalmaz et alii 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- QUADROS, Ronice Müller de. 2019. *LIBRAS*. São Paulo: Parábola.
- QUEIROZ, Sônia. 2019. *Palavra banto em Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG. <https://books.scielo.org/id/xmznq/pdf/queiroz-9786580010035.pdf>.
- QUESADA, J. Diego. 2000. Synopsis of a Boruca terminal speaker. *Amerindia*, 25: 65-86. https://repositorio.una.ac.cr/bitstream/handle/11056/2664/recurso_76.pdf?sequence=1.
- QUINTILLANO, Marcos Fábio. *Instituição oratória*. Ed. em latim e português. Trad., apres. e notas por Bruno Fregni Basseto. Campinas: Editora Unicamp, 2015. 4vv.
- RAICHVARG, Daniel & JACQUES, Jean. 1991. *Savant et ignorants: Une histoire de la vulgarisation des sciences*. Paris: Seuil.
- RAMOS, Jânia M. 1997. Avaliação de dialetos brasileiros: o sotaque. *Revista de Estudos da Linguagem*, 5 (1): 103-125, jan./jun. 1997 <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/1045/1169#>.
- RAPOSO, Eduardo Paiva. 1992. *Teoria da gramática. A faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho.
- RASTOVIC, Anastasija; PÉLISSIER, Maud & FERRAGNE, Emmanuel. 2019. The perception of swear words by French learners of English: an experiment involving electrodermal activity. *Anglophonia: French Journal of English Linguistics*. 27. <https://journals.openedition.org/anglophonia/2254#tocto2n1>.
- REGRA DE SÃO BENTO. Ed. bilingue. Trad. D. João E. Enout, OSB. Juiz de Fora: Mosteiro da Santa Cruz, 1999.
- REIS, João José. 2007. Presença negra: conflitos e encontros. In: IBGE, IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. p. 79-100. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6687.pdf>.
- REIS, Luís Paulo Fernandes. 2017. Riodonórés e quadramilês: um estudo histórico e sociolinguístico. *Mandinga – Revista de Estudos Linguísticos*, 1 (1): 20-38, jan./jun. 2017. <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/mandinga/article/view/1/23>.
- REIS, Otelo. *Breviário da conjugação dos verbos da Língua Portuguesa*. 29ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves/São Paulo, Belo Horizonte: Editora Paulo de Azevedo Ltda. 1965.
- ROBERTS, Ian G.; WATUMULL, Jeffrey & CHOMSKY, Noam. 2024. Universal Grammar. In: VAKOCH, Douglas A. & PUNSKE, Jeffrey (eds.). 2024. *Xenolinguistics: Towards a Science of Extraterrestrial Language*. London/New York: Routledge. pp. 165-181.
- ROBINS, R. H. 1964. *Linguística geral*. Trad. Elizabeth Corbetta A. da Cunha et alii. Porto Alegre: Globo. 1977.

- ROBINS, R. H. 1976. The current relevance of the Sapir-Whorf Hypotheses. In: PINXTEN, Rik (ed.). 1976. *Universalism versus Relativism in language and thought – Proceedings of a Colloquium on the Sapir-Whorf Hypotheses*. Paris/The Hague: Mouton. pp. 99-108.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique. *Gramática normativa da língua portuguesa. Curso médio*. Prefácio de Serafim da Silva Neto. 11ª ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1965.
- RODRIGUES, Aryon. 1963. Os estudos de linguística indígena no Brasil. Relatório apresentado à Sessão de Linguística da 5a. Reunião Brasileira de Antropologia, Belo Horizonte, junho de 1961. *Revista de Antropologia*, 11 (1-2): 9-17. jun-dez. 1963. <https://www.jstor.org/stable/41615728>.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. 1966. Tarefas da lingüística no Brasil. *Estudos Lingüísticos (Revista Brasileira de Linguística Teórica e Aplicada)*, 1(1): p. 4-15. <http://www.etnolingüística.org/biblio:rodrigues-1966-tarefas>
- RODRIGUES, Aryon. 1968. Problemas relativos à descrição do português contemporâneo como língua padrão no Brasil. In: BAGNO, Marcos (org.). 2002. *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola. p. 11-25.
- RODRIGUES, Aryon. 1984. A obra científica de Mattoso Camara Jr. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 6: 83-94. <https://periodicos.sbu.unica.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636654>.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. 1986. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola. http://etnolingüística.wdfiles.com/local-files/biblio%3Arodrigues-1986-línguas/Rodrigues_1986_LínguasBrasileiras.pdf
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. 1993. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *Delta*, 9 (1): 83-103. <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/K1D00025.pdf>.
- RODRIGUES, Aryon. 1997. Descrição del tupinambá en el período colonial: el Arte de José de Anchieta. In: Zimmermann, Klaus (ed.) *La descripción de las lenguas amerindias en la época colonial*. Frankfurt am Main: Vervuert/Madrid: Iberoamericana. 447p. P. 371-400.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. 2003. Obra nova da língua geral de mina: a língua ewe nas Minas Gerais. *PAPIA: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*, 13: 92-96 <https://repositorio.unb.br/handle/10482/9761>
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. 2005. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. *Ciência e Cultura*, 57(2): 35-38. http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000200018&lng=en&tling=pt.
- RODRIGUES, Carlos Henrique & BEER, Hanna. 2016. Direitos, políticas e línguas: divergências e convergências na/da/para educação de surdos. *Educação & Realidade*, 41 (3): 661-680, jul./set. 2016. <https://www.scielo.br/j/edreal/a/dsnpFPRBcMG8xbd4Y7vcgZj/?format=pdf&lang=pt>.
- ROMAINE, Suzanne. 1989. *Bilingualism*. Oxford: Basil Blackwell.
- ROSA, Maria Carlota. 1994. *Pontuação e sintaxe em impressos portugueses renascentistas*. Rio de Janeiro: UFRJ. Tese de Doutorado em Letras (Linguística). 2vv. <https://linguisticamcarlotarosa.files.wordpress.com/2021/11/rosa-tese-de-doutorado-v1..pdf>.
- ROSA, Maria Carlota. 1997. As línguas bárbaras e peregrinas do Novo Mundo segundo os gramáticos jesuítas: uma concepção de universalidade no ensino de línguas estrangeiras. *Revista de Estudos da Linguagem*, 6: 97-149. <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2178>.
- ROSA, Maria Carlota. 2009. Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa 2009. *Diadorim*, 6: 259-271. <https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/3901>.
- ROSA, Maria Carlota. 2010. *Introdução à (Bio)Linguística: linguagem e mente*. São Paulo: Contexto.
- ROSA, Maria Carlota. 2013. *Uma língua africana no Brasil colônia de Seiscentos: o quimbundo ou língua de Angola na Arte de Pedro Dias, S. J.* Rio de Janeiro: 7Letras.
- ROSA, Maria Carlota. 2018. *Introdução à morfologia*. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Contexto.
- ROSA, Maria Carlota. 2019. O quimbundo em cinco testemunhos gramaticais. *Confluência*, 56: 55-113. <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/315/>.
- ROSA, Maria Carlota. 2020a. Revisitando a “Convenção” e “A grafia de nomes tribais brasileiros”. *Confluência*, 59: 25-46, jul.-dez. 2020. <https://www.revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/364>.
- ROSA, Maria Carlota. 2020b. A questão da metalinguagem na Historiografia da Linguística. In BATISTA, Ronaldo de Oliveira & BASTOS, Neusa Barbosa (orgs.). *Questões em historiografia da linguística. Homenagem a Cristina Altman*. São Paulo: Pá de Palavra. pp. 122-132. https://labhislingufrj.files.wordpress.com/2024/03/rosa-metalinguagem-batista-questoes_em_hl.pdf
- ROSA, Maria Carlota. 2017-2022. *Linguística-UFRJ M. Carlota Rosa*. Blogue. <https://linguisticamcarlotarosa.wordpress.com/>.
- RYDING, Karin C. 2005. *Modern Standard Arabic*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- SACKS, Oliver. 1989. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SACKS, Oliver. 2010. *O olhar da mente*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SAMPAIO, João Batista Ramos & SPINOLA, Alexandre Caixeta. 2000. *O consumo de café expresso no Brasil*. Planaltina: Embrapa Cerrados. http://www.sbicafe.ufv.br/bitstream/handle/123456789/5718/Documentos_27.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

- SÁNCHEZ AVENDAÑO, Carlos. 2009. Situação sociolinguística de las lenguas minoritarias de Costa Rica y censos nacionales de población 1927-2000: vitalidad, desplazamiento y autoafiliación etnolinguística. *Revista de Filología y Lingüística de Universidad de Costa Rica*, XXXV (2): 233-273, 2009. <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/filyling/article/view/1174>.
- SAPIR, Edward. 1921. *A linguagem: introdução ao estudo da fala*. Trad. J. Mattoso Camara J. Com o apêndice “Um século de estudos linguísticos nos Estados Unidos da América”, de autoria do tradutor. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.
- SARNEY, José. 2011. Fale errado, está certo. *Folha de S.Paulo*, 20 de maio de 2011. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2005201106.htm>.
- SAUSSURE, Ferdinand de. [1922]. *Curso de Linguística Geral*, organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlinger. Trad. de A. Chelini, J. P. Paes e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1972.
- SAUSSURE, Ferdinand de. [1922]. *Curso de Linguística Geral*, organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlinger. Apresentação Carlos Alberto Faraco; Trad. notas e posfácio Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2021.
- SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães & MAZZELLI, Letícia. 2020. Variedades linguísticas da imigração germânica no Brasil: vitalidade, glotopolítica e território. *A Cor das Letras*, 21 (1): 105-131, janeiro-abril de 2020. <http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasleytras/article/view/5234/pdf>.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira & NARO, Anthony J. 1998. Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In RUFFINO, Giovanni (org.) *Dialettologia, geolinguística, sociolinguística*. (Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza) Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, Università di Palermo. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 5:509-523, 1998.
- SEKI, Lucy. 1999. A linguística indígena no Brasil. *DELTA*, 15 (spe): 257-290. <https://doi.org/10.1590/S0102-4450199900300011>.
- SEPPÄNEN, Minna. 2014. *Defining the Art of Grammar: Ancient perceptions of grammatikh and grammatica*. Turku: University of Turku. <https://www.utupub.fi/bitstream/handle/10024/94624/AnnalesB379Seppanen.pdf?sequence=2&isAllowed=y>.
- SEXTO EMPÍRICO. *Contra os gramáticos*. Ed. bilingue. Trad. Rafael Huguenin e Rodrigo Pinto. Apresentação de Ana Paula Grillo El-Jaick e Fábio da Silva Fortes. São Paulo: Ed. Unesp, 2015.
- SCHOLZ, Barbara C.; PELLETIER, Francis Jeffrey; PULLUM, Geoffrey K. & NEFDT, Ryan. 2023. Philosophy of Linguistics. In: ZALTA, Edward N. (ed.) *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2023 Edition), <https://plato.stanford.edu/entries/linguistics/#LinMetDat>.
- SEYFARTH, Robert M. & CHENEY, Dorothy L. 2010. Production, usage, and comprehension in animal vocalizations. *Brain & Language*, 115: 92-100. <https://doi.org/10.1016/j.bandl.2009.10.003>.
- SHAPIRO, L.J.; COLE, W.G.; YOUNG, J.W.; RAICHLEN, D.A.; ROBINSON, S.R., et al. 2014. Human quadrupeds, primate quadrupedalism, and Uner Tan Syndrome. *PLoS ONE*, 9 (7): e101758. <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0101758>.
- SHEPHERD, Kancha Ilaiah. 2016. The violence of caste: Why I have changed my name to Kancha Ilaiah Shepherd. *Scroll.in*, 17 de maio de 2016. <https://scroll.in/article/808890/kancha-ilaiah-explains-why-he-decided-to-add-shepherd-to-his-name>.
- SHROYCK, Ricci. 2012. Gabon's adoption of English reveals Africa's role in promoting French. *Voice of America*, 8Nov2012. <https://www.voanews.com/a/africas-role-in-promoting-french/1542096.html>.
- SILVA, Antonio de Moraes. 1789. *Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. 1. ed. Lisboa, Simão Tadeu Ferreira 2vv. <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/dicionario-da-lingua-portuguesa-recompilado-dos-vocabularios-impresos-ate-agora-e-nesta-segunda-edi%C3%A7%C3%A3o-novamente-emendado-e-muito-acrescentado-por-antonio-de-moraes-silva/>.
- SILVA, Antonio de Moraes. 1858. *Dicionário da língua portuguesa*. 6. ed., melhor. e acresc. por Agostinho de Mendonça Falcão. Lisboa: Typ. de Antonio José da Rocha, 1858. 2vv. <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibobpub&id=23893003166014&pagfis=11065>.
- SILVA, Diná Souza da & QUADROS, Ronice Muller de. 2019. Línguas de sinais de comunidades isoladas encontradas no Brasil. *Brazilian Journal of Development*, 5 (10): 22111-22127 oct. 2019. <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/4167>.
- SILVA, Hélien Cristina da & AGUILERA, Vanderci de Andrade. 2014. O poder de uma diferença: um estudo sobre crenças e atitudes linguísticas. *Alfa*, 58 (3): 703-723. <https://www.scielo.br/j/alfa/a/kymhBpzQ37Pn6JWZlqZbJfz/?lang=pt>
- SILVA, Luiz Antônio. 1996. O Projeto NURC: histórico. *Linha d'Água*, 10: 83-90, julho/1996. <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/37169/39890>.
- SILVA NETO, Serafim da. 1950. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 5a. ed. Rio de Janeiro: Presença/ Brasília: INL. 1986.
- SILVA NETO, Serafim da. 1957. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença/ Brasília: INL, 1979.

- SILVA NETO, Serafim (ed). [1958] 1992. *O Pentateuco da Bíblia medieval portuguesa*. Intr., glossário e notas de Heitor Megale. São Paulo: EDUC; Imago.
- SIMONS, Gary F. 2019. Two centuries of spreading language loss. *Proceedings of the Linguistic Society of America*, 4 (1): 27:1–12. <https://journals.linguisticsociety.org/proceedings/index.php/PLSA/article/view/4532>.
- SIMONS, Gary F. & GORDON Jr., Raymond G.. *Ethnologue*. In: In. BROWN, Keith (ed.). 2006. *Encyclopedia of language and linguistics*. Boston: Elsevier. 2nd ed. 14vv. v.4. p. 250-253.
- SINCLAIR, J. 1996. Preliminary recommendations on corpus typology. EAGLES, CEE. <http://www.ilc.cnr.it/EAGLES96/corpusstyp/corpusstyp.html>.
- SKLAR, Robert. 1994. The Chomskyan revolution. In: OTERO, Carlos P. (ed.) 1994. *Noam Chomsky. Critical Assessments*. London: Routledge. vol. 3 p. 27-37.
- SNYDER, Laura J. William Whewell. In: Zalta, Edward N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2017 Edition), 2017. <https://plato.stanford.edu/archives/win2017/entries/whewell/>.
- SOARES, Marília Facó (org.). 2013. *Guia de fontes e bibliografia sobre línguas indígenas e produção associada/Documentos do CELIN*. Rio de Janeiro: Museu Nacional UFRJ. http://www.museunacional.ufrj.br/dir/celin/docs/Soares_org_2013_Guia_CELIN.pdf.
- SOLLY, Meilan. 2020. Listen to the Recreated Voice of a 3,000-Year-Old Egyptian Mummy. *Smithsonian Magazine*, 24Jan2020. <https://www.smithsonianmag.com/smart-news/listen-recreated-voice-3000-year-old-egyptian-mummy-180974048/>.
- St FLEUR, Nicholas. 2020. The Mummy Speaks! Hear Sounds From the Voice of an Ancient Egyptian Priest. *The New York Times*, 23Jan2020. <https://www.nytimes.com/2020/01/23/science/mummy-voice.html>.
- STADEN, Hans. *Viagem ao Brasil*. Versão do texto de Marpurgo, de 1557, por Alberto Löfgren; rev. e anotada por Theodoro Sampaio. — Rio de Janeiro: Oficina Industrial Graphica, 1930. <https://purl.pt/151>.
- STEINBERG, Danny D.; NAGATA, Hiroshi & ALINE, David P. 2001. *Psycholinguistics: Language, Mind and World*. 2nd. ed. [London]: Longman.
- STORTO, Luciana. 2019. *Línguas indígenas: tradição, universais e diversidade*. Campinas: Mercado das Letras.
- SYNOVITZ, Ron. 1999. Bulgaria: Resolution of Macedonian language dispute clears NATO hurdles. RadioFreeEurope/Radio Liberty. February 09, 1999. <https://www.rferl.org/a/1090545.html>.
- TERRA, Portal. s.d. Francês, italiano ou português? Veja os sotaques mais sexy. <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/turismo/frances-italiano-ou-portugues-veja-os-sotaques-mais-sexy,1fc8392625237310VgnCLD100000bbccbe0aR-CRD.html>.
- TERRACE, H.S.; PETITTO, L.A.; SANDERS, R.J. & BEVER, T.G. 1979. Can an ape create a sentence? *Science*, 206 (4421): 891-902. https://psychology.columbia.edu/sites/default/files/content/891_full.pdf.
- TEZZA, Cristóvão. 2011. O poder do erro. *Gazeta do Povo*, 24/05/2011. <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/cristovao-tezza/o-poder-do-erro-3py7fagnbnfyhsot1efhcpe1a/>.
- THE TIME TUNNEL/ O TÚNEL DO TEMPO (seriado de tv). 1966-1967. Criador: Irwin Allen. Irwin Allen Productions/ Kent Productions Inc./ 20th Century-Fox Television.
- THOMAZ, Daniel Mandur. 2017. Por que a China aposta na língua portuguesa. *BBC News Brasil*, 23Ago2017. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41022424>.
- THOMSON, Judith Jarvis. 1985. The Trolley Problem. *The Yale Law Journal*, 94 (6): 1395-1415 (May, 1985).
- TOFFOLO, Andreia Chagas Rocha; BERNARDINO, Elidéa Lúcia Almeida; VILHENA, Douglas de Araújo & PINHEIRO, Angela Maria Vieira. 2017. Os benefícios da oralização e da leitura labial no desempenho de leitura de surdos profundos usuários da Libras. *Revista Brasileira de Educação*, 22 (71) e227165: 1-24 <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/pQsrq4swznPfhm9djvsPXkc/?format=pdf&lang=pt>.
- TOMASELLO, Michael. 2003. *Constructing a language: a usage-based theory of language acquisition*. Cambridge, Massachusetts/ London, England: Harvard University Press.
- TRASK, R. L. 1996. *A Dictionary of Phonetics and Phonology*. London; New York: Routledge.
- TRASK, R. L. 2004. *Dicionário de linguagem e linguística*. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.
- TRUBETZKOY, N. S. 1939. *Principles of Phonology*. Translated by Christiane A. M. Baltaxe. Berkeley /Los Angeles: University of California Press. 1971.
- TRUDGILL, Peter. 1983. *Sociolinguistics. An introduction to language and society*. Harmondsworth: Penguin Books, 1986.
- TSIMPLI, Ianthi Maria. 2013. (Evidence for) the language instinct. In: BOECKX, Cedric & GROHMANN, Kleantes, K. (eds.) 2013. *The Cambridge handbook of Biolinguistics*. Cambridge: Cambridge University Press. p. 49-68.
- UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. 1972. Os estudos e a carreira de Joaquim Mattoso Camara Jr. In: CAMARA Jr. *Dispersos de J. Mattoso Camara Jr.* Seleção, introdução e notas de Carlos Eduardo Falcão Uchôa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. 2004. Mattoso Camara: um novo discurso sobre o estudo da linguagem no Brasil. *D.E.L.T.A.* 20 (Especial): 1-8. <https://www.scielo.br/j/delta/a/sr5bCmkBgPkTmMFMtt5tcpB/?format=pdf&lang=pt>.
- UHLIG, Gustav. 1883. *Dionysii Thracis Ars Grammatica*. Leipzig: Teubner, 1883.

- UNESCO. 2003. Vitalidade e perigo de desaparecimento de las lenguas. Documento adoptado por la Reunión Internacional de Expertos sobre el programa de la UNESCO “Salvaguardia de las Lenguas en Peligro” París, 10-12 de marzo de 2003. <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001836/183699S.pdf>.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/CTEP. Diretrizes sobre integridade acadêmica. https://conexao.ufrj.br/wp-content/uploads/2021/09/Folder_Diretrizes-Integridade-Academica_UFRJ_2021-1.pdf.
- VAKOCH, Douglas A. & PUNSKE, Jeffrey (eds.). 2024. *Xenolinguistics: Towards a Science of Extraterrestrial Language*. London/New York: Routledge.
- VALDÉS, Guadalupe. 1991. *Minorities and language Issues in writing: Toward profession-wide responses to a new challenge* - Technical Report No. 54. Washington, DC.: Office of Educational Research and Improvement. <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED341067.pdf>.
- VALDÉS, Guadalupe. 2001. Heritage language students: profiles and possibilities. In PEYTON, J. K.; RANARD, D. A. & MCGINNIS, Scott (eds.). *Heritage languages in America: Preserving a national resource*. Washington, DC: Delta Systems/McHenry /ERIC Clearinghouse on Language and Linguistics. p. 37-77. <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED458809.pdf#page=48>.
- VALENTIM FERNANDES. Prohemial Epistola. 1495. In: LUDOLFO DE SAXÔNIA. 1495. *De vita Christi*. Trad. Frei Nicolau Vieira e Frei Bernardo de Alcobaça. Lisboa: Nicolau de Saxônia e Valentino de Morávia. 14/08 (Livro primeiro), 07/09 (Livro segundo); 20/II (Livro terceiro) e 14/05/1495 (Livro quarto).
- VALENTIM FERNANDES. [ca.1500]. *O manuscrito Valentim Fernandes*. Oferecido à Academia por J. Bensaúde... Leitura e revisão das provas por A. Baião. Lisboa: Academia Portuguesa da História. 1940.
- VANDRESEN, Paulino. 1968. *Fonologia do vestfaliano de Rio Fortuna*. Rio de Janeiro: UFRJ. Dissertação de Mestrado. <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/74647/UFRJ0277-.pdf?sequence=1>.
- VANDRESEN, Paulino. 2009. Estudo comparativo do bilinguismo em duas áreas de colonização alemã. In: CARVALHO, Ana M. (org.). *Português em contato*. Madrid; Frankfurt am Main: Iberoamericana /Vervuert. p. 199-214.
- VASSILAKI, S. Ἐλληνισμός. In: CHISTIDIS, A.-F. (ed.) *A History of Ancient Greek: From the Beginnings to Late Antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 1118-1129.
- VERDELHO, Telmo. 1993. Falares asturo-leoneses em território português. *Lletres asturianas: Boletín Oficial de l'Academia de la Lingua Asturiana*, Nº. 50: 7-25. <https://lletresasturianas.alladixital.org/pdf/Art%C3%ADculu%201-Telmo%20Verdelho-Falares%20asturo-leoneses%20em%20territ%C3%B3rio%20portugu%C3%AAs.pdf>.
- VERDELHO, Telmo. 1995. *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas*. Aveiro: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- VERDELHO, Telmo. 2003. O dicionário de Moraes Silva e o início da lexicografia moderna. In: *História da língua e história da gramática — Actas do Encontro*. Braga: Universidade do Minho/ ILCH. p. 473-490. http://clp.dlc.ua.pt/publicacoes/dicionario_morais_silva.pdf.
- WALES, K. 2006. Stylistics. In: BROWN, Keith (ed.). 2006. *Encyclopedia of language and linguistics*. Boston: Elsevier. 2nd ed. 14vv. v.12. p. 213-217.
- WARDHAUGH, Ronald. 1986. *An introduction to Sociolinguistics*. Oxford: Basil Blackwell.
- WHORF, Benjamin Lee. 1939. The relation of habitual thought and behavior to language. In: CARROL, John B. (ed). 1956. *Language, thought, and reality. Selected writings of Benjamin Lee Whorf*. Cambridge, Mass.: MIT.pp. 134-159.
- WHORF, Benjamin Lee. 1940. Science and Linguistics. In: CARROL, John B. (ed). 1956. *Language, thought, and reality. Selected writings of Benjamin Lee Whorf*. Cambridge, Mass.: MIT.pp.207-219.
- WHORF, Benjamin Lee. 1941. Languages and Logic. In: CARROL, John B. (ed). 1956. *Language, thought, and reality. Selected writings of Benjamin Lee Whorf*. Cambridge, Mass.: MIT.pp. 233-245.
- WIKIPÉDIA, Contribuidores da. António de Moraes Silva. https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_de_Morais_Silva.
- WIKIPÉDIA, Contributors. Arecibo message. https://en.wikipedia.org/wiki/index.%20php?oldid=1067206394&title=Arecibo_message.
- WIKIPÉDIA, contributors. “Brooks (1781 ship). [https://en.wikipedia.org/wiki/Brooks_\(1781_ship\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Brooks_(1781_ship)).
- WIKIPÉDIA, Contribuidores da. Genocídio indígena no Brasil. https://pt.wikipedia.org/wiki/Genoc%C3%ADdio_ind%C3%ADgena_no_Brasil.
- WIKIPÉDIA, contributors. List of destroyed libraries. http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_destroyed_libraries.
- WIKIPÉDIA, contributors. List of languages by time of extinction. https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_languages_by_time_of_extinction.
- WIKIPÉDIA, contributors. List of writing systems. https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_writing_systems.
- WIKIPÉDIA, Contribuidores da. Lourenço Fernandes da Cunha. https://pt.wikipedia.org/wiki/Louren%C3%A7o_Fernandes_da_Cunha
- WIKIPÉDIA contributors. Silbo Gomero. https://en.wikipedia.org/wiki/Silbo_Gomero.
- WOOLLARD, Fiona & HOWARD-SNYDER, Frances. 2021. Doing vs. allowing harm, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2021 Edition), Edward N. Zalta (ed.), <https://plato.stanford.edu/archives/fall2021/entries/doing-allowing/>.



A quantidade de temas abordados neste livro é impressionante, assim como as referências a linguistas que têm deixado sua marca na história da disciplina, tanto no plano internacional quanto no brasileiro. O caráter marcadamente didático da obra se demonstra na riqueza de ilustrações, gráficos, mapas, diagramas, fotografias etc. que contribuem para a melhor apreensão das informações oferecidas no texto. Há também numerosas remissões, por meio de *links*, a sítios da Internet onde é possível encontrar fontes para que o leitor possam ir mais a fundo nos temas de seu interesse particular.

Pessoalmente, o que mais me sensibiliza neste projeto da Professora Maria Carlota é seu caráter político, no sentido mais amplo e positivo de *político*, seu manifesto engajamento social. A longa experiência docente da autora fortaleceu nela a consciência de que, numa sociedade tão desigual e injusta como a brasileira, o acesso à bibliografia especializada — como a tantos outros bens e direitos — é privilégio de poucos, enquanto muitos, de fato a maioria, e em especial os estudantes de Letras, mal dispõem dos recursos mínimos para ter uma vida digna, que dirá para levar adiante sua formação superior. Produzir uma obra desta envergadura, com tantas qualidades e, sobretudo, de acesso universal e gratuito é fruto de um compromisso humano e profissional com a construção de uma sociedade democrática, fruto de uma ética que se afirma a despeito de todos os obstáculos que se levantam diante dela. E quem conhece a Professora Maria Carlota Rosa pode dizer com muita tranquilidade que ética é aquilo de que ela mais entende.

Marcos BAGNO [na Apresentação]

ISBN 978-85-7934-267-7



9 788579 342677